



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO
DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

Ciência, nação e região na Era Vargas:
o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi (1930-1945).

Belém/Pará

2024

DIEGO RODRIGO GUIMARÃES LEAL

Ciência, nação e região na Era Vargas:
o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi (1930-1945)

Defesa de Dissertação de mestrado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Linha de Pesquisa: Etnicidade e territorialidade: usos e representações.

Orientador: Nelson Rodrigues Sanjad.

Orientando: Diego Rodrigo Guimarães Leal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L433c Leal, Diego Rodrigo Guimarães.
Ciência, nação e região na Era Vargas: o caso do Museu
Paraense Emílio Goeldi (1930-1945). / Diego Rodrigo Guimarães
Leal. — 2024.
203 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad
Coorientador(a): Prof. Me. Décio Marco Antônio de Alencar
Guzmán

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História, Belém, 2024.

1. Instituições científicas. 2. Políticas ambientais. 3.
Estado Novo. I. Título.

CDD 907.2

DIEGO RODRIGO GUIMARÃES LEAL

Ciência, nação e região na Era Vargas:
o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi (1930-1945)

Defesa de Dissertação de mestrado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Linha de Pesquisa: Etnicidade e territorialidade: usos e representações.

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad (orientador)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof.^a Dr.^a Franciane Gama Lacerda (Membro
Interno) Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Rômulo de Paula Andrade (Membro
Externo) Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – Rio de
Janeiro

Prof. Dr. Renato Monteiro Athias (Membro
Externo) Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE)

Aos meus pais, Jarbas (in memoriam) e Maria Cristina, por todo apoio, carinho, incentivo, e pelos inúmeros sacrifícios. A Marinês, por todo amor, carinho e incentivo. A Sofia, minha vida, meu tudo.

Resumo

A presente dissertação situa-se na interface da história ambiental e da história das ciências. Propõe-se a analisar a relação entre ciência e política entre 1930 e 1945, período conhecido como Era Vargas. O período é caracterizado pela historiografia como uma ruptura no âmbito político, administrativo, social e econômico do Estado brasileiro, em relação ao equilíbrio de forças e ao padrão de desenvolvimento verificados na chamada Primeira República. Essa mudança se refletiu no âmbito cultural e teve consequências no processo de institucionalização das ciências e na configuração de um campo patrimonial brasileiro. Esse processo será analisado no Estado do Pará por meio de um estudo de caso, particularmente, a atuação de Carlos Estêvão de Oliveira (1880-1946) à frente do Museu Paraense Emílio Goeldi, por quase 15 anos, desde que foi convidado pelo interventor federal major Magalhães Barata, no ano de 1930. Nesse contexto, o estado do Pará passava por uma grave crise financeira, pois a economia da borracha havia entrado em colapso desde a década de 1910, e as instituições públicas, com baixos recursos à disposição, enfrentaram inúmeros problemas administrativos. Busca-se, portanto, compreender qual foi o projeto institucional adotado por Carlos Estêvão de Oliveira em sua gestão, qual a agenda científica construída no período e como a instituição foi transformada em um ambiente político centralizador e nacionalista.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições científicas. Políticas ambientais. Estado Novo.

Abstract

This dissertation is situated at the interface of environmental history and the History of Science and proposes to the relationship between science and politics between 1930 and 1945, a period known as the Vargas Era. The period is characterized by historiography as rupture in the political, administrative, social and economic sphere of the Brazilian state, in relation to the balance of force and the pattern of development the so-called First Republic. This change was reflected in the cultural sphere and had consequences for the institutionalization of the Sciences and the configuration of a Brazilian heritage field. This process will be analyzed in the state of Pará through a case study, particularly the scientific work of Carlos Estêvão de Oliveira at the head of the Emilio Goeldi Museum, where he served as director for almost 15 years, since he was invited by the federal Magalhães Barata, 1930. In this context, the state of Pará was going through a serious financial crisis, as the rubber economic had collapsed since the 1910, and public institutions, with few resources at their disposal, began to face numerous problems. The aim is therefore to understand the institutional adopted Carlos Estêvão de Oliveira during his time in office, what the scientific agenda built up during this period and how the institution was transformed into a centralizing and nationalist political environment.

Keywords: Scientific Institutions. Environmental policies. New State.

AGRADECIMENTOS

Com a escrita desta dissertação, concluo mais etapa da minha jornada acadêmica. Gratidão é o sentimento que melhor define meu estado de espírito nesse momento, por haver conseguido alcançar meus objetivos em meio aos desafios existências que assinalaram esse percurso. Inicialmente, gostaria de agradecer a Deus e aos benfeitores espirituais que tutelam nossa existência, e por sempre se fazerem presentes em minha vida.

Agradeço imensamente ao meu orientador e amigo, Nelson Sanjad, não apenas pela orientação durante a elaboração da dissertação, mas pelos 6 anos em que acompanhou e orientou minha profissionalização, cujo ponto de partida iniciou na Iniciação Científica até a defesa desta dissertação. Como profissional dedicado que és, agradeço pelas palavras de incentivo, pelas correções, sugestões, críticas, disponibilidade e empréstimo de livros. Como pessoa, obrigado pelo apoio emocional que você me deu quando meu pai adoeceu gravemente e depois do falecimento dele. Esse gesto de empatia não ficou registrado apenas em minha lembrança, mas, sobretudo, em meu coração.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, em particular a professora Franciane Gama Lacerda, por haver me dado a oportunidade de fazer o estágio docente na disciplina de “História da Amazônia II”, o qual foi ministrada por ela. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, de modo especial aos professores Luís Otávio, Nara Azevedo e Daiana Rossi Silveira, pelos debates e pelas reflexões teórico-metodológicas apresentada, a cada encontro, na disciplina de História das Ciências no Brasil, ministrada de forma on-line, da qual participei como aluno externo. Ao professor José Marcelo Ferreira Filho, do Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que me fez perceber o quanto a História Ambiental poderia me ajudar a explorar as fontes documentais com maior aproveitamento. À ele agradeço também por ter me ajudado a repensar meu projeto de mestrado.

Ao professor Rômulo de Paula Andrade agradeço a participação na banca de qualificação do projeto e as sugestões e críticas que fez, contribuindo ainda mais para o

aprimoramento e enriquecimento da dissertação.

Também agradeço aos meus amigos Neydson Guilherme, Diego Maia e Vinicius Mateus com os quais compartilhei as alegrias, as angústias e ansiedades do mestrado e da minha vida pessoal. Aos amigos que fiz durante todo o período que estive vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará. Em especial ao Mateus Camilo, pela troca de experiências, pelas palavras acalentadoras, pelo incentivo e pelas risadas, principalmente quando o assunto do dia fazia referência aos dramas universitários. À equipe do Arquivo Guilherme de La Penha, Lilian Bayman, Pablo Borges e ao grande Mazildo Pacheco por terem sido pródigos em gentilezas e atenções. Se não fosse o trabalho de vocês, a dissertação ainda estaria por fazer.

Gostaria de deixar registrado meus agradecimentos a todos os profissionais dos arquivos e bibliotecas públicas que frequentei durante as insistentes jornadas de pesquisa, nas cidades de Belém e de Recife, com o objetivo de fazer levantamento de fontes documentais. Em particular ao Leonardo Torii, diretor do Arquivo Público do Estado do Pará, e às bibliotecárias Sandra e Rosa, por terem me facilitado o acesso a documentos históricos importantes. Obrigado pela atenciosidade e pela disposição de cada um de vocês que ajudaram a tornar possível esse trabalho de pesquisa.

À equipe do Arquivo do Museu do Estado de Pernambuco pelo acolhimento e prestatividade dispensada a mim, durante os quase 15 dias em que estive albergado em Recife, com a missão de fazer levantamento de fontes documentais, de interesse para a pesquisa. Estendo meus agradecimentos ao professor Renato Athias, pois foi quem intermediou minha aproximação com o Museu do Estado de Pernambuco, e com os técnicos do arquivo, Pablo Lucena e André Soares, dos quais recebi toda atenção e presteza.

Esse trabalho não teria sido possível de realizar se não fosse a ajuda do Clayton Rocha que me recebeu em sua casa com muita gentileza e respeito. Lembro-me do nosso desespero levantando as pressas durante a madrugada para salvar móveis e eletrodomésticos dos alagamentos causados pelas fortes chuvas que ocorreram nesse período. Apesar de tudo, essa situação fortaleceu ainda mais nossa amizade.

À minha querida amiga Francilene Lopes pelo apoio, compreensão e incentivo recebido antes e durante o processo de elaboração da dissertação. Também agradeço pelas conversas e risadas, pela troca de experiências, pelos conselhos, por se fazer presente em minha vida e pelas comidas e sobremesas deliciosas.

Sou muitíssimo grato a minha família por todo carinho e compreensão que eu recebi de cada um durante o processo de escrita da dissertação. Peço desculpas pelas minhas muitas ausências, pelos livros e anotações dispersas pela casa e por falar do Carlos Estêvão de Oliveira (risos). Aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado, partilhando das minhas alegrias e das minhas angústias. Em especial ao meu paizinho, Jarbas Leal (*in memoriam*), que em fins do mês de agosto de 2023, veio a falecer. Dificilmente conseguiria chegar até aqui se não fosse pelo seu apoio, afeto, dedicação e atenção. Te amo pai! Obrigado por ter participado de mais essa conquista!

À minha mãe, Maria Cristina Guimarães, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando de todas as formas possíveis. Obrigado, mãezinha, seu amor e renúncia me fizeram chegar até aqui. Aos meus irmãos, Cíntia, Ricardo e Halina pela torcida e por todo o carinho dispensado. À Marinês Lisboa Gomes pelo amor, companheirismo e pela paciência em compreender minhas longas horas de estudo e por ter acompanhado os desdobramentos deste trabalho, inclusive fazendo sugestões e críticas relativo as escolhas que fiz para explorar o assunto, o que certamente contribuiu para o meu amadurecimento intelectual e pessoal. À Sofia, nossa filha, pelo entendimento, respeito, afeto, brincadeiras e risadas.

Por fim, agradeço à Capes, agência financiadora desta pesquisa, por ter possibilitado a sua realização.

SIGLA

BCB – BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA

CEF – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CEO – CARLOS ESTÊVÃO DE OLIVEIRA

CFEACB – CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DAS EXPEDIÇÕES ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS DO BRASIL

CNPQ – CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

CTPN – COMISSÃO TÉCNICA DE PISCICULTURA DO NORDESTE

DCPCP – DIRETORIA DA COLÔNIA DE PESCADORES E DA CAPITANIA DOS PORTOS

DIP – DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA

DNPA – DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO ANIMAL

DNPV – DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO VEGETAL

DNPM – DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DASP – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

IALB – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E LAR BRASILEIRO

IAN – INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE

IAN – INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORDESTE

IAL – INSTITUTO AGRONÔMICO DO LESTE

IAO – INSTITUTO AGRONÔMICO DO OESTE

IAS – INSTITUTO AGRONÔMICO DO SUL

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IBSP – INSTITUTO BIOLÓGICO DE SÃO PAULO

IEEA – INSTITUTO DE ECOLOGIA E EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA

IOC – INSTITUTO OSWALDO CRUZ

IPEN – INSTITUTO DE PATOLOGIA EXPERIMENTAL DO NORTE

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

INPA – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

IFOCS – INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

LPV – LABORATÓRIO DE PATOLOGIA VETERINÁRIA

MA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

MPEG – MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

SAVA – SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DO VALE AMAZÔNICO

SEGE – SERVIÇO DE ESTUDOS DAS GRANDES ENDEMIAS

SNAAPP – SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ

SEMTA – SERVIÇO DE MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES

SNPA – SERVIÇO NACIONAL DE PESQUISAS AGRONÔMICAS

SESP – SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA

SPHAN – SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL

SPI – SERVIÇO DE PROTEÇÃO INDÍGENA

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1.** Lista nominal do pessoal que integrava o grupo chamado ‘funcionários’
- Tabela 2.** Lista nominal do pessoal que integrava o grupo chamado ‘empregados’
- Tabela 3.** Lista nominal do pessoal que compõe o grupo chamado ‘trabalhadores’
- Tabela 4.** Relação do pessoal que fazia parte do grupo chamado ‘operariado’
- Tabela 5.** Quadro demonstrativo de funcionários que estavam em exercício no Laboratório de Patologia Veterinária do Museu Paraense Emílio Goeldi em 1934.
- Tabela 6.** Renda arrecadada com produtos e serviços do Laboratório de Patologia Veterinária do Museu Paraense Emílio Goeldi entre abril à outubro de 1933
- Tabela 7.** Orçamento sugerido por Steliano da Costa Homem para o exercício de 1934
- Tabela 8.** Relação dos animais adquiridos por Alberto Zimmermann
- Tabela 9.** Relação dos animais adquiridos por Alberto Zimmermann na segunda negociação
- Tabela 10.** Relação de animais comprados por Francisco Braga
- Tabela 11.** Relação de peixes ornamentais que eram comercializados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi na gestão Carlos Estêvão de Oliveira
- Tabela 12.** Quadro de funcionários do Museu Paraense Emílio Goeldi em 1942
- Tabela 13.** Relação das subvenções federais que foram entregues ao Museu Goeldi entre 1935 a 1941
- Tabela 14.** Produção de peixes em cativeiro
- Tabela 15.** Dados referente a exportação de peixes amazônicos entre 1940 e 1944

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – REPÚBLICA, CIÊNCIA E NATUREZA	27
1.1. Um breve percurso na historiografia ambiental	30
1.2. Debates sobre a proteção da fauna amazônica no final do século XIX e início do XX.....	31
1.3. A função do MPEG na política de gestão da natureza do governo de Magalhães Barata	36
1.4. Carlos Estêvão de Oliveira e a primeira proposta de federalização do Museu Goeldi	63
1.5. A aproximação política com o governo federal e a expansão do Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi	65
CAPÍTULO II – O MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI E A SUA RELAÇÃO COM O PROJETO NACIONAL DE INCENTIVO A PISCICULTURA	80
2.1. Historiografia das Ciências no Brasil	82
2.2. A criação da CTPN e o Programa Nacional de Incentivo à Piscicultura	86
2.3. O MPEG e a CTPN: políticas desenvolvimentistas na Amazônia	95
2.4 Mulheres cientistas do MPEG: o pioneirismo de Alba Maranhão, Stella Lima e Inah Silveira para o desenvolvimento da piscicultura no Pará	117
2.5. O campo de piscicultura do MPEG em algumas imagens fotográficas	134

**CAPÍTULO III – O COMÉRCIO DE PEIXES ORNAMENTAIS NA AMAZÔNIA
PARAENSE E O PROTAGONISMO DO MPEG**

.....	147
3.1. Debates e políticas públicas sobre o mundo natural no Brasil pós-1930	159
3.2. Tensões entre o MPEG e o Serviço de Caça e Pesca	170
3.3. O convênio entre o MPEG e a Paramount Aquarium	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS	185
ANEXOS	198

INTRODUÇÃO

O controle e a integração da região amazônica mereceram particular atenção do governo brasileiro ao longo do século XX. Esse assunto foi objeto de assíduas discussões por se tratar de uma região que passou a despertar o interesse do governo norte-americano e dos bem-sucedidos grupos financeiros que almejavam explorar seus recursos naturais, considerados inesgotáveis. Na análise do historiador Seth Garfield (2009), o crescente interesse que a bacia amazônica despertou durante e após a Segunda Guerra Mundial estava relacionado à sua utilidade econômica. Com a ocupação dos seringais asiáticos pelo exército imperial japonês, o látex produzido nesta região deixou de ser fornecido à indústria norte-americana e europeia, gerando, como consequência desse processo, enormes danos financeiros aos agentes envolvidos.

Para contornar essa crise financeira, as economias industriais que haviam se tornado bastante dependentes desta *commodity* – a exemplo dos Estados Unidos da América – implementaram uma série de medidas visando diversificar os mercados fornecedores, além de investir no desenvolvimento da borracha sintética. Os adeptos progressistas do New Deal acreditavam que a produção de látex na Amazônia sustentaria a produção industrial e romperia com a dependência de fontes do sudeste asiático (Garfield, 2009).

A Amazônia brasileira ocupou papel relevante na política de recuperação fomentada pelos Estados Unidos da América após a quebra da Bolsa de Nova York (1929) e também com a interrupção do fornecimento de látex asiático. Essa aproximação foi intermediada mediante acordos diplomáticos e políticas culturais subsidiadas pela Política da Boa Vizinhança com vistas a estabelecer parcerias comerciais com a América Latina, sem, contudo, torná-la um competidor em potencial. Essa política de estado recebeu forte influência da teoria da dependência e se expressou por meio de filmes comerciais, documentários e também na literatura cujo eixo temático procurava ressaltar a natureza amazônica e a sua suscetibilidade intrínseca para a modernização, bastando para isso o capital e o aparato tecnológico que só os países mais desenvolvidos dispunham (Weinstein, 2007).

Em março de 1942, EUA e Brasil, através dos Acordos de Washington, definiram novas diretrizes para a exploração do vale amazônico. O acordo bilateral previa, de um lado, ajuda técnica e financeira dos EUA às políticas desenvolvimentistas do governo brasileiro. Em contrapartida, o Estado brasileiro assumiria o compromisso de fornecer borracha silvestre e minerais para a indústria norte-americana.

O aparato tecnológico e os recursos financeiros disponibilizados pelos EUA ao governo brasileiro, previstos nos Acordos de Washington, ajudaram no incremento da política desenvolvimentista de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), pois propiciaram a eclosão de uma complexa engenharia institucional na Amazônia, constituída, em sua configuração organizativa, pelo Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA), requalificado anos mais tarde como Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores (CAETA), o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAAPP) (Guillen, 1997; Secreto, 2011). Buscava-se, com isso, garantir, ao mesmo tempo, suprimento de matéria-prima às demandas dos países aliados envolvidos na Segunda Grande Guerra e a integração territorial desta região ao restante do país, consubstanciadas no programa governamental Marcha para o Oeste e no Discurso do Rio Amazonas.

Esse projeto não foi consolidado apenas com investimentos financeiros. O governo brasileiro também adotou estratégias político-ideológicas visando validar sua intervenção na Amazônia. Inúmeras representações foram forjadas pela elite intelectual que estava vinculada aos planos nacionalistas do governo interventor e por meio delas procurou-se explicar as razões que teriam impedido o desenvolvimento socioeconômico da região durante séculos.

Andrade (2010), analisando a produção literária acerca da região amazônica no contexto da ditadura varguista, conseguiu identificar a influência intelectual que alguns escritores brasileiros tiveram na configuração do imaginário político e ideológico do novo regime. Para o autor, os escritos de Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Rangel (1871-1945) e Alfredo Ladislau (1882-1934) transcenderam os limites do seu contexto de produção. Essa produção literária surgiu na Primeira República e abordava diversos temas envolvendo a região amazônica, tais como: clima, civilização e natureza. As obras dos três autores apareceram em contextos bem específicos desse período. Enquanto as obras de Cunha e Rangel vieram a lume no auge da economia da borracha, a de Ladislau foi publicada em 1924, isto é, quando as exportações de látex tinham entrado em colapso, afirma Andrade.

No contexto sociocultural da “República Velha”, o vale amazônico é visto pela tangente do neohipocratismo, darwinismo social e determinismo climático e geográfico (Arnold, 2001). Cunha, Rangel e Ladislau receberam forte influência dessas concepções

teóricas que, de acordo com Arnold (2001), estavam em voga em fins do século XIX e início do XX. Por meio delas, aqueles autores procuraram explicar a realidade social da Amazônia. Para eles, a natureza circundante exercia um papel totalizante e determinante na vida dos grupos humanos que habitavam essa região. Nesse sentido, a natureza apresentaria uma dualidade esquizofrênica, pois, ao mesmo tempo em que oferece o sustento de que carece o ser humano para garantir a sua sobrevivência, por outro lado, cria obstáculos quase intransponíveis para viabilizar sua colonização (Andrade, 2010).

Algumas das ideias e reflexões propostas por Cunha, Rangel e Ladislau sobre a região foram absorvidas e reelaboradas pelo pensamento social dos intelectuais estadonovistas. Para os ideólogos do novo regime, os males que acometiam a região não estavam associados aos fatores climáticos e ambientais, mas sim aos governos da República Velha (Andrade, 2010). Esse argumento foi usado recorrentemente para justificar o projeto de Estado do governo interventor na Amazônia. Segundo Mônica Pimenta Velloso (1982), essa linhagem de intelectuais estava dividida em duas categorias e desempenhava funções bem específicas no projeto ideológico do novo regime, mas que eram complementares. A primeira categoria seria formada pela “elite intelectual” e a ela coube o encargo de elaborar e manipular as representações que conformariam a retórica governista. Na segunda categoria estavam os “intelectuais menores” e a tarefa a eles delegada foi difundir, através dos diferentes canais de comunicação, o imaginário social concebido pela elite intelectual.

O pós-1937 é marcado por uma efervescente atividade intelectual no Brasil e é nesse contexto que a Amazônia passa por nova significação política e cultural. Inúmeros intelectuais colaboraram para a elaboração e publicização do ideário varguista, cuja legibilidade assegurou a sua legitimação perante os diferentes segmentos sociais. Cassiano Ricardo foi um dos ideólogos mais ardorosos do governo estadonovista e a sua contribuição intelectual foi sumamente importante para estimular o desenvolvimento e a sacralização do projeto de integração econômica das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, o qual foi denominado Marcha para o Oeste. Ambas as regiões aparecem no discurso oficial como espaços ‘vazios’ e ‘desabitados’. Por esse motivo, precisariam ser incorporadas ao corpo da nação. Contudo, afirma Andrade *et. al.* (2007), esse projeto de auto colonização e integração econômica pensado para a realidade amazônica era inseparável do Plano de Saneamento que estava sendo coordenado pelos médicos sanitaristas Felipe Nery Guimarães, Evandro Chagas, Ernani Agrícola, João de Barros Barreto e Valério Konder na década de 1940, cujo objetivo central era combater a malária. Esse projeto sanitário se desdobraria em duas frentes, concentrando-se primeiramente na Amazônia – com destaque para os estados do

Amazonas e Pará –, e a posteriori seria ampliado para todo o território brasileiro. Os estudos conduzidos pela Comissão de Saneamento revelaram as condições de ocorrência da doença, incluindo a característica domiciliar e peridomiciliar, a existência de focos de transmissão, o que possibilitou a elaboração de um mapa endêmico (Andrade, 2007a, 2007b).

Os trabalhos realizados pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) na Amazônia assumiram função primordial no combate à malária. Como resultado dos Acordos de Washington (1942) e dos desdobramentos da política desenvolvimentista de Vargas que estavam em curso naquele período, foi organizada na cidade de Belém, com o aval do Presidente da República, Getúlio Vargas, e do Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, uma sofisticada infraestrutura sanitária subordinada ao SESP, que comportaria toda a logística, departamentos e pessoal qualificado que atuaria na linha de frente do plano de saneamento junto do Instituto de Patologia Experimental do Norte (Ipen) e do Serviço de Estudo das Grandes Endemias (Sege), ambos frutos de parcerias firmadas entre os governos estadual e federal desde a década de 1930. Todos os esforços convergiam para a interiorização da saúde pública no vale amazônico e também para o esforço de guerra (Costa, 2021).

Esse conjunto de interpretações e representações acerca da Amazônia foi elaborado em contextos bem definidos e foi apropriado para justificar e legitimar projetos governamentais, tal como ocorreu com os escritos de Cunha, Rangel e Ladislau. Para Coelho (2001, p. 190), os escritos de literatos e historiadores acerca da Amazônia proporcionam “uma visão de processos sociais passados, demarcando campos de investigação, modelos interpretativos e debates historiográficos”. Esse grupo de intelectuais foi definido pelo autor como intérpretes da Amazônia. Em minha análise, as narrativas elaboradas por eles converteram essa região em ponto de convergência de representações. Nesse repertório de representações, podemos perceber um território constituído por camadas sobrepostas de significantes e significados. Embora não seja meu objeto de análise, o estudo sobre o território e os sentidos a ele atribuídos são essenciais para se compreender o modo como os governos e a sociedade em geral organizavam sua vida social e cultural, conforme veremos ao longo desta dissertação.

Carlos Estêvão de Oliveira (1880-1946) pode ser considerado um desses intérpretes da Amazônia. Sua atuação científica e política à frente do MPEG, entre 1930 e 1945, comprova uma dada representação da região. É a ele e à instituição que dirigiu que essa dissertação se dedica, como será detalhado nos tópicos a seguir.

Reformas político-institucionais e a requalificação do Museu Paraense Emílio Goeldi

No Brasil, com o triunfo do movimento revolucionário em 1930, foi realizada uma série de reformas político-institucionais. A centralização do poder decisório e a criação do sistema de interventorias possibilitaram ao chefe do executivo federal um controle administrativo mais rigoroso das unidades federativas, além de limitar a atuação política das elites agrárias insatisfeitas com a nova burocracia estatal. O apoio da jovem oficialidade do Exército que havia participado ativamente do movimento tenentista em 1920 e de aliados civis simpáticos às propostas reformistas defendidas pelo novo regime, foram incontestavelmente decisivos para a sacralização desse projeto de Estado assumidamente autoritário e nacionalista.¹

Os anos iniciais do governo Vargas se caracterizaram pelo surgimento de novas instituições e conselhos técnicos. Para impulsionar o desenvolvimento econômico e industrial do país, a alta burocracia do governo federal deliberou, em 1934, pela criação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV) e do Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA), os quais estavam atrelados à esfera do recém-criado Ministério da Agricultura.² A fundação do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas (SNPA) em 1938 foi a expressão mais acabada dessa política desenvolvimentista, materializada através dos Institutos Agronômicos Regionais, a saber: o Instituto Agronômico do Norte (Belém/PA), o Instituto Agronômico do Nordeste (IAN) (Recife/PE), o Instituto Agronômico do Leste (IAL) (Cruz das Almas/BA), o Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola (IEEA) (Campo Grande/RJ), o Instituto Agronômico do Oeste (IAO) (Sete Lagoas/MG), e o Instituto Agronômico do Sul (IAS) (Pelotas/RS). A principal atribuição desses institutos seria “promover a pesquisa e conduzir os trabalhos experimentais que visassem o progresso da agricultura regional sob jurisdição”.³

¹ O governo Vargas é um tema bastante recorrente na historiografia brasileira. Citamos alguns trabalhos: CAMARGO, A. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999; CARVALHO, J. M. Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro. In: D'ARAÚJO, M. C (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999; CARVALHO, M. A. R. A crise e a refundação republicana, em 1930. In: CARVALHO, M. A. R. de. (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2001.

² A promulgação do decreto n° 23.979 de 8 de março de 1934 e o decreto n° 24.540 de 3 de julho do mesmo ano levaram ao surgimento de todos esses departamentos, considerados estratégicos para o projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas.

³ Instituto Agronômico do Norte: histórico, objetivo, organização, pesquisas, p. 4. Instituto Agronômico do Norte. Biblioteca: Embrapa Amazônia Oriental. ID: 4674-1, Registro: 00634. Belém, PA, 1962.

Além da preocupação com o aumento e a diversificação da produção agrícola, a alta burocracia estatal se ocupou também com o incremento da produção de proteína animal. Essas ações e projetos de âmbito federal ansiavam fomentar a industrialização do Brasil através de medidas protecionistas e intervencionistas que se caracterizaram pela redução de importações estrangeiras, pelo incentivo à exportação de produtos nacionais mediante apoio fiscal e pela restrição à privatização de empresas nacionais por grupos financeiros estrangeiros. Em parceria com grupos empresariais e investidores brasileiros, o governo getulista almejava reduzir o predomínio do modelo agroexportador ao concentrar investimentos na construção de uma nova e moderna infraestrutura industrial capaz de impulsionar o crescimento econômico e social do país. O eixo Rio-São Paulo lideraria esse projeto desenvolvimentista, pois, no pensamento social do novo regime, era a região que mais possuía parques industriais e tecnologia, enquanto os recursos naturais da Amazônia garantiriam o fornecimento de matéria-prima. Fica bem caracterizada nessa divisão de tarefas e funções imposta pelo Estado brasileiro a relação de dependência entre centro e periferia.

O governo brasileiro também apostou na defesa daquilo que passou a ser entendido pelo seu imaginário político e ideológico como patrimônio biológico, etnológico, arqueológico, faunístico e florístico do Brasil. Para levar a efeito esse projeto governamental de caráter nacionalista, o executivo federal, em parceria com cientistas, intelectuais e funcionários públicos, determinou a criação de diversos institutos técnico-científicos federais, que se tornaram referência na produção e difusão de conhecimentos científicos, no controle e na fiscalização do território nacional, em ações voltadas para a salvaguarda da cultura material e imaterial das comunidades indígenas, e na patrimonialização de bens públicos e naturais com o objetivo de assegurar a unidade territorial, cultural e histórica do país.⁴ Por exemplo, com a promulgação do decreto n. 23.311, de 31 de outubro de 1933,⁵ surge o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFEACB), estando subordinado ao Ministério da Agricultura. Em 1937, o Ministro da Educação e Saúde Pública,

⁴ O tema da política de ocupação e controle do território nacional brasileiro implementada no governo Vargas possui uma vasta bibliografia, alguns dos quais serviram de inspiração para a escrita dessa dissertação. Sugiro a leitura de alguns trabalhos relacionado a essa temática, como: GRUPIONI, L. D. B. **Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil.** São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998. CHUVA, M. R. R. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. CASAZZA, I. F. **Proteção do patrimônio nacional brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto 1914-1961.** Tese de doutorado (História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: 2017.

⁵Fonte:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24337-5-junho-1934-503537-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Gustavo Capanema, através do decreto-lei n. 25,⁶ determina a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN). Em 1934, foi baixado o decreto-lei n. 24.609, autorizando a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no entanto, oficialmente, o referido instituto surgiu apenas em 29 de maio de 1938, com a regulamentação do Instituto Nacional de Estatística (INE).⁷ Outro exemplo desse processo foi a requalificação do Serviço de Proteção Indígena (SPI) no pós-1930. O SPI teve suas raízes fincadas na Primeira República, mas, com a instauração do novo regime e das políticas nacionalistas que criou, esta instituição, assim como as que foram brevemente mencionadas por mim, adquiriu importância estratégica na política de ocupação e integração das regiões de fronteira.

Esses institutos técnico-científicos federais estabeleceram parcerias interinstitucionais entre si e também com instituições públicas não federalizadas. Um dos núcleos científicos brasileiros que mais esteve envolvido nessa política de Estado foi o Museu Paraense Emílio Goeldi (PA). Sob a gestão de Carlos Estêvão de Oliveira, a instituição estabeleceu inédito intercâmbio científico com institutos e conselhos técnicos federais sediados em sua grande maioria no Rio de Janeiro, então capital da República. Essa nova engenharia institucional forjada na Era Vargas também possibilitou aos intelectuais e cientistas brasileiros sua circulação em outros domínios institucionais e a acumulação de cargos na administração pública, seja na esfera federal e estadual.

A atuação política e científica de Carlos Estêvão de Oliveira no aparelho estatal da Era Vargas foi exemplar no que concerne à participação de cientistas e intelectuais na formação do Estado brasileiro. Participou do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB), onde exerceu a função de delegado do estado do Pará até 1941, e também foi membro consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), onde se envolveu na elaboração de projetos voltados para a patrimonialização e monumentalização de bens públicos e naturais e também de objetos de valor histórico e artístico. Em ambas, a questão da defesa e proteção do patrimônio nacional brasileiro aparece institucionalizada (Casazza, 2022). Para Malhano (2002) e Chuva (2009), a gênese do SPHAN estava intimamente associada às políticas culturais que haviam sido levadas a efeito pelo governo estadonovista com a finalidade de reorganizar o campo patrimonial brasileiro. Esse processo levou ao surgimento de uma concepção de monumentalidade que estava

⁶ Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm.

⁷ Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24609-6-julho-1934-515214-publicacaooriginal-1-pe.html>.

fundamentada em uma ideologia nacionalista, concebida por intelectuais e arquitetos modernistas, por meio da qual almejavam encontrar uma definição para a identidade brasileira.⁸

Uma breve biografia de Carlos Estêvão de Oliveira

De origem pernambucana, Carlos Estêvão de Oliveira (ver Figura 1) migrou para o estado do Pará no ano de 1908, em companhia do irmão mais velho, Luís Estêvão de Oliveira, por questões de ordem política. Carlos Estêvão diplomou-se em Direito, um ano antes de se transferir para Belém, e, a convite do governador Augusto Montenegro, exerceu a função de promotor de justiça em Alenquer por alguns anos. No fim do mandato do governador João Antônio Luís Coelho (1909-1913), sucessor de Augusto Montenegro, Carlos Estêvão foi transferido do município de Alenquer para a cidade de Belém, em 13 de fevereiro de 1913, para assumir a função de segundo prefeito de Segurança Pública do Estado, o que atualmente conhecemos como delegado de polícia do Estado (Cunha, 1989). Permaneceu neste cargo público por apenas um ano, pois em 29 de abril de 1914 veio a ser nomeado consultor jurídico do departamento de Obras Públicas, Terras e Viação, onde atuou por quase 16 anos consecutivos.

⁸ Esse assunto não passou despercebido às observações do historiador Jacques Le Goff (2010), cujas reflexões em torno da memória coletiva, afirma que todo documento é um monumento e a sua característica fundamental é o de impor ao futuro, de forma voluntária ou involuntária, determinada imagem de si próprias. LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 538.

Figura 1. Carlos Estêvão de Oliveira, diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi de 1930 a 1945. Fotografia e data não identificados.

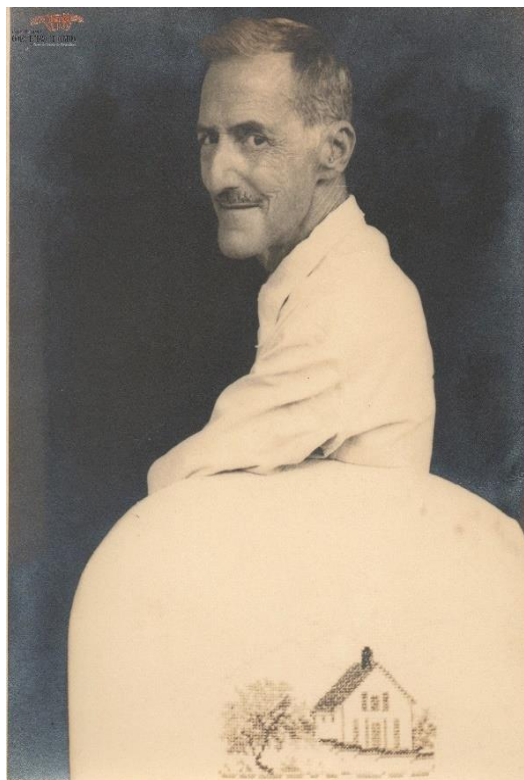


Figura 1. Carlos Estêvão de Oliveira, diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi de 1930 a 1945. Fotografia e data não identificados. Fonte: Museu do Estado de Pernambuco/MEPE Coleção fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira. Reprodução autorizada.

A essa altura, Carlos Estêvão já havia reunido uma larga experiência no funcionalismo público, tornando-se, por esse motivo, uma referência para o interventor Joaquim de Magalhães Barata⁹ (1888-1959), que não hesitou em convidá-lo para assumir a direção do Museu Paraense Emílio Goeldi no ano de 1930. A gestão de Carlos Estêvão à frente desta instituição se estendeu por quase 15 anos, sendo considerada a mais longa na história da instituição, chegando mesmo a superar a gestão do zoólogo suíço Emílio Augusto Goeldi (1894-1907).

Desde o início de sua administração, Carlos Estêvão, incentivado por Barata,

⁹ Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, ao longo da sua trajetória política, assumiu diversos cargos públicos no Estado do Pará. Foi nomeado interventor federal do Pará em 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República. Barata permaneceu no exercício desse cargo até 1935, quando, em decorrência da extinção do sistema de interventorias em 1934 bem como pela cisão que ocorreu no Partido Liberal, da qual era filiado, acabou não sendo reeleito. Somente em 1943, Barata volta a assumir o mesmo cargo, dando início a sua segunda e pouco duradoura interventoria, na qual findou dois anos depois, em 1945. Após o fim da Era Vargas, Barata foi eleito senador em 1946, exercendo esse cargo até 1954. Um ano depois, Barata lança sua candidatura para concorrer ao governo do estado e com o apoio político de Juscelino Kubitschek, então Presidente da República, consegue vencer o pleito eleitoral. Fonte: [chrome extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARATA,%20Magalh%C3%A3es.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARATA,%20Magalh%C3%A3es.pdf).

comprometeu-se com o rápido melhoramento de todos os setores do museu, sobretudo o Parque Zoobotânico. Para tanto, concentrou seus esforços na construção e restauração de áreas de contenção para animais, concebeu uma área para o plantio e desenvolvimento de diferentes espécies de palmeiras amazônicas, designada de *Palmarum*, reuniu uma valiosa coleção de peças etnológicas e arqueológicas em suas viagens pelo Pará, Maranhão, Amazonas, Bahia e Minas Gerais. Essas mudanças só foram possíveis porque Magalhães Barata exigiu que todos os municípios do Pará contribuíssem com doações monetárias e de animais vivos ao Museu Paraense, principalmente espécies curiosas e raras, conforme expresso no decreto n° 583, de 11 de janeiro de 1932.¹⁰

Além desse decreto, outros foram assinados por Barata com a intenção de permitir que o Museu Paraense Emílio Goeldi controlasse a exploração de recursos naturais e assumisse a gestão de alguns processos administrativos criados no período. Eis alguns exemplos: decreto de 23 de abril de 1931, prevenia a derrubada de matas para roçados e a extração de madeiras de lei; decreto de 9 de setembro de 1932, legislava sobre a aquisição e exportação ilegal de cerâmicas arqueológicas; decreto de 24 de abril de 1933, dispunha sobre os peixes vivos exportados do estado do Pará; decreto de julho de 1933, previa sobre a coleta de peixes vivos para aquários e reprodução em cativeiro; decreto de dezembro de 1933, dispunha sobre as exportações de animais da fauna paraense (Cunha, 1989, p. 110). Em todos eles, o museu assumiu papel de fiscalizador de políticas públicas ou executor de atividades comerciais.

Os escritos de Cunha (1989) revelam que os trabalhos promovidos por Carlos Estêvão resultaram na reunião e conservação de aproximadamente 2.500 animais vivos no Parque Zoobotânico.¹¹ Essa meta foi alcançada graças ao grande número de doações feitas pelas prefeituras municipais do Pará e pela população local, além da reprodução de espécies em cativeiro. Ao longo dos 14 anos em que esteve na direção do Museu Goeldi, Carlos Estêvão é lembrado por sua notável capacidade administrativa. O memorialista Oswaldo Cunha, ao enfatizar sua atuação no movimento científico pós-Revolução de 1930, estabeleceu uma divisão histórico/temporal do museu, tomando como parâmetro a produtiva

¹⁰ Relação das subvenções fornecidas pelas prefeituras municipais do Estado do Pará ao Museu Paraense Emílio Goeldi de acordo com o decreto n° 583 de 11 de janeiro de 1932 baixado pelo interventor federal Magalhães Barata correspondente aos anos de 1935, 1936, 1937 e 1938. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estevão de Oliveira, Série Correspondências, Subsérie correspondência Ativa

¹¹ É importante esclarecer ao leitor que a estatística do memorialista não era um número exato e se referia apenas aos animais que estavam abrigados no jardim zoológico. Os peixes criados no campo de piscicultura não estavam incluídos.

administração de Oliveira. Sua gestão seria um marco divisor entre o “antigo” museu e a “moderna” instituição que surgia na Era Vargas, apesar das dificuldades financeiras pelas quais o estado e o próprio museu passavam. Em 1945, ao deixar a direção do museu, Carlos Estêvão remeteu uma carta ao interventor, com as seguintes palavras: “Aproveitando o ensejo, quero, também, reiterar a V. Exa. [Magalhães Barata] os mais expressivos agradecimentos pela honrosíssima distinção que me dispensou, entregando-me a direção deste Instituto; e pelo apoio a mim proporcionado a fim de que pudesse desempenhar sem grandes dificuldades o elevado cargo que me confiou”. Um ano depois disso, por já se encontrar bastante enfermo, veio a falecer. O jornal *Folha do Norte*, em 6 de junho de 1946, publicou uma nota, nos seguintes termos: “Com o desaparecimento de Carlos Estêvão, o meio cultural e a sociedade sofrem imensa perda e o país um excelente cidadão” (*apud* Cunha, 1989, p. 114).

Fontes e estrutura da dissertação

Para elaborar a presente dissertação, foi realizado inicialmente levantamento de fontes documentais e bibliográficos em diversos espaços arquivísticos e bibliotecas de domínio público, situados na cidade de Belém, Recife e no Rio de Janeiro. Em Belém, por exemplo, consultei o acervo do Arquivo Público Guilherme de La Penha e da Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna – ambos localizados no Campus de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi. Também foi realizada coleta de dados no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Biblioteca Pública Arthur Vianna (setor de microfilmagem e de obras raras), e no Centro de Memória da Amazônia (CMA), cuja tutela pertence atualmente à Universidade Federal do Pará (UFPA).

Na segunda etapa da pesquisa fiz levantamento de fontes documentais na Reserva Técnica do Museu do Estado de Pernambuco em Recife. Foi compulsado algumas apostilas elaboradas por Curt Nimuendajú para ministrar o Curso de Etnologia no Museu Paraense Emílio Goeldi a pedido de Carlos Estêvão de Oliveira. Também foi explorado o acervo de Fotografias Pessoais e outros registros documentais de interesse para a pesquisa.

Como desdobramento da pesquisa, foi explorado o acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins e do Instituto Histórico Artístico Nacional – ambos localizados no Rio de Janeiro. No primeiro reuni documentos referentes ao Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil e do segundo poucos registros da atuação de Carlos Estêvão de Oliveira como membro consultivo do IPHAN. O material é constituído

por relatórios, atas, ofícios e cartas. A dissertação foi estruturada em três capítulos, cada qual apresentando alguns dos projetos institucionais desenvolvidos por Carlos Estêvão de Oliveira ao longo da sua administração como diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi. No primeiro capítulo, intitulado “República, natureza e ciência”, será analisado o contexto político-intelectual da Era Vargas e a relação dicotômica que se estabeleceu entre as políticas desenvolvimentistas e as propostas de proteção à natureza. Também será estudada a importância que o MPEG teve na política dos interventores no que diz respeito à gestão da natureza e do território nacional. Foram averiguados ainda as tentativas de federalização, a ampliação da infraestrutura de pesquisa, sobretudo a criação do laboratório de ictiologia e do campo de piscicultura. Objetiva-se, com isso, compreender, a partir de um estudo de caso, a inserção desta instituição em projetos e ações implementados pelo Estado brasileiro em meados do século XX.

O segundo capítulo, intitulado “O Museu Paraense Emílio Goeldi e a sua relação com o Programa Nacional de Incentivo à Piscicultura”, aborda a inserção do MPEG em projetos e ações de âmbito federal. A instituição durante a gestão CEO assumiu um papel estratégico na agenda política do novo governo republicano que havia definido como uma das suas principais metas a diversificação da produção de proteína animal no Brasil. O capítulo foi estruturado em três subitens. O primeiro aborda o surgimento da CTPN e as suas atribuições no Programa Nacional de Incentivo à Piscicultura. No segundo, me propus analisar o intercâmbio técnico e científico que se estabeleceu entre o MPEG e a CTPN nas décadas de 1930 e 1940, objetivando a reprodução em larga escala de peixes economicamente rentáveis. No terceiro, me ocupo do processo de requalificação institucional do MPEG e de profissionalização de funcionários em um contexto em que a piscicultura e a ictiologia assumiram importante papel nas políticas desenvolvimentistas de Vargas.

O terceiro e último capítulo trata da relação do MPEG com o mercado de aquarismo norte-americano e europeu. Busco analisar ainda quais estratégias foram criadas por CEO para que a instituição administrada por ele pudesse se beneficiar desta atividade comercial de forma exclusiva. O referido capítulo foi organizado em três subitens. O primeiro faz uma contextualização dos efeitos gerados pelos decretos baixados pelo interventor Magalhães Barata no Pará conferindo ao MPEG a exploração exclusiva de peixes ornamentais. No segundo, me propus a estudar o conflito de atribuições que se estabeleceu entre a referida instituição e o Serviço de Caça e Pesca no tocante a gestão da natureza no estado. No terceiro subitem, foi investigado a complexa rede que se formou em torno da pesca ornamental e o convênio firmado entre o MPEG e a Paramount Aquarium e as mudanças que

resultaram dessa parceria comercial.

CAPÍTULO 1 – REPÚBLICA, NATUREZA E CIÊNCIA

O contexto político-intelectual brasileiro nos anos 1930 foi fortemente marcado pela crescente preocupação com a proteção do mundo natural e a racionalidade na utilização dos seus recursos naturais. Essa preocupação foi partilhada por um grupo heterogêneo de agentes sociais, constituído por cientistas, intelectuais, técnicos e funcionários públicos que haviam vislumbrado no projeto nacionalista do governo getulista uma oportunidade favorável para desenvolver projetos e ações de âmbito federal voltados para a conservação de áreas florestais e a proteção da fauna.

Tais propostas encontraram eco no gabinete do chefe do executivo federal, pois a ideia de proteção à natureza não colidia com a política desenvolvimentista que estava em curso naquele momento. Uma preocupação comum compartilhada por essa linhagem de defensores da natureza era a de estabelecer um equilíbrio de forças entre desenvolvimento industrial e a conservação da natureza. Esse problema encontraria solução com a ciência e a tecnologia. Ambas instrumentalizariam o governo, ajudando-o a domesticar os recursos da natureza em benefício do desenvolvimento industrial e do fortalecimento da economia nacional, ao mesmo tempo que preveniria a degradação e o desperdício irresponsável. Tais argumentos permearam as ideias e os discursos dos sujeitos sociais engajados no movimento de proteção à natureza, os quais foram usados politicamente para tornar essa questão um problema de caráter nacional, que precisava ser solucionado com a participação ativa do Estado.

Tendo por base a recente historiografia ambiental, procurei historicizar alguns conceitos que ainda eram inexistentes nas circunstâncias históricas e culturais onde a questão da natureza medrou, despertando novas sensibilidades. Termos como necropolítica, desenvolvimento sustentável e ecologia política não encontravam correspondência no pensamento social da época, pois surgiram décadas mais tarde, conforme nos revelam os estudos de Franco e Drummond (2009) e de Duarte (2010).

No primeiro tópico me proponho a fazer uma breve análise historiográfica a partir dos estudos de Pádua (2010), Woster (1991), Drummond (1991) e Duarte (2005). No segundo, abordarei algumas tradições de pensamento que prevaleceram em fins do século XIX e início do século XX. No terceiro, tratarei do papel do MPEG nas políticas de gestão da natureza. No quarto, as tentativas de federalização da instituição e no quinto, o processo de expansão do Parque Zoobotânico e de construção do campo de piscicultura.

1.1 Um breve percurso na historiografia ambiental

A recente historiografia ambiental tem muito a contribuir para melhor compreendermos a relação entre as sociedades humanas e a natureza. Segundo Pádua (2010), ainda no século XX, o mundo natural também passou a se tornar objeto de reflexão histórica por parte dos historiadores à medida que a sua relação com a sociedade ficou cada vez mais evidente. O enfoque ambiental no debate historiográfico, na reflexão deste autor, contribuiu para três mudanças fundamentais: “1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; 3) a visão de natureza como história como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo” (Pádua, 2010, p. 83).

Para Woster (1991), a história ambiental apresenta três conjuntos de questões, e para respondê-las o historiador precisa dialogar com outros campos do conhecimento. O primeiro deles diz respeito ao mundo natural, aos fenômenos que regem suas dinâmicas próprias, as transformações a que se presta ao longo do tempo e as interações ecológicas mediadas por seres bióticos e abióticos. O segundo é mais caracterizado pelo domínio socioeconômico e sua relação com a natureza. Por fim, no terceiro, estão incluídos os significantes e significados que a experiência humana atribui à natureza, seja de forma individual ou coletiva, através de recursos puramente mentais ou cognitivos. Contudo, “Embora possamos para efeito de clareza distinguir esses três níveis de estudo ambiental, eles de fato constituem uma investigação única e dinâmica” (Woster, 1991, p. 221).

Na análise de Drumond (1991), as discussões historiográficas com enfoque ambiental apresentam, de forma geral, cinco características teórico-metodológicas em comum. A primeira delas diz respeito a delimitação do território escolhido para ser estudado na pesquisa. A segunda, ao diálogo entre a história e as ciências naturais. A terceira, refere-se aos sentidos que as diferentes sociedades humanas atribuem aos recursos naturais. Na quarta, processos de revisão historiográfica e, por fim, na quinta, pesquisa de campo.

Hugues (2012), ao refletir sobre a questão, pontua que a história ambiental tem quatro lições a ensinar. A primeira delas é que a história das sociedades humanas nunca esteve à parte da natureza. A segunda é que para se entender processos históricos envolvendo humanos e a natureza, o historiador não pode prescindir de estudar assuntos com os quais muitas vezes não está familiarizado, e aqui ele se refere aos que são abordados com maior propriedade pelas ciências naturais. A terceira lição é que as preocupações e dilemas

ambientais atuais tem as suas raízes históricas no passado. A quarta e última lição é que as mudanças ambientais locais não estão isoladas das que estão ocorrendo a nível planetário. Desse modo, a perspectiva de escala tem muito a contribuir para a pesquisa histórica com enfoque ambiental porque, através dessa metodologia, podemos definir o espaço físico que se quer estudar e o recorte temporal da pesquisa.

A história ambiental não exclui das suas reflexões os assuntos que são abordados pela historiografia tradicional. De acordo com o Hugues (2012, p. 5), esse campo disciplinar

[...] é útil porque pode acrescentar fundamento e perspectiva às preocupações mais tradicionais dos historiadores: guerra, diplomacia, política, direito, economia e tecnologia. É também útil porque pode revelar relações entre estas preocupações e os processos subjacentes do mundo físico. A natureza não se insere docilmente na economia humana; a natureza é a economia que envolve todos os esforços humanos e sem a qual os esforços humanos são impotentes. A história que não tem em conta o ambiente natural é parcial e incompleta.

Podemos perceber nos argumentos acima que a história ambiental tem como uma de suas finalidades fazer uma releitura do passado. Sobre essa questão, Pádua (2010) pontua que a história ambiental não busca reduzir a análise histórica apenas ao biofísico. Pautada em uma leitura dinâmica, integrativa e transversal, essa nova abordagem também inclui em sua análise aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, possibilitando ao historiador “superar divisões rígidas e dualistas entre natureza e sociedade” (Pádua, 2010, p. 97). O autor descreve essa separação como o choque entre conceitos que costumam ser tratados como antagônicos: “a imagem do ser humano e da história humana foi em grande parte construída em oposição à natureza: arte versus natureza; ordem social versus natureza; técnica versus natureza; espírito versus natureza, etc.” (Pádua, 2010, p. 68).

O trabalho de Duarte (2005), ao abordar o tema "História e Natureza", buscou dialogar com seus interlocutores por meio de perguntas e vocativos, procurando demonstrar as interseções entre história e natureza. Duarte enfatizou que a história, como conhecimento baseado em procedimentos críticos, é moldada por historiadores a partir de perspectivas variadas. Nesse sentido, a história ambiental surge como uma oportunidade de estabelecer um diálogo mais eficiente entre seres humanos e a natureza, preenchendo lacunas deixadas pela história tradicional, que frequentemente abordou o meio ambiente de forma separada e superficial.

A leitura desses trabalhos é indispensável para a construção do conhecimento histórico com enfoque ambiental porque nos permite entender processos históricos de curta, média e longa duração envolvendo humanos e não-humanos, seres bióticos e abióticos.

1.2 Debates sobre a proteção da fauna amazônica no final do século XIX e início do XX

Em 1895, Emílio Goeldi (1859-1917), diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (PA) entre 1894-1907, consternado com a matança de garças e guarás na Ilha do Marajó para a exploração de plumas, remeteu ao governador do estado do Pará, Lauro Sodré, duas representações por meio das quais solicita a urgente proibição da caça comercial de ambas as aves. Goeldi justifica o apelo alegando que “a vil carnificina praticada pelos comerciantes de penas e seus mandados” estava afetando não apenas as garças que habitavam a ilha, mas também as que viviam em outras localidades do estado do Pará, conforme se pode depreender na transcrição abaixo:

É este adorno da criação que corre o risco e os crescentes claros d'aquellas fileiras, outrora interrompidas, revoltam e indignam o espírito de todo amigo da natureza, de toda alma dotada de alma e sentimento. Quasi a penna se recusa a denunciar tamanho delito! E, entretanto, ele existe, e impudicamente se ostenta, ao dia claro, querendo dar-se no nosso mercado uns ares de negocio tão licito como qualquer outro: ha gente que não trepida em instigar o povo do interior a sacrificar hecatombes de d'aquellas bellissimas creaturas, para arrancar-lhes as poucas pennas, das quaes são precisas milhares para dar um kilogramma da hedionda mercadoria. Ha gente que manda metralhar todo o anno indiferentemente ambos os sexos, paes e filhos, deixando os cadaveres apodrecer no logar. E não satisfeito com isso, invadem os ninhaes e ensoam com sangue dos paes, a quem o amor para a prole torna menos ariscos n'aquelle tempo, o chão d'estas localidades, perecendo miseravelmente o embrião dentro do ovo por falta do calor materno e o jovem filhote sendo entregue a infallivel morte pela fome.¹²

Dois princípios nortearam os esforços do zoólogo suíço no combate ao comércio de penas de garças, a saber: questões de ordem estética e principalmente humanitária. Em relação à questão estética, Goeldi a descreve como “um dos mais fascinadores ornamentos da natureza”, apresentando-se “revestida do seu véu nupcial de deslumbrante alvura” às margens de rios e lagos, comumente acompanhada por uma “fileira interminável daqueles vultos brancos, que a nossa presença se dissolve em nuvem de neve”. Na questão humanitária, a matança de aves e a exportação de fardos de penas para o mercado norte-americano e europeu, usados na fabricação de chapéus femininos, foram consideradas pelo diretor do Museu Paraense como “um dos mais escandalosos crimes praticados contra a natureza d'este belo paíz”. Em sua avaliação, as penas de garças utilizadas em larga escala

¹² GOELDI, Emílio A. Destruição das Garças e Guarás. Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, Belém, 2(1/4), 1898, p. 28.

pela indústria da moda

[...] era mero objeto de luxo perfeitamente dispensáveis. Ora, centenas de milhares de garças hão de morrer anualmente para enfeitar chapéus de senhoras nos Estados Unidos e na França? Que estas senhoras ponham outra cousa, digo eu, e fallo de modo muito sério.¹³

Os guarás também passaram a despertar a preocupação do zoólogo, pois as penas desta ave, assim como estava ocorrendo com as garças, foram largamente exploradas por caçadores e comerciantes que delas se beneficiavam, apenas visando o lucro, sem ponderar para as possíveis consequências que tais ações poderiam desencadear. Receando um colapso populacional de ambas as aves, Goeldi, com o apoio político do governador Sodré, encaminhou, a 22 de maio de 1895, uma denúncia aos membros do Congresso Legislativo do estado do Pará, pedindo providências no sentido de regulamentar a caça de aves e impor limites ao comércio de plumas na ilha do Marajó. Suas recomendações foram as seguintes:

1º Proibir totalmente as caças de garças e de guarás durante o período de junho até fins de janeiro. 2º Recomendar os ninhaes em territorio particular, a especial protecção dos proprietários e os em territorio do Estado torna-los inviolaveis. 3º Carregar de impostos prohibitivos o comercio de pennas de garças e guarás, tanto as de proveniencia paraense, como as em transito.¹⁴

Passados alguns dias, os componentes das Comissões de Constituição e Indústria, após analisarem o ofício do diretor do Museu Paraense, emitiram um comunicado, a 11 de junho do mesmo ano, através do jornal Diário Oficial, na qual informavam:

As Comissões de Constituição e Indústria reunidas, tendo examinado o officio em que o Director do Museu Paraense reclama medidas por parte do Poder legislativo contra a destruição das garças e guarás na ilha do Marajó, e contra o commercio de pennas d'estas aves, attendendo que as providencias a tomar escapam a jurisdicção do Congresso Legislativo, porquanto são ellas da exclusiva e única competencia do Governo Municipal, são de parecer, que contendo a pretensão do Director d'aquelle estabelecimento considerações aliás uteis e criteriosas, se envia a mesma cópia aos Conselhos Municipais da Ilha do Marajó, por intermédio do Governador do Estado solicitando-lhes a decretação de severas posturas, a fim de cessarem os abusos expostos na alludida reclamação.¹⁵

O comunicado surpreendeu as expectativas do zoólogo suíço, pois ele não esperava que a denúncia apresentada junto ao Poder Legislativo seria apreciada com tanta agilidade e menos ainda que a mesma fosse receber parecer favorável. Dois fatores, possivelmente,

¹³ Idem, p. 29.

¹⁴ Idem, p. 31.

¹⁵ Idem, p. 33.

contribuíram para isso: o prestígio de Goeldi na comunidade científica brasileira e internacional e a estreita relação que ele mantinha com Sodré. No entanto, mesmo com o aval do legislativo e o apoio político do governador, os Conselhos Municipais da ilha do Marajó, após serem notificados, não se mostraram muito dispostos a cooperar na defesa das aves amazônicas ameaçadas pela caça comercial. Essas informações chegaram ao conhecimento do diretor do Museu Paraense através de uma rede de informantes, constituída em sua avaliação por “pessoas fidedignas e insuspeitas”, que o mantinha a par dos acontecimentos pertinentes ao assunto.

Nesse mesmo período, Goeldi recebeu uma epístola manuscrita em inglês remetida por um naturalista norte-americano radicado em Belém, cujo nome não me foi possível identificar. O missivista manifestou a sua admiração pela iniciativa que havia sido tomada por Goeldi junto ao chefe do executivo estadual e as demais autoridades políticas locais, mas também fez algumas críticas em relação ao caráter limitante e pouco eficaz que as medidas apresentavam se os mecanismos de controle fossem aplicados apenas na ilha do Marajó e não fossem estendidos a todo o território paraense. Veja abaixo um trecho da epístola recebida pelo zoólogo:

V. fez também coisa admirável chamando a atenção da legislatura sobre a hedionda destruição de garças e guarás. Mas não se devia tomar medidas; devia ser considerado crime, sujeito a multa pesada e cárcere duro, matar uma só, sera esta dentro em pouco tempo extinta, como o Dodo na Nova Zelândia. Conheço enseadas que em outros tempos eram brancas de garças e hoje dificilmente se descobre uma única. A lei não devia ser restrita só ao Marajó, mas vigorar em todo o Estado, pois estando aquela ilha prestes a esgotar-se, estão destruindo as garças já em todo rio acima.¹⁶

Na avaliação do naturalista norte-americano, não bastava apenas proibir a caça de garças e guarás na região para acabar com o comércio de penas e garantir a sobrevivência de ambas na natureza, era fundamental também o uso de medidas mais rigorosas pelo Estado como o pagamento de multas e o cárcere a quem desrespeitasse as leis de cada prefeitura municipal. Buscando acabar definitivamente com a matança de aves amazônicas e principalmente com o fornecimento de penas para a indústria da moda, Goeldi propõe a Sodré a adoção de novas diligências em 1896, a saber: a proibição da exportação de penas e a propaganda contra o uso dessa mercadoria nos países consumidores (Goeldi, 1898).

Nenhuma das propostas sugeridas pelo zoólogo suíço foram aceitas pelo Congresso

¹⁶ Idem, p. 35.

Legislativo. Como o comércio de penas tinha se transformado em uma atividade comercial bastante lucrativa – inclusive para a burocracia estatal que dela se beneficiava diretamente com a cobrança da taxa de exportação recolhida pela Recebedoria de Rendas – as propostas sugeridas naquela ocasião foram consideradas inoportunas porque acarretariam a perda de impostos, sacrifício que a maioria dos deputados estaduais não estava disposta a fazer, mesmo com a cotação do látex silvestre em alta no mercado internacional. Ante a negativa, Goeldi resolveu adotar uma postura mais conciliadora ao propor a criação de garças e guarás em cativeiro. Em sua avaliação, essa alternativa satisfaria os anseios das partes envolvidas, pois, se de um lado ajudaria na manutenção do comércio de penas, de outro solucionaria o problema da matança indiscriminada de aves (Goeldi, 1898).

Antes de ser contratado pelo governador Lauro Sodré para dirigir o Museu Paraense de História Natural e Etnografia em Belém, Goeldi trabalhou por alguns anos no Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde assumiu cargos relevantes na seção de zoológica. De acordo com Studer (1917) e Sanjad (2009), o zoólogo suíço, durante o período em que permaneceu na instituição carioca, produziu aproximadamente cerca de 30 trabalhos, incluindo artigos científicos, notas de pesquisa, relatórios e crônicas, os quais foram publicadas em revistas suíças e alemãs. Nesse mesmo período, Goeldi também atuou como perito do Ministério da Agricultura, onde teve a oportunidade de sugerir a elaboração de leis venatórias gerais, após constatar os impactos que a caça comercial estava causando em todo o país. Segundo o zoólogo: “diversos ministros mostraram-se inclinados em aceitar a proposta, mas sempre se retiraram antes de ter dado um passo decisivo” (Goeldi, 1898, p. 31). Apesar disso, os esforços de Goeldi não foram em vão. Seus livros sobre história natural do Brasil e os pronunciamentos que fez na imprensa local levaram alguns municípios cariocas a tomarem providências para controlar a exploração da natureza.

Um fato contraditório ainda pouco conhecido pela recente historiografia é que durante a gestão Goeldi, o MPEG também esteve envolvido com a caça e o extermínio de animais silvestres. No início do século XX, por exemplo, a elite regional paraense, composta em parte por pecuaristas e fazendeiros da ilha de Mexiana, no Marajó, solicitaram a colaboração da instituição para fazer o controle populacional de jacarés através da matança de vários exemplares. Essa medida foi tomada à época porque a taxa populacional de jacarés havia crescido substancialmente ao longo dos anos e isso passou a preocupar a elite agrária que tinha na pecuária uma de suas principais fontes de renda e a reprodução do patrimônio familiar (Coelho & Silva, 2024).

Como as expedições de coleta promovidas pelo MPEG ocorriam com certa

frequência na ilha do Marajó e as fazendas funcionavam como uma espécie de ponto de apoio para a realização dos trabalhos, Goeldi não se negou em atender esse apelo. A matança indiscriminada de jacarés provenientes da fauna amazônica contou com a colaboração de funcionários da instituição e de vaqueiros marajoaras e resultou na morte de aproximadamente 800 exemplares em apenas dois dias. Segundo Coelho e Silva (2024, p. 8), esse “episódio expõe as limitações e contradições dos cientistas no que tange a proteção da natureza e a sensibilidade em relação a interação entre o homem e o mundo natural”.

O avanço da caça e a comercialização de animais silvestres no Brasil também se tornou objeto de preocupação de Hermann von Ihering (1850-1930), diretor do Museu Paulista entre 1895-1916. Indignado com a forma imprevidente e criminoso que o homem vinha explorando a natureza, escreveu em 1911 um artigo sob a epígrafe “Devastação e conservação das matas”, no qual faz duras críticas à postura do governo brasileiro no que se refere à ausência de políticas públicas voltadas para a regulamentação das atividades de caça e pesca, além de outros recursos da natureza. Para ele, essa situação colocava o Brasil em uma posição delicada e “pouco lisonjeira” no cenário internacional. A matança indiscriminada de pássaros, beija-flores, garças e outras aves de plumas era frequentemente noticiada por revistas europeias como uma forma de pressionar as autoridades políticas brasileiras a pôr fim ao comércio de penas e acertar os passos com as “civilizações adiantadas”. As notícias apontavam Brasil e Peru os países que mais exportavam plumas e pássaros taxidermizados para o mercado consumidor norte-americano e europeu. Outra preocupação manifestada pelo zoólogo foi o manejo imprevidente da ictiofauna e a exploração comercial de espécies arbóreas (Ihering, 1911).

É importante esclarecer, todavia, que a caça sistemática de animais silvestres não ficou circunscrita ao território brasileiro. Por exemplo, também se verificou de forma intensa no Caribe entre os séculos XVIII e XIX, com a valorização da carne e do óleo extraído da banha das focas-monge. Além da caça comercial, Jorgensen (2021) também considera a coleta das focas-monge para compor as coleções de instituições museológicas e zoológicas como algo relevante no processo de defaunação desta espécie. Antes de ser declarada extinta na década de 1950, essa foca vivia particularmente em Cuba, Yucatán e Bahamas. Certamente que a coleta científica de algumas centenas de exemplares provocou impactos na população do animal, mas não na mesma magnitude da caça comercial, que matava muitos milhares de animais em uma única expedição.

Outro exemplo pode ser averiguado no caso da caça aos antílopes africanos no século XIX. Segundo Nigel Rothfels (2019), a literatura de caça e de viagem exerceu grande

influência na formação de caçadores de antílopes entre os séculos XIX e início do XX. Estas memórias de caça, embora às vezes pareçam apenas retratar cenas de violência e sofrimento, fornecem uma visão valiosa sobre as concepções e práticas culturais da época envolvendo os animais e a natureza. O foco nos antílopes como objeto de pesquisa contribuiu para a compreensão de como as memórias de caça moldaram a percepção de caçadores, naturalistas e conservacionistas.

1.3 A função do MPEG na política de gestão da natureza do governo de Magalhães Barata

No estado do Pará, os ideais de proteção à natureza ficaram à margem do projeto político dos interventores federais que atuaram nesse período. A agenda política do interventor Magalhães Barata (1930-1935) estava visceralmente associada à política nacionalista do poder central, incluindo a implementação de reformas estruturais na administração pública, a redefinição da divisão territorial e administrativa dos municípios, a reforma tributária e agrária, além da estatização da produção aurífera e de outros metais preciosos.¹⁷ Uma breve análise se faz necessária para entender o contexto político e intelectual do estado do Pará, sobretudo no campo ambiental, e como o Museu Paraense Emílio Goeldi foi inserido nas políticas de controle e gestão do território brasileiro.

Visando moralizar a administração pública, Barata promoveu, no início do seu mandato como interventor estadual, uma tensa campanha de perseguição política contra os ex-governadores da República oligárquica no Pará. Consoante as alegações do interventor, os ex-governadores Antonino Emiliano de Souza Castro, Dionysio Ausier Bentes e Eurico de Freitas Valle haviam cometido abuso de autoridade ao fazerem “aplicação indebita e irregular de dinheiro público”, conforme prevê o decreto n. 19.398, art. 6º. Souza Castro foi governador do estado do Pará entre fevereiro de 1921 e fevereiro de 1925. Com o fim do quadriênio, Ausier Bentes passa a ocupar o mesmo cargo, cujo mandato se estendeu até 1929. O governo de Eurico de Freitas Valle teve existência efêmera com a Revolução de 1930. Permaneceu neste cargo menos de um ano. Segundo a Contadoria da Secretaria da Fazenda, Souza Castro, Ausier Bentes e Freitas Valle fizeram uso da “verba de propaganda” para beneficiar diversos funcionários, inclusive “pessoas estranhas”, alguns dos quais sem

¹⁷ Belém, 03, 07 de janeiro de 1931. Coleção de decretos e portarias. Fundação Cultural do Estado do Pará. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

qualquer relação com o funcionalismo público.

Os decretos n. 85, 88 e 92, baixados pelo interventor Magalhães Barata em 07 de janeiro de 1931, determinaram o sequestro dos bens dos ex-governadores do Pará para reparar os danos causados aos cofres públicos. Foram confiscadas da conta bancária de Antonino Emiliano de Souza Castro, Dionysio Ausier Bentes e de Eurico de Freitas Valle, respectivamente, as quantias de 113:734\$233 (cento e treze contos, setecentos e trinta e quatro mil, duzentos e trinta e três réis), 317:692\$900 (trezentos e dezessete contos, seiscentos e noventa e dois mil e novecentos réis) e mais 198:930\$000 (cento e noventa e oito contos, novecentos e trinta mil réis).¹⁸

Os ex-governadores do Pará não foram os únicos a prestarem contas à justiça por uso indevido de verba pública. Em 1931, a Secretaria do Interior e Justiça, atendendo as determinações do interventor Magalhães Barata, mandou sequestrar os bens dos ex-prefeitos municipais de São Domingos da Boa Vista, Abaeté, Vigia, Ourém, Muaná, Igarapé-Miri, Curuçá, Arari, Baião, Aveiro, Almeirim, Afuá, Faro, para com estes ressarcir os danos causados ao fisco estadual. No que se refere à nova organização municipal estabelecida, Barata assim procedeu após avaliar o déficit orçamentário de algumas prefeituras e as dificuldades que cada uma estava enfrentando para custear serviços públicos considerados fundamentais. Em 1930, havia apenas 52 prefeituras municipais, sendo que 30 delas apresentavam renda inferior a 50:000\$000 (cinquenta contos de réis). Essas prefeituras foram consideradas inaptas a ter autonomia administrativa e, sob essa justificativa, foram anexadas aos municípios de renda superior, na qualidade de zonas distritais.

Os municípios de Viseu e Macapá¹⁹ tiveram substancial importância para a economia paraense no período. O território pertencente a ambos detinha grandes reservas de ouro e pedras preciosas, com destaque para as jazidas do Gurupi e do Piriá e também do Alto Calçoene. A precariedade do serviço de fiscalização e de regulamentação da atividade aurífera nos aludidos municípios abriu margem para a exploração clandestina de minas e jazidas minerais, grilagem de terras e aumento exponencial da violência no campo. Tal situação acarretou enormes danos ao patrimônio fundiário do Estado.

Para controlar a produção aurífera no município de Viseu e coibir os abusos, arbitrariedades e crimes que estavam sendo praticados, o interventor lavrou o decreto n. 36,

¹⁸ Belém, 02, 03 e 07 de janeiro de 1931. Coleção de decretos e portarias. Arquivo Público do Estado do Pará. Setor de Obras Raras, p. 7, 10 e 17.

¹⁹ É importante esclarecer ao leitor que o estado do Amapá ainda não havia sido criado neste contexto. Por esse motivo Macapá aparece na documentação como município do estado do Pará.

de 04 de dezembro de 1930. O mesmo procedimento foi utilizado para administrar o serviço de mineração no município de Macapá. Em abril de 1931, a equipe econômica do interventor Barata estabeleceu o imposto sobre o ouro, onde foi definido, que o município do Amapá e de outros pontos do Estado, com exceção apenas dos rios Gurupi e Piriá, estavam obrigadas a pagar, a partir daquele momento, 20% ad valorem ao Estado, 2,5% ao território de origem e 2,5% ao município de Belém. O ouro do Amapá destinado a Belém deve vir com guia de exportação da coletoria estadual, sob pena de apreensão e multa. Essa guia passou a ser exigida nas exportações para outros municípios, estados ou exterior. Coletorias estaduais do interior estavam responsáveis por fiscalizar a exportação do ouro.

Por se tratar de um território que faz fronteira com a Guiana Francesa e o noroeste do Suriname, a interventoria do Pará organizou um sistema regular de fiscalização nesta localidade, constituído apenas por coletores estaduais, sem o apoio efetivo de um destacamento militar, cuja tarefa era impedir a evasão de metais e gemas preciosas. É importante destacar ainda que esse conjunto de medidas era reflexo do que estava ocorrendo em âmbito nacional. Em julho de 1931, isto é, três meses depois, foi lavrado o decreto n. 421, dando nova organização ao serviço administrativo e de fiscalização.

O território do Amapá onde ocorria a exploração do ouro ficou sujeita a um regime especial de fiscalização, estando responsável um administrador. Cabia-lhe inventariar todas as minas existentes nesse território, fazer detalhamento histórico e capacidade provável de cada uma além de cobrar impostos. Também estava em sua competência conceder licenças a garimpagem.

Barata, um ano depois, procedeu à revisão do cálculo da dimensão territorial do estado do Pará e a confecção de um mapa geográfico, “assinalando a côres as terras devolutas e as de propriedade particular, bem como as produções nativas de cada região”.²⁰ Barata procurou justificar essas medidas ao afirmar que os governos paraenses que haviam antecedido o “Governo Revolucionário”, em quarenta anos de República, não haviam logrado êxito em elaborar um mapa geográfico do estado que apresentasse dados estatísticos confiáveis, pois o registro de terras não era atualizado periodicamente e os “velhos trabalhos cartográficos” ainda eram usados como referência.²¹ A elaboração de um novo mapa do território paraense com dados estatísticos e bibliografia atualizada ajudou Barata a fazer um inventário do patrimônio fundiário pertencente ao Estado, haja vista que milhares de hectares

²⁰ Leis e Decretos (1931). Belém, 04 de maio de 1931, Decreto n° 347, p. 13. Fundação Cultural do Estado do Pará. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

²¹ Idem.

de terras devolutas haviam sido cedidas a particulares e empresas nos governos da República oligárquica mediante contrato. Um exemplo disso foi a política de concessão de terras promovida no governo de Dionysio Ausier Bentes (1925-1929), com a promulgação da lei n. 2.489, em 4 de novembro de 1925, que autorizava o aforamento de terras por particulares e empresas interessadas em cultivar espécies arbóreas gomíferas, formalizado mediante pacto contratual.²²

Como muitas concessões de terras tinham caducado e não foram renovadas, os concessionários acabaram tendo o direito de aforamento anulado ou cancelado pelo interventor Magalhães Barata em 1931. Com a quebra de contrato, milhares de hectares de terras devolutas foram confiscadas e incorporadas ao patrimônio fundiário do Estado.

O trabalho de mensuração e produção do conhecimento geográfico do território paraense já havia sido procedido nos primeiros anos republicanos. Naquela época, a área do estado foi estimada em 1.149.712 km². Anos depois, Henrique A. Santa Rosa, João de Palma Muniz e Emílio Martins Vicente Leão foram encarregados de proceder a novo levantamento da superfície territorial do estado e a equação a que chegaram foi de 1.350.498 km².

Em 1931, a Comissão da Carta Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, sob a égide do governo varguista, foi orientada a confeccionar um mapa nacional a partir de novos levantamentos e dados estatísticos. Durante o processo de elaboração do esquema gráfico, novos cálculos foram realizados, seguidos de revisão bibliográfica e atualização de dados. Em consequência disso, a dimensão territorial do Pará apresentou, como resultado preliminar, o número de 1.363.966 km², ou seja, um acréscimo “devido as retificações geográficas do curso do Rio Tapajóz feitas pela Comissão Rondon”.²³

Neste período, foi dada nova organização administrativa às secretarias estaduais, constituída a princípio pela Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, Secretaria da Fazenda; Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação; a Secretaria de Agricultura e Pecuária. Dias depois, outro decreto foi lavrado, autorizando a criação da Secretaria de Educação e Saúde Pública. Com isso, a Secretaria de Educação foi desvinculada da Secretaria do Interior e Justiça e, junto com a Secretaria de Saúde, formou uma única pasta. Assim, várias instituições hospitalares e de ensino foram subordinadas à Secretaria de Educação e Saúde Pública, da qual passaram a fazer parte o Hospício de Alienados, o asilo de Mendicância, a Enfermaria Militar dos Bombeiros Municipais, o Hospital São Sebastião, o

²² Idem.

²³ Ibidem.

Hospital São Roque e o Hospital Domingos Freire, a Escola Normal, o Ginásio Paes de Carvalho, o Instituto Lauro Sodré, o Instituto Gentil Bittencourt, o Instituto Carlos Gomes, a Instrução Primária do Estado, a Biblioteca e Arquivo Público, o Orfanato Antônio Lemos, a Faculdade de Farmácia e de Direito e, por fim, o Museu Paraense Emílio Goeldi.²⁴

Para uma melhor compreensão do contexto histórico, faz-se necessário fazer uma breve análise sobre as mudanças que ocorreram no âmbito administrativo com a transição da República “Velha” para a “Nova” República, processo esse que se fez acompanhar por intensas disputas políticas. Três tabelas foram organizadas (Tabelas 1, 2 e 3), contendo, em cada uma, o orçamento mensal referente às despesas da Secretaria da Instrução Pública, que anos depois veio a se tornar na Secretaria de Educação e Saúde Pública. É importante ressaltar ao leitor que a situação econômica também exerceu grande influência nas decisões de cada governo, uma vez que nem todas as instituições estatais receberam o apoio político e financeiro que precisavam para desenvolver e ampliar suas atividades. A situação do Museu Goeldi foi um caso exemplar disso. As tabelas abaixo apresentam a situação financeira desta instituição nos anos de 1928, 1929 e 1931, referentes aos governos de Dionysio Ausier Bentes, Eurico de Freitas Valle e Magalhães Barata, em comparação com outras instituições da mesma secretaria.

Tabela 1. Quadro demonstrativo das despesas públicas com a Secretaria da Instrução Pública no governo Dionysio Ausier Bentes (1928).²⁵

Instituições públicas	Orçamento mensal
Faculdade de Direito	76:410\$000
Escola de Farmácia	27:300\$000
Ginásio Paes de Carvalho	216:756\$500
Escola Normal	107:734\$400
Instituto Gentil Bittencourt	101:523\$900
Instituto Lauro Sodré	372:162\$086
Ensino Primário	1.217:490\$288
Museu Goeldi	40:930\$200

²⁴ Belém, 12 de novembro de 1930, decreto nº 1, p. 37.; Belém, 31 de dezembro de 1930, Decreto nº 77, p. 147-148. Coleção de decretos e portarias. Fundação Cultural do Estado do Pará. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

²⁵ A Tabela 1 foi elaborada a partir dos dados fornecidos pelo relatório de governo de Dionísio Ausier Bentes. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 3ª reunião de sua 12ª legislatura, a 7 de setembro de 1926 pelo Governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes. Arquivo Público do Estado do Pará.

Biblioteca e Arquivo Público	29:723\$200
Escola de Agronomia e Veterinária	47:619\$990

Valor total das despesas: 2.237:630\$564

Tabela 2. Quadro demonstrativo das despesas públicas com a Secretaria da Instrução Pública no governo Eurico de Freitas Valle (1929).²⁶

Instituições públicas	Orçamento mensal
Faculdade de Direito	32:280\$000
Escola de Farmácia	12:079\$400
Ginásio Paes de Carvalho	88:247\$800
Escola Normal	47:867\$700
Instituto Gentil Bittencourt	46:168\$400
Instituto Lauro Sodré	117:253\$950
Ensino Primário	500:129\$400
Escola de Agronomia e Veterinária	16:920\$000

Valor total das despesas: 860:946\$650

Tabela 3. Quadro demonstrativo das despesas públicas com a Secretaria de Educação e Saúde Pública na primeira interventoria de Magalhães Barata (1931).²⁷

Instituições públicas	Orçamento mensal
Diretoria da Educação	89:880\$000
Faculdade de Direito	99:640\$000
Faculdade de Medicina e Farmácia	82:000\$000
Escola de Engenharia	6:000\$000
Ginásio Paes de Carvalho	313:240\$000
Escola Normal	164:480\$000
Instituto Carlos Gomes	36:000\$000
Instituto Dom Macedo Costa	378:180\$000
Instituto Gentil Bittencourt	107:850\$000
Orfanato Antônio Lemos	176:400\$000
Ensino Primário	2.597:773\$000
Biblioteca e Arquivo Público	30:310\$000
Museu Paraense Emílio Goeldi	76:180\$000

²⁶ A Tabela 2 foi elaborada a partir dos dados fornecidos pelo relatório de governo de Eurico de Freitas Valle.

²⁷ Os dados contidos na tabela 3 foram encontrados na Coleção de Leis e Portarias (1931).

Escola Superior de Agricultura e Veterinária	58:260\$000
--	-------------

Despesa total: 4.213:193\$000

Ao proceder a uma análise comparativa das despesas públicas entre os anos 1928, 1929 e 1931, pude observar que algumas instituições de ensino foram mais valorizadas do que outras. Historicamente falando, o Ensino Primário, o Instituto Lauro Sodré, o Ginásio Paes de Carvalho, a Escola Normal e o Instituto Gentil Bittencourt foram os estabelecimentos educacionais paraenses que tiveram condições materiais de existência e de desenvolvimento mais favoráveis. Isso pode ser constatado ao observar a elevada importância que era repassada mensalmente pelo fisco estadual ao setor administrativo de cada instituição pública citada. A situação foi diferente para as demais instituições educacionais, a exemplo do MPEG, da Escola de Farmácia (posteriormente requalificada como Faculdade de Medicina e Farmácia), da Biblioteca e Arquivo Público, da Escola de Agronomia e Veterinária (depois Escola Superior de Agricultura e Veterinária) e da Escola de Engenharia.

Em 1929, com o *crash* da Bolsa de Nova York e as consequências inevitáveis decorrentes deste acontecimento, os alicerces do sistema capitalista foram abalados profundamente. No Pará, esses acontecimentos adquiriram contornos específicos, pois havia outros fatores subjacentes que corroboraram para o aprofundamento da crise econômica enfrentada pelo governador Eurico Valle e, conseqüentemente, acabaram dificultando a capacidade de recomposição orçamentária do fisco estadual, dentre os quais cabe ressaltar: a queda nas exportações do látex silvestre amazônico e as elevadas taxas a que se via obrigado o chefe do executivo estadual a pagar para abater a dívida externa que havia sido contraída junto aos bancos londrinos nos anos iniciais do governo republicano. Conforme mostra a Tabela 2, a associação desses fatores causou uma redução substancial das despesas públicas que o governador Valle tinha com a Secretaria da Instrução Pública.

Um detalhe importante mostrado na Tabela 2 foi a desvinculação do Museu Goeldi da pasta da Instrução Pública. Por determinação do executivo estadual, a instituição passou a ser de responsabilidade direta da Secretaria de Governo, com uma subvenção mensal de apenas 18:237\$600 (dezoito contos, duzentos e trinta e sete mil e seiscentos réis),²⁸ isto é, uma redução em mais de 50% quando comparamos com a verba orçamentária de 1928. O mesmo aconteceu com as demais instituições, algumas delas com redução orçamentária próxima a 60% (ver Tabela 1).

Somente a partir de 1931, a economia paraense, após suportar um pouco mais de um

ano e meio de recessão, começou a esboçar indícios de recuperação. Essa constatação pode ser percebida quando observamos o lento processo de recomposição orçamentária da Secretaria de Educação e Saúde Pública (ver Tabela 3), uma das pastas mais afetadas. Nesse ano, o Museu Paraense Emílio Goeldi voltou para essa secretaria e teve o orçamento mensal elevado de 18:237\$600 para 76:180\$600 (setenta e seis contos, cento e oitenta mil e seiscentos réis).

A política reformista do novo governo “revolucionário” estava calcada em um projeto de estado menos federalista e mais centralizador. Fontes (2013), analisando as memórias do interventor Magalhães Barata e o seu contexto de produção, constatou a coexistência e os embates entre várias culturas políticas que haviam surgido no pós-1930, a expressar projetos políticos e modelos de governos inspirados em ideais nacionalistas e de tendência autoritária. Barata acreditava que somente um sistema político com esse perfil conseguiria superar a crise do liberalismo, tendo em vista a retomada do crescimento econômico.

Para governar um país de dimensões continentais como o Brasil, o chefe do executivo federal e as interventorias estaduais buscaram na regionalização a solução mais apropriada para a superação desse desafio político. Esse modelo de gestão do território também foi encarado, a princípio, com justificável receio pela alta burocracia estatal, uma vez que poderia favorecer a eclosão de movimentos emancipatórios nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, colocando em risco a manutenção da unidade político-territorial do país. Das inúmeras experiências realizadas no governo Vargas, uma das mais desafiadoras e inovadoras foi o sistema de planejamento e gerenciamento de informações desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (1934), embrião do atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1936) (Almeida, 2003).

Esse projeto institucional foi realizado em parceria com estados e municípios e outras instâncias burocráticas e administrativas do aparelho estatal. Consistiu na reunião, análise e processamento de informações obtidas pela equipe técnica responsável mediante censos periódicos, cujas informações obtidas eram convertidas em dados geodésicos, cartográficos e estatísticos sobre cada região brasileira. Esse procedimento técnico-científico tinha por objetivo traçar as características físicas e ambientais de cada mesorregião, o perfil demográfico que estas apresentavam em sua configuração organizacional, a infraestrutura econômica que englobava produção, circulação e consumo de bens e serviços, além de outros aspectos (Almeida, 2003).

Grande parte das ações promovidas por Barata priorizou as políticas públicas de

defesa e de fiscalização do território estadual e de controle dos recursos naturais, sobretudo nas zonas limítrofes que faziam fronteira com países vizinhos. Uma das instituições públicas mais atuantes na política baratista foi o MPEG. Por meio dessa instituição científica, o governo estadual implementou uma série de medidas inspiradas em princípios liberais e autoritários, algumas das quais buscavam conferir a si o direito exclusivo de exploração dos recursos naturais em detrimento dos interesses individuais. É importante ressaltar que essas medidas estavam em consonância com as que estavam sendo fomentadas pela burocracia institucional a nível federal.

Rafaela Paiva Costa (2014) destaca, em sua abordagem, a importância que o MPEG assumiu nas políticas públicas fomentadas pelo Estado brasileiro na Amazônia. Essas políticas objetivavam o controle, a ocupação e o desenvolvimento econômico da região – e ao MPEG caberia a função de fiscalizar e impedir a evasão do patrimônio natural brasileiro. Na concepção da autora, Carlos Estêvão de Oliveira e o interventor Magalhães Barata estavam alinhados a uma suposta corrente preservacionista que buscava proteger a fauna e a flora amazônica (Costa, 2014). Discordo dessa interpretação, pois em nenhum dos relatórios de governo produzidos na primeira e na segunda interventoria de Barata (1930-1935/1943-1945), bem como nos que foram redigidos por Carlos Estêvão de Oliveira em sua longa administração, foi encontrada qualquer evidência que comprove essa afirmativa.

As fontes utilizadas nessa pesquisa demonstram que essa instituição científica não partilhava deste projeto e muitas vezes favoreceu a caça de animais silvestres para fins comerciais. Para contornar os problemas administrativos pelos quais o Museu Paraense Emílio Goeldi estava passando, Carlos Estêvão adotou duas estratégias: inseriu a instituição em ações e projetos de âmbito federal, como o desenvolvimento de estudos ictiológicos e da piscicultura, assunto que será tratado no capítulo 2; e criou fontes alternativas de renda, como a venda de animais silvestres.

Os anos iniciais da gestão Carlos Estêvão foram marcados por inúmeros desafios. O principal deles decorria da crise da economia da borracha desde a década de 1910²⁸ e da queda da Bolsa de Nova York em 1929, cujos efeitos afetaram o fisco estadual e, conseqüentemente, as instituições atreladas à administração pública. Foi somente na primeira interventoria de Magalhães Barata (1930-1935) que o subfinanciamento do MPEG foi sendo parcialmente contornado. Recuperar o MPEG teria sido o desafio que Carlos

²⁸ Para mais informações sobre o colapso da economia da borracha na Amazônia, ver: WEINSTEIN, B. A borracha na Amazônia: expansão e decadência, (1850-1920). Trad. Lólito Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Estêvão recebeu de Barata em 1930. Segundo Figueiredo (2001, p. 183), a escolha de um experiente servidor público para dirigir o museu também tinha o propósito de integrá-lo à “mobilização de intelectuais brasileiros com o projeto de um ‘Brasil moderno’, ambicionado e divulgado pelo movimento de 1930. No Pará, muitos literatos, escritores, profissionais liberais e burocratas afeitos às letras e artes embarcaram nos planos nacionalistas do governo interventor”.

Assim, pretendia-se inaugurar uma nova fase para essa instituição, a qual estaria assentada na bandeira ideológica do varguismo. Se, nos primeiros anos republicanos, o Museu Paraense passa a ser revestido de nova significação política e social desde que foi incorporado aos ideais do regime, tal como afirma Sanjad (2010), podemos afirmar também que o mesmo processo se sucedeu com a referida instituição no aparelho estatal da Era Vargas, quando a instituição passou a fazer parte de vários programas federais implementados no país.

Em seu primeiro mandato como interventor (1930-1935), Barata mandou restituir ao nome do museu o termo “Paraense”, eliminado por um decreto de José Paes de Carvalho em 1900, quando o então governador decidiu homenagear Emílio Goeldi por sua atuação no Contestado Franco-brasileiro (Sanjad, 2010). Naquela ocasião, o nome da instituição mudou de “Museu Paraense de História Natural e Etnografia”, fixado por Lauro Sodré e Emílio Goeldi, para simplesmente “Museu Goeldi”. No primeiro governo de Barata, a instituição passou a ser chamada de “Museu Paraense Emílio Goeldi”, nome oficializado por meio do Decreto n. 525, de 3 de novembro de 1931 e conservado até os dias de hoje.

Em sintonia com os ideais nacionalistas do novo governo, todos os cargos do museu foram ocupados por brasileiros. O quadro geral de funcionários que trabalhavam nesta instituição científica estava dividido em quatro categorias: funcionários, empregados, trabalhadores e operários. No primeiro grupo estavam reunidos aqueles que desempenhavam funções científicas, técnicas, burocráticas e administrativas, com exceção de apenas um. O segundo, terceiro e quarto grupos realizavam tarefas que não exigiam conhecimentos especializados, mas que tinham a sua importância para o funcionamento das atividades do parque zoobotânico. Veja nas Tabelas 4 a 7 a relação de todos os profissionais que estavam vinculados à instituição em 1932,²⁹ e o grupo ao qual pertenciam.

²⁹ As quatro tabelas e as informações nelas contidas foram elaboradas com base no ofício n. 235 e 396 redigido por Carlos Estêvão Oliveira na qual apresenta a relação completa dos funcionários do MPEG que precisam passar por avaliação médica e o valor dos vencimentos. Esse procedimento era de praxe para os funcionários contratados pelo Estado. Belém, 19 de julho e 22 de dezembro de 1932, ofício n. 235 e 396.

Tabela 4. Lista nominal do pessoal que integrava o grupo chamado ‘funcionários’.

Nome	Função	Ordenado	Gratificação	Total
Carlos Estêvão de Oliveira	Diretor	14:400\$000	X	14:400\$000
Rodolpho de Siqueira Rodrigues	1º oficial	3:666\$666	1:835\$334	5:502\$000
Bento Chermont	1º oficial	3:666\$666	1:835\$334	5:502\$000
Abigail Mattos de Siqueira Rodrigues	1º oficial	3:666\$666	1:835\$334	5:502\$000
Anna Carreira Rabelo Mendes	2º oficial	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Steliano da Costa Homem	Chefe da Seção de Patologia Veterinária	8:400\$000	X	8:400\$000
Álvaro Camelier	Patologista	6:000\$000	X	6:000\$000
Mariano de Aguiar Filho	Químico Analista do Laboratório de Patologia	3:600\$000	X	3:600\$000
Inálio Castro	Preparador do Laboratório de Patologia	3:000\$000	X	3:000\$000
Mayr Fortuna	Desenhista litógrafo	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000
Gunnar João Jacob Pirá	Bibliotecário	X	6:000\$000	6:000\$000
Miguel Silva	Auxiliar de bibliotecário	X	2:400\$000	2:400\$000
Heráclito de Oliveira Galvão	Porteiro	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Antônio Martino de Oliveira	Jardineiro	1:600\$000	800\$000	2:400\$000

Tabela 5. Relação de profissionais vinculados ao grupo chamado ‘empregados’.

Nome	Função	Ordenado	Gratificação	Total
Joaquim Soares Monteiro	Servente	1:560\$000	X	1:560\$000
Boanerges da Silva	Servente	1:560\$000	X	1:560\$000
João de Alcântara Lima	Guarda do Jardim Zoológico	2:400\$000	X	2:400\$000

Cândido Raimundo de Oliveira	Servente	1:560\$000	X	1:560\$000
Hemenegildo Fernandes	Guarda de portaria	1:800\$000	X	1:800\$000

Tabela 6. Lista nominal do pessoal que compõe o grupo chamado ‘trabalhadores’.

Manoel Peres
Pantaleão Queiroz
José Gomes Bezerra
Lucas Evangelista de Souza
Manoel Dias
Joaquim Vianna da Silva
Josias Xavier de Moura
Carlos Augusto de Vilhena
João de Deus Abreu
Francisco Ignácio Texeira
Benedito Freire Bandeira
Secundino de Aguiar Nunes
João Félix de Araújo

Tabela 7. Pessoal que trabalhava como ‘operariado’.

Isidoro de Castro
Sevulo Ramos da Motta
Jeremias Moura

Com a promulgação do decreto n. 740, de 2 de setembro de 1932, a interventoria instalou um Laboratório de Patologia Veterinária dentro do MPEG, confiando a sua direção a Steliano da Costa Homem,³⁰ professor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Pará e criador do curso de Medicina Veterinária.³¹ O referido laboratório foi dotado de salas para microbiologia, solutos injetáveis, esterilização, química biológica, química analítica, toxicologia, necropsias e curativos.³² Estavam entre as atribuições do corpo técnico que operava este anexo da instituição promover pesquisas biológicas e exames químicos sobre

³⁰ Em sua formação como médico-veterinário, Steliano da Costa Homem estudou zootecnia, histologia, anatomia comparada dos animais domésticos, anatomia patológica, patologia geral, fisiologia comparada, parasitologia dos animais, microbiologia, doenças contagiosas, patologia interna e externa e inspeção de carne e outros produtos de origem animal. Belém, 30 de outubro de 1933, p. 7. Relatório da Diretoria do Laboratório de Biologia Veterinária do Museu Paraense Emílio Goeldi de 1934. Arquivo Público do Estado do Pará.

³¹ Estado do Pará, 02 de setembro de 1933, p. 1. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de microfilmagem.

³² Boletim da Cooperativa de Indústria e Pecuária do Pará, p. 28. Arquivo Público do Estado do Pará.

animais, plantas e solos da região amazônica. Esses estudos tiveram relevante importância para o desenvolvimento da indústria pastoril e agrícola, pois, além de tornar conhecidos os males que acometiam criações e plantações, indicavam as formas de tratamento e combate a doenças causadas por um espectro amplo de agentes etiológicos. Nesse sentido, os trabalhos deste departamento ajudaram a preencher finalidades tanto científicas quanto econômicas.

Com o apoio político do interventor Barata, o laboratório passou a receber novos recursos, possibilitando ao diretor deste departamento a edificação de um biotério para cuidar de animais adoentados e a contratação de mais profissionais para compor o novo quadro funcional (ver Tabela 7).

Tabela 8. Quadro demonstrativo de funcionários que estavam em exercício no Laboratório de Patologia Veterinária do MPEG no ano de 1934

Nome	Função	Vencimentos
Steliano da Costa Homem	Diretor	8:400\$000
Álvaro Camelier	Patologista	6:000\$000
Mariano de Aguiar Filho	Químico Analista	3:600\$000
Inalio Castro	Assistente de Patologia Veterinária	4:800\$000
Carlos Albuquerque	Assistente de Química Analítica	4:800\$000
Anna Carreira Rabello Mendes	Escriturário almoxarife	5:400\$000
Não identificado	Servente de laboratório	1:800\$000
Não identificado	Servente de indústria	1:800\$000

Total: 36:600\$000

Com base na Tabela 8, podemos constatar que alguns cargos do laboratório passaram a ter outras denominações. Por exemplo, a função de ‘chefe’ do laboratório de patologia veterinária foi substituída pela de ‘diretor’. Da mesma forma, as de ‘patologista’ e de ‘químico- analista’ passaram a ser chamadas, respectivamente, de ‘assistente de patologia veterinária’ e ‘assistente de química analítica’. A pedido do diretor do laboratório, o cargo de escriturário almoxarife, neste mesmo ano, foi ocupado por Anna Carreira Rabello Mendes, que, além de exercer a função de 2º oficial do museu, passou a acumular também as

funções de escriturária e almoxarife na mesma instituição,³³ mas em departamentos diferentes. Com o aumento dos trabalhos que estavam sendo realizados pelo corpo técnico-científico do laboratório, foi sugerido pela diretoria a criação de mais dois cargos: o de servente de laboratório e o de indústria.

Um exemplo dos serviços prestados por esse laboratório pode ser verificado em 1933, quando a equipe técnica foi requisitada pela Sociedade Cooperativa de Indústria e Pecuária do Pará. Esse grupo era composto majoritariamente por fazendeiros, pecuaristas e latifundiários que haviam adquirido a fazenda Tapanã para nela instalar uma empresa voltada para a produção de charque, salsichas, sebo de animais, farinha de ossos, além de outros produtos de origem animal. Também fazia parte deste empreendimento, a construção de uma granja modelo destinada para a criação de gado leiteiro, uma usina para a higienização do leite e uma indústria de laticínios, onde seriam fabricados queijo, manteiga, leite pasteurizado e outros produtos correlatos. Toda a produção seria destinada para abastecer armazéns e casas comerciais existentes na cidade de Belém.

Esse grande projeto empresarial local foi assessorado pela equipe técnica do laboratório de patologia veterinária do MPEG. Estava entre as principais preocupações da Sociedade Cooperativa a qualidade do solo da fazenda onde seria criado gado bovino e suíno. Por esse motivo, foi priorizada a análise físico-química do solo a partir de quatro amostras coletadas nos terrenos da fazenda. Esse material foi levado para o laboratório, onde foi examinado pelo químico-analista Mariano de Aguiar Filho. De acordo com os resultados obtidos, as amostras não apresentaram substâncias nocivas que viessem a colocar em risco a saúde dos animais que ali passariam a viver.

Além deste exemplo, outros trabalhos relevantes foram prestados pelos técnicos do laboratório em benefício da indústria pastoril.³⁴ Nesse mesmo ano de 1933, os trabalhos laboratoriais da seção de patologia veterinária do museu foram novamente solicitados, agora a pedido da Diretoria Geral de Agricultura. O médico responsável pelo departamento técnico recebeu desta repartição pública o ofício n. 157, pedindo suporte para analisar quatro lâminas com sangue de suíno e pequenas amostras de fezes e terra coletadas no campo de sementes de Bragança, haja vista que muitos porcos que estavam sendo criados nesse local

³³ *Idem*, p. 3.

³⁴ Segundo Steliano da Costa Homem, era da competência do médico-veterinário, orientar fazendeiros e pecuaristas a cuidarem de suas criações, desde a higienização do campo, a escolha de reprodutores até a defesa sanitária dos rebanhos, sempre com respaldo nos estudos sobre biologia animal. Relatório da Diretoria do Laboratório de Biologia Veterinária do Museu Paraense Emílio Goeldi de 1934. Arquivo Público do Estado do Pará, p. 8.

havam morrido por causas até então desconhecidas.³⁵ Foi constatado que o material acusava forte infestação verminótica, que estava sendo provocada pelo *Strongyloides longus* nos animais em criação. O diretor do laboratório, Steliano Homem, considerando os riscos a que estavam expostos esses animais, sugeriu que eles fossem transferidos para outra área mais higienizada, de modo que a mortandade fosse interrompida.

O governo barataista estimulou essa importante atividade econômica que estava em expansão em alguns municípios do território paraense, pois, através dela, a receita estadual passou a receber mais impostos. Em contrapartida, a classe veterinária passou a ser cada vez mais valorizada e reconhecida pela burocracia estatal, pois foi considerada uma importante aliada no combate a epizootias que acometiam criações de animais. Esse conjunto de fatores certamente contribuiu para o processo de institucionalização da biologia veterinária, sobretudo depois que a profissão de médico-veterinário foi regulamentada no Brasil, com o decreto n. 23.133, de 9 de setembro de 1933.³⁶

Ainda em relação às atividades do corpo técnico do laboratório na década de 1930, cabe enfatizar a fabricação de alguns produtos para fins comerciais, entre os quais estavam dois desinfetantes, Goeldina e Pará-tox, e ampolas de óleo canforado, além dos serviços de exame de óleo vegetal para o comércio e exame de adubo químico (ver Tabela 9). Toda a renda arrecadada com a venda desses produtos e serviços era destinada para a receita estadual, a fim de amortizar as despesas públicas que o governo tinha mensalmente.

Nos relatórios do diretor do laboratório fica evidente que sua intenção era conquistar a confiança do interventor Barata ao mostrar a importância dos trabalhos feitos no laboratório e de como eles poderiam ser úteis aos interesses do Estado, desde que fosse colocada à disposição da equipe que estava sob a sua responsabilidade administrativa a verba pessoal e a verba material exigida para o seu pleno funcionamento (ver Tabela 10).

Tabela 9. Renda arrecadada com produtos e serviços do Laboratório de Patologia Veterinária do MPEG entre abril e outubro de 1933.

Descrição do produto ou do serviço	Valor
Produto Goeldina (desinfetante)	8:000\$000
Produto Pará-tox (desinfetante)	28\$000
Ampola de óleo canforado	20\$000
Exame de óleo vegetal para fins comerciais	80\$000

³⁵ Idem.

³⁶ Folha do Norte, 03 de outubro de 1933, p. 1.

Exame de adubo químico	80\$000
------------------------	---------

Total: 8:208\$000

Tabela 10. Orçamento sugerido pelo diretor do Laboratório de Patologia Veterinária do MPEG para o exercício de 1934.

Descrição da despesa	Valor
Verba pessoal	29:400\$000
Verba material	20:000\$000

Total: 49:400\$000

É importante ressaltar que os trabalhos desenvolvidos pelo pessoal técnico do laboratório não tiveram importância apenas local, mas principalmente nacional. No ideário político e ideológico do governo varguista, todo estabelecimento científico que estivesse alinhado as suas propostas era digno de ser reconhecido e amparado pelo poder central. Quando Vargas esteve em Belém do Pará em 1933, prometeu apoio federal para o MPEG e o Laboratório de Patologia Veterinária.³⁷ Foi a partir dessa ocasião que a instituição passou a receber subsídios federais. Neste mesmo ano, o major Juarez Távora³⁸ e José Américo,³⁹ sendo o primeiro responsável pelo Ministério da Agricultura e o segundo pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, estiveram em Belém e reafirmaram o compromisso de apoiar o MPEG e seu laboratório.

Em cinco anos de governo, Magalhães Barata se lançou ao desafio de fazer ressurgir uma instituição agonizante desde meados da década de 1910, sem fundos para empreender trabalhos científicos, realizar reformas em suas instalações e até mesmo manter suas coleções. A interventoria, por si só, estava impossibilitada de assumir todas as despesas com o processo de revitalização do MPEG, bem como das suas atividades científicas. Assim, por esse e outros motivos, Carlos Estêvão decidiu criar, com a autorização do executivo estadual, várias fontes alternativas de renda destinadas a suprir, mesmo que parcialmente, as necessidades mais prementes da instituição, sobretudo as do jardim zoológico, pois os recursos destinados pelo fisco estadual, além de insuficientes, sofriam recorrentes atrasos em seus pagamentos.⁴⁰ A venda de animais, plantas e sementes foi uma dessas alternativas

³⁷ Idem.

³⁸ Estado do Pará, 10 de outubro de 1933.

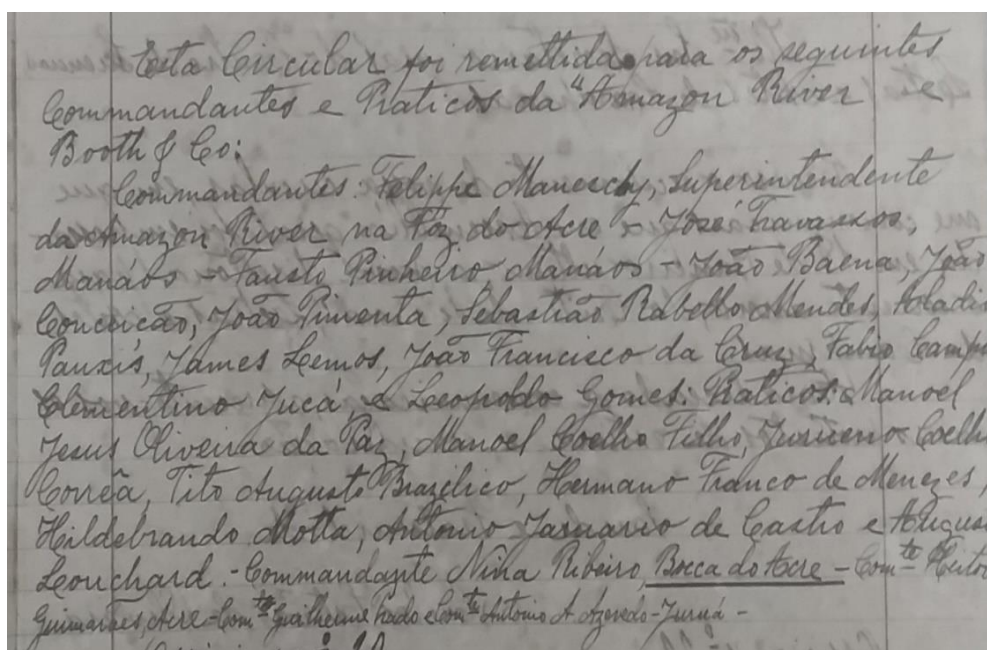
³⁹ Estado do Pará, 14 de outubro de 1933.

⁴⁰ O problema do atraso no repasse de verbas também tinha relação com a burocracia administrativa que havia

encontradas por Carlos Estêvão de Oliveira para a captação de recursos.

Estava entre as preocupações de Carlos Estêvão, após assumir a diretoria do MPEG, repovoar o jardim zoológico. Para tanto, foi dado início a uma intensa campanha voltada para a captura de animais vivos pelas regiões interioranas do estado do Pará. Todos os animais capturados deveriam ser levados ao MPEG, e toda despesa decorrente da captura e do transporte dos animais era coberta com as verbas da própria instituição. Essa medida almejava aumentar a população faunística do jardim zoológico, reduzida drasticamente nos anos 1920 por causa da insuficiência e do atraso de investimentos estaduais. O apoio de comandantes e práticos que operavam nas empresas de navegação Amazon River e Booth Line & Co. (ver Figura 2) foi fundamental para configurar a principal rede de fornecimento de animais vivos que o MPEG podia dispor para repovoar o zoológico.

Figura 2. Lista de comandantes e práticos das empresas de navegação Amazon River e Booth Line & Co. que receberam pedidos de fornecimento de animais vivos para o MPEG em 1931.



Fonte: Reproduzido em Oliveira (1931).

Em outro trecho desta circular, Carlos Estêvão especifica quais animais eram de

seido concebida pelo interventor Barata. Por exemplo, de acordo com o decreto nº 568, de 31 de dezembro de 1931, a verba orçamentária fornecida às instituições públicas não seria repassada em sua totalidade, mas apenas os recursos destinados às pequenas despesas, quantia nunca superior a 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). Como complemento dessa medida, o art. 4º do referido decreto exigia do departamento administrativo de cada estabelecimento subsidiado pelo estado um relatório mensal, informando o uso conferido às verbas repassadas. Esse mecanismo de controle das finanças públicas foi justificado como uma forma de racionalizar os gastos públicos e impedir o uso indevido das verbas.

maior interesse para o MPEG, entre os quais são mencionados mamíferos e aves:

[...] Como dei a entender, tudo quanto puder conseguir será recebido pelo Museu com a máxima satisfação. Todavia, no momento, de grande importância seria a aquisição dos seguintes animais mamíferos: Onça (de qualquer espécie); Gato mourisco; Queixada; Cotia-cinzenta; Paca-rana; Cotia-aia; Tatú-canastra; Tatú-peba; Macacos (principalmente Uapussá, Cuxiú, Barrigudo-preto, Logo-logo e Coatá-da-testa-branca); Cachorro-do-matto (de todas as espécies); Peixe-boi; Lontra (das duas espécies); Furão; Acuti-purú (principalmente dos grandes); Mucura dagua; Saguim (de todas as espécies); assim como as aves seguintes: Anambé (de todas as espécies); Arara-azul; Ganço-do-norte; Jacamim, (de qualquer espécie); Jacú (de qualquer espécie, principalmente da conhecida pelo nome de “Cujubim”); Urumutum; Emma; Seriema; Perdiz; Japú (de qualquer espécie); Pomba-aza-branca; Trocal; Juruty-piranga; Arara-juba; Gavião-real; Pavão-do-matto; Galo-da-serra; Garça-da-cabeça-preta; Julabú-assú; Tucanos e Araçaris.⁴¹

Essa rede de fornecimento foi ampliada e fortalecida com a inserção de autoridades políticas, funcionários públicos, empresas estrangeiras especializadas na negociação de animais vivos, fazendeiros (principalmente da ilha do Marajó), caçadores e a população local, que passaram a colaborar ativamente no projeto de repovoamento do jardim zoológico do MPEG (ver Apêndice 1), graças à articulação e influência política do interventor Magalhães Barata e ao incentivo de Carlos Estêvão. Passados alguns meses, a instituição passou a receber constantes doações e ofertas de animais silvestres, procedentes de diversas localidades do Pará e também do Amazonas. Os relatórios administrativos da gestão CEO revelam, por outro lado, que parte da coleção viva da instituição também foi formada com a compra de alguns espécimes e com o confisco de animais do tráfico local e internacional.

De janeiro a outubro de 1932, por exemplo, a infraestrutura do jardim zoológico precisou ser ampliada, pois a capacidade das áreas de contenção deste anexo foi excedida em virtude das doações feitas pelas municipalidades do Pará, principalmente depois que o decreto n. 583 foi sancionado pelo major Barata, conforme explicitado anteriormente.⁴² As áreas de contenção edificadas no espaço museal nesse período consideraram as necessidades biológicas de cada espécie e os nichos ecológicos a que pertenciam. Buscava-se, com isso,

⁴¹ Circular enviada por CEO aos comandantes e práticos das empresas de navegação Amazon River e Booth Line & Co. Belém, 14 de fevereiro de 1931. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

⁴² É importante esclarecer que essa mesma medida foi revalidada por Barata em seu segundo mandato como interventor federal do estado do Pará. Belém, 23 de junho de 1943, circular n. 1. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

garantir a adaptação e reprodução da população faunística em ambientes controlados. As obras realizadas no jardim zoológico foram as seguintes:

- 1°_ Uma gaiola para os “Macacos Barrigudos”, medindo cerca de 126 m²;
- 2°_ Uma gaiola para os “Macacos Africanos”, com 60 m³;
- 3°_ Uma gaiola para os “Quatis” medindo 145 m³;
- 4°_ Uma gaiola para os “Frangos da Agua” e outras aves aquáticas, com 180 metros de cubagem;
- 5°_ Uma gaiola para “Garças”, com 2.280 m³;
- 6°_ Uma gaiola destinada a abrigar passarinhos, com 40 metros de cubagem;
- 7°_ Três gaiolas, para “Mucuras” e “Quandús”, com 12 metros de cubagem;
- 8°_ Dez jaulas para diversos outros mamíferos, tanto os de grande e pequeno porte, contidos em um espaço de 360 m³;
- 9°_ Dois currais descobertos destinados para “Antas” com uma área de 600 metros quadrados;
- 10°_ Uma gaiola para “Camaleões” e “Jacurarus” medindo 72 m³;
- 11°_ Cinco curraes para “Queixadas”, “Caititus” e “Capivaras” com uma área total de 600 m².⁴³

No entanto, o projeto de construção da nova infraestrutura do zoológico foi acompanhado por controvérsias, pois esta seção passou a atender a outros propósitos. Com o agravamento da crise financeira, os animais que estavam abrigados na instituição passaram a ser comercializados com a anuência e a participação direta do interventor Barata, que também chegou a fazer inúmeras doações de animais vivos (ver Anexo 1). Esses animais, assim que chegavam na instituição, eram anunciados por Carlos Estêvão para a venda através da imprensa local. Toda a renda arrecadada era destinada exclusivamente para os fundos da instituição e não para a receita estadual. Os relatórios institucionais da gestão Carlos Estêvão revelam que a maior parte dos recursos produzidos neste período foi gasta com o zoológico, principalmente no que diz respeito à compra de animais vivos, alimentação e construção de áreas de contenção.

Com a crescente elevação da taxa populacional do jardim zoológico, mais recursos precisaram ser captados pela diretoria do MPEG, haja vista que a demanda alimentar também acompanhou essa elevação. O fornecimento de carne bovina e de peixes ficou sob o encargo do Matadouro do Maguary e do Mercado de Ferro. Esse fornecimento era realizado diariamente à instituição, sendo que, inicialmente, a interventoria do Pará não teve qualquer custo com a aquisição de carne bovina, apenas com as remessas de peixes fornecidas pela administração do Mercado do Ferro. Meses depois, a diretoria do matadouro passou a cobrar

⁴³ CEO faz uma descrição detalhada em seu relatório administrativo do projeto de criação da nova infraestrutura do jardim zoológico. Belém, 31 de outubro de 1932. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

uma taxa pelos fardos de carne vermelha que eram mandados ao zoológico do museu. Todas as despesas com a aquisição de “carne vermelha” e de “carne branca” foram assumidas pelo governo do estado. Carlos Estêvão, através do ofício n° 382, remetido em 1932 ao interventor Magalhães Barata, faz uma descrição minuciosa de como era realizado o fornecimento de carne e peixe ao museu:

Exmo. Snr. Major Interventor

De acordo com as vossas instruções passo a informar-vos como é feito a este Museu o fornecimento de carne e peixe para a alimentação dos animais do “Jardim Zoológico”.

Carne: A carne é fornecida pelo “Curro do Maguary”, na media de 70 hilos por dia. Por essa carne o governo nada paga; é carne condemnada para a alimentação publica. É entregue ao empregado do “Museu” na “Estação de São Braz” mediante talão com o respectivo pezo, por um empregado do Curro; ao chegar ao “Museu” o pezo é conferido. No dia seguinte, é devolvido ao Diretor do Curro o talão, accusando o pezo recebido.

Algumas vezes quando há carne condemnada no “Mercado” é esta enviada ao “Museu”.

Em qualquer caso, porém, o governo nada paga pela carne fornecida aos animais.

Peixe: O peixe é fornecido pela Administração do “Mercado de Ferro”, no total de 30 hilos por dia, em se tratando de peixe condenado, conforme vossas determinações, o Administrador do Mercado compra até 20 hilos no máximo, e remette. O peixe comprado regula de 700 a 1500 hilos, sendo a pezagem assistida pelo empregado encarregado das compras do Museu. A conta do peixe comprado é remetida mensalmente ao Thesouro do Estado para o pagamento.⁴⁴

No que se refere à carne bovina, foi constatado, a partir de bibliografia pertinente e de documentos analisados, que o seu fornecimento não era realizado regularmente na cidade de Belém nas primeiras décadas do século XX, em razão dos acerbos conflitos envolvendo diferentes grupos sociais, composto por marchantes, fazendeiros, autoridades políticas e consumidores que lutavam tanto pelo acesso quanto pelo controle desta mercadoria, gerando, como consequência disso, “episódios frequentes de escassez, de carestia e de má qualidade desse gênero” (Silva, 2017, p. 17). Em ofício de 1936, expedido por João Batista d’Araújo, então diretor do Matadouro do Maguari, ao diretor do MPEG, fica subentendido, na transcrição abaixo, que a crônica falta de alimentos colocava em risco a sobrevivência dos mamíferos carnívoros abrigados no zoo do museu.

Consoante os termos de vosso ofício n. 156, desta data, devo esclarecer a esta direção que êste Matadouro não tem feito remessa de carne, para a alimentação dos animais do Jardim zoológico dêsse estabelecimento, pelo fato de não se ter, ultimamente, constatado a existência de [carne] condenados, o que, aliás, tem

⁴⁴ Ofício de CEO ao interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Belém, 02 de dezembro de 1932, n° 382. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

origem na escassês de gado aquí verificada na atualidade.

Não deixará, todavia, esta Diretoria de vos enviar alguma carne deteriorada, sempre que há houver julgada impréstável para o consumo humano, **como sempre procedeu**,⁴⁵ tendo, ainda, em data de ontem, remetido uma quantidade de 49 quilos.⁴⁶

Se a quantidade de carne vermelha destinada pela administração do matadouro ao zoológico do museu em períodos de carestia não era o suficiente, como os felinos de grande e médio porte eram alimentados diariamente? Possivelmente, muitos felinos, por não terem alimentação adequada, acabavam adoecendo, e, nos casos mais graves, morriam. O problema enfrentado pela administração do museu não foi apenas com o abastecimento irregular de carne, mas com a má qualidade dela. As precárias condições de vida a que estavam submetidos esses animais no zoológico deixaram Steliano da Costa Homem, o diretor do Laboratório de Biologia Veterinária, profundamente indignado, visto que a má qualidade dos alimentos oferecia riscos à saúde da população faunística. A esse respeito, Homem fez a seguinte consideração em março de 1933:

Ilro. Snr. Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi

Tendo o serviço veterinario deste Museu constatado o descaso com que são tratados os animais da secção zoologica, solicito-vos, para o bom cumprimento do artigo 4º e suas alíneas do Decreto n. 692 de 16 de julho de 1932, providencias a fim de que o encarregado da secção em apreço esteja presente no momento da distribuição de alimento aos especimens. Justifica esta providencia, o facto de constantemente trazerem a consulta veterinaria, **animaes em estado de coma**,⁴⁷ attingidos por doenças que, attendidos a tempo são perfeitamente curaveis. A medida proposta não vem acarretar prejuízos financeiros aquelle funcionário, visto que o mesmo reside gratuitamente n'uma das casas de moradia do Museu.⁴⁸

O conteúdo do ofício escrito por Steliano Homem trazia à tona questões que poderiam comprometer seriamente a administração de Carlos Estêvão à frente do MPEG, embora sabendo que o responsável pela distribuição dos alimentos era Rodolpho Siqueira Rodrigues, então assistente da seção zoológica. Homem, ao evocar os dispositivos regulamentares que regiam o seu encargo à frente do Laboratório de Patologia Veterinária (LPV), alertou o diretor da instituição dos riscos a que estavam sujeitos os animais da seção zoológica, caso nenhuma providência fosse tomada no sentido de evitar que aos mesmos

⁴⁵ Grifo do autor.

⁴⁶ Ofício de João Batista d'Araújo, então diretor do Matadouro do Maguary a CEO. Belém, 12 de agosto de 1940, nº 146. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

⁴⁷ Grifo do autor.

⁴⁸ Ofício de Steliano da Costa Homem à CEO. Belém, 13 de março de 1933, nº 9. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

fossem oferecidos alimentos considerados impróprios para o consumo. Carlos Estêvão, receando enfrentar problemas com o Departamento do Serviço Público (DSP), dirigido à época por Guilherme Paiva, procurou rechaçar a denúncia apresentada contra o assistente da seção zoológica, alegando, através de ofício remetido em novembro de 1934 ao gabinete do interventor, que as acusações do médico veterinário eram improcedentes. Em defesa do funcionário, o diretor do MPEG usa os seguintes argumentos:

De acordo com as instruções de V. Excia., já, de ha muito a carne que o Museu recebe, todos os dias do “Curro do Maguary”, é escolhida pelo Dr. Bona, veterinario daquelle estabelecimento, entre a que é pelo mesmo julgada nociva ao consumo publico. Quando, porém, o referido funcionário não encontra em meio aquella nenhuma em condições de servir para alimentação dos nossos animaes, o Museu compra, então, a carne que precisa. De modo que toda carne destinada ao nosso “Jardim Zoologico”, quando não é escolhida, é comprada por este estabelecimento. E para provar a V. Excia. quanto escrupulo existe na escolha daquelle alimento feita, pelo Dr. Bona para sustento dos animaes do nosso “Jardim Zoologico” e quanto interesse tem esta Directoria em fornecer aos mesmos bôa alimentação, basta dizer que este anno o Museu já comprou 2.616 hilos de carne fresca. **Faltou, portanto, com a verdade o Snr. Director do L.P.V.E. quando disse no referido officio que esta Directoria não fornece aos felídeos carne sã.**⁴⁹

Perceba o leitor, no trecho exposto acima, que o diretor do MPEG se abstém de mencionar que a instituição recebia carne condenada do Curro do Maguary. O mesmo, ao invés disso, procurou desmentir a denúncia afirmando que os animais eram alimentados com sobras de carne consideradas apropriadas para o consumo, ao contrário da versão apresentada pelo diretor do laboratório em 1933. Toda remessa de carne – segundo o diretor do museu – era inspecionada pelo veterinário da empresa fornecedora antes de ser enviada para a instituição. Quando não havia sobras de carne a serem destinadas ao zoológico, a diretoria se encarregava de adquirir carne fresca com os fundos da própria instituição. Tais argumentos buscavam, portanto, inocentar o assistente da seção de zoologia da acusação que havia recebido:

Como vê V. Excia., o officio aberra de qualquer cordialidade e de toda ettica administrativa.

Agora, digne-se de ler as alíneas do Art. 4º, do Decreto nº 692 de 16 de julho de 1932, em que se baseou o Snr. Director do L.P.V.E. para tão injusta e acrimoniosamente censurar o assistente da secção zoológica, funcionário que conta de 36 anos de bons serviços prestados a este estabelecimento.

Art. 4º - Ao médico veterinario compete obrigatoriamente:

- a) exercer continuada vigilância sanitária sobre os animais;

⁴⁹ Carta enviada por Carlos Estêvão ao interventor Magalhães Barata. Belém, 08 de novembro de 1934, n. 423. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

- b) proceder ao estudo das doenças e tratamento dos mesmos;
- c) organizar e fiscalizar o seu racionamento

Conforme verifica V. Excia., pelos dispositivos regulamentares que acabam de ser transcriptos, as acusações lançadas contra o Assistente da secção de zoologia atingiu, não a este funcionário, mas, ao Medico Veterinario, que é a quem cabe obrigatoriamente exercer continuada vigilância sanitária sobre os animaes, assim como organizar e fiscalizar o seu racionamento.

Se isso não se faz, não é sobre o auxiliar da secção de zoologia que deve recahir as censuras de que foi vehiculo o officio que acima se transcreveu. O culpado é o próprio accusador.⁵⁰

Os argumentos dos quais Carlos Estêvão se serviu para isentar Rodolpho Siqueira Rodrigues de qualquer responsabilidade com a saúde dos animais estavam fundamentados no art. 4º, do decreto n. 692, baixado pelo interventor Barata em 1932. A intenção do diretor da instituição, ao mencionar alguns trechos do regulamento, era transferir toda a responsabilidade ao denunciante – no caso, o diretor do laboratório – por não ter exercido “vigilância sanitária continuada sobre os animais, assim como organizar e fiscalizar o seu racionamento”,⁵¹ o que provocou um alto índice de mortalidade entre 1932 e 1933. Por exemplo, segundo o diretor do MPEG, dos 1.037 animais doados ao jardim zoológico em 1932, 683 morreram. Já no ano seguinte, dos 733 animais que deram entrada na instituição, foi contabilizado a morte de 545 animais de diversas espécies.⁵²

As fontes documentais deixam transparecer também que a preocupação maior de Carlos Estêvão era a de resguardar seus próprios interesses, pois estava em jogo a sua competência administrativa e a sua participação em projetos e ações que estavam sendo promovidos pelo poder central.

Outro detalhe importante foi a habilidade política do interventor em contornar conflitos que ocorriam nos bastidores da administração pública. Barata, nesse caso em particular, optou por adotar uma postura mais conciliadora, pois nenhuma das partes envolvidas nessa controvérsia foi responsabilizada. Buscava-se, por meio dessa estrutura vertical e hierarquizada, diretamente subordinada ao executivo estadual, estabelecer um equilíbrio de forças na administração pública com o objetivo de garantir a manutenção do poder vigente e a sua legitimidade perante os diversos setores que integravam a organização administrativa do Estado no pós-1930.⁵³

⁵⁰ Idem, p. 169.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem, p. 170.

⁵³ Barata não conseguiu levar adiante seu projeto de governo, pois os membros da bancada do Partido Liberal recusaram-se em aceitar sua reeleição em 1935. Barata inconformado com a derrota iniciou uma campanha violenta contra os membros do PL alegando traição. O clima de tensão que havia se estabelecido no Pará após o resultado do pleito eleitoral só veio a ser pacificado depois que o Presidente da República, Getúlio Vargas,

Esse conflito aqui relatado, entre o diretor do laboratório de patologia veterinária e o diretor do MPEG, relacionado à gestão do zoológico da instituição, foi relevante por uma única razão: entre as atribuições do MPEG no governo barata, estava incluída a inspeção da venda local e da exportação de animais vivos. Toda carga viva precisava ser inspecionada pelos funcionários do MPEG antes de ser embarcada no vapor que faria o transporte. O valor deste serviço podia variar bastante porque eram levados em consideração, neste procedimento, alguns aspectos referentes à carga viva, a saber: quais as espécies e a quantidade de animais. Esse trabalho era realizado em parceria com a Recebedoria de Rendas e o Serviço de Defesa Sanitária Animal, onde cada uma desempenhava funções bem definidas. Enquanto a primeira era responsável por fiscalizar, arrecadar e tributar impostos, a segunda tinha a incumbência de planejar ações e executar medidas profiláticas voltadas para o controle e a erradicação de patologias que causavam danos econômicos e sanitários.

Entre os impostos cobrados pela Recebedoria de Renda, o que provinha do serviço de inspeção de animais vivos era arrecadado pelo MPEG. Todo o serviço de inspeção realizado precisava ser informado ao chefe desta repartição pública, a quem cabia deferir ou não o embarque ou o desembarque de qualquer carregamento no porto de Belém. O MPEG era, portanto, uma instituição central de toda uma cadeia econômica, pois dependia dela o encaminhamento – ou não – dos pedidos de exportação e importação de animais vivos. A credibilidade da instituição não podia ser abalada por denúncias de maus-tratos de animais nem de incompetência no manejo do plantel de seu zoológico, como fez Steliano Homem. Nesse sentido, o movimento de Magalhães Barata foi o de acomodar os conflitos internos da instituição e as disputas por recursos oriundos do orçamento estatal ou de serviços prestados a particulares e a instituições públicas.

Vejamos agora como se dava a relação do MPEG, da Recebedoria de Rendas e do Serviço de Defesa Sanitária Animal a partir de alguns casos. Em 1934, por exemplo, vários animais foram adquiridos por um negociante estrangeiro chamado Alberto Zimmermann. Esses animais – conforme sugerem os registros documentais – podem ter sido obtidos de dois ou mais fornecedores. A carga viva que estava em posse de Zimmermann era constituída por 159 animais nativos da região amazônica, sendo que 139 deles foram comprados de

decidiu intervir de forma mais direta e propositiva no conflito ao nomear o interventor Roberto Carneiro de Mendonça para assumir o governo do estado do Pará, apenas em caráter provisório, com a finalidade de pacificar o ambiente político. Semanas depois, os líderes do PL deliberaram pela escolha de José Carneiro da Gama Malcher para ocupar a função de Mendonça (Fontes, 2013).

fornecedores desconhecidos, e apenas 20 com a diretoria do MPEG.⁵⁴ Seguindo as normas administrativas e as recomendações sanitárias estabelecidas pelas autoridades competentes, todos os animais foram inspecionados pelo MPEG e pelo Serviço de Defesa Sanitária Animal e depois despachados, quer dizer, autorizados a embarcar para a Europa. Na Tabela 11, apresento o número de animais, as espécies e o valor correspondente a cada uma delas na primeira negociação. Na Tabela 12, apresento a quantidade de animais e as espécies adquiridas na segunda negociação.

Tabela 11. Relação dos animais adquiridos por Alberto Zimmermann na primeira negociação com fornecedor não identificado.⁵⁵

Nº de animais	Espécies	Valor
1	Anta	300\$000
3	Juparás	60\$000
2	Macacos-aranhas (coatás-preto)	100\$000
12	Macacos-prego	240\$000
9	Guarás	180\$000
10	Tucanos-de-peito-branco	200\$000
2	Araçaris	30\$000
10	Jacarés (filhotes)	150\$000
2	Jacuruxis	30\$000
2	Sucurijús	80\$000
2	Gibóias brancas (1m. a 1,70 m.)	40\$000
3	Cobras periquitamboias	45\$000
3	Cobras Jararacas	30\$000
1	Tamanduá bandeira	130\$000
2	Quatis	40\$000
2	Macacos-caiararas	70\$000
6	Urubus-reis	480\$000
8	Jacamins	320\$000
4	Tucanos de peito amarelo	60\$000
1	Araras-vermelhas	40\$000
5	Jacurarús	50\$000
1	Guaxinins	30\$000
3	Gibóias-brancas (1,80 m. a 2 m.)	90\$000
4	Gibóias-brancas (35 cm. a 60 cm.)	40\$000
24	Cobras-cipós	240\$000
16	Puraqués	160\$000
1	Cobra caninana	15\$000

Tabela 12. Relação dos animais adquiridos por Alberto Zimmermann do MPEG na segunda negociação.

Nº de animais	Espécies
6	Guarás
1	Macaco-barrigudo
1	Macaco-caiarára

⁵⁴ Belém, 07 de março de 1934, ofício n. 99, p. 99. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

⁵⁵ Idem, p. 100.

3	Arapapás
9	Periquitos marianinhas

Segundo o citado documento, o setor administrativo do MPEG recebeu deste negociante 303\$000 (trezentos e três mil réis) apenas pela aquisição dos animais, mais taxa de 20% cobrada pelo serviço de inspeção, avaliado à época em 650\$000 (seiscentos e cinquenta mil réis).⁵⁶ Perfazendo o total dos custos, Zimmermann teria desembolsado aproximadamente 958\$000 (novecentos e cinquenta e oito mil réis), sem incluir a despesa com o transporte.

Em outro caso ocorrido em maio do mesmo ano, o Parque Zoobotânico do MPEG recebeu a visita de um novo comprador, chamado Francisco Iglesias Braga. Segundo as fontes documentais, Braga era capitão da Força Aérea Espanhola e veio para a América do Sul no intuito de comprar alguns animais a serem transportados para a Espanha. Entretanto, não se sabe com qual objetivo.⁵⁷ Estavam em sua posse 29 espécimens adquiridos em sua passagem por Iquitos e Manaus, quantidade ampliada posteriormente para 46, depois que o capitão Braga incorporou ao carregamento mais 17 animais comprados no MPEG. A Tabela 13 apresenta a relação dos animais vendidos por Carlos Estêvão e a quantidade correspondente.

Tabela 13. Relação de animais comprados por Francisco Iglesias Braga, 1934.

Nº de animais	Espécies
2	Guarás
2	Marrecas caboclas
2	Cararás
2	Marrecões
2	Colhereiras
2	Papagaios
2	Araras canindés
2	Garças reais
1	Gato Maracajá

Em junho deste ano, o MPEG fez novas negociações, desta vez com o comprador Willibald Conrad Rudert. Foram adquiridos uma jiboia, uma sucurijú e três jacarés juvenis pela importância de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis), mais 25\$000 (vinte e cinco mil réis) referentes à taxa de 20% cobrada sobre a importância de 125\$000 (cento e vinte cinco

⁵⁶ Idem, p. 99.

⁵⁷ Belém, 30 de maio de 1934, ofício n. 199, p. 121. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

mil réis), referente à inspeção do carregamento.⁵⁸ O aludido carregamento foi exportado para a Europa pelo vapor Urânia, contudo, não consta na fonte documental o país onde os animais foram negociados.

Em outro caso interessante, foi possível identificar o período do ano em que o MPEG mais recebia visitas de negociantes estrangeiros interessados em fazer a aquisição de animais vivos. Em uma carta enviada por Ramon Ibanez a Carlos Estêvão de Oliveira, não datada, o remetente manifesta o desejo de levar consigo uma pequena remessa de exemplares para os EUA e pergunta qual o período do ano mais favorável para isso. Acompanhe abaixo um trecho transcrito da epístola:

Senor Carlos Estêvão de Oliveira

La presente no tiene otro objeto que manifestarle que desearia marchar a Pará probablemente para Enero entrente a por um biaje de animales y pajaros desearia me escribese usted informando-me si para Enero em adelante es buen tempo para poder conseguir una buena cantidad.

Hace uno meses passados recibí de usted lista de animales y pajaros muchos de hellos o sean precios son bastante elevados pero no me importa en pagarlos siendo que la mercaderia sea toda de primera clase y este em perfecto estado para el embarque.

Veja o leitor que Ibanez não se preocupava em desembolsar o valor que estava sendo exigido como pagamento pelo diretor do MPEG pela quantidade de exemplares que eram do seu interesse, mas com a qualidade da mercadoria. Em resposta, o interessado foi informado por CEO que seria muito difícil atender sua demanda porque janeiro era o período do ano em que se “reúnem [em Belém] todos os compradores, não só da Europa, mas também da América [EUA]”. Além disso, não era permitido aos compradores levarem consigo um número elevado de animais. A esse respeito, CEO faz o seguinte esclarecimento:

O Museu, por exemplo, na época citada, não lhe poderá fornecer nem a quarta parte dos animais que figuram em sua carta. Aliás, muito difícil será ao Snr. levar todos aquellos animaes de uma só vez. Pelo exposto, desejo que o Snr. compreenda que para estabelecer um intercambio de remessas de animaes daqui para ahí, é necessário que o Snr. faça como outros compradores. Isto é, tenha aqui uma agência para ir, pouco a pouco, comprando os animais. Os animais do Museu estão sempre em boas condições de saúde.⁵⁹

Podemos perceber, através deste trecho, como funcionava a dinâmica desta

⁵⁸ Belém, 28 de junho de 1934, ofício n. 246, p. 131. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

⁵⁹ Carta enviada por Carlos Estêvão em resposta a Ramon Ibanez. Belém, 18 de novembro de 1936. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

importante atividade comercial e as redes que se formaram em torno dela. Para pequenas remessas, o interessado não encontraria muitas dificuldades junto ao MPEG e aos demais estabelecimentos públicos estaduais incumbidos da exportação de animais vivos. No entanto, para fazer o escoamento de muitos exemplares, CEO aconselha Ibanez a organizar uma agência exclusiva que pudesse lhe garantir o fornecimento regular de animais no Pará.

Em todos os casos, o MPEG assumiu a função de órgão fiscalizador e, ao mesmo tempo, de fornecedor de animais para fins comerciais. Por meio dessa estratégia, Carlos Estêvão conseguiu elevar a margem de rendimentos da instituição, pois arrecadava recursos tanto do imposto de inspeção quanto da venda de animais. Os dados orçamentários do MPEG referentes aos anos de 1930 a 1940 esclarecem que a comercialização de mamíferos, répteis e aves amazônicas não gerou rendimentos expressivos, com exceção da venda de peixes ornamentais e de peixes para consumo alimentar. Esse nicho de negócios, em particular, colaborou de forma inequívoca para que a instituição conseguisse se afirmar no cenário nacional e internacional como um dos mais importantes fornecedores de espécies brasileiras.

Em razão da dimensão e da importância desse comércio de peixes, o assunto será tratado em um capítulo específico (ver Capítulo 3). Por ora, basta que o leitor saiba que, durante a gestão Carlos Estêvão, muitas espécies de peixes ornamentais foram intensamente exploradas sem que houvesse nenhuma preocupação com o impacto ecológico que o comércio gerido pelo MPEG poderia provocar na ictiofauna dos rios onde a coleta de peixes acontecia. O principal parceiro comercial do MPEG foi a Paramount Aquarium, empresa sediada em Nova York. Todos os esforços de Carlos Estêvão se concentraram para atender à crescente demanda desta empresa, com o qual firmara contrato de exclusividade em 1939 (ver Anexo 1, onde apresento as principais espécies de peixes ornamentais comercializadas pelo Museu Goeldi). Periodicamente, saía do porto e do aeroporto de Belém grande remessa de peixes armazenados em latas ou barris rumo aos EUA.

Os relatórios anuais produzidos por Carlos Estêvão deixam em evidência flagrantes contradições, pois, ao contrário do que foi exposto em seus argumentos, não houve qualquer iniciativa voltada para a reprodução de peixes ornamentais em escala comercial, apenas para peixes de consumo alimentar, como veremos no próximo capítulo. Outro detalhe importante nunca mencionado pelo diretor do museu foi a alta taxa de mortalidade do jardim zoológico, fosse por problemas de alimentação, de saúde ou de adaptação à vida em cativeiro. O envio recorrente de animais para o museu pelas municipalidades paraenses, assim como a captura e a compra pelo próprio museu, foi necessário para manter o zoológico povoado – tanto para a exibição pública quanto para servir de mostruário aos negociantes estrangeiros.

1.4 Carlos Estêvão de Oliveira e a primeira proposta de federalização do Museu Goeldi

Nos primeiros anos da gestão de José Carneiro da Gama Malcher (1935 a 1937 e de 1937 a 1943), a situação do MPEG na administração pública foi de grande incerteza. Os atos violentos promovidos por Magalhães Barata após sua derrota no pleito eleitoral de 1934 deixaram marcas profundas no cenário político paraense (Fontes, 2014). Para Carlos Estêvão, a substituição do major Barata na chefia do executivo estadual significou, por outro lado, a perda de um importante interlocutor entre a instituição administrada por ele e o governo federal, personificado na figura do chefe político Getúlio Vargas.

Uma das principais preocupações de Carlos Estêvão, em um cenário político conturbado, foi a falta de apoio político e financeiro para o MPEG. Ele criticou com frequência o atraso no repasse de verbas estaduais e a insuficiência do valor que era disponibilizado para manter as despesas que a instituição tinha mensalmente. Em 1938, Carlos Estêvão, em carta remetida ao interventor José Malcher, leva ao seu conhecimento as dificuldades administrativas vivenciadas pela instituição e as medidas adotadas para garantir a continuidade e o desenvolvimento das suas atividades científicas:

Não sendo o Museu uma instituição arrecadadora, nem destinada a produzir renda, tem, entretanto, necessidade de produzi-la a fim de suprir a própria manutenção para a qual as dotações orçamentárias são insuficientes não permitindo por si só que possa preencher a sua finalidade.⁶⁰

O ofício solicitava que os recursos arrecadados pelo MPEG fossem destinados unicamente para as suas despesas e, sob nenhuma condição, que fossem integrados à receita do governo estadual. Como não se tratava de uma instituição arrecadadora e sim de uma casa de ciência, a renda que gerava, principalmente com o comércio de peixes ornamentais, devia ser restituída pelo governo do Pará. Com isso, buscava-se ressaltar o compromisso firmado desde Barata, de que o governo garantiria os meios para a manutenção do MPEG, o que não vinha acontecendo. Esse compromisso precisava ser demonstrado por meio de ações concretas, pois a instituição estava à beira de um colapso e, se nada fosse feito para resolver o problema, todo o trabalho feito ao longo de gerações estaria condenado ao fracasso.

O problema da apropriação pelo estado dos recursos gerados pelo MPEG com a venda de animais não foi solucionado por Malcher e se repetiu ano após ano, levando ao

⁶⁰ Ofício de Carlos Estêvão de Oliveira ao governador José da Gama Malcher. Belém, 01 de agosto de 1938. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

aparecimento de mais problemas. Um deles foi o atraso no pagamento dos funcionários:

Mau grado o meu esforço em dar ao Estado as minhas melhores energias dedicando-me de corpo e alma ao Instituto que dirijo desde 1930, vejo, com tristeza, que toda essa dedicação tem sido insuficiente para torná-lo em condições de fazer jús as prerrogativas de que gozam outros Departamentos Estaduaes. Assim, enquanto no decorrer do mês que hontem foram chamados à Fazenda quatro vezes para recebimento do custeio, o museu só uma vez mereceu ser chamado.⁶¹

A crise financeira pela qual passava o museu era um dos grandes desafios vivenciados por seu administrador. O trecho exposto nos permite entrever uma outra situação, tão preocupante quanto a instabilidade da economia paraense. Uma das causas que explicam a crise do museu residia, entre outras coisas, na falta de apoio político, do qual dependia. Enquanto outras instituições públicas gozavam de certas prerrogativas, com verbas garantidas para as suas demandas e com o pagamento em dia de seus funcionários, o MPEG, dispondo de um orçamento precário, recebido, na maioria das vezes, com atraso de dois a três meses, precisou criar um fundo de reserva para manter suas despesas semanais, conforme analisado anteriormente.

Em abril de 1937, uma carta foi enviada por Carlos Estêvão ao reputado médico Jayme Aben-Athar, pedindo o seu apoio em favor do museu, pois receava que a instituição, sem as verbas a que tinha direito, fosse “transformada em um mausoléu, como muitos pretendem”.⁶² Aben-Athar havia sido um personagem bastante influente na saúde pública em Belém neste período. Foi professor da Faculdade de Medicina do Pará, chefe do serviço de profilaxia rural e membro do conselho técnico da Liga Contra a Lepra no estado.

Para Carlos Estêvão, o apoio de uma pessoa influente como Aben-Athar garantiria ao MPEG melhores condições de existência, todavia não se sabe se o apelo foi acolhido pelo destinatário. O que se sabe apenas é que, cinco anos depois, o interventor José Malcher, a pedido de CEO, contratou Maria de Lourdes Teixeira Aben-Athar, sua filha, para trabalhar na instituição como auxiliar de zoologia, especializada em ornitologia.⁶³ Em todo caso, tais informações revela-nos a teia de relações que Carlos Estêvão estava inserido e as estratégias

⁶¹ Ofício de Carlos Estêvão de Oliveira ao governador José Carneiro da Gama Malcher. Belém, 01 de outubro de 1938. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

⁶² Carta enviada por Carlos Estêvão de Oliveira ao médico Jayme Aben-Athar. Belém, 6 de abril de 1937. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

⁶³ A contratação de Maria de Lourdes Teixeira Aben-Athar ocorreu alguns anos depois de Carlos Estêvão solicitar o apoio do médico paraense. Belém, 6 de janeiro de 1942, ofício n. 6. Dados do protocolo: Ref. C-25, N. 39-42, 7 de jan. de 1942. Departamento do Serviço Público do Estado do Pará. Arquivo Público do Estado do Pará.

de que se serviu para contornar os problemas administrativos enfrentados pelo MPEG.

Mesmo angariando recursos com a venda de animais vivos, principalmente de peixes ornamentais, CEO queria que o Estado não se desobrigasse da responsabilidade de custear as despesas da instituição. Entre 1936 e 1938, o valor dos recursos que eram repassados ao departamento administrativo do MPEG foi reduzido ano após ano. Por exemplo, para o ano de 1936 o museu precisava da soma de 174:725\$800 para as despesas do zoológico e do horto, como também de outros serviços não menos importantes, mas só recebeu do governo estadual a quantia de 100:000\$000 e, das prefeituras, 20:780\$000; em 1937, para um orçamento calculado em 150:140\$200, o estado repassou apenas 66:665\$600 e as prefeituras, 10:080\$000; para o ano de 1938, o diretor solicitou 133:895\$500, mas o estado pagou menos da metade do valor, 54:165\$800, e as prefeituras, somente 6:624\$800.⁶⁴

Por mais modestas que fossem as verbas arrecadadas das prefeituras municipais, contribuição essa tornada obrigatória desde o primeiro mandato de Barata, foram consideradas primordiais naquelas circunstâncias. Por meio delas, uma infinidade de pequenas despesas emergenciais foi coberta e, por esse motivo, CEO não podia prescindir de tal auxílio. Essa verba, combinada a outras fontes de renda criadas pelo diretor do MPEG, como as que provinham do comércio de animais nativos da Amazônia – com destaque para a venda de peixes ornamentais – o ajudaram também na aquisição de coleções, no custeio de viagens, no transporte e na manutenção do parque zoobotânico. Seu trabalho, como diretor do MPEG, exigia-lhe dedicação exclusiva e como os recursos de que dispunha eram bastante precários, pensou seriamente em sua exoneração, caso tais problemas persistissem:

Com bases inferiores pude triunfar até hoje. Mas, vejo que é loucura esperar poder continuar a vencer. E isso não só porque as possibilidades não aumentam, como, principalmente, porque as minhas forças tendem a diminuir. [...] E como pode ser que a causa de tudo isso seja o facto dos meus 30 annos de serviços publicos não mais permitirem que eu dê ao Museu o que elle me pede, venho, com esta, collocar o Sr. [Malcher] inteiramente à vontade para resolver o problema. Hajo, deste modo, primeiro-porque tenho obrigação de lhe ser leal; segundo-porque, se possivel não for o governo modificar a situação em que se encontra o Museu, impossível me é continuar a dirigi-lo.⁶⁵

⁶⁴ Carta enviada por Carlos Estêvão de Oliveira ao governador José da Gama Malcher. Belém, 01 de outubro de 1938. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

⁶⁵ Carta enviada por Carlos Estêvão de Oliveira ao governador José da Gama Malcher. Belém, 01 de setembro de 1938. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa

As dificuldades cotidianas levaram Carlos Estêvão a defender a federalização do MPEG, justificada pela incapacidade administrativa do governo estadual em fornecer as verbas que ele precisava para se manter. A federalização do MPEG, na avaliação de seu diretor, tinha como finalidade assegurar-lhe uma posição mais favorável na administração pública. Em conversa epistolar com Heloísa Alberto Torres, então diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Carlos Estêvão informa que a proposta de encampação da instituição pelo governo federal já havia recebido parecer favorável do presidente Getúlio Vargas e também do interventor federal José Malcher. Confiante de que a proposta não encontraria mais nenhum obstáculo nos meandros burocráticos para ser formalizada, Carlos Estêvão pede a Heloísa Torres uma cópia do exemplar do regulamento do Museu Nacional para que pudesse se orientar nessa nova fase do MPEG, que, segundo ele, já estava definida.⁶⁶ Importa esclarecer que a federalização foi uma proposta criada por Carlos Estêvão como forma de sanar o crônico problema da falta de investimentos.

Caso o projeto fosse oficializado, o MPEG seria integrado à esfera do executivo federal e passaria a dispor de um orçamento mais elevado, tornando viável a execução de projetos institucionais a longo prazo, fazer contratações, elevar os vencimentos de todos os funcionários efetivos e ampliar o acervo científico, dentre outros.⁶⁷ Carlos Estêvão, em ofício remetido a Malcher em 1941, justificou os motivos que o levaram a defender tal proposta, buscando ressaltar o compromisso e a importância da colaboração do governo estadual para que ela fosse implementada, conforme nos mostra o trecho transcrito abaixo.

Como se sabe, o valor do nosso Museu, reconhecido por todo o mundo científico, fá-lo ser, não somente uma glória para o Pará, mas, também, para o Brasil. Para provar essa afirmativa bastam o fato do governo federal oferecer-se para encampá-lo e a circunstância de entrar nas cogitações dos organizadores do Instituto Agrônomo do Norte e sua incorporação ao mesmo Instituto, como é de seu inteiro conhecimento. Devendo, porém, o instituto que tenho a honra de dirigir continuar a pertencer ao Pará, por ser a joia mais preciosa da família paraense, mister se faz que o Estado, cada vez mais, se mostre digno dele. E isso necessita ser demonstrado principalmente na forma de organização que sua finalidade exige. “Instituto de pesquisas”, está o Museu, por sua própria natureza, fadado a formar um órgão autárquico, ou seja: um “serviço público” que precisa ter a direção um tanto autônoma. Se assim é, e, se por ser assim, ou mais hoje ou mais amanhã, para bem servir ao Estado e ao País, ele terá de ser, fatalmente, transformado numa “organização paraestadual”, nada mais natural nem mais justo do que se lhe ir

⁶⁶ Carta enviada por CEO a Heloísa Alberto Torres. Belém, 28 de março de 1938. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

⁶⁷ Carta remetida por CEO a Heloísa Alberto Torres. Belém, 09 de novembro de 1938. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

proporcionando, desde já, os elementos que sua estrutura orgânica exige.⁶⁸

Em outro trecho, Carlos Estêvão prossegue em seus argumentos de forma mais enfática:

Possivelmente é que o quadro que apresento vá de encontro a dispositivos regulamentares vigentes. Se assim for, o que se deve concluir desse choque, não é que eu esteja pleiteando absurdos, e sim que a permanência desses dispositivos é um grande entrave ao desenvolvimento do museu, o que equivale dizer ao progresso do Estado.⁶⁹

A defesa de uma estrutura organizacional adequada para o Museu implica uma visão avançada de política cultural, onde a preservação e a valorização do patrimônio são vistas como essenciais para o desenvolvimento social e cultural. A ideia de transformar o Museu em uma "organização paraestadual" também aponta para uma estratégia de sustentabilidade e eficiência administrativa.

A referência ao MPEG como a "joia mais preciosa da família paraense" sublinha um forte sentimento de identidade e orgulho regional. Esta linguagem sugere que o Museu é visto como um símbolo da cultura e da história do Pará, algo que deve ser preservado e valorizado pela própria população paraense. Esta ideia pode ser ligada a um esforço maior de afirmar a identidade e a autonomia cultural do Pará em relação ao restante do Brasil.

Apesar de todo o esforço de Carlos Estêvão para convencer Malcher a agir de forma mais propositiva no processo de federalização do MPEG via Instituto Agrônomo do Norte, nada foi feito, dando a entender que, de algum modo, a referida medida não satisfazia aos interesses do executivo estadual. Os registros documentais não são suficientemente claros a esse respeito, mas sugerem que o governo estadual estivesse interessado em se beneficiar da renda que estava sendo gerada pelo MPEG com o comércio de animais silvestres e com a criação de peixes amazônicos. Sugerem, ainda, que o MPEG estivesse sendo utilizado pelo governo do Pará como meio de captação de recursos federais, via políticas públicas nacionais destinadas a incrementar a piscicultura no país. Pretendo deixar essa questão mais clara no próximo tópico.

⁶⁸ Ofício de Carlos Estêvão de Oliveira ao governador José da Gama Malcher. Belém, 09 de setembro de 1941. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

⁶⁹ *Ibidem*.

1.5 A aproximação política com o governo federal e a expansão do Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi

Em 1935, o MPEG foi inserido no Programa Nacional de Piscicultura, que estava sendo desenvolvido sob a orientação de Rodolpho von Ihering. A partir desse ano, a instituição passa a receber do governo federal novos investimentos. Foi por meio destes recursos que Carlos Estêvão de Oliveira conseguiu modernizar a infraestrutura do Parque Zoobotânico, erigir o laboratório de pesquisas ictiológicas⁷⁰ e construir um campo de piscicultura composto por oito lagos conjugados e tanques para alevinos, além de contratar pessoal especializado com o apoio do governo do Pará.⁷¹ Ao todo, o governo federal repassou cinco subvenções para o MPEG, correspondentes aos anos de 1935, 1936, 1938, 1939 e 1941. Os recursos ficavam sob o controle do Departamento de Finanças do Estado do Pará antes de serem repassadas ao setor administrativo do MPEG.

De acordo com as informações prestadas pela delegacia fiscal federal no Pará, o MPEG recebeu a soma de Cr\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil cruzeiros), referentes às cinco subvenções autorizadas por Vargas.⁷² Esses recursos foram usados, principalmente, na desapropriação de terrenos e residências contíguos ao Parque Zoobotânico, localizados ao longo da Tv. Alcindo Cacela (outrora denominada de Tv. Vinte e Dois de Junho). Foram investidos Cr\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil cruzeiros) apenas em desapropriações, mais da metade dos recursos cedidos pelo governo federal, e Cr\$ 244.500,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e quinhentos cruzeiros) na construção do laboratório de pesquisas ictiológicas. No vão central desse novo pavilhão, foram inaugurados três grandes aquários, posicionados de forma circular no amplo salão, destinados à reprodução de várias espécies de peixes através da hipofixação. Junto ao prédio, foram instalados tanques com o propósito de receber

⁷⁰ Além do laboratório de ictiologia, CEO também cogitou edificar um laboratório para pesquisas entomológicas, orçado em Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros). Ele teria suas instalações organizada em quatro compartimentos, divididos da seguinte maneira: uma sala de pesquisas, outra para biblioteca, uma para exposição de insetos e uma para a guarda de equipamentos sanitários e químicos. As fontes informam, contudo, que apenas o pavilhão de ictiologia foi edificado em 1943. Belém, 03 de agosto de 1942. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

⁷¹ Negociação para a contratação de um profissional norte-americano para assumir a função de tecnólogo da pesca no MPEG. Belém, 22 de outubro de 1936. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

⁷² Em 1942, o cruzeiro substituiu o antigo real como unidade monetária do Brasil. Na época, 1\$000 (mil réis) valiam Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) ou 1:000\$000 (um conto de réis) valia Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros). De acordo com esses valores de conversão, o montante destinado pelo governo federal ao MPEG foi de 510:000\$000 (quinhentos e dez contos), equivalentes a quase dez vezes o orçamento da instituição para 1938. Cf. Decreto-Lei nº 4.791, de 5 de outubro de 1942.

os alevinos. No total, foram gastos cerca de Cr\$ 564.500,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil e quinhentos cruzeiros), dos quais Cr\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos cruzeiros) provinham do governo do Pará. Na Tabela 14 estão indicados o ano e o valor correspondente de cada subvenção, com exceção da de 1936.

Tabela 14. Relação das subvenções federais entregues ao Museu Goeldi nos anos de 1935 a 1941.⁷³

1935	Cr\$ 10.000,00
1937	Cr\$ 200.000,00
1938	Cr\$ 100.000,00
1941	Cr\$ 20.000,00

Quanto à subvenção correspondente ao ano de 1936, foi a única recebida diretamente pela tesouraria do museu, sem passar pelos trâmites burocráticos do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). Não há registros sobre o montante nem sobre o uso conferido a ele por Carlos Estêvão, mas suponho que a maior parte desses recursos tenha sido empregada em despesas com o jardim zoológico, pois o número de animais em cativeiro havia crescido substancialmente neste período, obrigando, em contrapartida, o diretor da instituição a investir na construção de mais áreas de contenção, tal como já foi tratado anteriormente.

A importância estratégica dessas subvenções só pode ser aferida se recuarmos no tempo para acompanharmos a instalação do MPEG em uma nova sede, a qual viria a se transformar no Parque Zoobotânico. Esse processo teve início em 1894, no início da gestão de Emílio Goeldi (1894-1907). Logo ao chegar em Belém, Goeldi priorizou a expansão física do museu, com apoio do governador à época, Lauro Sodré. A condição *sine qua non* para isso era a mudança de endereço, pois a antiga sede, onde o museu estava instalado desde 1891, não dispunha de espaço suficiente para uma ampliação (Suescun *et al.*, 2018).

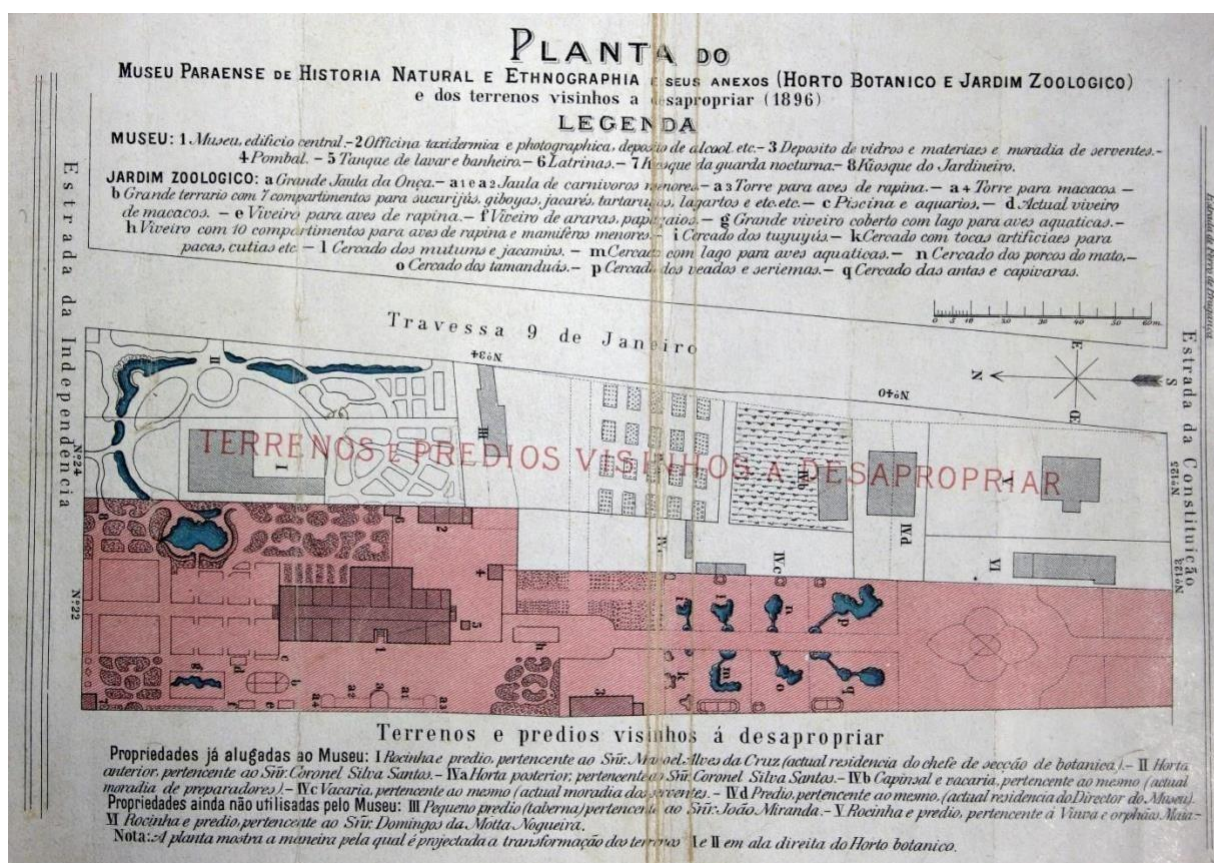
Em 1895, a rocinha (espécie de chácara localizada no subúrbio da cidade) do empresário Bento José da Silva Santos foi adquirida com recursos provenientes do governo estadual e do Museu Paraense. Entre as propriedades existentes na cidade de Belém, foi a que Goeldi considerou a mais adequada para a instalação da nova sede do museu, justamente

⁷³ Carta enviada por Carlos Estêvão ao delegado fiscal do Pará, Alexandre Castro Filho. Belém, 11 de novembro de 1942. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

porque ela permitiria a construção de um zoológico e de um jardim botânico como anexos do museu. Em 1896, o diretor do museu recebeu autorização do governador Sodré para alugar os imóveis e os lotes vizinhos, simultaneamente ao início do processo de desapropriação de metade do quarteirão. As propriedades que viriam a ser desapropriadas a partir de 1897 estavam situadas na Estrada da Independência (atual Av. Governador Magalhães Barata), Tv. Nove de Janeiro e Estrada da Constituição (atual Av. Gentil Bittencourt). Esse processo, no entanto, foi acompanhado por tensões e conflitos judiciais, pois alguns donos de imóveis se recusaram em aceitar o valor das indenizações ofertadas pelo executivo estadual. Esse assunto foi abordado em detalhes em outro trabalho (Leal e Sanjad, no prelo).

A primeira fase de desapropriações se estendeu até 1908. Foram desapropriados 12 lotes, sendo que a metade deles pertencia a Silva Santos e o restante, a proprietários diversos (ver Figura 4). Esse processo foi susgado em razão da crise econômica que se abateu sobre a Amazônia a partir de 1907, quando o preço da borracha silvestre local despencou em razão das exportações da borracha de plantação produzida pelas colônias inglesas, francesas e holandesas no Oriente. Com a perda da hegemonia das exportações de látex, as finanças públicas do Pará sofreram um prejuízo sem precedentes, que acabou se arrastando durante décadas. Diante das circunstâncias, a burocracia estatal se viu impossibilitada de prosseguir no projeto de expansão do Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi.

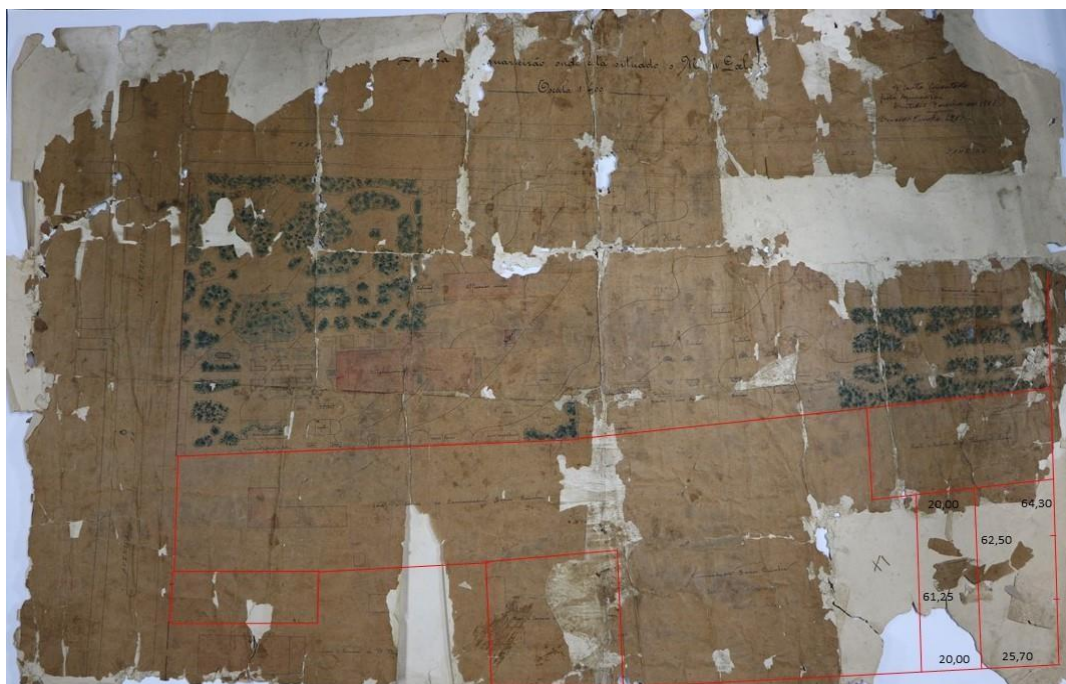
Figura 3. Planta baixa do Parque Zoobotânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, de 1896, onde é possível observar o imóvel e o terreno contíguo desapropriados para a instalação do MPEG (em tonalidade rosa) e as intervenções feitas e planejadas para esse espaço e também para os terrenos vizinhos em direção à Tv. Nove de Janeiro.



Fonte: Reproduzido em Goeldi (1897a).

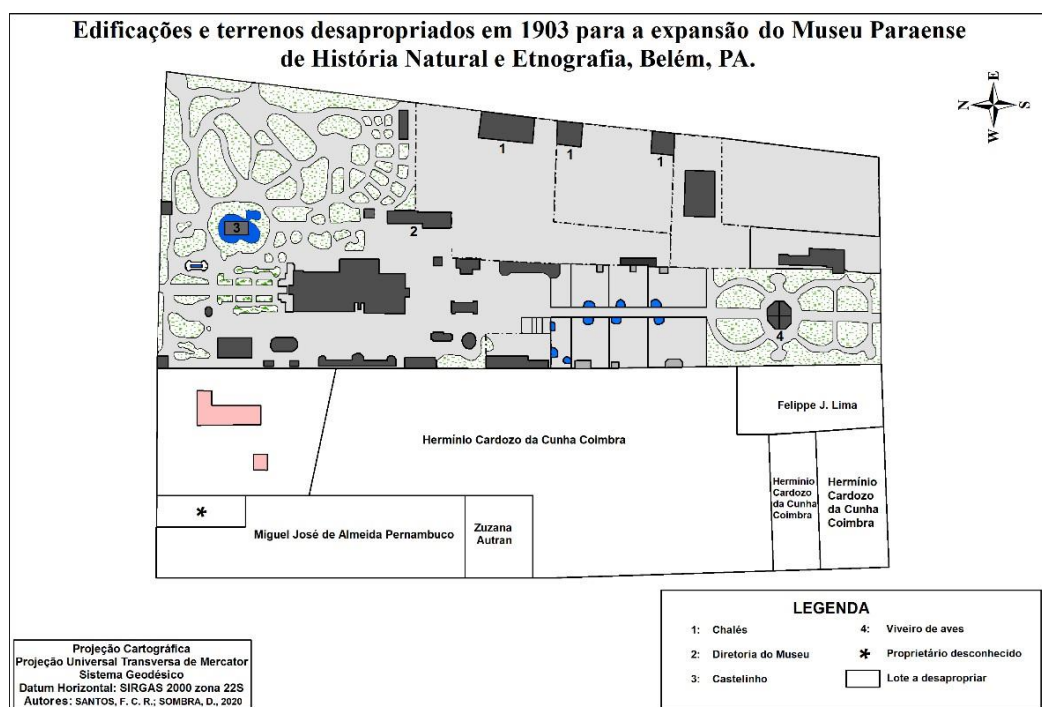
A aquisição dos demais imóveis localizados entre a Estrada da Independência, a Travessa Vinte e Dois de Junho (atual Av. Alcindo Cacela) e a Estrada da Constituição só aconteceu na gestão de Carlos Estevão de Oliveira (1930-1945). A incorporação dos imóveis ao patrimônio fundiário do MPEG ocorreu graças ao apoio político do interventor Magalhães Barata e do presidente Vargas. Foram desapropriados nove lotes, e toda a despesa com o pagamento de indenizações aos moradores foi subsidiada com recursos federais. Na Figura 5 é possível observar o plano de desapropriações desses imóveis, todos considerados de utilidade pública. A planta baixa, em péssimas condições de conservação, foi reconstituída digitalmente graças ao cruzamento de outras fontes, como ofícios, legislações etc. Na Figura 6, que reconstrói digitalmente o Parque Zoobotânico em 1930 (cor cinza), aparecem, na parte de baixo (em branco), todos os lotes que restavam desapropriar, com seus respectivos proprietários (ver detalhes em Leal e Sanjad, no prelo).

Figura 4. Planta do quartirão onde foi instalado o Museu Paraense de História Natural e Etnografia, desenhada por Aristides Pereira Leão em 1901. Foram delineados em vermelho os lotes situados em direção à Tv. Vinte e Dois de Junho (parte de baixo da planta).



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará. Reprodução autorizada.

Figura 5. Planta vetorizada do quarteirão onde foi instalado o Museu Paraense de História Natural e Etnografia, baseada na planta de Aristides Pereira Leão, desenhada em 1901



Autoria: Diego Leal e Fernando Carlos Santos, 2020. Software ArcGis 10.7.

Em 1933, por exemplo, o estado desapropriou duas residências situadas na Tv. Vinte

e Dois de Junho, as de números 439 e 445, ambas pertencentes a Suzana Evangelina Autran, cujo nome também aparece como Suzana (ver Figura 6).⁷⁴ Suzana era viúva de Agostinho Autran, com quem teve cinco filhos. Após o falecimento de seu marido, a viúva decidiu dividir o imóvel em duas partes, cuja intenção, provavelmente, era a de deixar uma parte alugada enquanto a outra lhe serviria de moradia. De acordo com o inventário de Agostinho Autran, identificamos que a maior parte dos terrenos vizinhos, pertencentes à família Cunha Coimbra, já estava sendo utilizada pelo Museu Paraense, como também o prédio do morador Agostinho de Menezes Monteiro (identificado na mesma planta com um asterisco). Suzana, no mesmo ano em que recebeu a casa por herança, foi pressionada a negociá-la com o Governo do Pará sob a justificativa de que a área em questão já havia sido considerada de utilidade pública e, portanto, precisava ser anexada ao Museu Paraense. O valor pago à viúva foi de Rs. 16:000\$000 (dezesseis contos de réis).⁷⁵

No ano seguinte, isto é, em 1934, outros dois lotes conjugados foram desapropriados na Tv. Vinte e Dois de Junho, na esquina da Av. Gentil Bittencourt, ambos de propriedade da família Cunha Coimbra (ver Figura 6). Os fundos de ambos os lotes confinavam com o terreno de Felipe José de Lima. O outro grande terreno da família Cunha Coimbra mudou de titularidade, provavelmente, no final da década de 1930. Seu novo proprietário aparece nas fontes como sendo Agostinho Monteiro, o mesmo dono do prédio situado na antiga Estrada da Independência (atual Av. Gov. Magalhães Barata), assinalado na Figura 6 com um asterisco. O plano de Monteiro era construir, nessa área com mais de 3.000 m², um grande prédio horizontal, com dois pavimentos e 48 apartamentos. Esse conjunto residencial, pensado e elaborado pelo arquiteto J. E. Levi, teria um jardim com aleias e palmeiras nas áreas centrais e laterais do futuro condomínio. Cada apartamento foi anunciado por 30 contos de réis. O financiamento da obra foi negociado com a Caixa Econômica Federal (CEF), com o Instituto de Aposentadoria e o Lar Brasileiro. No início de 1941, restava apenas a assinatura do Prefeito de Belém, Abelardo Conduru, para que o início da obra fosse autorizado. Se construído, o “Edifício Marajó” tomaria quase um terço do quarteirão onde hoje se encontra o Parque Zoobotânico.⁷⁶

Carlos Estêvão, ao tomar conhecimento das obras que estavam prestes a ocorrer

⁷⁴ Inventário de Agostinho Autran, ano de 1933. 2ª Vara Civil – Cartório Odon. Universidade Federal do Estado do Pará, Centro de Memória da Amazônia.

⁷⁵ Inventário de Agostinho Autran, ano de 1933. 2ª Vara Civil – Cartório Odon. Universidade Federal do Estado do Pará, Centro de Memória da Amazônia.

⁷⁶ “Edifício Marajó”. Folha do Norte, Belém, 16 de abril de 1941, p. 2; “O D.A.E. aprovou a desapropriação dos terrenos do dr. Agostinho Monteiro”, Folha do Norte, Belém, 26 de abril de 1941, p. 2.

nesse trecho do quarteirão, conseguiu impedir a execução do projeto graças a um parecer técnico enviado à interventoria do estado, no qual informava que a área em questão era de interesse público, portanto, a construção do prédio traria enormes despesas para os cofres públicos, pois o valor da indenização seria proporcionalmente elevado. O decreto de Magalhães Barata previa que os lotes localizados na Av. da Independência e na Tv. Vinte e Dois de Junho, e que ainda estavam em posse de particulares, deveriam ser negociados exclusivamente com o estado, através do pagamento de uma indenização, que seria estipulada após exame técnico de peritos do governo. Desse modo, o despacho remetido a Monteiro pelo prefeito Abelardo Condurú indeferia o pedido de construção, explicitando os motivos que o impediram de autorizar a execução do projeto:

A Prefeitura, atendendo a que a iniciativa do suplicante se compadece com as atuais diretrizes da atual administração em prol do progresso da cidade, e levando em conta o vulto e a importância das obras projetadas, seria agradável deferir o requerido, e mesmo, como tem feito em casos semelhantes, auxiliar sua realização. Havendo, entretanto, o Governo do Estado, em ofício n. 499, de 29/03/1941, cientificado a prefeitura de que encaminhou ao Departamento Administrativo um projeto de decreto expropriando para a ampliação do Museu Paraense Emílio Goeldi, a área cuja construção se projeta, nada a deferir.⁷⁷

O projeto de construção dos apartamentos na propriedade de Agostinho Monteiro foi embargado pela Prefeitura de Belém, pois impossibilitaria a conclusão do processo de expansão do MPEG. Tal decisão frustrou as expectativas do proprietário, que se viu constrangido a negociar seu patrimônio fundiário com o governo do estado. O referido patrimônio era constituído por quatro lotes. A partir de 1941, todos os lotes foram comprados com subsídios federais e incorporados ao patrimônio do MPEG.

Já em posse dos lotes de interesse para o MPEG, Carlos Estêvão enviou um telegrama ao presidente Getúlio Vargas, agradecendo-lhe por haver cumprido a promessa feita anos atrás de autorizar a liberação de recursos para a expansão do Parque Zoobotânico, até que este ocupasse todo o perímetro do quarteirão.⁷⁸ Fazia parte desse acordo a transformação dos novos terrenos em um campo de piscicultura, que ficaria a serviço da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste. Os ensaios realizados no campo de piscicultura ampliaram significativamente os conhecimentos sobre a reprodução de várias espécies de peixes e quelônios amazônicos, como apaiari, tucunaré e acará-açu,

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ O referido documento foi encontrado nos fundos da gestão Carlos Estêvão relativo ao ano de (1939-1945). s/d. Não paginado.

considerados de grande importância para a economia regional. Essas espécies foram, pela primeira vez, reproduzidas em cativeiro, mediante hipofixação. Em razão da complexidade desse projeto, que exigiu a articulação de diferentes instituições brasileiras e diversos cientistas, brasileiros e norte-americanos, o assunto será tratado no próximo capítulo.

Além do campo de piscicultura, os novos terrenos adquiridos para o MPEG passaram a abrigar um *Palmarum*, um bosque de palmeiras de diferentes espécies, e um orquidário, ambos iniciados em 1934. Dez anos depois, existiam 40 espécies de palmeiras, representadas por dezenas de exemplares (Dyer, 1945, p. 3).⁷⁹ Em relatório de 1945, Dyer descreve tanto as coleções quanto a sua localização e o estado de conservação:

Das estrumadas, quero registrar as plantadas na ala limitada pelo lago dos pirarucus jovens e o muro da Avenida Alcindo Cacela, pertencentes às seguintes espécies: *Mauritia*, *Martiana* – Caraná, *Astrocaryum sp.* – *Mumbacea*, *Astrocaryum mumbacea* – mumbaca, *Socratea sp.* – Paxiuba – e a *Attalea concinna* – Perinã – plantada em 1942 pelo dr. Apolonio Salles. Essas palmeiras não apresentam bem desenvolvimento e, por isso, quero observar se melhoram com o tratamento.

Carlos Estêvão tinha planos ousados para o MPEG e não hesitou em solicitar o amparo de Getúlio Vargas para o projeto de construção de um novo museu. Em 1937, o engenheiro e arquiteto Waterloo Silveira Landim foi contratado pelo diretor do museu para elaborar o projeto arquitetônico do novo prédio (Figuras 7 e 8). Esse trabalho foi avaliado em 18:500\$000 (dezoito contos e quinhentos mil reis⁸⁰) e custeado com as verbas do fisco estadual e do museu.

A execução do referido projeto caberia ao governo federal, que havia se comprometido em cobrir todas as despesas da obra.⁸¹ Isso não aconteceu por causa das restrições orçamentárias decorrentes do agravamento da Segunda Guerra Mundial, mas, caso fosse construída, a estrutura predial delineada seria composta por três pavimentos com frente para a Av. Magalhães Barata). Quatro salas de exposição foram previstas, uma para

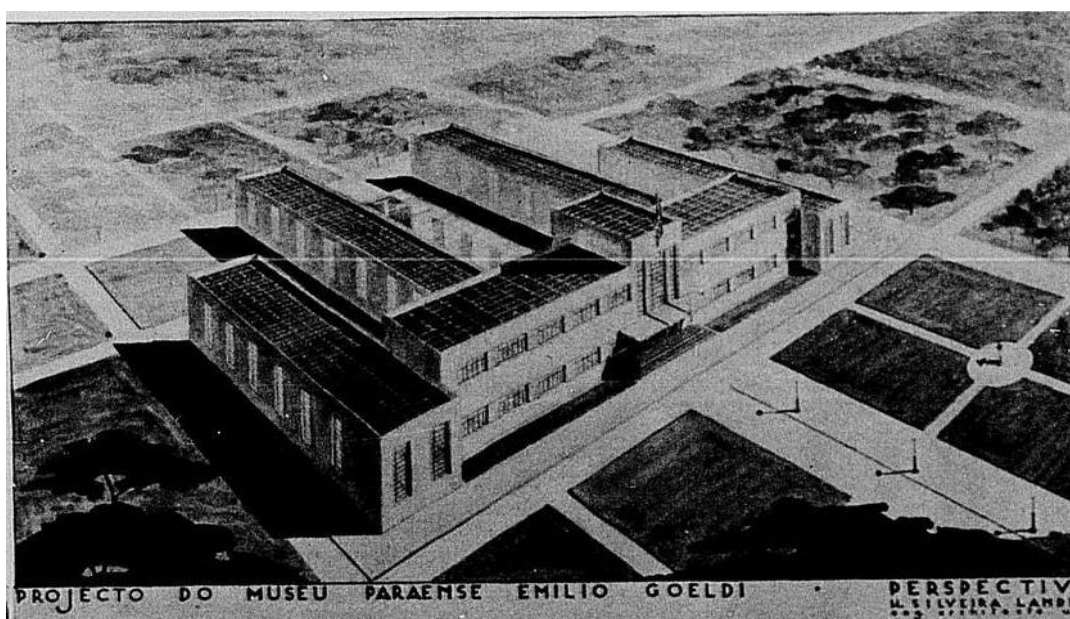
⁷⁹ DYER, E. **Relatório botânico**. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência ativa, 1945.

⁸⁰ Diretoria Geral da Educação e Cultura. Belém, 15 de junho de 1937, nº190. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa. Dois cheques foram encontrados no Arquivo Público do Estado do Pará tratando da contratação de Waterloo Silveira Landim para elaborar a nova sede do MPEG. Belém, 17 de junho de 1937.

⁸¹ O projeto de construção da nova infraestrutura científica do Museu Paraense Emílio Goeldi não era algo inédito. Em 4 de junho de 1904, foi elaborado um novo projeto arquitetônico para o MPEG a qual seria financiado pelo governo estadual. O plano arquitetônico foi desenhado pelo renomado arquiteto francês Gustave Varin em Paris, mas nunca chegou a ser concretizado.

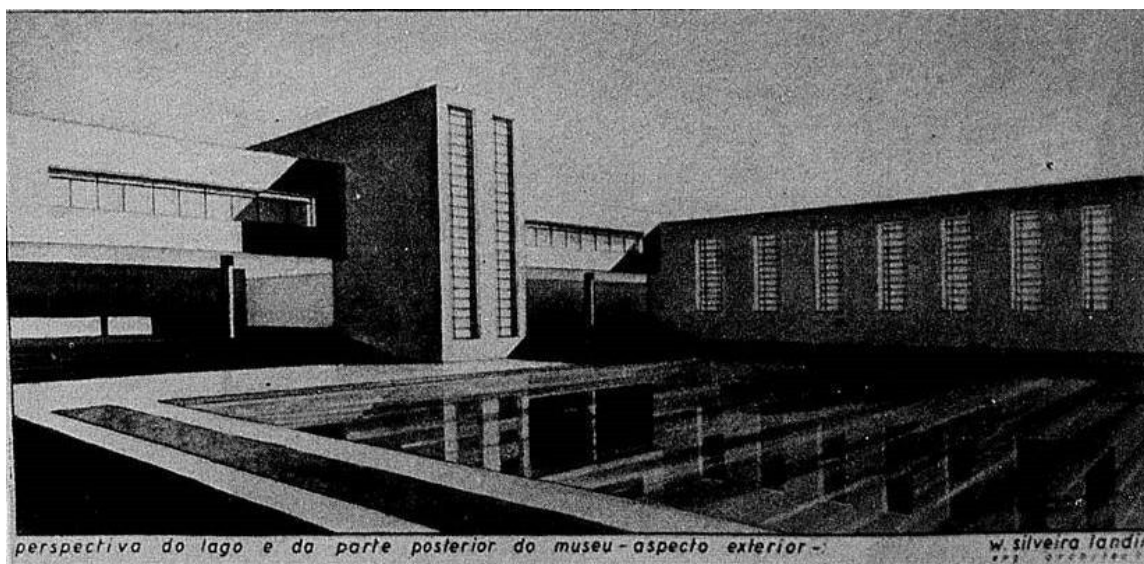
cada seção do museu, além de auditório, biblioteca, escritórios e reservas técnicas. Nos telhados, um restaurante teria a vista para o parque. Nos fundos, uma piscina em forma retangular teria, ao centro, o monumento de uma “sereia mythológica” e, em seu redor, seria organizado o *Palmarum*. No entorno do prédio, seriam criados novos jardins. A antiga rocinha de Silva Santos, os monumentos construídos por Goeldi e sucessores e o traçado original do zoológico e do horto botânico seriam eliminados.

Figura 6. Projeto arquitetônico para a construção do novo prédio do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 15 de junho de 1937. Assinado por Waterloo Silveira Landim.



Fonte: Negativo g01. Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG. Reprodução autorizada.

Figura 7. Projeto arquitetônico para a construção do novo prédio do Museu Paraense Emílio Goeldi (lago dos fundos). Belém, 15 de junho de 1937. Assinado por Waterloo Silveira Landim.



Fonte: Negativo g04. Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG. Reprodução autorizada.

Depois de pronto o projeto, Carlos Estêvão partiu com destino ao Rio de Janeiro para tratar do assunto com o Getúlio Vargas. Durante o tempo em que permaneceu na capital federal, foi convidado a participar de uma entrevista realizada no mês de novembro de 1937 ao jornal *Diário de Notícias*, para falar a respeito do projeto de construção da nova sede do Museu Paraense. Segue abaixo um trecho da matéria jornalística publicada no periódico:

Com effeito estando projectada a construcção de um novo edificio para o grande estabelecimento e não podendo o governo do Estado, por si só, executa-la, aproveitei minha vinda ao Rio para solicitar o apoio do Governo Federal em favor do empreendimento. Com esse proposito entendi-me com o Dr. Getúlio Vargas, que prometeu dar 500.000\$00 para auxiliar na construcção. (...) E ahi está o que me trouxe ao Rio e o que tem sido a minha actuação aqui nestes dois mezes.⁸²

Carlos Estêvão anunciou publicamente que Vargas havia prometido 500 contos de réis para a obra – e que a negociação havia acontecido pessoalmente, isto é, sem intermediação do interventor do estado do Pará ou de qualquer ministro do governo federal. O apoio que o Museu Goeldi recebeu na Era Vargas revela, portanto, a capacidade de articulação que o seu administrador sustentou com o chefe do executivo federal.

Ao conquistar a confiança de Vargas,⁸³ Carlos Estêvão não garantiu somente a sobrevivência do MPEG, mas o colocou numa posição vantajosa na burocracia administrativa do governo federal e o elevou à condição de patrimônio nacional brasileiro. Essa parceria foi consolidada com a ajuda de Magalhães Barata, ainda em seu primeiro mandato como interventor no Pará, e de José Malcher, quando ambos favoreceram essa aproximação.

A aproximação do MPEG e do governo federal deixa evidente que a instituição tornou-se mais do que um local de produção e difusão do conhecimento científico, mas um símbolo do novo regime e uma agência de propaganda do governo interventor, onde o desenvolvimento e a modernização do Brasil eram exaltados, em particular da Amazônia. Vargas não mediu esforços para que o seu projeto político conquistasse reconhecimento e

⁸² Trecho da entrevista com o diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, Carlos Estêvão de Oliveira em 1937. Fonte: <https://fauufpa.org/2018/08/09/museu-paraense-emilio-goeldi-por-waterloo-da-silveira-landim-2/>.

⁸³ Em uma das correspondências enviadas por Carlos Estêvão a Alberto Queiroz, pessoa próxima de Getúlio Vargas e de sua família, revela que o diretor do museu fazia doações de plantas e de animais vivos para o Jardim do Palácio Guanabara a pedido de Darcy Vargas. Belém, 27 de agosto de 1942. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

legitimidade diante de um cenário extremamente polarizado, onde diferentes interesses se conflitavam ou – dependendo muito das circunstâncias e dos interesses envolvidos – podiam convergir e mesmo favorecer a construção de alianças políticas, mesmo que de forma ocasional.

Ingrid Casazza (2020), ao estudar a atuação científica e política do botânico Paulo Campos Porto no aparelho estatal do governo Vargas, constatou como alguns intelectuais estiveram bastante atuantes nesse período, seja definindo pautas, desenvolvendo projetos científicos, educacionais e culturais, formulando leis, entre outras coisas. Esse grupo de intelectuais – aparentemente coeso – buscava consolidar suas carreiras profissionais e não hesitou em aderir aos planos nacionalistas de Getúlio Vargas, na expectativa de obter apoio político e financeiro aos seus projetos pessoais e institucionais.

Carlos Estêvão fez parte dessa linhagem de intelectuais profundamente envolvida com as questões políticas do período em questão. Ao aderir às políticas desenvolvimentistas e modernistas de Vargas, o intelectual pernambucano garantiu a estabilidade do MPEG na burocracia estatal. Levando em consideração as circunstâncias históricas e a importância que a Amazônia passou a ter no projeto desenvolvimentista de Vargas, podemos agora investigar as intenções políticas e econômicas que levaram o Estado brasileiro a subsidiar a construção do laboratório de ictiologia e do campo de piscicultura no MPEG, projeto que, como analisamos nesse capítulo, aproximou a instituição do governo federal e transformou a paisagem do Parque Zoobotânico. No próximo, abordaremos o processo de requalificação científica da instituição, de maneira a torná-la apta a executar um projeto considerado prioritário no governo de Vargas.

Capítulo 2 – O Museu Paraense Emílio Goeldi e a sua relação com o Projeto Nacional de Incentivo a Piscicultura no Brasil.

O período conhecido como Era Vargas é um assunto que ainda desperta a atenção de muitos estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, em particular das ciências humanas. A recente historiografia, por exemplo, tem analisado o período em questão sob diferentes perspectivas, com o propósito de melhor compreender as dinâmicas políticas, econômicas, culturais e sociais. Esse processo é mediado pelo uso de novas fontes documentais e pelo suporte de metodologias adequadas ao problema que se quer solucionar na pesquisa. É com base neste procedimento e da constatação de lacunas historiográficas que almejamos analisar a relação entre ciência e política nos anos 1930 e 1940, com ênfase para o caso do MPEG. Nunca é demais ressaltar que esse contexto foi marcado pelo aparecimento de diversas instituições científicas e conselhos técnicos federais cuja finalidade era atender de forma exclusiva às demandas governamentais e de outros setores que a ela estavam subordinados.

Além disso, a historiografia da ciência nos revela que as trajetórias destas instituições de pesquisa acabaram se confundindo com o trabalho e a vida pessoal de muitos cientistas, trazendo à luz uma ampla rede de interações que abrange diversos segmentos sociais, na qual se incluem associações científicas, organizações públicas e privadas, e, não raro, até relações de caráter pessoal com seus pares científicos e autoridades políticas. É no interior dessa rede de interações que ocorrem a criação de modelos institucionais, a elaboração de agendas científicas, a produção de conhecimentos e o intercâmbio científico.

Estudar o desenvolvimento da ciência moderna implica conhecer e analisar os modelos institucionais e como são organizados as práticas e os saberes científicos em contextos históricos bem demarcados, em cuja dinâmica devemos sempre atentar para as permanências e rupturas que assinalam esse processo. Segundo Ben-David (1974), a ciência moderna e a estrutura dos diversos campos disciplinares que a integram só podem ser compreendidas se observarmos três dimensões: a primeira é o caráter mutável dos valores e dos interesses sociais que influenciaram as escolhas e o poder de decisão das pessoas de apoiar e aceitar a ciência ou dela participar, a segunda, se refere a organização do trabalho científico e à busca pela sua eficiência, e, por fim, a terceira, concerne aos estabelecimentos de pesquisa à nível individual com enfoque para as diferentes estruturas organizacionais ou aos aspectos da vida da comunidade científica. A presente pesquisa estabelece um diálogo com as duas últimas dimensões.

Assim, neste capítulo, faremos algumas reflexões sobre o papel desempenhado pelo

MPEG nos projetos e ações governamentais definidos para a Amazônia brasileira. Esta instituição se tornou uma das principais referências em estudos voltados para a ictiologia e piscicultura amazônica. Também ajudou a formar a primeira geração local de mulheres cientistas especializadas nesse campo do saber científico. Pela qualidade dos trabalhos empreendidos e relevância dos serviços prestados ao desenvolvimento econômico do estado, essas mulheres foram convidadas a ocupar cargos públicos de destaque na burocracia estatal e que, até então, eram dominadas pela figura masculina. Em consonância com as políticas nacionalistas do executivo federal, o governo local também buscou incentivar a profissionalização de cientistas e a valorização de instituições públicas. Como determinadas demandas foram priorizadas pela agenda política local, algumas instituições acabaram recebendo mais subsídios do que outras.

Esse quadro aponta para demandas locais e as suas conexões com projetos de âmbito nacional. Embora a ciência esteja alicerçada em constantes universalistas, suas práticas e objetos de pesquisa apresentaram dinâmicas bastante heterogêneas em sua configuração organizativa quando procedemos uma análise comparativa entre as diversas regiões que compõe um território nacional. A estreita e complexa relação estabelecida entre território e prática científica é uma temática já consolidada dentro da historiografia das ciências, no entanto, alguns pontos ainda permanecem obscuros quando a discussão envolve variáveis regionais. Quando a ciência não é analisada de forma conjunta com fatores políticos, econômicos, culturais e sociais locais, estaremos, sem dúvida, diante de uma narrativa reducionista e tendenciosa da história. Por exemplo, quando falamos sobre o processo de institucionalização das ciências em países de dimensões continentais como Brasil, Rússia e China, sem levarmos em consideração nesta reflexão as dinâmicas locais e o contexto histórico, chegaremos a falsas conclusões de que esse fenômeno tenha se verificado de forma homogênea em todo o território.

O presente capítulo trata da inserção do MPEG em projetos e ações de âmbito federal voltados para a diversificação e elevação da produção de proteína animal no Brasil. Para melhor analisar a temática em questão, o capítulo foi estruturado em três subitens. O primeiro parágrafo trata do surgimento da CTPN e de suas funções no Programa Nacional de Incentivo à Piscicultura. No segundo, examino o intercâmbio técnico e científico que ocorreu entre o MPEG e a CTPN nas décadas de 1930 e 1940, com a finalidade de promover a reprodução em larga escala de peixes de valor econômico. No terceiro, exploro o processo de requalificação institucional do MPEG e a profissionalização de seus funcionários, num contexto em que a piscicultura e a ictiologia ganharam destaque nas políticas

desenvolvimentistas do governo Vargas.

2.1. Historiografia das ciências no Brasil

A partir dos anos 1970 e 1980, como resultado da ampliação de novos objetos de pesquisa na construção do conhecimento histórico, a historiografia passou por um processo de renovação. Muitas abordagens passaram a dar maior enfoque para a trajetória de diversas instituições científicas, a atuação de diretores e pesquisadores, aos trabalhos realizados em laboratórios e a sua relação com as demandas políticas, econômicas, sociais e culturais da época.

No caso brasileiro, em específico, Lopes (1997), ao estudar o processo de institucionalização das ciências naturais ao longo do século XIX, aborda e discute o papel dos museus de história natural nesse processo, as concepções científicas nas quais se inspiraram e serviram de parâmetro para nortear as suas atividades e projetos institucionais. Para compreender as dinâmicas inerentes a esse fenômeno, e também a forma como o saber e as práticas científicas foram estruturadas e se desenvolveram nesse contexto sociocultural com a transição do paradigma científico, a autora buscou analisar a trajetória e a contribuição individual do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1818), Museu Paraense (1866) (atualmente chamado de Museu Paraense Emílio Goeldi), o Museu Botânico do Amazonas (1882), o Museu do Ipiranga ou Paulista (1895) além de outras instituições públicas e privadas não menos importantes.

À medida que as ciências naturais se institucionalizavam e se ramificavam, dando origem a novos campos disciplinares e a métodos de coleta e classificação, a comunidade científica, buscando acompanhar as novas condições impostas pelas mudanças do paradigma científico, cada vez mais foram se profissionalizando, abrindo precedente para a formação de uma sólida tradição científica no país. Para compreender tais mudanças epistemológicas, a autora também deu particular atenção para alguns conceitos importantes como os de recepção, apropriação e tradução do conhecimento científico.

Lopes (1997) afirma que o Museu Nacional foi uma das poucas instituições científicas no início do século XIX a realizar estudos taxonômicos e sistemático com rigor científico no âmbito das ciências naturais de forma quase isolada no Brasil. Esses argumentos, no entanto, reforçam a ideia de que o saber e a prática científica ficaram circunscritas, pelo menos nesse primeiro momento, na região sudeste, em particular no Rio de Janeiro, ao passo que, nas demais regiões, principalmente a amazônica, tais atividades se

desenvolveram tardiamente ou não tiveram a mesma importância pelo fato de estarem geograficamente distante ou supostamente isoladas do debate intelectual mais amplo.

Nancy Stepan (1976), ao buscar analisar as raízes da pesquisa científica no Brasil, também segue essa mesma linha de raciocínio ao conferir excessiva importância as instituições situadas no eixo Rio-São Paulo. Dentre as obras escritas pela historiadora norte-americana, cabe destacar “Gênese e evolução da ciência brasileira”, publicado no ano de 1976, no contexto da requalificação científica e institucional da Fiocruz bem como da formulação do Programa Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PNDCT). Nessa obra, a autora estuda a fundação do Instituto Bacteriológico de São Paulo (1892) e de Manguinhos (1899) na transição para o século XX.

Em sua análise, a historiadora norte-americana considera o caso do Instituto Oswaldo Cruz um exemplo bem-sucedido de institucionalização das ciências e das ciências médicas na “periferia” ao ressaltar cinco fatores fundamentais: 1. capacidade de reprodução institucional; 2. recrutar e treinar continuamente cientistas e técnicos; 3. relação de “clientelismo” com os interesses do Estado e da sociedade civil; 4. influência sobre outras instituições científicas; 5. produção de conhecimento de relevância local (problemas nacionais) e de interesse para a comunidade científica internacional (audiência).

Cueto e Silva (2020) consideram a obra de Stepan uma ruptura radical com as ideias de Basalla na medida em que atribuem o sucesso do IOC a fatores locais no contexto internacional. Para ambos, o modelo francês pausteriano ao ser introduzido em solo brasileiro e adaptado às demandas do IOC, passou a apresentar características particulares, frustrando, segundo eles, as expectativas dos defensores da teoria da dependência.

A partir da década de 1970, essa teoria passou a ser fortemente questionada por historiadores latino-americanos que passaram a considerá-la um modelo explicativo eurocêntrico, baseado em uma perspectiva linear do processo histórico em que os países subdesenvolvidos haveriam de seguir o caminho trilhado pelos países europeus e Estados Unidos para se tornarem países industrializados e modernos. Cueto e Silva (2020, p. 5) ao fazerem um balanço da historiografia das ciências e da medicina na América Latina estabeleceram uma divisão histórico-temporal do processo de institucionalização das ciências nos países latino-americanos, considerando quatro perspectivas teóricas. Não é meu objetivo apresentar todas as quatro perspectivas, mas apenas duas delas porque nos fornecem a resposta que procuramos para responder à questão proposta.

A primeira perspectiva teórica surgiu em 1930 onde é destacada a hegemonia científica e cultural dos países “desenvolvidos” sobre os países latino-americanos

considerados à época “menos avançados”. Para os defensores da teoria da dependência, as sociedades ditas “periféricas” dificilmente conseguiriam progredir cientificamente sem os avanços científicos e tecnológicos desenvolvidos pelos países mais industrializados.

Na segunda perspectiva, pesquisadores e historiadores, a partir de 1970 a 1990, passaram a construir argumentos que buscavam valorizar o protagonismo dos institutos de pesquisa latino-americanos. Essa reflexão, no entanto, não se afastou totalmente de uma perspectiva eurocêntrica, tal como foi apresentada por Georges Basalla, pois também reforçavam que os “paradigmas científicos” foram gestados no exterior, isto é, nos institutos de pesquisa e laboratórios situados na Europa e nos Estados Unidos, apenas com a diferença de que esse conjunto de práticas e saberes científicos foram apropriados e traduzidos pela comunidade científica de países latino-americanos com o objetivo de atender as próprias demandas.

A terceira perspectiva se refere as redes científicas internacionais e a emergência de novos atores sociais na construção do conhecimento científico. Segundo os autores, a comunidade científica latino-americana não ficou à margem das discussões científicas que estavam ocorrendo no cenário internacional. A qualidade dos trabalhos de pesquisa realizados em diversos domínios institucionais situados na América Latina e a circulação desses conhecimentos em outros espaços de atuação científica nos EUA e alguns países europeus, refuta a teoria da dependência e reforça o protagonismo de novos atores sociais nesse cenário.

O diferencial desta perspectiva é a relativa autonomia dos países considerados “menos avançados”, segundo os padrões estabelecidos pelas nações que se consideravam na vanguarda do progresso científico e tecnológico. Essa recepção tinha limites bem demarcados uma vez que as instituições científicas “periféricas”, longe de reproduzir passivamente o modelo usado por outras instituições estrangeiras, também produziram conhecimento científico.

Na quarta e última perspectiva, a historiografia latino-americana busca valorizar o conhecimento popular, os saberes tradicionais e as práticas de curandeirismo. Nessa perspectiva, os agentes produtores desse tipo de conhecimento são tão importantes quanto os cientistas, técnicos e pesquisadores.

Sílvia Figueirôa (1998), ao analisar o processo de institucionalização das ciências no Brasil a partir de um estudo comparativo, destaca a importância que as instituições educacionais, científicas e culturais assumem neste processo no qual havia se iniciado na transição do século XVIII para o XIX. Para Figueirôa (1998, p. 120), a institucionalização

das ciências “não teria se realizado sem a participação das elites locais, que importaram modelos do exterior ao mesmo tempo em que procuraram adaptá-los e desenvolvê-los em consonância com a realidade nacional – existente ou que se almejava construir”.

Seguindo essa mesma perspectiva teórica, Maria Amélia Dantes (1988) considera que o sucesso obtido pelos institutos de pesquisa no Brasil entre o século XIX e o XX se deu em grande medida por meio do apoio que estas receberam do governo e da iniciativa privada. Além do mais, esta autora entende que o processo de institucionalização das ciências ocorreu de forma desigual por todo o território nacional de vez que esse fenômeno parece ter se concentrado mais intensamente na região sudeste. Cabe enfatizar, contudo, que em nenhum momento dantes fala que esse processo não tenha ocorrido em outras regiões do Brasil ao longo do século XIX para o XX, apenas nos esclarece que o desenvolvimento das atividades científicas do país dependia – e depende – do apoio das autoridades locais e que sem isso qualquer projeto institucional e científico fica impossibilitado de se desenvolver plenamente.

Para Stepan (1976), o fator econômico se mostra insuficiente para explicar o fracasso de uma instituição sem considerar outros fatores subjacentes. Stepan, ao estudar o caso em particular do Instituto Bacteriológico (1892), fundado nos primeiros anos republicanos, constatou que a crise institucional e administrativa enfrentada por esta instituição se deu mais pela falta de um administrador competente do que por outras razões. A partir de uma análise minuciosa, Stepan, tomando como parâmetro a administração de Adolfo Lutz, entende que o referido instituto deixou de ser uma prioridade na pauta do governo cuja causa relaciona-se, dentre outras coisas, à incapacidade do seu administrador em lançar novos programas de saúde, inabilidade para solucionar os problemas internos da instituição, ausência de recrutamento e treinamento de cientistas e técnicos – tal como se sucedeu no projeto institucional e científico levado a efeito por Oswaldo Cruz com o apoio do governo federal bem como das elites locais. Neste sentido, a historiadora estadunidense parte do pressuposto de que a institucionalização das ciências biomédicas em um país com pouca tradição científica se efetivou a partir da combinação de diversos fatores. Para que uma ciência seja bem-sucedida em um país em desenvolvimento como Brasil, ele precisa atender a um sistema de pesquisa científica que contemple: treinamento, emprego, produção e consumo de conhecimentos (Stepan, 1976).

O caso do IOC não foi o único caso de uma instituição bem-sucedida em seu projeto institucional. Ao formular um programa institucional coerente com a realidade brasileira, Oswaldo Cruz – a partir da análise de Stepan – conseguiu criar um sistema genuinamente

nacional, capaz de atender as demandas internas do país.

Ao analisar o processo de institucionalização das ciências do Brasil, percebe-se que a maior parte da produção historiográfica valorizou excessivamente a atuação das instituições científicas situadas na região Sudeste do país nesse processo. O presente capítulo em particular busca subverter essa lógica. Ao longo deste capítulo, veremos que as instituições científicas do Norte e do Nordeste, como o MPEG e a CTPN, desenvolveram pesquisas inovadoras no âmbito das ciências biológicas, o que resultou na publicação de artigos e notas em importantes revistas científicas nacionais e internacionais.

2.2 A criação da CTPN e o Programa Nacional de Incentivo à Piscicultura

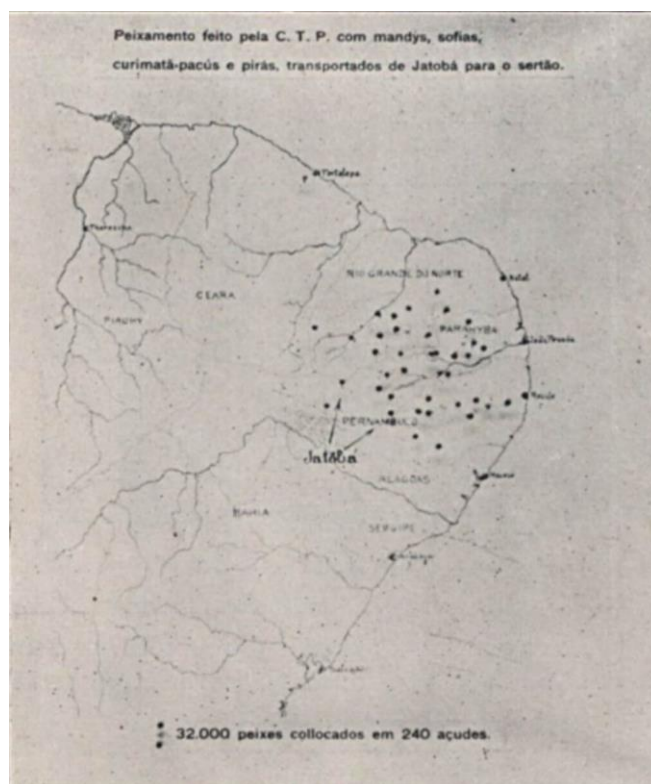
Entre as décadas de 1930 e 1940, a Amazônia adquire relevante importância na política desenvolvimentista de Getúlio Vargas. Esta região aparece na retórica governista da época como “espaço vazio” e “desabitado”. No imaginário ideológico do novo regime político que havia se consolidado no país, esse problema seria solucionado através de projetos governamentais voltados para a colonização planejada da região e a exploração dita “racional” e “metódica” da natureza. Essas medidas contribuiriam para a incorporação imaginária e simbólica da região amazônica ao corpo da nação (Lenharo, 1986).

Entre as estratégias político-econômicas aventadas pelo Estado no pós-1930 para impulsionar o desenvolvimento econômico do país, cabe ressaltar o projeto de incentivo à piscicultura. Esse projeto de manejo e gestão da ictiofauna brasileira almejava diversificar e ampliar a produção de proteína animal em escala comercial. Para coordenar esse projeto desenvolvimentista, o Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida (1887- 1980), através do decreto n. 19.726, de 20 de fevereiro de 1931, determinou a criação da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste (CTPN) e a subordinou administrativamente à Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). A sede da CTPN estava localizada no estado do Ceará, em Fortaleza, mas atuava em vários estados nordestinos através de três inspetorias regionais, a saber: 1º Piauí e Ceará; 2º Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; e 3º Alagoas, Sergipe e Bahia. Essa complexa infraestrutura institucional operaria de forma coordenada no sentido de fomentar a produção em larga escala de peixes exclusivamente nacionais em lagos e açudes públicos e particulares (Oliveira, 2022). Essa região do país pode ser considerada, neste primeiro momento, um

campo de experiências para a criação de diferentes espécies de peixes para consumo alimentar em ambientes controlados e semi controlados, através da reprodução assistida.

O chefe da CTPN era Rodolpho von Ihering (1883-1939), zoólogo e biólogo brasileiro. Suas atividades científicas primaram pelo desenvolvimento da ictiologia e da piscicultura no Brasil. Em um de seus relatórios técnicos, o Brasil aparecia subdividido em três macrobacias hidrográficas: 1) bacia amazônica, 2) bacia do Nordeste, onde estava incluído o rio São Francisco, e o 3) Brasil meridional, cuja área de abrangência interligava as regiões Centro- Oeste, Sudeste e Sul.⁸⁴ Tais informações foram essenciais para se compreender a distribuição zoogeográfica de algumas espécies de peixe. Na figura 8, observar-se os locais onde se desenvolveu os trabalhos da CTPN.

Figura 8. 240 viveiros planejados para a criação e reprodução de diversas espécies de peixes, totalizando, de forma geral, 32 mil espécimes.



Fonte: O campo (1935)

Com o apoio de grande parte dos governos estaduais e da iniciativa privada, os trabalhos

⁸⁴ Relatório técnico elaborado por Rodolpho von Ihering tratando sobre a implementação do Programa Nacional de Incentivo à Piscicultura no Brasil. Data e local não identificados no documento. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

técnicos e científicos coordenados pela CTPN em alguns estados e municípios do Nordeste adquiriram dimensão mais ampla. As regiões Norte, Sul e Sudeste do país passaram a fazer parte de suas ações e projetos, concentrando-se mais particularmente nos estados do Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Como desdobramento deste conjunto de iniciativas que estava sendo tomado pela CTPN com o respaldo dos governadores e da iniciativa privada neste projeto macroeconômico de cunho nacionalista, foi instalado em cada unidade federativa um Posto de Piscicultura, cujas atividades seriam acompanhadas por um Posto Central.⁸⁵

Cada Posto tinha um cronograma de atividades e serviços bem definidos, que se desdobrava em duas frentes. Em minha reflexão a primeira estava mais centrada na ciência “pura”, enquanto a segunda na ciência “aplicada”. Em relação aos trabalhos envolvendo ciência “pura” ou básica, as atividades envolviam mais particularmente estudos sobre a biologia dos peixes de água doce e salgada. Faziam parte do cronograma de estudos de cada Posto assuntos que eram referentes à 1) limnologia; 2) sistemática e biologia dos peixes de cada região; 3) alimentação, desenvolvimento e multiplicação de peixes que tivessem valor econômico; 4) moléstias e parasitismo. Sobre os trabalhos implementados no âmbito da ciência “aplicada”, eram realizados em ambientes controlados e semicontrolados: 1) desova induzida; 2) fecundação artificial; 3) cultivo de alevinos e, por último, a 4) produção de pescado.

Segundo Rodolpho von Ihering, o programa que havia sido delineado para os Postos de Piscicultura não era uniforme, pois havia diferenças nos métodos utilizados para a exploração econômica de peixes de água salgada (piscicultura marinha) e dos peixes de água doce (piscicultura continental). Por exemplo, os resultados obtidos com a desova induzida, a fecundação artificial e o cultivo de alevinos em viveiros escavados e em tanques monitorados e semi monitorados revelaram indicativos de maior rentabilidade com a piscicultura marinha do que com a piscicultura continental. Todavia, entre ambas, a de menor custo era a piscicultura continental, sobretudo nas despesas com a aquisição de equipamentos e outros implementos utilizados pela aquicultura na organização e manutenção de áreas de cultivo. A piscicultura continental apresentava, portanto, uma alternativa mais viável aos investidores capitalistas, sobretudo para estados e municípios com déficit orçamentário.

Todos os custos com a instalação dos Postos de Piscicultura, somados à aquisição de equipamentos e outras despesas descritas no orçamento como verba material,⁸⁶ eram da

⁸⁵ Idem, p. 5.

⁸⁶ Entre os itens listados na verba material estavam: “microscópios, aparelhos elétricos, aparelhos de pesca,

responsabilidade exclusiva dos governos estaduais que haviam aceitado os termos estabelecidos pelo Programa Nacional de Incentivo à Piscicultura.⁸⁷

Para cada posto foi designada uma equipe de profissionais formada por biólogos, limnologistas, assistentes de laboratório e auxiliares. A CTPN exigia que os biólogos indicados fizessem o curso de biologia de peixes de água doce e salgada que estava sendo ofertado pela instituição, pois a reprodução assistida de peixes em cativeiro através do uso da hipofisacção era uma técnica que havia sido introduzida recentemente no Brasil e poucos profissionais conheciam os procedimentos.

Ainda em relação aos funcionários para cada Posto, a CTPN definiu que a equipe de profissionais que atuaria na linha de frente deste projeto interinstitucional seria constituída por funcionários públicos federais e estaduais. Para tanto, depois de assíduas discussões, encarregou o Serviço de Caça e Pesca de selecionar funcionários públicos federais, e os governadores de cada estado de proceder a seleção de funcionários estaduais.⁸⁸

Um dos fatores que explicam o desenvolvimento da piscicultura intensiva diz respeito à sua alta produtividade em comparação com outras atividades econômicas. Se a bovinocultura e a ovinocultura de corte conseguiam produzir, respectivamente, 111 quilos e 60 quilos por hectare a cada ano, a atividade piscícola obtinha índices mais elevados, que podiam variar entre uma e outra espécie de peixe, conforme nos mostra os dados contidos na tabela 15 abaixo.

Tabela 15. Espécies mais cultivadas pela CTPN.

Espécie	Regime alimentar	Quilo/ano
Curimatã	Lodo com diatomáceas	1.050
Mandis	Larva de mosquitos chiromídeos	250
Sofias	Insetos	150
Pirás	Moluscos, crustáceos e vermes	600

Para se obter um bom resultado com a piscicultura intensiva, é fundamental que seja procedido um estudo topográfico preliminar da estrutura fundiária onde tanques e viveiros serão instalados. O ambiente aquático onde será feita a criação e reprodução deve apresentar características físicas e químicas próximas do ambiente natural, de modo a garantir a sobrevivência, a adaptabilidade e o desenvolvimento de peixes, além de outros organismos

livros de biologia e revistas científicas, automóvel, barco a motor, pneumáticos, vidros (provavelmente tubos de ensaio) e fármacos". Idem, p. 6.

⁸⁷ Idem, p. 7

⁸⁸ Idem, p. 5.

aquáticos. Vários fatores podem favorecer ou não a atividade aquícola, em particular a piscicultura, principalmente temperatura, transparência, oxigênio dissolvido, potencial hidrogeniônico, solo e disponibilidade de nutrientes. (Embrapa, 1995)

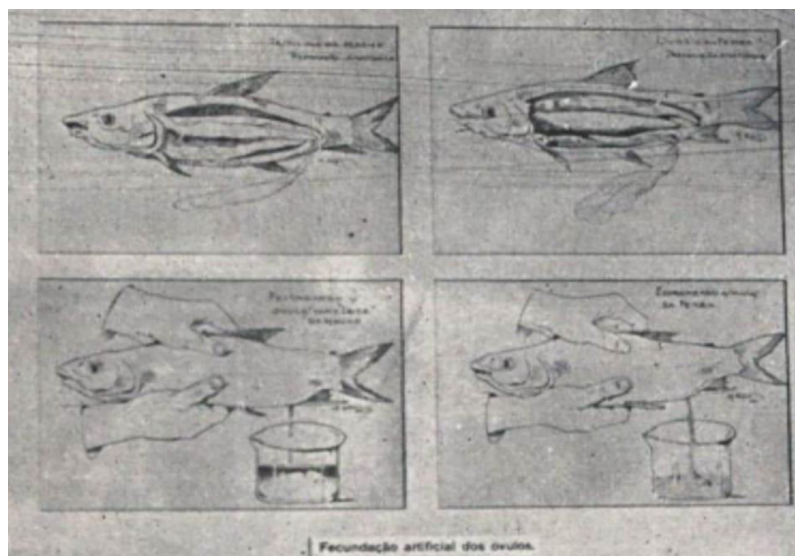
Preenchidos esses requisitos básicos, o ambiente aquático estaria apto a receber peixes para serem cultivados. Para obter bons resultados com a fecundação artificial, o técnico responsável por esta função teria que selecionar os exemplares reprodutores em potencial antes da piracema.

Esse critério de seleção era realizado da seguinte maneira: primeiramente, o técnico pressionava levemente a região abdominal do peixe, fosse macho ou fêmea, da cabeça para a cauda, e observava se o espécime capturado liberava sêmen ou ovócitos em quantidade superior aos demais (Figura 9). Esse procedimento deveria ser feito no próprio viveiro de reprodutores, depois que vários espécimes fossem capturados de uma única vez com a utilização da rede de arrasto. Depois dessa seleção, os peixes de ambos os sexos eram armazenados provisoriamente em tanques separados, aguardando receber doses de hormônio hipofisário, administradas através de injeções intramusculares no dorso, com o objetivo de estimular a liberação de sêmen, no caso dos machos, e óvulos, no caso das fêmeas. Logo em seguida, o material genético de ambos era fecundado artificialmente (Figura 10). Em menos de 48 horas, era possível obter entre 200 mil a 2 milhões de ovos, a depender da idade e da espécie cultivada.⁸⁹

A glândula responsável pela produção do hormônio teve uma importância grande para o desenvolvimento da piscicultura no Brasil e no mundo. Para o fabrico das doses, a glândula precisava ser extraída fresca de peixes autopsiados, depois era triturada e misturada com soro fisiológico (Streit Jr. *et. al.*, 2002).

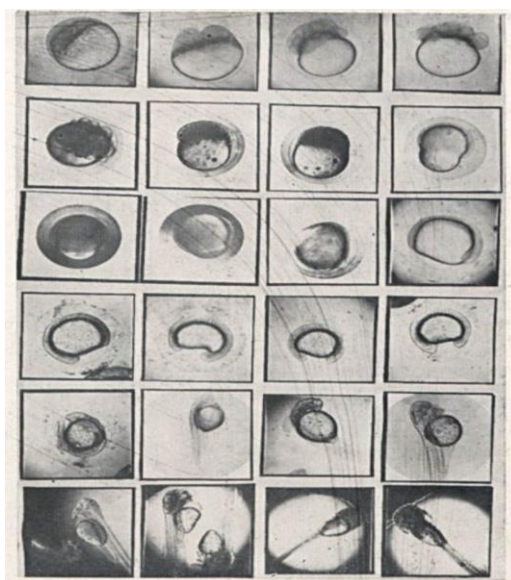
Figura 9. Técnicas utilizadas na fecundação artificial da espécie curumbatá. No quadro abaixo, podemos observar como é realizada a coleta de material genético do macho e da fêmea.

⁸⁹ Idem, p. 6.



Fonte: O campo (1935, p. 20).⁹⁰

Figura 10. Desenvolvimento completo do ovo do mandi-chorão, a partir da fase de divisão celular até a formação da larva prestes a se alimentar, já provida de seus barbilhões na fase de alevino.



Fonte: O campo (1935, p. 21).⁹¹

Segundo as estimativas de Ihering, um Posto de Piscicultura seria capaz de fornecer

90

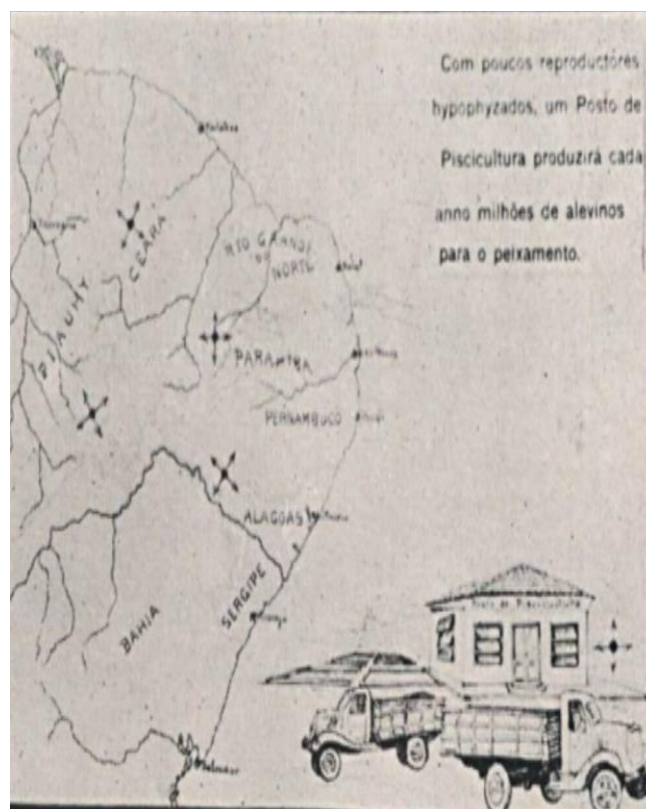
Fonte: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=083291&pesq=%22papel%20hipofise%22&p_agfis=5949.

91

Fonte: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=083291&pesq=%22papel%20hipofise%22&p_agfis=5950.

aproximadamente 1 (um) milhão de alevinos em apenas 12 meses. Essa produção, no entanto, estava sujeita a uma série de contingências que poderiam causar danos irreversíveis à população de alevinos, sendo o mais comum a ação de aves de médio porte de hábitos diurnos e noturnos, a saber: garças, mergulhões e bem-te-vis. Apesar dos inúmeros inconvenientes e danos provocados pela insistente ação de predadores, o chefe da CTPN afirmou que a atividade piscícola apresentava elevado potencial econômico, sendo capaz de gerar “centenas de contos” em apenas um ano.⁹²

Figura 11. Localização de cada Posto de Piscicultura na região do Nordeste brasileiro



Fonte: O campo (1935, p. 20)

É importante fazer um breve histórico sobre o método de fecundação e a desova induzida de peixes no Brasil, a partir das experiências de Rodolpho von Ihering. Os documentos informam que as primeiras tentativas de reprodução em cativeiro antecederam a criação da CTPN, mas em nenhuma delas se conseguiu obter óvulos maduros para a fecundação artificial. Em 1925, por exemplo, foram empreendidos esforços nesse sentido, entretanto, devido à falta

⁹² Ibidem, p. 6.

de instalações adequadas e de material, os resultados acabaram sendo frustrantes. Esses experimentos se concentraram mais particularmente nos municípios de Pirassununga, Piracicaba e Itu e revelam a incipiência dos conhecimentos ictiológicos do período. Em alguns desses experimentos, feitos com espécimes de dourado, injetava-se urina de mulher gestante e pituitrina, um hormônio extraído da hipófise de boi. Em outros, foram empregadas em bagres ovados hipófises frescas de peixes autopsiados. Ambos os procedimentos almejavam estimular a desova, no entanto, nenhum deles se mostrou eficaz, fazendo com que os testes experimentais fossem suspensos.

Em fins de 1932, após a criação da CTPN, os experimentos foram retomados. Em parceria com o Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e o Instituto Biológico de São Paulo (IBSP), foram realizados inúmeros experimentos às margens do rio São Francisco, utilizando-se elevada quantidade de hipófises frescas de peixes. Foi necessário, para tanto, autopsiar aproximadamente dois mil peixes, para deles coletar as hipófises. Para os testes experimentais foram selecionadas duas espécies de peixes, corós e mandis, em idade juvenil. Cada exemplar recebeu doses elevadas de até oito hipófises por dia.

Em janeiro de 1934, em Pirassununga, foram instaladas várias gaiolas flutuantes para nelas depositar curimatãs, com o objetivo de fazê-las desovar através do método da hipofisação. A desova foi lograda, no entanto, não se conseguiu a fecundação dos óvulos. Em fevereiro do mesmo ano, experimento semelhante foi executado com o curimatã, em Campina Grande, Paraíba, onde se conseguiu apenas o fluxo de óvulos maduros, e não a fecundação. Em abril do mesmo ano, mais um experimento foi realizado, desta vez no município de Mogeiro, também situado na Paraíba. Neste teste experimental se obteve o fluxo de óvulos maduros, a fecundação, mas não a evolução completa do ovo (O Campo, 1935).

Foi somente meses depois que os experimentos obtiveram êxito. Além do curimatã, foi utilizado o lambari, também conhecido como piaba, nos ensaios de desova induzida e fecundação artificial. Com a regulação da dosagem de extrato hipofisário, ambas as espécies conseguiram se reproduzir em ambientes controlados e semicontrolados. Esse acontecimento foi um divisor de águas na história da piscicultura no Brasil porque estabeleceu novas diretrizes para a exploração de recursos aquáticos, nas quais a ciência foi considerada mola propulsora a serviço do Estado.

Segundo Cavalcante e Steinmuller (2017), a maior parte das pesquisas que levaram a descoberta do método da hipofisação em 1934 pela CTPN se concentraram no estado da Paraíba, no município de Campina Grande. Diversos açudes foram estudados pela CTPN à época, mas, o açude Bodocongó foi o onde ocorreu o maior número de experiências

limnológicas e ictiológicas. Devido a esse fato, a região passou a ser considerada pela comunidade científica especializada nesse ramo das ciências biológicas, o berço da limnologia do Brasil.

Embora os trabalhos incrementados pela CTPN tenham contribuído de forma expressiva para a descoberta do método hipofisário, as autoras também destacaram a atuação do biólogo Manoel Florentino da Silva e do interventor Antenor Navarro. Ambos eram paraibanos e tinham preocupações semelhantes no que se refere aos dramas sociais enfrentados pela população local: o problema da fome e a falta de água potável. Antes da CTPN ser criada, Rodolpho von Ihering, a convite de Manoel Silva e de Antenor Navarro, já havia iniciado importantes pesquisas nos açudes da Paraíba com espécies de peixes regionais. Como as pesquisas também convinha aos interesses do Estado, o Ministério da Viação e Obras Públicas, a pedido do próprio interventor, deliberou, no ano de 1932, a criação da CTPN e nomeou von Ihering para assumir a sua chefia. A sede da CTPN estava localizada inicialmente no estado da Paraíba, mas, em maio de 1935, foi transferida para o Ceará, onde funcionou até 1945, quando foi transformada em Serviço de Piscicultura, Setor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

A construção do primeiro Posto de Piscicultura em 1933, em Campina Grande, também foi considerada algo relevante pelas autoras. Segundo elas, o suporte que a sua infraestrutura científica oferecia, auxiliou técnicos e pesquisadores da CTPN a obter cada vez mais dados precisos a respeito das condições limnológicas e ictiológicas dos açudes paraibanos.

Parte dos experimentos também foram realizados pela CTPN no sudeste brasileiro. Em razão da piracema de São Miguel (fins de setembro-outubro de 1935), município situado no estado de São Paulo, o laboratório de zoologia da Faculdade de Ciências foi adaptado pelo chefe da CTPN. Nele foram instalados vários aquários, com o objetivo de fazer ensaios de indução hormonal e reprodução artificial de peixes, sendo selecionado para tal o mandi-chorão e o bagre.

Neste ensaio, foi possível acompanhar todas as fases de desenvolvimento do ovo, mantido em condições térmicas entre 16° e 18°, com duração de tempo na faixa de 45 e 48 horas. Segundo informações, as larvas, ao eclodirem, ainda não possuíam nesta fase os três pares de barbilhões, sendo necessários alguns dias para que ocorra o seu desenvolvimento. Foi observado que a redução do saco vitelínico ocorre lentamente e somente a partir do quinto dia de vida os alevinos de bagres começaram a se alimentar (O Campo, 1935).

Atualmente, a aquicultura configura-se de maneira especializada, com diferentes ramos:

a piscicultura (criação de peixes), a carcinicultura (criação de camarões), ranicultura (criação de rãs), malacocultura (criação de moluscos, ostras e mexilhões), algicultura (cultivo de alga), quelonicultura (criação de tartarugas e tracajás) e jacaricultura (criação de jacarés). Essas diferentes modalidades de cultivo, no entanto, ainda não estavam bem caracterizadas nas décadas de 1930 e 1940 e, possivelmente, alguns destes conceitos ainda não eram partilhados pelos técnicos e biólogos que atuavam na época. Os registros documentais consultados e apurados nesta pesquisa fundamentam esse argumento.

Ao promover a modernização da indústria pesqueira no Brasil, o Estado buscava, entre outras coisas, fazer desta importante atividade econômica um dos pilares de sua política desenvolvimentista, cujo planejamento e execução caberia à CTPN. Essa estratégia político-econômica ensejaria a dinamização e o fortalecimento da economia, a ampliação da capacidade arrecadatória do fisco federal, a formação de um mercado consumidor interno e, conseqüentemente, a redução das importações de pescado à medida em que a criação e reprodução de peixes para consumo alimentar fossem, cada vez mais, se afirmando no cenário nacional como exemplos bem-sucedidos de políticas públicas.

Cabe ressaltar que nem todas as espécies de peixes da ictiofauna brasileira atendiam aos propósitos da CTPN. Por esse motivo, apenas alguns foram objetos de pesquisa e experimentação. Os técnicos e biólogos da CTPN levavam em consideração a capacidade reprodutiva de determinadas espécies, sua aclimação e, principalmente, a importância comercial. Entre as espécies de peixes submetidas à análise, as que mais se mostraram adequadas para a produção industrial foi o apaiari, cangati, curimatã, mandi (bagre), pacu, pescada branca, pescada cacunda, pescada, piaú, piaú preto, pirá, pirarucu e o tucunaré (Oliveira, 2022).

Ao pautar suas ações na defesa da piscicultura, Ihering deixa evidente que uma de suas principais preocupações era com a conservação da ictiofauna. Essas reflexões nos permitem afirmar que Rodolpho von Ihering fazia parte de uma linhagem de cientistas brasileiros que partilhavam de propostas voltadas tanto para a conservação da natureza quanto para o uso racional dos seus recursos naturais.

2.3 O MPEG e a CTPN: políticas desenvolvimentistas na Amazônia

O sucesso obtido pela CTPN com a fecundação induzida fez com que esta instituição se tornasse um locus científico do Nordeste e do Brasil. A piscicultura despertou o interesse de outros governos estaduais e de grupos empresariais, pois havia se tornado um negócio bastante

promissor. No Pará, por exemplo, o interventor José Carneiro da Gama Malcher (1935-1943), motivado pela possibilidade de reverter a situação econômica vivenciada pelo estado, decidiu investir na criação comercial de peixes amazônicos.⁹³ José Malcher e Carlos Estêvão buscaram a assessoria técnica e científica da CTPN, pois era do interesse de ambos que fosse instalada no estado do Pará uma moderna indústria pesqueira, com suporte científico do Museu Goeldi. Neste mesmo período foram realizados no aquário da instituição alguns testes experimentais no intuito de provocar a desova do acará-açu – também chamado de apaiari –, o que foi conseguido sem muitas dificuldades, pois os conhecimentos sobre a biologia dos peixes e as técnicas usadas no seu manejo foram cada vez mais se aperfeiçoando. Os testes foram realizados por Luiz Canale, um dos técnicos da CTPN, que havia sido designado para tal mister.⁹⁴

Ihering, ciente dos percalços que encontraria na cidade de Belém com a carência de pessoal especializado, propôs ao governador a contratação de um ictiólogo experiente, preferencialmente de origem norte-americana, para coordenar as pesquisas ictiológicas e supervisionar o funcionamento do laboratório onde seria realizada a reprodução assistida, por um prazo de aproximadamente um ano. Para o chefe da CTPN, a escolha de um ictiólogo com esse perfil ajudaria a estreitar e fortalecer cada vez mais o intercâmbio científico e as boas relações diplomáticas entre Brasil e EUA.⁹⁵ Esse intercâmbio durou alguns anos em torno da ictiologia e piscicultura, como demonstra o curso ministrado em 1943 no Museu Nacional pelo ictiólogo norte-americano George Sprague Myers (1905-1985), “Sistema Geral de Peixes e Biologia da Pesca”, cujo objetivo foi atender as demandas dos institutos nacionais de pesquisa interessados no assunto.

Malcher acolheu a proposta apresentada por Ihering e, não por acaso, sabendo que o chefe da CTPN estava de viagem marcada para os EUA para participar de dois congressos que ocorreriam em setembro de 1936, aproveitou o ensejo e solicitou a sua colaboração para intermediar a contratação. Ihering atendeu à solicitação do interventor no Pará e durante seu tempo de permanência no país procurou sondar possíveis candidatos ao serviço. Por causa do

⁹³ Rodolpho Von Ihering, através de uma correspondência, comenta com Carlos Estêvão de Oliveira o interesse manifestado pelo governador José Malcher de investir na produção de peixes em escala comercial. Fortaleza, 06 de maio de 1936. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

⁹⁴ Ministério da Viação e Obras Públicas, Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste. Fortaleza, 06 de maio de 1936, p. 1. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

⁹⁵ Idem

seu prestígio como homem de ciência, como pelas boas relações que mantinha com cientistas e pesquisadores que atuavam no Bureau of Fisheries, o chefe da CTPN não encontrou maiores dificuldades para conseguir uma indicação. De acordo com as fontes consultadas, H. J. Ridlon foi a pessoa mais indicada naquela ocasião para prestar assessoria técnica e científica ao projeto de modernização da indústria pesqueira no estado do Pará.⁹⁶

Segundo o periódico carioca o Observador (1937), o Bureau of Fisheries era considerado à época um dos mais importantes departamentos de pesca do mundo, cujos trabalhos estavam divididos em três modalidades: administração, fiscalização e pesquisa científica. Esse departamento tinha laboratórios instalados no Atlântico, no vale do Mississipi, golfo do México e Alasca. De acordo com o periódico, o departamento vendia mais peixes do que o Brasil com o café.⁹⁷

Segundo informações levantadas por Ihering, Ridlon tinha 35 anos de idade, era solteiro, tecnologista com curso universitário. Atuou durante alguns anos no Bureau of Fisheries, onde assumiu diversas funções no departamento de tecnologia, cujas atividades se concentravam particularmente no aproveitamento de resíduos da indústria pesqueira. Com a quebra da Bolsa de Nova York (1929), a instituição teve seu orçamento reduzido em aproximadamente 50%. Diante desse cenário, os acionistas da Bureau of Fisheries se viram compelidos a reduzir despesas. Ridlon foi um dos funcionários dispensados pela instituição.⁹⁸

O valor inicial acertado entre José Malcher e Ihering para a contratação de um tecnologista da pesca foi orçado em 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil réis) mensais, além do custo com hospedagem. O contrato teria duração de sete meses e a expectativa era que os trabalhos ictiológicos no MPEG fossem implementados no início do mês de janeiro de 1937, até o final do mês de julho do mesmo ano. Para não sobrecarregar as finanças públicas, Ihering propôs que, nos cinco meses restantes deste ano, as atividades do laboratório fossem temporariamente suspensas e que Ridlon fosse emprestado, nesse ínterim, à CTPN. Além dos trabalhos experimentais que seriam desenvolvidos no MPEG, o profissional também estaria encarregado de elaborar trabalhos científicos a partir dos resultados alcançados em cada

⁹⁶ Carta enviada com anexo por Rodolpho von Ihering ao diretor do MPEG, Carlos Estêvão de Oliveira, a bordo do navio Itahitê após seu retorno dos E.U.A., na qual trata das negociações a que foi encarregado pelo governador José Malcher para a contratação de um tecnologista da pesca. Belém, 22 de outubro de 1936, p. 1. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

⁹⁷ Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123021&Pesq=%22Bureau%20of%20Fisheries%22&pagfis=2432>. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁹⁸ Relatório anexo à carta remetida pelo diretor da CTPN ao diretor do MPEG em 1936, p. 1. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

experimento. Uma das exigências era que eles fossem publicados em revistas especializadas no idioma português.⁹⁹ Essa produção científica serviria, posteriormente, para o desdobramento de outros trabalhos ictiológicos, pois a CTPN não dispunha de muitos conhecimentos sobre a ictiofauna amazônica, sobretudo no que diz respeito ao período de reprodução de cada espécie, os nichos ecológicos a que pertenciam, o valor proteico, aclimatabilidade e seu potencial econômico. Esses são alguns dos principais fatores que explicam o fato de a CTPN não se comprometer em assumir a dianteira dos trabalhos no Pará.

As negociações para a contratação de Ridlon são descritas nas conversas epistolares que havia se estabelecido entre Ihering e Carlos Estêvão durante o ano de 1936, mas seu desfecho permanece obscuro. Depois do regresso de Ihering para o Brasil, o assunto parecia não ter mais importância na agenda política de José Malcher. A proposta sequer foi levada pelo interventor para ser apreciada na Assembleia Legislativa, possivelmente pelo fato de o fisco estadual não dispor, em seu orçamento, de subsídios suficientes para arcar com todo o projeto de implantação da piscicultura intensiva.

Diante da falta de apoio político e econômico local, Carlos Estêvão recorreu ao presidente Getúlio Vargas. A concretização desta importante atividade econômica na Amazônia paraense não traria apenas benefícios locais, mas também satisfaria aos interesses políticos e econômicos do Estado brasileiro, pois era do seu interesse que os recursos naturais existentes nesta região fossem aproveitados de forma racionalizada e sistêmica com o objetivo de impulsionar a industrialização e a modernização do país. Ciência e tecnologia tomariam parte ativa neste projeto de Estado, seja norteando a exploração econômica de determinado recurso natural seja prevenindo a degradação do meio onde foi extraído.

Os registros documentais dos quais me servi para a construção da narrativa histórica revelam que a preocupação de Carlos Estêvão não era apenas conseguir investimentos para o planejamento do campo de piscicultura e edificação do laboratório de pesquisas ictiológicas no MPEG, mas, principalmente, o de estreitar relações com a alta burocracia do novo governo republicano que havia se consolidado no cenário político após o triunfo da Revolução de 1930. Os esforços envidados por Carlos Estêvão surtiram o efeito desejado, haja vista que, entre 1935 e 1941, a instituição passou a receber os subsídios federais já mencionados, os quais foram empregados no planejamento e na execução deste e de outros projetos

⁹⁹ Carta enviada com anexo por Rodolpho von Ihering ao diretor do MPEG, Carlos Estêvão de Oliveira, a bordo do navio Itahitê após seu retorno dos E.U.A., na qual trata das negociações a que foi encarregado pelo governador José Malcher para a contratação de um tecnólogo da pesca. Belém, 22 de outubro de 1936, p. 2. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

institucionais.

Como resultado do processo de requalificação do MPEG, a agenda científica da instituição passou a priorizar pesquisas voltadas para os campos da ictiologia e da piscicultura intensiva de espécies nativas da bacia amazônica. A pedido de Carlos Estêvão, a instituição foi registrada pelo Serviço de Caça e Pesca, que à época era chefiada por Ascânio Farias, como “parque de criação e piscicultura”.¹⁰⁰ O principal objetivo do diretor do museu, ao incluí-lo no livro de registros do Serviço de Caça e Pesca, era legalizar a coleta de peixes para criação e reprodução em cativeiro, prática reconhecida e consentida pelas instâncias deliberativas e órgãos competentes que atuavam em todo o território nacional. Observe abaixo, nas Figuras 12 e 13, o processo de construção do campo de piscicultura estruturado em forma de viveiros escavados.

Figura 12. Escavação de um dos lagos para o cultivo de peixes no Parque Zoobotânico do Museu Goeldi.



Fonte: Negativo n. 186. Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG. Reprodução autorizada

¹⁰⁰ Petição enviada por Carlos Estêvão de Oliveira ao diretor do Serviço de Caça e Pesca solicitando o registro do MPEG como parque de criação e piscicultura. Belém, 12 de novembro de 1935. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

Figura 13. Escavação de um dos lagos para o cultivo de peixes no Parque Zoobotânico do Museu Goeldi.



Fonte: Negativo n. 187. Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG. Reprodução autorizada.

Podemos visualizar nas imagens acima a construção do campo de piscicultura no Parque Zoobotânico do MPEG, nos terrenos desapropriados pelo estado do Pará, conforme analisado no Capítulo 1. Em ambas, observa-se a participação de trabalhadores no processo de ressignificação espacial do patrimônio fundiário da referida instituição, muitas vezes invisibilizados nos relatórios institucionais, mas que tiveram muita importância, fazendo a preparação do piso dos lagos com cacos de tijolos e outras sobras de materiais de construção,

além do serviço de impermeabilização feito com tabatinga (espécie de argamassa feita de argila). Em torno dos lagos artificiais, observa-se a presença de uma ampla variedade de famílias botânicas, sobretudo de palmeiras amazônicas. Aí localizava-se o *Palmarum*, conforme explicitado no Capítulo 1.

Segundo os relatórios produzidos na gestão Carlos Estêvão, foram cultivadas diferentes espécies de peixes amazônicos de alto valor proteico nos lagos do MPEG, entre as quais foram priorizadas: pirarucu, pescada, apaiari, piratininga, matrinhã, acará e tambaqui. Veja nas Figuras 14 a 18 o resultado dos trabalhos de reconfiguração do espaço museal. Observe a vegetação introduzida nas margens dos lagos, necessária para simular o habitat natural dos peixes e permitir que outras formas de vida ali coabitassem.

Figura 14. Lagos conjugados em formato retangular para a criação e reprodução de peixes provenientes da ictiofauna amazônica



Fonte: Negativo n.168. Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG. Reprodução autorizada.

Figura 15. Registro fotográfico de um viveiro aquático. O ângulo escolhido pelo fotógrafo para fazer a captura da imagem permite-nos identificar alguns imóveis vizinhos ao MPEG, localizados na Avenida Alcindo Cacela.



Fonte: Negativo n. 167. Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG. Reprodução autorizada.

Figura 16. Lago reservado para a criação e reprodução de peixes amazônicos de grande e médio porte. O formato deste lago não segue o mesmo padrão dos demais.



Fonte: Negativo n. 173. Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG. Reprodução autorizada.

Figura 17. Foto de um dos viveiros aquáticos construídos com subsídios federais. Observa-se, em torno dele, a existência de diversas espécies de palmeiras. Além dos peixes, também foram cultivados uma ampla variedade de quelônios provenientes da bacia amazônica.



Fonte: Negativo n. 172. Arquivo Guilherme de La Penha/Museu Paraense Emílio Goeldi. Reprodução autorizada.

Figura 18. Vista panorâmica de uma fração do campo de piscicultura do MPEG, construído ao longo da Avenida Alcindo Cacela. À esquerda, percebe-se um muro fazendo a divisão entre a instituição e a via pública.



Fonte: Negativo n. 159. Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG. Reprodução autorizada.

Diante das dificuldades enfrentadas pelo MPEG para encontrar pessoal qualificado em Belém para colaborar nos trabalhos técnicos do laboratório, Carlos Estêvão selecionou duas funcionárias da instituição para fazerem um estágio de curta duração na sede da CTPN e participarem do já citado curso no Museu Nacional. Neste último, apenas uma delas viajou para o Rio de Janeiro. A funcionária a que me refiro chamava-se Alba de Albuquerque Maranhão e ocupava o cargo de desenhista-cientista. Os conhecimentos que ela adquiriu contribuíram para a sua profissionalização e beneficiaram o MPEG. Alba Maranhão permaneceu na capital federal por mais de dois meses, assistindo às aulas ministradas pelo ictiólogo norte-americano, com todas as despesas subvencionadas pelo interventor Magalhães Barata. Cabe lembrar que Barata retornou ao governo do Pará em 1942.

Em geral, os peixes nativos da bacia amazônica vivem em águas com temperatura entre 25 e 30° C. Mudanças bruscas de temperatura podem ocasionar prejuízos à sobrevivência, ao desenvolvimento e à reprodução de peixes em cativeiro. Além deste fator, é importante chamar a atenção para a densidade de materiais orgânicos e inorgânicos em suspensão no corpo d'água. De modo geral, esses materiais são constituídos por fitoplâncton, zooplâncton e argila. O excesso destes componentes, principalmente da argila, pode dificultar a passagem da luz solar e, conseqüentemente, impedir os organismos fotossintetizantes de liberarem o oxigênio que os organismos aquáticos precisam para realizarem suas funções vitais. Um outro fator que pode causar o déficit de oxigênio é a ausência de luz solar nos dias nublados, somada ao excesso de plantas aquáticas. Essa situação pode causar a depleção de oxigênio, pois, sem as condições necessárias à sua produção, os vegetais passarão a absorvê-lo de modo a compensar a carência deste em seus organismos (Embrapa, 1995).

Além desses desafios – controlar a temperatura da água, o material em suspensão e as espécies colonizadoras – é importante destacar a importância do potencial hidrogeniônico (pH) da água para a atividade aquícola de forma geral. Águas neutras ou ligeiramente alcalinas são consideradas essenciais para a criação e reprodução de peixes em cativeiro. Diversos fatores podem determinar o pH, sendo os mais importantes a concentração de sais dissolvidos e de ácido carbônico. Peixes cultivados em ambientes com pH abaixo de 5 estão propensos a apresentar problemas na reprodução, má formação do esqueleto e crescimento lento. A calagem é um dos procedimentos técnicos mais utilizados para corrigir esse problema. Ela consistia na diluição de calcário na água, com os objetivos de elevar os teores de cálcio e magnésio e corrigir o pH. Todavia, é preciso levar em consideração a espécie cultivada, seu estágio de desenvolvimento e a densidade do cultivo (Embrapa, 1995).

Todos esses conhecimentos foram desenvolvidos pelos cientistas e técnicos agenciados pela CTPN, com base em pesquisas laboratoriais e em experimentos como os do Museu Goeldi e de outros polos de piscicultura construídos no Nordeste. Uma vez estabilizado o método de criação, a reprodução assistida foi desenvolvida com grande sucesso. A maior parte dos alevinos produzidos no campo de piscicultura do MPEG durante a gestão Carlos Estêvão era escoada para o Nordeste e depositada em lagos e açudes de domínio público e privado. O escoamento da produção era realizado regularmente por vapores da Companhia Nacional de Navegação Costeira (Itapagé, Itaimbé, Santos, Belo Horizonte, Raul Soares e Cruzeiro do Sul) e, depois, por aviões da Companhia Aérea Panair do Brasil e da Cruzeiro do Sul, fazendo conexão entre Belém e Fortaleza. O transporte aéreo teve início em razão da alta taxa de mortalidade de alevinos e peixes juvenis durante as viagens em barcos a vapor.¹⁰¹ Essa decisão foi de fundamental importância para o incremento deste ramo comercial no país, pois conseguiu reduzir o tempo de viagem entre ambas as cidades e, conseqüentemente, a taxa de mortalidade, causada, em grande medida, pelo estresse dos deslocamentos e pelo mau acondicionamento das latas utilizadas no transporte.

Carlos Estêvão, satisfeito com os resultados que estavam sendo alcançados, enviou uma carta a Getúlio Vargas em 1939, prestando informações detalhadas sobre os avanços da piscicultura nas instalações do museu e suas perspectivas para o futuro: “(...) atualmente o museu está aparelhado para fornecer, quando alevinos, mais de três mil larvas, nascidas do seu campo de piscicultura e que estão sendo criadas em tanques. E podemos dizer sem orgulho, mas com satisfação, que para o ano, aquele número poderá ser elevado a trinta mil e talvez mais”.¹⁰² O trabalho que estava sendo desenvolvido pelo MPEG foi definido, nas palavras de Vargas, como “grande trabalho de brasilidade”.¹⁰³

Entre 1940 e 1944, foram remetidos por Carlos Estêvão vários ofícios ao

¹⁰¹ Essas informações aparecem em diversos ofícios e relatórios administrativos produzidos na gestão Carlos Estêvão de Oliveira. Belém, 06 de maio de 1940, ofício n. 85; Belém, 20 de maio de 1940; Belém, 11 de junho de 1940; 31 de outubro de 1940, 12 de dezembro de 1940; Belém, 17 de outubro de 1941; Belém, 18 de outubro de 1941; Belém, 11 de dezembro de 1941; Belém, 30 de março de 1942, ofício n. 76; Belém, 27 de março de 1942, ofício n. 83; Belém, 09 de junho de 1942, ofício n. 97. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

¹⁰² Carta escrita por Carlos Estêvão ao presidente Getúlio Vargas, acerca do sucesso com a reprodução em cativeiro. Belém, 13 de novembro de 1939. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹⁰³ Relatório administrativo enviado por Carlos Estêvão ao interventor Magalhães Barata relatando os avanços alcançados com os estudos ictiológicos no estado do Pará. Belém, 25 de fevereiro de 1943. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

superintendente do Posto de Fiscalização de Caça e Pesca da Amazônia e do Nordeste, os quais solicitavam autorização para transportar, por via aérea, grandes remessas de alevinos de Belém para Fortaleza. Todas as requisições receberam parecer favorável. Essa autorização era feita mediante a emissão de uma guia, a qual se fazia acompanhar do carimbo e da assinatura do superintendente. Na Tabela 16 constam os índices de alevinos transportados neste período.

Tabela 16. Índices de exportação de alevinos de pirarucus e tucunarés entre 1940 e 1944.

Espécie de peixe	Quantidade	Ano
Pirarucu	5.500	1940
Pirarucu	500	1941
Tucunaré	1.500	1941
Pirarucu	800	1941
Pirarucu	5.000	1942
Pirarucu	2.000	1942
Tucunaré-assú	5.000	1944

Além dos alevinos de pirarucus e tucunarés, as fontes documentais revelam que também foram transportadas para a sede da CTPN as seguintes espécies de peixes em fase larvar: apaiaris, pescada branca, pescada cacunda e outras. Após algum tempo de adaptação dos peixes amazônicos, os açudes de domínio público e privado, que estavam localizados em Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, foram povoados com espécies economicamente rentáveis e de valor proteico elevado.

O chamado “peixamento” dos açudes nordestinos com espécies nativas da região amazônica ocorreu entre as décadas de 1930 e 1940. Em 1935, por exemplo, foram introduzidos 25 exemplares de pescada cacunda na sede da CTPN, objetivando a reprodução em cativeiro através do método da hipofiseação. Após cinco anos, esse quantitativo subiu para 31.606 exemplares. Toda a produção foi remanejada do Ceará, onde estava instalada a CTPN, para os açudes e lagos existentes em Pernambuco e em São Paulo. Em setembro de 1938, foram transportados de Belém para o Ceará, 110 larvas, 668 alevinos e mais 37 apaiaris adultos, perfazendo o montante de 815 exemplares. Em 1940, já eram 37.977 peixes. Em 1939, o MPEG remeteu para a CTPN 59 exemplares de tucunarés. Um ano depois, foram obtidos, através da reprodução assistida em cativeiro, 1.697 exemplares.¹⁰⁴ A Tabela 17 demonstra as espécies

¹⁰⁴ Relatório enviado por Carlos Estêvão a Felisberto Camargo, primeiro diretor do Instituto Agrônomo do Norte, na qual presta informações sobre o projeto de peixamento dos açudes e lagos do Nordeste com peixes amazônicos produzidos em larga escala no campo de piscicultura do MPEG. Belém, 03 de julho de 1943. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, gestão Carlos

manejadas, a origem e o número de exemplares depositados em açudes públicos e privados entre 1940 e 1944.

Tabela 17. Peixes cultivados em ambientes controlados e semicontrolados no Nordeste entre 1940 e 1944.¹⁰⁵

Espécies	Bacia hidrográfica	Nº de exemplares por açude público	Nº de exemplares por açude privado	Total
apaiaris	Bacia amazônica	33.356	16.619	49.975
cangati	Bacia do Nordeste	14.707	44.370	59.077
curimatã	Bacia do Nordeste	12.636	53.314	65.950
curimatã pacú	Bacia do Nordeste	13.227	5.119	18.346
mandi	Bacia do Nordeste	223.695	127.551	351.246
pacú	Bacia do Nordeste	74.902	67.498	142.400
pescada branca	Bacia amazônica	1	116	117
pescada cacunda	Bacia amazônica	11.929	48.623	60.552
pescada	Bacia do Nordeste	784	1.816	2.600
piáu	Bacia do Nordeste	2.705	9.822	12.527
piáu preto	Bacia do Nordeste	5.498	5.932	11.430
pirá	Bacia do Nordeste	10	19	29
pirarucu	Bacia amazônica	3.841	50	3.891
tucunaré	Bacia amazônica	23.545	5.200	28.745

Os dados acima demonstram que os peixes provenientes da região amazônica de maior preferência para serem cultivados no Nordeste foram a pescada cacunda e o apaiari. Essa afirmativa pode ser comprovada quando comparamos o quantitativo de exemplares de pescada cacunda e apaiaris cultivados em açudes públicos e particulares, em relação à criação de pescada branca, pirarucus e tucunarés. Alguns dos fatores que podem explicar essa preferência dizem respeito à capacidade de resiliência e à aclimatabilidade dos exemplares.

Entre todas as espécies listadas na tabela, a mais explorada economicamente pela CTPN foi o mandi. O alto índice de produtividade do mandi demonstra a preferência e a valorização do mercado consumidor local por determinadas espécies de pescado nativo produzido nesta região do país. Esses dados reforçam, por outro lado, que a criação e reprodução de pescado proveniente da região amazônica tinha limites bem definidos no projeto de aproveitamento

Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹⁰⁵ Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083291&Pesq=%22o%20peixamento%20nos%20a%20c%27udes%22&pagfis=13941>.

social e econômico dos açudes e das barragens situados em Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, pois havia outros interesses envolvidos.

Nesse sentido, muitos dos argumentos usados por Carlos Estêvão para enfatizar a importância do MPEG no Programa Nacional de Incentivo à Piscicultura buscavam reforçar a necessidade de o governo federal não interromper o repasse de subsídios, uma vez que a instituição dependia deles para desenvolver as atividades piscícolas e as pesquisas ictiológicas. Com a crescente profissionalização de técnicos e funcionários públicos que demonstravam interesse e passaram a atuar no ramo da ictiologia, o projeto de criação e reprodução de peixes em ambientes controlados e semi controlados conseguiu ganhar novo fôlego. Em consequência desse conjunto de fatores, algumas instituições nacionais foram se tornando cada vez mais independentes da CTPN, à medida em que determinados procedimentos técnicos e científicos passaram a ser dominados e aperfeiçoados por diversas instituições. É preciso lembrar que a ciência, seja qual for a área do conhecimento, não é um fenômeno imutável no tempo, pois é passível de sofrer constantes modificações.

No Pará, por exemplo, esse fenômeno pode ser percebido nas políticas públicas de aproveitamento econômico e social dos açudes e igarapés de domínio público e privado que estavam localizados em alguns municípios do estado através da piscicultura intensiva. Essas políticas públicas foram promovidas na segunda interventoria do coronel Magalhães Barata, com o apoio político e financeiro do presidente Getúlio Vargas, a assessoria técnica e científica do MPEG e a participação das prefeituras municipais e da iniciativa privada que haviam aderido ao Programa Nacional de Incentivo à Piscicultura.

Entre os locais escolhidos para dar início às atividades piscícolas e aquícolas, o que mais se mostrou apropriado foi a fazenda Iriri, localizada no Tapanã, próximo a Belém. A fazenda pertencia ao patrimônio fundiário do estado, mas devido aos fatores climáticos e à falta de limpeza e de reparos na estrutura dos açudes, as águas represadas se tornaram impróprias e parte da barragem acabou se deteriorando. Graças à articulação política de Carlos Estêvão junto à alta burocracia do governo varguista, grande parte dos custos com a reconstrução das barragens e dos escoadouros de água foi financiada com subsídios federais. Parte dos recursos também foi investido no saneamento de alguns igarapés, com os quais as barragens estabeleciam conexão e por eles eram retroalimentadas. Ao todo, foram gastos Cr\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros).

Um ano antes de serem iniciadas as obras de construção da nova infraestrutura dos açudes, Carlos Estêvão fez um orçamento no qual foram levados em consideração o tempo necessário à execução do serviço e a quantidade de trabalhadores para essa empreitada. Em sua

avaliação, o trabalho precisaria ser realizado em seis meses, preferencialmente no verão, porque, no inverno, as chuvas intensas poderiam causar a perda de material de construção, além de outros transtornos. Considerando esses e outros fatores, o trabalho exigiria “um número de braços um tanto elevado” (Oliveira, 1943, p. 3), que não podia ser inferior a cento e cinquenta homens, cada qual recebendo 12 (doze) cruzeiros por diária. De acordo com o orçamento, em apenas um mês de serviço seriam despendidos Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros). Com seis meses de serviço, as despesas chegariam a Cr\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil cruzeiros) (Oliveira, 1943, p. 4).

Buscando racionalizar e otimizar os trabalhos na fazenda Iriri, o diretor do MPEG aconselhou a contratação de “três capatazes e um chefe”,¹⁰⁶ devendo ser acordado com os três primeiros o pagamento de 18 (dezoito) cruzeiros e, com o segundo, 20 (vinte) cruzeiros por diária, como remuneração. Essa estratégia ajudaria a elevar o nível de produtividade do operariado e a qualidade dos trabalhos, que precisariam ser executados nesse período do ano.

Além das despesas com o pagamento de trabalhadores, parte dos subsídios federais seriam aplicados também na construção de barracões para o alojamento de trabalhadores e a guarda do material de trabalho, uma casa para os capatazes e a aquisição de materiais, entre os quais enxadas, pás, alviões, carros de mão, terçados e machados.

Segundo Carlos Estêvão, os objetivos da produção de pescado em larga escala eram auxiliar na recomposição orçamentária do fisco estadual e melhorar o regime alimentar da população paraense.¹⁰⁷ Após a conclusão das obras, foi dado início à segunda etapa: o “peixamento” dos açudes. Foram introduzidos exemplares de pescada-cacunda, apaiaris, tucunarés e pirarucus. Foi cogitada, ainda, a criação e reprodução de aracus, pacus, jatuaranas, pirapitingas e tambaquis,¹⁰⁸ assim como de vacas e porcos. Na avaliação de Carlos Estêvão, as águas que saíssem pelos sangradouros dos açudes poderiam ser aproveitadas para irrigar capinzais do entorno, em benefício da vacaria, que podia ser mantida em regime de meia estabulação.¹⁰⁹

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Carta enviada por Carlos Estêvão a Felisberto Camargo informando-o sobre a produção de pescado no campo de piscicultura do MPEG e as suas expectativas para que os açudes localizados na Fazenda Iriri fossem aproveitados economicamente. Belém, 03 de junho de 1943. Belém, 03 de julho de 1943. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹⁰⁸ Ofício enviado por Carlos Estêvão ao interventor Magalhães Barata. Belém, 25 de maio de 1943, ofício n. 89, p. 1-2. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹⁰⁹ Idem, p. 1.

A dimensão espacial da fazenda Iriri oferecia possibilidades de organização de uma horta e de um pomar. Sobre as plantas que poderiam ser cultivadas na horta, Carlos Estêvão sugeriu a “cultura de cana, macaxeira, batata-doce e taioba”. Em relação ao pomar, foi aconselhado o cultivo do abacateiro, abieiro, abricozeiro, açazeiro, bacabeira, biribazeiro, cacauero, cajueiro, goiabeira, grumixameira, mamoeiro, pupunheira, sapatilheira e bananeira. Parte do que fosse produzido poderia ser usada no regime alimentar dos porcos.¹¹⁰ Devido à insuficiência de informações nos registros documentais consultados, não é possível informar se as propostas apresentadas pelo diretor do MPEG foram implementadas ou não.

A fazenda Iriri não foi o único local onde se desenvolveu a piscicultura no Pará. Sob a chancela do interventor Magalhães Barata, a barragem Bolonha, no parque do Utinga, em Belém, também foi povoada com espécies de peixes economicamente rentáveis e de alto valor proteico, cultivados no campo de piscicultura do MPEG, com a finalidade de melhorar a alimentação pública. Em 1944, foram remetidos desta instituição para o lago Bolonha exemplares de pescada-cacunda, apaiaris, tucunarés e pirarucus. Esse trabalho foi realizado sob a supervisão da chefe da Seção de Piscicultura, Alba de Albuquerque Maranhão, e de Stella Sylvia Lima, recém-contratada para ocupar a função de auxiliar de zoologia e piscicultura.¹¹¹

É preciso ressaltar que o lago Bolonha já era povoado por diferentes espécies de peixes e por répteis. Entre os peixes que habitavam esse ambiente aquático havia traíras, acaris (cascudo), tamuatás e diversas espécies de acarás e piabas. Em relação aos répteis, foi identificada nestas águas a presença de “jacarés-açus e coroa, tartarugas cabeçudas e sucuris”, além de capivaras. Esse complexo hídrico era administrado à época pelo Serviço de Águas, sendo fundamental para o sistema de abastecimento de Belém.

Nos últimos anos da gestão Carlos Estêvão, as atividades piscícolas e aquícolas passaram a ser incrementadas em algumas regiões interioranas do Pará. Em parceria com as prefeituras e a iniciativa privada, açudes e igarapés localizados nos municípios de Santa Izabel, Igarapé-Açu e Capanema foram povoados. Para essas águas foram enviados alguns exemplares de apaiaris, tucunarés, pescada e pirarucus, com o aval do interventor Barata. Constatei em minha análise que apenas algumas espécies de peixes nativos da região amazônica foram selecionadas para povoar ambientes aquáticos de domínio público ou privado. Conforme dito anteriormente, os critérios estabelecidos para a seleção do pescado eram o valor comercial e o

¹¹⁰ *Idem*, p. 2.

¹¹¹ Ofício enviado por Carlos Estêvão ao diretor do Serviço de Águas. Belém, 21 de março de 1944, ofício n. 70. Belém, 03 de julho de 1943. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

valor proteico.

Por exemplo, em 1944, Alba Maranhão recebeu instruções de Carlos Estêvão para transportar 14 tucunarés putanga e 20 apaiaris aptos à reprodução para os açudes que estavam situados no município de Santa Izabel, e que eram de propriedade de Inocêncio de Antônio do Nascimento. Mediante ofício, Carlos Estêvão esclarece ao interventor Magalhães Barata que a quantidade de peixes enviada, embora parecesse insignificante, era suficiente para se promover a piscicultura intensiva. Em apenas uma desova, o apaiari consegue produzir cerca de 2.000 alevinos, enquanto o tucunaré putanga consegue, em média, 5.000 alevinos. Para alcançar essa estimativa em um curto prazo de tempo, bastava que os apaiaris conseguissem formar cinco casais e os tucunarés, três.¹¹²

Um outro caso demonstra o incessante empenho de Carlos Estêvão em desenvolver a piscicultura no Pará, em associação com a iniciativa privada: naquele mesmo ano de 1944, ele empreendeu uma viagem para o município de Igarapé-Açu, cujo objetivo foi proceder a análise físico-química de alguns mananciais. Essa era primeira medida necessária à implantação de projetos comerciais, pois da qualidade da água dependiam todas as demais condições exigidas pela piscicultura intensiva. Carlos Estêvão parecia dominar todo o processo, da análise da água à reprodução por hipofiseração, passando também pela construção de lagos e pela criação e transporte de alevinos.

Carlos Estêvão chegou a produzir alguns escritos e notas sobre a reprodução assistida de peixes amazônicos através da utilização do método da hipofiseração. Pudemos constatar ao consultar a produção científica do MPEG deste período que a maioria desses escritos as quais tivemos acesso foram publicados posteriormente em conceituados jornais e revistas da época. Por exemplo, em outubro de 1943, Carlos Estêvão publicou um artigo na revista *A Voz do Mar*, com o título “A Piscicultura Amazônica”. Neste trabalho, ele apresenta um panorama geral das atividades piscícolas e aquícolas implementadas no MPEG entre 1936 e 1939, o que nos permite entender os procedimentos técnicos e científicos adotados neste período para intensificar a criação e reprodução de peixe em ambiente preservado.

Entre as espécies cultivadas em escala comercial à época, foram priorizados o pirarucu, o tucunaré-putanga, o apaiari (também conhecido como acará-roxo) e a pescada-cacunda. Neste período, também foram desenvolvidos no campo de piscicultura e no laboratório de pesquisas

¹¹² Ofício enviado por Carlos Estêvão de Oliveira ao interventor Magalhães Barata informando sobre a criação de peixes nos açudes do município de Santa Izabel. Belém, 11 de dezembro de 1944, ofício n. 259. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

ictiológicas do MPEG diversos estudos a respeito da biologia dos peixes, dos fatores climáticos que regem o ciclo reprodutivo e da dieta alimentar de cada espécie, bem como sobre as condições físico-químicas da água onde eram feitos o monocultivo e o policultivo.

Sobre o pirarucu, Carlos Estêvão esclarece que a espécie consegue acasalar e “se reproduzir em pequenos lagos, adrede preparados, sendo as larvas, dias depois de nascidas”, retiradas, parcialmente ou em sua totalidade, da companhia dos genitores para serem depositadas em tanques de cimento. Nesta fase, são alimentadas exclusivamente com plânctons, mas, após dez dias, a dieta era enriquecida com minhoca triturada, além de outros ingredientes orgânicos. Foi observado nesta fase que as larvas “não pegam bem as minhocas”, no entanto, quando se tornavam alevinos, “ingerem, inteiras, as pequeninas minhocas, camarões triturados, formando pasta, e larvas de chironomídeo”.¹¹³ Após 20 dias, os alevinos de pirarucu já se alimentavam de pequenos peixes e camarões.

Estudos voltados para a helmintologia foram igualmente fomentados. Foi constatado, a partir de análise laboratorial, que o plâncton causava prejuízos à saúde e ao desenvolvimento das larvas e dos alevinos de pirarucu, pois era um dos principais responsáveis pela disseminação de algumas espécies de helmintos. Na avaliação do diretor do MPEG, o prejuízo causado pela verminose transmitida pelo plâncton poderia ser solucionado substituindo-o por poecilídeos, pequenos anelídeos e pasta de camarão.

Segundo a revista *A Voz do Mar*, em janeiro de 1939, foi testemunhado pela primeira vez no campo de piscicultura a desova induzida do pirarucu. No meio natural, a fêmea desta espécie, quando em liberdade, desova apenas uma vez ao ano. Segundo Carlos Estêvão, “nos lagos do Museu se tem reproduzido até 10 vezes, como aconteceu em 1940. Em média, as desovas alcançam 4 mil larvas. Entretanto, já houve uma que alcançou cerca de 11 mil”.¹¹⁴ A desova ocorria em uma pequena cavidade aberta no leito dos lagos pelo macho e pela fêmea após o acasalamento, medindo cerca de 60 cm de diâmetro e 15 a 20 de profundidade.

Neste trabalho, Carlos Estêvão afirma que ainda não havia conseguido acompanhar o momento exato da eclosão dos ovos no ambiente aquático onde eram cultivados. Por esse motivo, “a idade do pirarucu começa a ser computada a partir do dia em que as larvas são visualizadas”.¹¹⁵ Com base neste procedimento, percebeu-se que uma larva coletada com oito dias de vida apresentava 35 mm e pesava 252 mg. Com um ano e sete meses de idade, alguns

¹¹³ OLIVEIRA, C. E. A Piscicultura Amazônica. *A Voz do Mar*: boletim da comissão executiva da pesca. Rio de Janeiro, nº 188, 1944, p. 105. Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna. Museu Paraense Emílio Goeldi.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

exemplares mediam 1,1 m de comprimento e pesavam 13.500 gramas. Devido à falta de recursos para quantificar com exatidão o tempo de vida do pirarucu, os dados foram apresentados como informações preliminares.

O pirarucu apresenta hábito alimentar carnívoro. No MPEG, a dieta desses peixes era constituída basicamente por peixes e pasta de camarão. Segundo Carlos Estêvão, quando em liberdade, o pirarucu se alimentava também “de frutos de certas árvores que nascem nos igapós, e às margens de lagos e rios percorridos por eles”, além de “gramíneas aquáticas denominadas canaranas”.¹¹⁶

Segundo os escritos de Carlos Estêvão, só em 1939, o pirarucu, através do método da hipofisacção, conseguiu se reproduzir três vezes em um único ano.¹¹⁷ No dia 16 de maio de 1939, foi testemunhado, em um dos lagos do Campo de Piscicultura, um cardume de larvas de pirarucus em companhia de dois exemplares adultos”.¹¹⁸ As larvas apresentavam tonalidade escura e nadavam sobre o topo da cabeça de um dos exemplares adultos, identificado por ele como sendo o macho.

Devido a falta de conhecimentos sobre o pirarucu, Carlos Estêvão acreditava que as larvas poderiam ser devoradas pelo macho. Para evitar que isso pudesse acontecer, o macho foi remanejado para outro lago. Após a separação foi observado um fato intrigante pelos funcionários que faziam o monitoramento. O pirarucu fêmea, assim como o macho, começaram a apresentar comportamento atípico. Ambos ficaram inquietos e passaram algumas horas nadando de um lado a outro do lago. É importante lembrar que o macho foi remanejado para o lago vizinho de onde estava a fêmea com a prole. Entre os lagos, havia uma parede divisória que tinha de largura “um metro e vinte centímetros, e de altura, a partir da superfície da água, vinte e um centímetros”.¹¹⁹ Por diversas vezes, o macho deu saltos espetaculares, tentando transpor a pequena mureta. Em uma dessas tentativas, ele conseguiu transpor o obstáculo que o impedia de ir para o lago adjacente. Depois dessa ocorrência, o macho não foi mais separado do convívio da fêmea e da prole.

No dia 18, a prole passou a interagir mais com o macho do que com a fêmea. No dia

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Conforme esclarecido anteriormente, a diretoria do MPEG não logrou êxito de registrar o momento exato da desova do pirarucu nos lagos do campo de piscicultura. Apesar disso, é comum o uso do termo, o que dá a ideia de que todas as etapas do processo de reprodução tivessem sido acompanhadas, e talvez fosse essa a intenção do próprio diretor.

¹¹⁸ Nota sobre o pirarucu. Data não especificada. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subserie Correspondência Ativa.

¹¹⁹ Idem.

seguinte foi observado que as larvas passaram a entrar “pela bôca da fêmea, saindo em seguida, pelos opérculos”.¹²⁰ Esse fato também foi assistido de forma inversa, quer dizer, entravam pelos opérculos e depois saíam pela boca. Para auxiliar a alimentação da prole, os genitores “ingeriam um bocado de vasas¹²¹ que estava depositado no fundo dos lagos, expelindo-os, logo em seguida, pelos opérculos juntamente com as larvas”.¹²² Depois que eram expelidas, voltavam a nadar sobre o dorso dos genitores. No dia 19, a fêmea passou a conduzir a prole a maior parte do tempo dentro da boca, as expulsando todas as vezes que vinha a superfície da água para respirar. A proporção que as larvas cresciam, os genitores “nadavam mais profundamente e com menos morosidade”.¹²³

No dia 21, os funcionários que faziam o monitoramento dos lagos, notaram que “a fêmea apresentava coloração do dorso menos escura, nada com a velocidade costumeira procurando o local onde se acostumou a dar o arraçoamento diário”.¹²⁴ Também foi observado que todas as larvas passaram a ficar mais submersas. Esse tipo de comportamento era o sinal de que a prole estava mais independente e podia, por si só, se alimentar sem o auxílio dos genitores.

A reprodução do pirarucu ocorre uma vez ao ano, entre dezembro e maio para ser mais específico. Esse período do ano coincide com o inverno amazônico e, como sabemos, é assinalado por chuvas intensas e conseqüentemente pela elevação do nível dos rios. Esse fenômeno favorece tanto o aumento do nível de oxigênio das águas quanto a oferta de comida para as larvas recém-nascidas, que se alimentam de zooplânctons. Com a técnica da hipofisação e as novas pesquisas sobre o pirarucu, a reprodução pôde ser lograda em qualquer mês do ano, conforme nos foi dado saber anteriormente. Por exemplo, no dia 4 de junho de 1939, Carlos Estêvão, menos de um mês após a segunda desova, registrou pela terceira vez a desova da espécie em um dos lagos do campo de piscicultura do MPEG.¹²⁵

De acordo com Silva e Duncan (2016), durante a época de acasalamento os peixes adultos sofrem algumas mudanças na coloração das escamas, o que permite diferenciar machos

¹²⁰ Idem.

¹²¹ No contexto da piscicultura, o termo ‘vasa’ se refere ao acúmulo de matéria orgânica, sedimentos e resíduos no fundo dos lagos, tanques e viveiros utilizados para a criação de peixes. A vasa pode ser constituída de resto de ração, fezes dos peixes, folhas em decomposição e partículas trazidas por escoamento de água. Em grande quantidade, ela pode ser prejudicial para a criação de peixes por liberar substâncias como amônio e sulfeto de hidrogênio. Para mais informações ver: BOYD, C. E.; QUEIROZ, J. F. Management of bottom soil condition and water quality in aquaculture ponds. *Jornal of Applied Aquaculture*, 11 (1-2), 2001, p. 71-81.

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Idem.

e fêmeas. Por exemplo, os machos apresentam coloração escura que se estende do topo da cabeça, perpassando a região dorsal até a nadadeira. Também apresentam manchas amareladas na porção inferior da cabeça e nos seus flancos. O ventre e a parte caudal exibem intensa coloração vermelha. Já as fêmeas, as transformações das cores são menos notáveis, sendo que o corpo todo possui um marron claro. As condições físico-químicas da água aonde vivem é um fator importante que também pode influenciar a variação dessas colorações. Fora do período de reprodução, os tons das cores do pirarucu podem variar entre o marron, cinza, verde além de alguns detalhes avermelhados.

Um outro ponto observado por Carlos Estêvão se refere as larvas e a sua relação com os pais. Em seus primeiros dias de vida, as larvas são acompanhadas e rigorosamente protegidas pelos genitores. Nessa fase, medem um centímetro de comprimento, são escuras e possuem uma mancha verde no abdômem, indicando vestígio do saco vitelíneo. Como ainda não apresentam condições de respirar na superfície, pelo fato de não possuírem o sistema respiratório aéreo plenamente desenvolvido, as larvas permanecem submersas. Essa limitação é superada apenas no segundo dia, quando os órgãos responsáveis por essa função já estão um pouco mais desenvolvidos (Halverson, 2013).

Além do pirarucu, o tucunaré-putanga também se reproduziu no MPEG. Os primeiros registros de desova ocorreram em maio de 1941, “num tanque de cimento de 597 cm de comprimento, por 517 de largura e 48 de profundidade, tendo ao fundo uma camada de uns 10 cm de areia”. De acordo com as descrições de Carlos Estêvão, os “ovos são aderentes, sendo, por esta razão postos na superfície” da lâmina d’água. Pelo que foi observado no campo de piscicultura da instituição, a cada desova eram depositados de três a quatro mil ovos. Há, porém, fontes documentais de que nos viveiros da CTPN se conseguiu obter 11 mil ovos fecundados.

Na época de reprodução, o casal desta espécie constrói ninhos em áreas de vegetação aquática. Enquanto as fêmeas depositam seus ovos, os machos se encarregam de protegê-los de possíveis ameaças. Mesmo após o nascimento das larvas, os genitores ainda os acompanham, até a fase inicial de alevino. No MPEG, a dieta alimentar das larvas, nos primeiros trinta dias de vida, consistia basicamente em plâncton. Depois de um mês, o plâncton passava a ser misturado com minhoca triturada e quironomídeos. Após completar dois meses de idade, o tucunaré-putanga passava a receber poecilídeos e camarões pequenos. Com um ano de idade, a espécie começava a se reproduzir.

Na avaliação de Carlos Estêvão, o apaiari ou acará-açu foi considerado, entre todos os peixes, o que melhor se prestou à criação em cativeiro. São onívoros e conseguiam viver em pequenos lagos e açudes, dispendo de pouca reserva de oxigênio. Durante a reprodução, essa

espécie se assemelha, em alguns aspectos, ao tucunaré-putanga. Por exemplo, antes da desova, o casal organiza ninhos próximos da vegetação marginal, protege os ovos e, após a sua eclosão, também as larvas. Foi observado nos viveiros que as larvas, “logo depois de nascidas, são colocadas em uma pequena cavidade feita na terra, pelos pais, onde ficam até principiarem a nadar, procurando plânctons”.¹²⁶

Em relação à pescada-cacunda, os escritos do diretor do MPEG informam se tratar de uma espécie ainda pouca conhecida. Desconhecia-se, por exemplo, como ocorre o processo de reprodução e as interações ecológicas entre si e o ambiente em que vivem. No MPEG, os lagos onde eram cultivados apresentavam, em sua conformação, 11 metros de largura e 22 de comprimento, tendo em média uma coluna d’água de 1,20 metro de altura.

O artigo informa ainda que, além das referidas espécies, também foram cultivados no campo de piscicultura o tambaqui, a pirapitinga, a jatuarana e a matrinhã.

É preciso ressaltar a importância que a indústria pesqueira assumiu no Brasil, em particular no Pará. Para os técnicos e cientistas que atuaram na linha de frente do Programa Nacional de Incentivo à Piscicultura, esse ramo do conhecimento ofereceu as ferramentas necessárias para melhor entender as características individuais de cada espécie, o período de reprodução e o habitat natural.

Um possível desenvolvimento desta pesquisa seria avaliar como o referido programa – bastante complexo na articulação de conhecimentos científicos e técnicos e também de pessoas e instituições em diversos estados brasileiros – contribuiu para o incremento de uma atividade industrial de primeira importância. Esse não é meu objetivo, mas convém detalhar, no próximo tópico, o processo de profissionalização de funcionários do MPEG no ramo da ictiologia e da piscicultura.

2.4 Mulheres cientistas do MPEG: o pioneirismo de Alba Maranhão, Stella Lima e Inah Silveira para o desenvolvimento da piscicultura no Pará.

Entre as décadas de 1930 e 1940, importantes mudanças ocorreram no Brasil com a modernização da indústria pesqueira. O povoamento de barragens e viveiros escavados nas regiões Nordeste e Norte do país era uma das facetas desta política desenvolvimentista – que também repercutiu na transformação de instituições científicas. No caso do MPEG, foi criada

¹²⁶ Idem.

uma Seção de Piscicultura e redefinida uma agenda científica para orientar as atividades do corpo técnico e científico, fortemente embasada no desenvolvimento tecnológico. Um fato ainda pouco conhecido é que esse processo foi conduzido exclusivamente por mulheres, à exceção, evidentemente, de Carlos Estêvão. Cada uma delas teve um importante papel na produção do conhecimento científico referente à biologia de peixes amazônicos. Cabe citar a coordenadora dos trabalhos da Seção de Piscicultura, Alba de Albuquerque Maranhão, e suas auxiliares, Stella Sylvia Lima e Inah da Motta Silveira.

Figura 19. Alba de Albuquerque Maranhão



Fonte: Assentamento funcional. Registro de funcionários da gestão Carlos Estêvão de Oliveira. Arquivo Guilherme de La Penha. Reprodução autorizada.¹²⁷

Alba Maranhão e Inah Silveira já faziam parte do quadro de funcionários do MPEG. A primeira foi contratada para exercer a função de desenhista-cientista¹²⁸ e a segunda, de auxiliar de zoologia. Com a adesão da instituição ao Programa Nacional de Incentivo à Piscicultura, e devido à crescente necessidade de pessoal qualificado na cidade de Belém que pudesse auxiliar nos trabalhos do laboratório de pesquisas ictiológicas e no campo de piscicultura, ambas foram convidadas por Carlos Estêvão e comissionadas pelo interventor José Malcher para fazerem um estágio de curta duração na CTPN, em Fortaleza. O estágio teve a duração de quatro meses

¹²⁷ O autor agradece a Mazildo Pacheco e Pablo Borges, ambos funcionários do MPEG, por cederem gentilmente a fotografia de Alba de Albuquerque Maranhão.

¹²⁸ Alba Maranhão, antes de trabalhar no MPEG como desenhista, participou do concurso de melhor desenho em quadrinhos promovido à época pela revista carioca “Mundo Infantil”. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388696x&pesq=%22Alba%20Albuquerque%20Maranh%C3%A3o%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=801>. Acessado em: 04/12/2024.

(fevereiro a junho), período no qual “participaram de todas as aulas práticas e experimentais sobre ictiologia, limnologia e piscicultura”.¹²⁹

Durante o estágio, Maranhão e Silveira elaboraram, a pedido de Carlos Estêvão de Oliveira, um relatório circunstanciado das aulas práticas e experimentais que participaram. Por meio desse relatório, tomamos conhecimento de que, no dia 5 de fevereiro de 1941, os técnicos Antônio Carlos Estêvão de Oliveira e Ruy Simões de Menezes ministraram uma aula inaugural sobre o método da hipofiseção e a sua importância no processo de criação e reprodução de peixes em larga escala. A partir do conteúdo ministrado, as estagiárias fizeram algumas anotações a respeito deste assunto:

Como é sabido, o estudo da hipófise, essa glândula de secreção interna bastante importante pelos hormônios que contém, o gonado estimulante e o do crescimento, tem sido objeto de várias experiências entre os endocrinologistas. Coroados desse êxito esses trabalhos em diversas classes (mamíferos, aves e batráquios), mais recentemente, a Comissão Técnica de Piscicultura iniciou pesquisas semelhantes, com sucesso, envolvendo peixes. Evidenciando o efeito do hormônio de maturação como estimulante da desova, nessa classe, tornou possível a reprodução em cativeiro daquelas espécies que a tem condicionada a fatores próprios da estação chuvosa. Daí a necessidade de injeções de hipófise.¹³⁰

Nos dias 8 e 12 de fevereiro, ocorreram aulas experimentais de extração de hipófises frescas de peixes autopsiados. Depois da coleta, o material era armazenado em álcool, em baixa temperatura, com o objetivo de formar estoques. Neste período também foram dadas orientações de como proceder a escolha de reprodutores, preparar e injetar o hormônio hipofisário. Nos dias 17 e 18 de fevereiro, as estagiárias, sob a orientação de Antônio Carlos de Oliveira e Ruy Menezes, participaram dos ensaios laboratoriais realizados com alguns exemplares de peixes, classificados como lote A. Buscava-se, através de injeções intramusculares de extrato hipofisário, induzir os reprodutores à desova. No dia 24 do mesmo mês, Alba Maranhão e Inah Silveira realizaram ensaios de hipofiseção com oito exemplares de curimatã, seguindo uma nova técnica de dosagem, chamada de fracionamento decimal. Os resultados obtidos não foram satisfatórios. Analisadas as causas do insucesso, foi constatado por ambas que as hipófises utilizadas nos experimentos não haviam sido armazenadas corretamente.

Em março, os ensaios laboratoriais foram retomados. Maranhão e Silveira, mais

¹²⁹ Relatório dos estudos de Ictiologia, Piscicultura e Limnologia realizados durante o estágio em comissão do Governo do Estado, na Comissão Técnica de Piscicultura, da Inspeção de Obras Contra as Secas, Ministério de Viação e Obras Públicas, apresentado ao sr. Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 13, 1941. Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG.

¹³⁰ Idem, p. 5.

familiarizadas com o método da hipofisação, submeteram os lotes K e L, os quais eram formados unicamente por curimatãs, à desova induzida com êxito. Considerando as particularidades biológicas dessa espécie, tanto o macho quanto a fêmea receberam hormônio intramuscular.

No caso do cangati, o processo de desova induzida era diferente do procedimento utilizado com o curimatã. Durante os testes desenvolvidos em laboratório, apenas a fêmea recebia o extrato hipofisário. Essa etapa, segundo Maranhão e Silveira, se verifica após a fecundação do óvulo. Também foram testados o piau, saguiru e piabas.

Parte do estágio se desenvolveu em forma de pesquisa de campo, nas adjacências da sede da CTPN. Com a chegada da piracema na região, período em que ocorre a reprodução de peixes em liberdade, os estagiários foram convidados a conhecerem os açudes São Bento, Marizeiro, Amanari e Cachoeira. Nesta oportunidade, fizeram a coleta de ovos fecundados para observação no laboratório. O material foi colocado em incubadoras, onde eclodiu normalmente. Além dos ovos, também foram coletados alguns exemplares de piau e curimatãs no açude Cachoeira e levados para o laboratório da CTPN, onde foi ensaiada a reprodução assistida e a hibridação, obtendo-se resultados promissores.

A limnologia também foi objeto de estudos. A maioria das aulas neste ramo da biologia foi prática. As estagiárias estudaram as condições biológicas do ambiente aquático e aprenderam a medir o índice hidrogênico da água e a identificar os zooplânctons (microcrustáceos, protozoários, rotíferos, briozoários e espongiários) e os fitoplânctons (diversos tipos de algas características desta região). Todas as aulas foram ministradas pelo técnico especializado Waldemar C. de França. Nas figuras 20 a 22 é possível observar o modo como era administrado as doses de hipófise pelas funcionárias do MPEG.

Figura 20. Dosagem de extrato hipofisário em peixes curimatãs (lotes E, K e L).¹³¹

¹³¹ Relatório dos estudos de Ictiologia, Piscicultura e Limnologia realizados durante o estágio em comissão do Governo do Estado, na Comissão Técnica de Piscicultura, da Inspeção de Obras Contra as Secas, Ministério de Viação e Obras Públicas, apresentado ao sr. Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 13, 1941. Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG.

— 9 —

LOTE : E N. DE REPRODUTORES ANO — 1941
 PROV : Aç. CACHOEIRA 3 ♂♂ e 2 ♀♀ MÊS — MARÇO

CURIMATA

Dia	25	25	25	25	26	26	26
Hora	2,30	8,30	14,30	20,30	2,30	8,30	14,30
Dóse (♂ ♂	0,20 H	0,25 H	0,30 H	0,35 H	0,40 H	0,45 H	0,50 H
(♀ ♀	0,10 H	0,15 H	0,20 H	0,25 H	0,30 H	0,35 H	0,40 H
Veic. (♂ ♂	0,50cc	0,50cc	0,50cc	0,50cc	0,50cc	0,50cc	0,50cc
(♀ ♀	»	»	»	»	»	»	»
Região	D	E	D	E	D	E	D

OBS. : — Hipófises dos vidros 1-2 (4 a 11|1|41) em seus homólogos.

Resultado nulo.

LOTE : K e L N. DE REPRODUTORES ANO — 1941
 PROV. : Aç. TRAPIÁ 8 ♂♂ e 4 ♀♀ MÊS — ABRIL

CURIMATA

Dia	15	16	16	16	16	17	17
Hora.....	18,30	24,30	6,30	12,30	18,30	24,30	6,30
Dóse, ♂♂ e ♀♀	0,40 H	0,50 H	0,70 H	1,00 H	1,40 H	1,90 H	2,50 H
Veículo.....	0,40cc	0,50cc	0,35cc	0,50cc	0,35cc	0,48cc	0,50cc
Região.....	D	E	D	E	D	E	D

OBS. : — Hipófises dos vidros 3-4 (12 a 18|1|41) em reprodutores do sexo oposto. Doses a serem preparadas na ocasião da injeção; as duas primeiras, à razão de 1 H. para cada cc. de soro fisiológico; a terceira e a quarta, 2 H para cada cc. e quinta e sexta e, se necessária a sétima, 5 H para cada cc.

Aquário A (K) — Lote capturado em 3|4|41.

Desova de uma fêmea a partir dos 30 minutos de 17|4|41, logo após terem sido reunidos os reprodutores. A outra fêmea desovou às 5,20 horas do mesmo dia.

Aproveitamento bom.

Números de registo, de 20.930 a 20.935.

Aquário B (L) — Lote capturado em 15|4|41.

♂♂ e ♀♀ reunidos aos 30 minutos de 17|4|41, ocorrendo a desova logo após a junção dos casais. Só uma fêmea desovou a essa hora; a outra largou os primeiros jatos de ovos às 4,50 horas do mesmo dia.

Preparação e dosagem do hormônio iguais às do lote anterior.

Números de registo, de 20.936 a 20.940.

Figura 21. Dosagem de extrato hipofisário em curimatãs (lotes A, B, M e N).¹³²

¹³² Idem.

— 10 —

LOTES : M e N N. DE REPRODUTORES ANO — 1941
PROV. : Aç. Trapiá 4 ♂♂ e 4 ♀♀ MÊS — ABRIL

CURIMATA

Dia	20	20	20	20	21	21	21
Hora	5,00	11,00	17,00	23,00	5,00	11,00	17,00
Dóse, ♂♂ e ♀♀	0,40 H	0,50 H	0,70 H	1,00 H	1,40 H	1,90 H	2,50 H
Veículo	0,40cc	0,50cc	0,35cc	0,50cc	0,35cc	0,48cc	0,50cc
Região.....	D	E	D	E	D	E	D

OBS. : Hipófises dos vidros 3-4 e 5-6 (12 a 18|1|41 e 19 a 25|1|41, respectivamente), em reprodutores do sexo oposto. As doses serão preparadas no momento da injeção; as duas primeiras à razão de 1 H para cada cc de soro fisiológico; a terceira e a quarta 2 H para cada cc; a quinta e a sexta, 4 H para cada cc e sétima, se necessária, 5 H para cada cc. Foi ainda preparada uma oitava dose à razão de 6 H para cada cc.

Aquário A (M) — Água do açude S. Bento.

Uma das fêmeas desovou às 22,30 horas do dia 21|4|41. As 23 horas foi aplicada mais uma oitava dose, tendo os machos recebido 4,50H e a fêmea não desovada, 5,10H. Verificou-se a desova desta fêmea às 4,00 horas do dia 22|4|41.

Números de registo, de 20.941 a 20.944.

Aquário B (N) — Água da chuva.

Este lote recebeu também uma oitava dose à razão de 6 H para cada cc.

As 10,00 horas do dia 21|4|41 uma das fêmeas desovou. As 23,00 horas foi aplicada a oitava dose, recebendo os machos 5,10H e 4,20 H e a fêmea não desovada, 4,50 H. As 4,00 horas do dia 22|4|41 a outra fêmea desovou.

Números de registo, de 20.945 a 20.948.

LOTES : A e B N. DE REPRODUTORES ANO — 1941
22 ♀♀ MÊS — ABRIL

CANGATI

Dia.....	30	30	1	1	1	2	2	2
Hora	15,00	23,00	7,00	15,00	23,00	7,00	15,00	23,00
Dóse	0,30 H	0,45 H	0,60 H	0,75 H	0,90 H	1,05 H	1,20 H	1,35 H
Veículo...	0,30cc	0,45cc	0,30cc	0,38cc	0,45cc	0,35cc	0,40cc	0,45cc
Região ...	D	E	D	E	D	E	D	E

OBS. : Hipófises dos vidros 3-4, 5-6 e 7-8 (12 a 18|1|41, 19 a 25|1|41 e 26|1|41, respectivamente).

Figura 22. Dosagem de hormônio hipofisário em peixes cangati (lotes F,G, H e I)¹³³

— 12 —

LOTES : F, G, H.		N. DE REPRODUTORES						ANO — 1941	
		24 ♀♀						MÊS — MAIO	
		CANGATI							
Dia.....	13	13	13	14	14	14	15	15	
Hora	6,00	14,00	22,00	6,00	14,00	22,00	6,00	14,00	
Dóse	0,15 H	0,20 H	0,25 H	0,30 H	0,40 H	0,50 H	0,60 H	0,70 H	
Veículo... .	0,30cc	0,40cc	0,50cc	0,30cc	0,40cc	0,50cc	0,30cc	0,35cc	
Região	D	E	D	E	D	E	D	E	

OBS. : Hipófises do vidro n. 9 (26|1|41 a 1|2|41).
 Aquário A — Exemplares com esperma nada denso, fluindo à ligeira pressão do abdomen.
 As 6 horas foi encontrada uma quantidade reduzida de ovos em fase de segmentação com oito blastômeros, em 14|5|41. É possível que tenha sido esse ainda estímulo das primeiras doses em dois exemplares que soltaram alguns ovos quando colocados no aquário.
 Desova de bom aproveitamento.
 Números de registo, de 20.993 a 20.996.
 Aquário B — Exemplares negando esperma à forte pressão do abdomen.
 Desova a partir das 20 horas de 14|5|41.
 Aproveitamento bom.
 Números de registo, de 20.997 a 21.012, faltando um exemplar prejudicado.
 Tanque 2 — (Estágio) — Exemplares dando ligeiro fluxo espermático em forma de botão.
 Desova iniciada às 20 horas de 14|5|41.
 Aproveitamento reduzido.
 Números de registo, de 20.990 a 20.992.

LOTE : I		N. DE REPRODUTORES						ANO — 1941	
		13 ♀♀						MÊS — MAIO	
		CANGATI							
Dia.....	29	29	30	30	30	31	31	31	
Hora	13,00	21,00	5,00	13,00	21,00	5,00	13,00	21,00	
Dóse	0,15 H	0,20 H	0,30 H	0,40 H	0,50 H	0,65 H	0,80 H	1,00 H	
Veículo... .	0,30cc	0,40cc	0,30cc	0,40cc	0,50cc	0,33cc	0,40cc	0,50cc	
Região	D	E	D	E	D	E	D	E	

OBS. : Hipófise do vidro n. 11 (12|4|40).
 Aquário A — Exemplares fluindo esperma mais ou menos denso à ligeira pressão do abdomen.
 Desova a partir das 20,30 horas do dia 30|5.
 O aproveitamento desta desova foi regular.
 Números de registo, de 21.013 a 21.025.

Os trabalhos realizados por essas mulheres cientistas tornaram o MPEG em um importante um locus científico da Amazônia especializado na produção de conhecimentos ictiológicos. A atuação científica dessas mulheres teve um impacto positivo para a expansão e

¹³³ Idem.

consolidação das atividades piscícolas e aquícolas no estado do Pará, garantindo ao MPEG maior protagonismo no Programa Nacional de Incentivo à Piscicultura, e ao Estado, o fortalecimento da economia regional. Infelizmente, até o presente momento, a trajetória dessas mulheres na ciência ainda permanece obscura na história e na historiografia das ciências, muito embora tenham ocupado cargos de chefia e desempenhado funções de grande relevância em projetos e ações governamentais incrementados na Amazônia paraense.

À medida que a pesquisa foi avançando por outros caminhos, novos questionamentos foram surgindo naturalmente. Para orientar a pesquisa e ampliar ainda mais a análise histórica, formulei alguns questionamentos que jugo pertinente, como: porquê a seção de ictiologia foi ocupada apenas por mulheres? Havia mulheres apenas nesta seção do MPEG? O salário que recebiam mensalmente era igual ou inferior ao que era pago aos funcionários do gênero masculino que exerciam a mesma função na instituição? Esses questionamentos foram formulados levando-se em consideração o universo cultural da época, em cuja sociedade predominava concepções essencialmente masculinas.

Uma das razões que possivelmente tenham levado Carlos Estêvão a selecionar apenas mulheres para coordenar as atividades da seção de ictiologia do MPEG, talvez fosse uma forma de manter uma rígida disciplina no ambiente de trabalho. Como as referidas funcionárias eram as únicas qualificadas naquele momento para conduzir as atividades nesta seção científica e a própria diretoria dependia delas para a formação e treinamento de novos técnicos e auxiliares especializados em piscicultura, foi exigido a elas dedicação exclusiva. Além disso, como a interventoria estadual havia subsidiado todas as despesas com viagens e hospedagens das funcionárias durante o período que elas precisaram para fazer cursos e estágios de curta duração no Ceará e Rio de Janeiro, Carlos Estêvão reafirmou o compromisso de auxiliar o Estado a diversificar a produção de proteína animal e a fortalecer a economia local através da piscicultura intensiva. Esse projeto de exploração econômica de recursos aquáticos foi coordenado pessoalmente por Alba Maranhão, Inah Silveira e Stella Lima. É importante lembrar que essa iniciativa já estava sendo incrementada por Getúlio Vargas em outros estados brasileiros com a assessoria técnica e científica da CTPN.

No que diz respeito ao segundo questionamento, essa seção científica do MPEG não foi a única aonde trabalharam mulheres. Vejamos na tabela a seguir a relação de funcionários em 1942, ano em que a instituição passou a fazer mais contratações, criou novos cargos, promoveu e efetivou funcionários, e, além disso, elevou os salários.

Tabela 18. Quadro de funcionários do MPEG em 1943

Nome dos funcionários	Cargos	Categoria	Vencimentos pagos em cruzeiro (Cr\$)
Carlos Estêvão de Oliveira	Diretor	Classe R	2.000,00
Alba Albuquerque Maranhão	Naturalista	Classe N	900,00
Inah da Mota Silveira	Naturalista	Classe N	900,00
Rodolpho de Siqueira Rodrigues	Assistente de zoologia	Classe M	800,00
Bento Leite Chermont	Assistente de botânica	Classe M	800,00
Gunnar João Jacob Pirá	Bibliotecário	Classe M	800,00
Evalda Xavier Falcão	Naturalista	Classe L	700,00
Emília Dyer	Naturalista	Classe L	700,00
Lygia Estêvão de Oliveira	Naturalista	Classe L	700,00
Maria de Lourdes Teixeira Aben-Athar	Naturalista	Classe L	700,00
Miguel Silva	Escriturário	Classe I	500,00
José Maria da Silva	Auxiliar de escritório	Classe F	350,00
Nicanor Rocha Briglia	Zelador	Classe F	350,00
José Gomes Bezerra	Zelador	Classe F	350,00
Heráclito de Oliveira Galvão	Servente	Classe F	350,00
João de Alcântara Lima	Zelador	Classe E	300,00
Joaquim Soares Monteiro	Zelador	Classe D	250,00
Josias Xavier de Moura	Zelador	Classe D	250,00
Calistrato Francisco Gomes	Zelador	Classe D	250,00
Pantaleão José de Queiroz	Zelador	Classe D	250,00
Derneval de Castro Rodrigues	Zelador	Classe D	250,00
Alcides Mozart de Matos	Zelador	Classe D	250,00
Hemenegildo Fernandes	Zelador	Classe D	250,00

A partir dos dados contidos na tabela acima, podemos observar que o cargo de naturalista foi preenchido exclusivamente por mulheres na gestão Carlos Estêvão. Entre elas, somente Alba de Albuquerque Maranhão foi selecionada para assumir a chefia de uma seção científica por se tratar de uma funcionária altamente qualificada, assim como Inah Silveira, uma de suas principais auxiliares na seção de ictiologia, fato bastante incomum, devido algumas restrições que eram impostas as mulheres pela sociedade à época. Dentre todos os funcionários (as), Alba Maranhão e Inah Silveira se tornaram as servidoras públicas mais bem remuneradas da instituição, ficando abaixo apenas de Carlos Estêvão. Ambas chegaram a receber 900,00 (novecentos cruzeiros) mensais.

Os relatórios institucionais produzidos em 1942, nos esclarecem ainda que, embora

todas as funcionárias estivessem lotadas como naturalistas, os trabalhos se diferenciavam segundo as categorias ou as classes a que pertenciam. Por exemplo, as atribuições das naturalistas que pertenciam a categoria N estavam voltados exclusivamente para a seção de ictiologia, diferentemente das funcionárias da categoria L que realizavam trabalhos para seções distintas na qualidade de auxiliares. Estavam vinculadas nessa última categoria profissional, Maria de Lourdes Teixeira Aben-Athar,¹³⁴ Emília Dyer¹³⁵ e Lygia Estêvão de Oliveira.¹³⁶ A primeira foi contratada para exercer a função de auxiliar de zoologia, especializada em ornitologia; a segunda para auxiliar de botânica, especializada em orquídeas e a terceira para auxiliar de etnologia, especializada em etnografia brasileira. Todas as contratações teriam a vigência de 1 ano e foram autorizadas pela interventoria do Estado através do Departamento do Serviço Público. Devido o crescente processo de especialização das ciências e da falta de pessoal qualificado para prestar assessoria técnica e científica ao MPEG, os contratos foram renovados ano após ano. Em dezembro de 1942, Carlos Estêvão, antes que todos os contratos expirassem, entrou em contato novamente com o executivo estadual mediante uma epístola.¹³⁷ Nela, o missivista solicitava a nomeação das referidas funcionárias que já trabalhavam na instituição, em caráter temporário, para o cargo de naturalista/categoria L, o qual foi criado em 8 de abril 1939 pelo decreto-lei n. 1.202.¹³⁸ Na avaliação do solicitante, a nomeação representava um “ato de justiça” e também convinha

¹³⁴ Ofício expedido pela diretoria do MPEG ao Departamento do Serviço Público pedindo autorização para fazer a contratação de Maria Lourdes Teixeira Aben-Athar para ocupar o cargo de auxiliar de zoologia, especializada em ornitologia mediante contrato de 1 ano. Belém, 03 de janeiro de 1942, ofício n. 1. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹³⁵ Ofício expedido por Carlos Estêvão a diretoria do Departamento do Serviço Público pedindo autorização para fazer a contratação de Emília Dyer para exercer a função de auxiliar de botânica, especializada em orquídeas pelo prazo de 1 ano. Belém, 03 de janeiro de 1942, ofício n. 3. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹³⁶ Ofício expedido por Carlos Estêvão a diretoria do Departamento do Serviço Público pedindo autorização para fazer a contratação de Lygia Estêvão de Oliveira para exercer a função de auxiliar de etnologia, especializada em etnografia brasileira pelo prazo de 1 ano. Belém, 03 de janeiro de 1942, ofício n. 2. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹³⁷ Carta enviada por Carlos Estêvão ao interventor José Carneiro da Gama Malcher solicitando a nomeação de Maria de Lourdes Teixeira Aben-Athar, Emília Dyer e Lygia Estêvão de Oliveira para o cargo de naturalista classe L. Belém, 23 de dezembro de 1942. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹³⁸ Em abril de 1939, o interventor José da Gama Malcher, através do decreto-lei n. 1.202, determinou a criação de 4 novos cargos isolados de provimento efetivo para trabalhar no MPEG como naturalista, nas categorias R e L. Para a categoria R foi reservada 1 vaga e para a categoria L, 3 vagas, segundo o artigo 1º do Quadro Único do Funcionalismo Civil Estadual. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

“aos interesses da Administração Pública do Estado”.¹³⁹

Todas as funcionárias mencionadas anteriormente, com exceção apenas de Alba Maranhão e Inah Silveira, fizeram cursos de qualificação no MPEG antes de serem contratadas. Os cursos foram organizados pelo próprio pessoal científico e um de seus principais objetivos era incentivar a formação de técnicos e auxiliares locais, e a figura feminina foi bastante valorizada nesse projeto institucional, apesar das exigências que lhes foram impostas pelo diretor. Um fato digno de nota, constatado através dos relatórios institucionais do MPEG do ano de 1942 e do contrato firmado entre elas e o Departamento do Serviço Público (1942), é que todas elas eram solteiras. Esse perfil revela um padrão e Carlos Estêvão pode ter utilizado isso como critério para admissão.

Entre as mulheres cientistas que atuaram na Seção de Piscicultura do MPEG, Alba Maranhão foi a única a publicar um artigo. Publicado no ano de 1946, em coautoria com Paulo Sawaya, o artigo trazia como título “A construção dos ninhos e a reprodução de algumas espécies de peixes neotropicais (*Cichlidae* – gen. *Cichla* e *Astronotus*)”. A pesquisa deu ênfase a forma como os tucunarés e os apaiaris constroem os próprios ninhos antes da desova. O processo envolve a escolha do parceiro para o acasalamento, a preparação do ambiente aonde será depositada os ovos, os cuidados com a prole após o nascimento e o aumento da atividade hormonal em ambos os sexos. Também foi analisado as características morfogenéticas de ambas as espécies de peixes.

Um fato digno de nota constatado na pesquisa foi a ausência de bibliografia pertinente ao assunto. Dos quatro tipos de tucunarés conhecidos à época, dois deles eram taxonomicamente conhecidas. Entre eles estavam o tucunaré açu e o tucunaré tinga. Em relação aos que ainda não estavam devidamente classificados, foram estudados o tucunaré putanga e o tucunaré híbrido (ver Figura 23). Este último era o resultado do cruzamento entre o tucunaré tinga e do tucunaré açu. De acordo com os autores, o processo de hibridação estava sendo praticado no campo de piscicultura do MPEG desde a década de 1941.

¹³⁹ Carta enviada por Carlos Estêvão ao interventor José Carneiro da Gama Malcher solicitando a nomeação de Maria de Lourdes Teixeira Aben-Athar, Emília Dyer e Lygia Estêvão de Oliveira para o cargo de naturalista classe L. Belém, 23 de dezembro de 1942. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

Figura 23. Tucunarés híbridos no aquário do MPEG.



Reproduzido em Sawaya e Maranhão (1946).

Os dados coletados na pesquisa mostraram que, de forma geral, as quatro espécies de tucunarés estudadas apresentavam comportamentos semelhantes durante o período de acasalamento. A esse respeito, Sawaya e Maranhão (1946) apresentam informações detalhadas sobre a reprodução em cativeiro e as particularidades da espécie estudada, conforme podemos acompanhar abaixo:

Pouco antes da postura, e, ainda mesmo depois, o casal prepara o ninho do seguinte modo: procuram ambos no lago uma superfície dura, resistente, como seja uma pedra, um pedaço de madeira, um tijolo, etc. Escolhido esse local limpam-no cuidadosamente com a bôca protráctil, às vezes auxiliando-se com as nadadeiras. Uma vez bem limpa a superfície, a fêmea ali depõe os ovos, geralmente em número de 5 a 6 mil, podendo, porém, chegar até a 10.000 (no caso do tucunaré assú), os quais são logo fecundados.

Coincide com a limpeza da superfície dura que vai receber os ovos, a preparação de pequenas cavidades no solo do lago, em geral bem próximos a margem e do local da desova. Preferem profundidades pequenas, cerca de 20 a 30 cms. O aparecimento destas cavidades, que medem cerca de 8-16 cms de diâmetro e têm o contorno circular em sua maioria, mas podendo apresentá-lo ovalado, é índice da proximidade da desova. O tamanho e a profundidade dessas cavidades são variáveis. Quase sempre as menores são as mais razas. O máximo e o mínimo e profundidade encontrados foram respectivamente de 1,5 e 6 cms. Todas apresentam o mesmo aspecto. A parte voltada para a margem do lago alcança a altura máxima daí para fóra vai-se tornando cada vez mais raza até coincidir o seu bordo oposto com o nível do fundo do lago. Isto indica que o peixe vai cavando o fundo do lago sem remover a terra, mas apenas amassando-a vigorosamente com a boca, até atingir a profundidade desejada. Nesse trabalho intervem o macho e a fêmea que o executam quase sempre a noite (Sawaya & Maranhão, 1946, p. 362).

O fragmento textual transcrito acima nos fornece dados relevantes sobre o processo de reprodução do tucunaré em cativeiro. É importante esclarecer ao leitor que o método da hipofisacção não foi empregado aqui. A proposta da pesquisa foi estudar a forma como os

tucunarés se acasalam e preparam o ambiente aquático para receber e cuidar da prole após o nascimento. Vejamos o que falam os autores em mais um trecho do artigo:

Pronta as cavidades, escolhida e limpa a superfície dura, a fêmea deposita sobre ela os ovos, chegando a cobri-la inteiramente com eles. Os ovos aderem à superfície. São alongados, medem 1,5 a 2 mm de diâmetro no máximo, têm a cor amarelada e são pintalgados de negro. Nas circunvizinhanças do local da postura ficam os Tucunarés à espera da eclosão dos alevinos, o que se dá dentro de 78 a 96 horas após a fecundação. Geralmente, um dos peixes fica sobre os ovos e o outro a eles próximo. Libertos os alevinos, o casal toma-os na boca e transporta-os para as covas cavadas no solo, depositando-os na parte mais funda. Nessa fase a vigilância dos pais é contínua. Se forem, porém, perseguidos, abandonam o local para voltarem a ele mais tarde.

[...] No fim de cinco a seis dias o desenvolvimento dos alevinos é tal que já necessitam de alimentos, tendo-se consumido completamente o saco vitelíneo. Os alevinos, então, abandonam as covas e o cardume sai a procura de comida, sempre acompanhado pelos pais. Quando os alevinos contam um mês de idade, o cardume passa a ser vigiado unicamente pelo macho que não permite a fêmea aproximar-se dos filhos. Algum tempo depois, geralmente um mês, os alevinos adquirem independência e dispensam a proteção paterna (Sawaya & Maranhão, 1946, p. 363).

Foi observado na pesquisa a morfologia, o tamanho e a tonalidade dos ovos. A pesquisa também analisou o comportamento do casal antes, durante e após a eclosão dos ovos. De modo geral, Sawaya e Maranhão perceberam que todas as variantes de tucunarés, com exceção apenas do tucunaré tinga, conseguiram se reproduzir em cativeiro. Veja na imagem abaixo alguns ninhos construídos pelo tucunaré antes da postura.

Figura 24. Covas escavadas pelo peixe tucunaré para abrigar a prole após a eclosão dos ovos.



Reproduzido em Sawaya e Maranhão (1946).

O registro fotográfico acima foi feito em um dos lagos do campo experimental do MPEG. É possível identificar na parte mais rasa do lago a existência de vários ninhos de tucunarés. Cada um deles apresenta diâmetro e profundidade diferente. Após a eclosão dos ovos, as larvas são remanejadas pelos genitores para os ninhos, uma espécie de 'berçário', e lá permanecem por alguns dias. Depois de 5 a 6 dias, a prole, na fase de alevino, goza de certa independência e começa a sair do ninho para se alimentar, sempre na companhia dos genitores, segundo informações dos autores.

Segundo o corpo técnico responsável pela seção de piscicultura do MPEG, entre os anos de 1941 a 1944, foi testemunhado uma quantidade surpreendente de desovas de tucunarés no campo experimental. Ao todo foram registrados 17 desovas. Fato comemorado com grande entusiasmo à época.

Além do tucunaré, os autores também analisaram o comportamento do apaiari no período de acasalamento. Essa análise foi subsidiada através de pesquisa experimental e de bibliografia especializada, como os estudos de Spix (1828), Eigenmann & Bray (1894), Pellegrin (1903), Regan (1905) e Krogh (1941). É importante esclarecer ao leitor que à medida que as ciências biológicas foram se especializando, algumas trabalhos passaram a ser questionados, principalmente as que haviam sido publicadas no século XIX. Por exemplo, Pellegrin (1903), Hensel (1870), Eigenmann (1910, 1911), ao contrário de De Castelnau (1855) e de Agassiz (1869), afirmaram que a tese de que todas as espécies de *Cichlidas* fazem a incubação dos ovos na cavidade bucal não se sustentava mais (Sawaya & Maranhão, 1946, p. 366).

Em relação ao tucunaré e o apaiari, apesar de apresentarem certas semelhanças, a pesquisa realizada por Sawaya e Maranhão (1946) também revelou algumas diferenças no que se refere a construção dos ninhos e a defesa dos alevinos. Para entender um pouco mais os resultados a que chegaram, transcrevi mais um trecho do artigo com o objetivo de preservar as palavras dos próprios autores:

Em primeiro lugar, os Apaiarís constroem as covas somente depois da postura, e as fazem em menos número, cêrca de 6 a 8. Outra característica vem a ser a defesa intensa da ninhada. Ao contrário dos Tucunarés, os Apaiarís não abandonam os ovos ou os alevinos mesmo se perseguidos; chegam a saltar fóra d'água se perturbados com insistência nessa fase. Cada postura atinge aproximadamente 1.200 ovos e a eclosão opera-se apenas 48 horas depois. A alimentação dos alevinos não difere da dos Tucunarés, a não ser a que os Apaiarís podem comer, além do plancton, também carne triturada.

Diferença a acentuar-se vem a ser a densa circulação caudal da larva, o que não nos foi dado ver nas larvas dos Tucunarés. Nos Apaiarís, a cauda funciona como

órgão respiratório, tal como foi indicado por Krogh (1941), para o Acará, e por Sawaya (1942), para a Traira, *Hoplias malabaricus*. A diferença entre esta última e a larva de Apaiarís está em ser menos extensa a rede capilar sanguínea caudal, e, restringe-se a metade ventral da cauda, sendo mais numerosos os capilares no ângulo que esta forma com o saco vitelino (Sawaya & Maranhão, 1946, p. 365).

Conforme exposto acima, a pesquisa constatou que os apaiaris adultos procuram defender os ovos ou as larvas de qualquer tipo de ameaça. Na fase de alevinos, a prole é remanejada para os tanques de cimento aonde são alimentados com plânctons e carne triturada. Esse procedimento era feito porque os funcionários do MPEG perceberam que muitos exemplares estavam sendo devorados por aves piscívoras nativa da região amazônica, como garças, socós e martins-pescadores. Tal medida contribuiu eficazmente para a redução do alto índice de mortalidade, pois, nos tanques a prole estava segura da ação de predadores.

Foi observado ainda na pesquisa que os apaiaris, após um ano de vida, estavam aptos a se acasalarem, assim como os tucunarés. Segundo Sawaya e Maranhão (1946, p. 365), “os alevinos, quando se tornam independentes dos pais, têm sido enviados para o povoamento dos açudes nordestinos, ou são devolvidos ao lago do Museu ou ainda distribuídos para criadouros de particulares residentes neste Estado”. Buscava-se, com isso, promover a racionalização da exploração econômica de peixes amazônicos, como o tucunaré e o apaiari.

Desse modo, a pesquisa ictiológica incrementada por Sawaya e Maranhão no campo experimental do Museu Paraense Emílio Goeldi apresentaram os seguintes resultados:

1. Os Tucunarés assú, putanga e híbrido, respectivamente: *Cichla ocellaris* BLOCK & SCHNEIDER, *C. Temensis* HUMBOLT e o produto do cruzamento de ambas as espécies, procriam abundantemente nos lagos do jardim do Museu Paraense “Emílio Goeldi”, e também em tanques experimentais; o mesmo dá-se com o Apaiarís [*Astronotus ocellatus* (Spix)].
2. Todas essas *Cichlidas* constroem ninhos no fundo dos lagos ou dos tanques de experimentação; a construção precede a postura (Tucunarés), ou a elas se segue (Apaiarís).
3. Não se verificou a presença de ovos na cavidade bucal de nenhuma destas espécies.
4. Mais prolíficos são os Tucunarés assú (até 10.000 ovos em cada postura); a seguir vem o Tucunaré putanga (3-4.000) e depois os Tucunarés híbridos (5-6.000); finalmente, os Apaiarís põe cerca de 1.200 ovos de cada vez.
5. Todas as *Cichlidas* cuidam da prole, defendendo-as de inimigos, sendo os Apaiarís os mais ativos.
6. Os T. tingam não procriaram no mesmo ambiente onde vivem os Tucunarés, mas deram produtos de hibridação unicamente com os T. Assú.
7. Os híbridos de T. tinga e x T. assú na fase jovem têm caracteres semelhantes aos dos jovens de T. assú.
8. As larvas dos Apaiarís possuem a cauda adaptada à respiração, tal como acontece com o Acará e a Traíra. Com as dos Tucunarés a mesma não se dá.

Esses foram alguns dos resultados que a pesquisa mostrou aos pesquisadores após estudar o comportamento dos tucunarés e do apaiari durante o período de acasalamento. Ela também abriu caminho para uma melhor compreensão da biologia dos peixes de água doce, principalmente no que se refere as suas características anatomofisiológicas, hábitos alimentares e a sincronia entre fatores climáticos e ciclo reprodutivo.

Com base nesses dados, podemos afirmar que Alba Maranhão teve uma atuação científica bastante intensa na produção de conhecimentos sobre a ictiologia amazônica na década de 1940. Ela foi uma das mulheres a ser incluída no Dicionário Biobibliográfico de mulheres intelectuais e ilustres do Brasil, organizado pela intelectual Adalzira Bittencourt em 1941.¹⁴⁰ Grande parte da sua trajetória profissional ainda permanece obscura na historiografia. Por exemplo, após o fim da gestão Carlos Estêvão de Oliveira, nos foi dado saber que Alba Maranhão fez o curso de História Natural pela Universidade de São Paulo. É bem provável que Paulo Sawaya tenha exercido alguma influência para que Maranhão pudesse fazer o curso. É importante esclarecer ao leitor que Sawaya era livre-docente pela USP, ocupava a cátedra de Fisiologia Geral e Animal e ainda foi membro de várias associações científicas.¹⁴¹

Devido a falta de dados, não sabemos exatamente a data que Maranhão iniciou e concluiu o curso de História Nacional pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. O que sabemos é que ela foi contemplada com uma bolsa de estudo em 1947 para fazer especialização em ictiologia na Universidade de Stanford, nos EUA, junto com outros estudantes brasileiros.¹⁴²

¹⁴⁰ Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=067822&pesq=%22Alba%20de%20Albuquerque%20Maranh%C3%A3o%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=8748>. Acessado em: 04/12/24.

¹⁴¹ Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/a-sbpc/historico/presidentes-de-honra/paulo-sawaya-1903-1995/>. Acessado em: 05/12/24.

¹⁴² Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003069&pesq=%22Alba%20de%20Albuquerque%20Maranh%C3%A3o%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=162>. Acessado em: 05/12/24.

2.5 O campo de piscicultura do MPEG em algumas imagens fotográficas

Ao longo do século XX, a noção de fonte documental passou por um processo de mudança epistemológica. Como reflexo dessa mudança, outros tipos de fontes documentais, inclusive o registro fotográfico, foram sendo cada vez mais valorizados pelos historiadores na produção do conhecimento histórico. Em posse de um corpo documental mais amplo e heterogêneo, os historiadores se viram defrontados por novos problemas de caráter teórico-metodológico. Isso fez com que o processo de cognição histórica não fosse elaborado apenas com base em informações extraídas de registros documentais escritos, mas também com o suporte de fontes iconográficas, cartográficas, arqueológicas, orais, estatísticas e audiovisuais. Esse fenômeno não reduziu a importância dos documentos escritos no esforço de resgate parcial de determinados acontecimentos passados, apenas perderam a sua hegemonia e passaram a receber o mesmo tratamento que outros tipos de documentos.

No caso da fotografia, Boris Kossoy (2002) a considera uma representação do real, a expressar, em seu conteúdo imagético, a subjetividade de quem faz o registro e o manipula, de forma consciente ou inconsciente. Nas reflexões epistemológicas do autor, o artefato fotográfico apresenta em si duas dimensões, que ele define como primeira e segunda realidade. O primeiro conceito se refere ao contexto histórico e aos acontecimentos que estão ocorrendo nele. Essa etapa é caracterizada pela seleção do objeto/assunto de interesse do fotógrafo. Ela antecede o processo de construção da representação (produção) e de interpretação (recepção). Nela se inclui as técnicas e os procedimentos que serão levados a efeito pelo fotógrafo para fazer a captura da imagem que se quer gravar na chapa fotossensível.

O segundo conceito diz respeito ao processo de construção da representação. Essa etapa inicia a partir do momento em que a imagem capturada pelo fotógrafo é materializada. Na reflexão epistemológica do autor, “toda imagem que vemos, seja o artefato fotográfico original obtido na época em que foi produzido, seja a imagem dele reproduzida sobre outro suporte ou meio, será sempre uma segunda realidade” (Kossoy, 2002). Entre a fase em que ocorre a seleção do objeto e a que se ocupa da elaboração das representações, haverá, para o autor, uma transposição de dimensões.

Isso significa dizer que a imagem capturada e registrada na chapa fotossensível deixou de ser aprendida como espelho ou duplicação do real. Essa crença, segundo Borges (2011), foi partilhada durante certo tempo por historiadores da Escola Metódica, pois encaravam a fotografia como a “encarnação de uma verdade única e absoluta”, e não como um fragmento do real, cujos significantes e significados são elaborados e reelaborados em contextos bem

específicos. No entanto, para não incorrer no erro do anacronismo, o historiador moderno deve se abster em considerar essa concepção de documento como errônea, mas de buscar compreender e interpretar, sem preconceitos ou juízos de valor, os sentidos que “os atores sociais atribuíram às suas ações materiais e simbólicas” (Borges, 2011, p. 81). Nas reflexões desta autora, essa transição de paradigma se verificou a partir do momento em que o registro fotográfico deixou de ser entendido como dado concreto e invariável sobre determinado fato, e passou a ser apreendido e vulgarizado como conteúdo cultural sujeito a interpretações, formado, em sua tessitura, por um número indefinido de camadas temporais, à semelhança de um palimpsesto, que oculta em si textos apagados ou alterados ao longo do tempo. Impermanência e descontinuidade são dois termos que melhor definem a metamorfose a que se presta o registro fotográfico, cuja identidade objetiva se encontra subjacente, amalgamada por alegorias, símbolos, signos, códigos linguísticos e mitos. Kossoy (2002) define esse fenômeno como processo de ideologização da imagem capturada. Na sua reflexão, os valores e crenças do fotógrafo não são fatores neutros, ao contrário, eles interferem substancialmente na conformação dos códigos linguísticos que se quer divulgar através da imagem.

Os trabalhos e as reflexões de Susan Sontag se mostram relevantes para essa discussão teórica em torno da subjetividade da fotografia. A autora, em sua obra “Sobre a Fotografia” (Sontag, 2004), apresenta uma visão crítica e provocativa sobre diversos assuntos relacionados a essa tecnologia, na qual se incluem a relação dicotômica e esquizofrênica entre realidade e representação, a influência que as imagens exercem na construção de uma memória coletiva e individual, principalmente no que tange aos aspectos políticos, culturais e sociais. Mesmo reconhecendo a subjetividade da fotografia, a autora acredita que o uso e o abuso das imagens podem dar vazão à construção de narrativas muitas vezes distorcidas, com o objetivo de induzir o receptor a uma falsa interpretação dos eventos. Essa observação é relevante quando se leva em consideração apenas a dimensão ética e cultural da imagem, de forma geral, e da fotografia, em particular. Mas, para o historiador, toda e qualquer representação elaborada em torno do registro fotográfico, seja ela “falsa” ou “verdadeira”, é relevante na construção da narrativa histórica, pois é capaz de revelar a forma como as sociedades se percebiam e interpretavam o que estava ao redor delas mesmas.

É partindo dessas reflexões que as fotografias aqui reproduzidas serão analisadas. Elas nos fornecem o arcabouço teórico e metodológico necessário para situar os registros fotográficos em seu contexto de produção, no intuito de identificar o universo mental e as diversas representações elaboradas pelo imaginário político e ideológico do governo varguista, sobretudo após a implantação do regime ditatorial em 1937, quando foi criado o Departamento

de Imprensa e Propaganda (DIP).

As imagens abaixo nos mostram uma das visitas feitas por Getúlio Vargas ao Museu Goeldi, quando esteve de passagem por Belém. Carlos Estêvão e o interventor federal José Malcher o acompanharam, além de outras autoridades públicas que faziam parte do alto escalão do governo federal à época (Figuras 25 a 30).



Figura 25. Visita de Getúlio Vargas ao Museu Paraense, em frente ao pavilhão de exposições (Rocinha). À sua direita está o interventor federal, José Carneiro da Gama Malcher, e, à esquerda, vê-se o diretor da instituição, Carlos Estêvão de Oliveira. Fotógrafo e data não identificados. Museu do Estado de Pernambuco, Coleção Fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira, Recife, Pernambuco. Reprodução autorizada.



Figura 26. Visita de Getúlio Vargas ao Museu Paraense, em frente ao recinto dos macacos-prego. Na fotografia, observa-se o olhar atento de Getúlio Vargas e de outras autoridades políticas que o acompanhavam. Fotógrafo e data não identificados. Museu do Estado de Pernambuco, Coleção Fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira, Recife, Pernambuco. Reprodução autorizada.



Figura 27. Carlos Estêvão apresenta ao presidente Getúlio Vargas e à sua comitiva a gaiola de urubus-rei. Fotógrafo e data não identificados. Museu do Estado de Pernambuco, Coleção Fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira, Recife, Pernambuco. Reprodução autorizada.



Figura 28. Getúlio Vargas e comitiva diante do viveiro das aranhas, no Museu Paraense. Ao fundo, podemos ver uma grande quantidade de pessoas participando desse momento solene. Fotógrafo e data não identificados. Museu do Estado de Pernambuco, Coleção Fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira, Recife, Pernambuco. Reprodução autorizada.



Figura 29. Visita de Getúlio Vargas ao Museu Paraense. Nessa foto, observa-se Carlos Estêvão de Oliveira apresentando um dos lagos construídos com recursos federais para a reprodução de peixes amazônicos. Fotógrafo e data não identificados. Museu do Estado de Pernambuco, Coleção fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira, Recife, Pernambuco. Reprodução autorizada.



Figura 30. Getúlio Vargas plantando uma espécie vegetal no horto botânico do Museu Paraense. Fotógrafo e data não identificados. Museu do Estado de Pernambuco, Coleção Fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira, Recife, Pernambuco. Reprodução autorizada.

Com base nos estudos sobre a Era Vargas, podemos considerar os anos de 1935, 1936 e 1937 uma fase de preparação para o advento do governo estadonovista. Esse foi o momento em que a imagem de Vargas seria mais explorada pelos ideólogos alinhados ao seu governo, bem como pela imprensa que fazia a cobertura de eventos políticos. Vargas já era bem conhecido pela população brasileira, mas após a instauração do Estado Novo, passou a ser idolatrado. Isso se deve, em grande medida, à forma e às circunstâncias em que as fotografias eram produzidas e divulgadas. Buscava-se, através dessa estratégia política, apresentar a imagem de um líder político forte, patriota, carismático e respeitado, além de outras qualidades individuais, muitas das quais eram divulgadas pelos meios de comunicação de forma exagerada ou fictícia. Em todo caso, elas oferecem um farto material para analisar o aparato ideológico do Estado e as suas diversas facetas.

Na figura 25, por exemplo, vemos Getúlio Vargas acompanhado da sua comitiva, caminhando em direção ao portão principal do Parque Zoobotânico do MPEG, localizado na Estrada da Independência (atual Av. Magalhães Barata). À sua direita, está o interventor federal, José Carneiro da Gama Malcher, e à sua esquerda, o diretor da instituição, Carlos Estêvão de Oliveira. Em segundo plano aparecem alguns membros que integravam a comitiva do líder político, descendo a escada do pavilhão de exposições do museu (Rocinha). À frente do séquito, aparece um homem trajando um terno escuro – possivelmente fazendo a segurança do local –, sinalizando com a mão esquerda para que os circunstantes não se aproximassem do ilustre visitante. Observa-se que a intenção do fotógrafo no ato do registro era dar maior visibilidade às figuras de Vargas, Malcher e Carlos Estêvão, em particular ao primeiro, enquadrado bem no centro da foto. A ideia fundamental era apresentar a imagem de um chefe político carismático e acessível a todos, prestigiando um museu e instituição de pesquisa importante para as políticas estatais de desenvolvimento social. Essa imagem sintetiza a estreita relação entre ciência e política, intelectuais e o Estado.

Nesta ocasião, Vargas e a sua comitiva também visitaram as instalações do jardim zoológico da instituição. Podemos observar na figura 26 as habilidades acrobáticas dos macacos-prego no local onde estavam alojados, seguidos do olhar atento dos expectadores. Ao fundo, vê-se o prédio onde estava instalado o aquário. O ângulo escolhido pelo fotógrafo para fazer o *flash* – posicionado atrás do recinto, como se estivesse dentro dele, junto aos macacos – evidencia uma característica pouco conhecida do ditador: sua sensibilidade e apreço pelos animais. Entre outros detalhes, vemos Vargas esboçando um leve sorriso ao acompanhar o movimento burlesco dos símios, que pareciam agitados ante a aglomeração do público visitante.

A poucos metros do ilustre visitante e das autoridades políticas que o cercavam, aparece outro fotógrafo, fazendo a cobertura do evento. O ângulo escolhido para essa fotografia é lateral, sem enquadramento do recinto dos macacos, portanto bem diferente da imagem aqui reproduzida, que enfatiza o que Vargas enxergava naquele momento – e com satisfação.

Na figura 27, tem-se a impressão de que o fotógrafo está dentro do recinto dos urubus- rei, procedimento similar ao que vimos na figura 26. Nesta imagem, assim como nas anteriores, vemos novamente Getúlio Vargas, o interventor José Malcher e Carlos Estêvão em destaque. Ao observá-la atentamente, podemos perceber que este último estava conversando com os chefes do executivo federal e estadual. É bem provável que o conteúdo desta conversa esteja relacionado a ave amazônica. Bem atrás do interventor federal, vemos a presença de alguns curiosos próximos ao recinto. Essa proximidade talvez indique que esses personagens fizessem parte da comitiva presidencial ou fossem jornalistas e fotógrafos autorizados a fazer a cobertura do evento. Em segundo plano, o registro fotográfico mostra o fundo da rocinha e algumas espécies botânicas.

Entre as fotografias analisadas até aqui, acredito que o recinto que mais chamou a atenção do ditador e da sua comitiva foi a das ariranhas. Na figura 28, temos uma vista panorâmica do público visitante que ali se encontrava para acompanhar de perto a visita de Getúlio Vargas e da comitiva presidencial ao viveiro das ariranhas. O que mais se destaca nesta imagem é a grande quantidade de pessoas aglomeradas. Considerando as circunstâncias políticas que marcaram essa fase da Era Vargas, é bem provável que esse registro tenha sido bastante explorado pelos ideólogos do novo regime.

A visita do presidente Vargas à cidade de Belém fazia parte de um conjunto de estratégias políticas para legitimar as ações e os projetos do governo ditatorial estadonovista em todo o Brasil. Além disso, é importante ressaltar que as relações entre o poder central e o MPEG estavam bem consolidadas antes do golpe de 1937. Isso se deu, em grande medida, com o envolvimento de Carlos Estêvão nas políticas públicas fomentadas pelo governo interventor, em particular no projeto de desenvolvimento da piscicultura, cujos esforços almejavam diversificar a produção de proteína animal em escala comercial e fortalecer a economia nacional. Podemos observar, na figura 29, Carlos Estêvão próximo de um dos lagos do campo de piscicultura do MPEG, na companhia de Vargas, do governador José Malcher e de outros representantes políticos, possivelmente prestando informações sobre a criação e reprodução de peixes amazônicos em cativeiro, e a importância do apoio político e financeiro do governo federal e estadual nesse empreendimento de caráter nacionalista. A fotografia evidencia que Vargas tinha um interesse pessoal no assunto, visitando as instituições envolvidas no projeto e

acompanhando todo o processo de produção de pescado. A figura do presidente, portanto, personificava o próprio sucesso do projeto.

O jardim zoológico e o campo de piscicultura não foram os únicos anexos do MPEG a ser visitados pelo ditador. A convite de Carlos Estêvão de Oliveira, Getúlio Vargas plantou uma espécie vegetal de médio porte no horto botânico. Na figura 30, vemos o chefe político agachado fazendo o plantio do arbusto. Esse ato simbólico teve como objetivo perpetuar a memória ou reafirmar o papel de um governo compromissado com o desenvolvimento das atividades científicas do MPEG.

Como forma de reconhecimento ao apoio prestado a instituição, Carlos Estêvão de Oliveira, em 1942, homenageou Getúlio Vargas, colocando no salão principal do laboratório de ictiologia um busto em bronze do ditador, executado pelo artista plástico Hugo Bertozzon. Essa homenagem foi possível graças à doação de Alberto Queiroz, amigo de Carlos Estêvão, que trabalhava no Palácio Itamaraty.¹⁴³ Neste mesmo ano, o referido laboratório foi batizado com o nome do ictiólogo brasileiro e ex-chefe da Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, Rodolpho von Ihering, por haver contribuído para impulsionar diversos estudos e práticas experimentais no ramo da ictiologia, sobretudo no que diz respeito ao método da hipofisacção.

Na avaliação do próprio diretor do MPEG, esse sucesso também se devia aos esforços de Magalhães Barata. Desde a sua primeira interventoria, Barata determinou a desapropriação imediata de alguns imóveis vizinhos ao MPEG para neles instalar lagos para a criação e reprodução de peixes amazônicos para consumo alimentar, conforme abordado no capítulo 1. É importante ressaltar que esse fato ocorreu anos antes do MPEG trabalhar em parceria com a CTPN. Em 17 de julho de 1943, a revista o *Pará Ilustrado*, publicou uma matéria com o seguinte título “É a Magalhães Barata a quem se deve a concretização da piscicultura no Pará” (Ver Anexo 3). O sugestivo título fazia referência as palavras ditas por Carlos Estêvão por ocasião de uma visita que Magalhães Barata fez a propriedade de Rafael Ferreira Gomes Filho, em Benevides, para acompanhar o desenvolvimento da piscicultura intensiva no estado. Filho havia sido amigo de Carlos Estêvão e havia aderido a projeto de piscicultura que estava sendo coordenado pelo MPEG.

O zoológico e o campo de piscicultura do MPEG configuraram-se como espaços de divulgação dos ideais políticos do regime instituído, personificados na figura de Getúlio

¹⁴³ Belém, 13 de outubro de 1942. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

Vargas. A presença física do presidente nesses espaços, demonstrando vivo interesse pelos animais, fiscalizando pessoalmente os projetos liderados pelo governo federal, fez com que o MPEG ganhasse visibilidade na imprensa.

Além do chefe do executivo federal e da sua comitiva, também foi registrado a visita de importantes autoridades religiosas pertencentes a igreja católica no MPEG. A maior parte dos registros que tivemos acesso, principalmente fotográficos, ocorreram no campo de piscicultura.

Figura 31. D. Benedetto Aloisi Masella (embaixador da Santa Sé e núncio apostólico do Brasil), D. Jaime de Barros Câmara (arcebispo de Belém) e Ivo Caliarì (secretário particular de Jaime Câmara) as margens de um dos lagos do campo de piscicultura do MPEG na companhia de José Malcher, então interventor estadual, e de Carlos Estêvão além de outros funcionários cuja identidade não foi possível identificar.



Museu do Estado de Pernambuco/MEPE Coleção fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira. Reprodução autorizada.

Figura 32. No centro da foto, vemos D. Benedetto Masella olhando em direção ao fotógrafo. À sua direita está D. Jaime Câmara e, à sua esquerda, o governador do estado do Pará, José Malcher, em torno do tanque onde eram mantidos os alevinos. Carlos Estêvão aparece ao lado de Malcher.



Museu do Estado de Pernambuco/MEPE Coleção fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira. Reprodução autorizada

Figura 33. Funcionário do MPEG alimentando peixes de grande porte no campo de piscicultura. Em torno dele, várias pessoas, incluindo Carlos Estêvão, Benedetto Masella, Ivo Caliani e José Malcher acompanham atentamente os peixes.



Museu do Estado de Pernambuco/MEPE Coleção fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira. Reprodução autorizada.

Figura 34. No centro da foto, vemos Carlos Estêvão, D. Benedetto e o governador José Malcher. O primeiro parece estar fornecendo explicação sobre alguma atividade do MPEG.



Museu do Estado de Pernambuco/MEPE Coleção fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira. Reprodução autorizada.

Os registros fotográficos acima nos revelam que o MPEG, mais particularmente o campo de piscicultura, se tornou palco de diferentes experiências sociais. Na figura 31, observamos D. Benedetto Aloisi Masella (embaixador da Santa Sé e núncio apostólico do Brasil), D. Jaime de Barros Câmara (arcebispo de Belém) e Ivo Caliarri (secretário particular de Jaime Câmara) em companhia de José Malcher, então interventor estadual, e de Carlos Estêvão as margens de um dos lagos do campo de piscicultura do MPEG além de outros funcionários cuja identidade nos é inteiramente desconhecida. No canto esquerdo da fotografia, vemos D. Benedetto Masella apontando com o indicador um ponto específico do lago seguido do olhar curioso dos presentes, possivelmente por ter avistado algum peixe na superfície. À sua esquerda, vemos um rapaz, envergando um terno branco e gravata, possivelmente um jornalista, fazendo anotações para produzir alguma matéria jornalística referente a visita do alto dignitário da Santa Sé. No canto direito da fotografia, Carlos Estêvão parece estar fazendo algum comentário sobre o peixe avistado no lago a Jaime Câmara. Quase ao centro da imagem, podemos identificar o interventor José Malcher, com os braços cruzados para trás, próximo de Masella.

Na figura 32, D. Benedetto Masella, D. Jaime Câmara, José Malcher, Carlos Estêvão além de outras pessoas cuja identidade nos é desconhecida, aparecem próximas a um dos

tanques de cimento aonde eram depositados alevinos de peixes nativos da região amazônica. Para simular o *habitat* dos peixes, o viveiro foi ornamentado com plantas aquáticas, podendo ser identificadas na superfície do corpo d'água, embora desfocadas. No canto direito da imagem, duas moças, uma delas mergulha parte da mão na superfície da água provavelmente com o intuito de manter uma experiência sensorial mais próxima dos alevinos, o qual foi acompanhada por Carlos Estêvão e José Malcher a certa distância. Masella aparece centralizado na imagem, olhando para a direção do fotógrafo, como se estivesse gesticulando. Percebe-se que a intenção do fotógrafo era explorar a imagem do núncio apostólico por diferentes ângulos à semelhança dos registros feitos durante a visita de Getúlio Vargas a Belém.

Já na figura 33, vemos um funcionário do MPEG cuja identidade permanece obscura, alimentando peixes de grande porte no campo de piscicultura, possivelmente pirarucus adultos. Na imagem, o fotógrafo consegue capturar o momento exato que o peixe agita com muita força a superfície d'água do lago, criando um efeito visual *sui generis*. A impressão que se tem é que as atenções de todos parecem estar voltadas para os peixes, com exceção do interventor José Malcher e de um homem desconhecido trajando terno e uma gravata borboleta. Percebam que ambos parecem estar olhando na direção do fotógrafo.

No canto direito da fotografia, há duas jovens as margens do lago, e o traje que cada uma delas exhibe indica que pertencem a classes sociais distintas. Enquanto uma exhibe um vestido de linho fino, de tonalidade clara, a outra exhibe um vestido modesto, de tonalidade mais escura. Podemos identificar ainda que a diferença entre ambas não é apenas de classe social, mas também racial. Isso pode ser atestado através das características biológicas que cada uma apresenta. Esses detalhes, aparentemente sem importância, contribuem para a uma melhor compreensão das diferentes experiências sociais vivenciadas no parque zoobotânico do MPEG.

Por fim, na figura 34, podemos identificar, enquadrado na imagem, Carlos Estêvão, D. Benedetto Masella e o interventor José Malcher. O segundo exhibe uma postura altiva, uma clara demonstração de poder por estar na condição de núncio apostólico e embaixador da Santa Sé do Brasil. Em segundo plano, podemos identificar, apesar de estar desfocada na imagem, Lygia Estêvão de Oliveira, filha do diretor do MPEG, relativamente distante, atenta as informações que estavam sendo prestadas pelo pai. Malcher e um homem não identificado parecem estar contemplando algum viveiro.

CAPÍTULO III. O COMÉRCIO DE PEIXES ORNAMENTAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE E O PROTAGONISMO DO MPEG

O presente capítulo trata da relação do MPEG com o mercado de aquarismo norte-americano e europeu. Busco analisar quais estratégias foram criadas por Carlos Estêvão de Oliveira para que a instituição pudesse se beneficiar desta atividade comercial de forma exclusiva. O capítulo foi organizado em três subitens. O primeiro faz uma contextualização dos efeitos gerados pelos decretos baixados pelo interventor Magalhães Barata no Pará, conferindo ao MPEG a exploração exclusiva de peixes ornamentais. No segundo, me propus a estudar o conflito de atribuições que se estabeleceu entre a referida instituição e o Serviço de Caça e Pesca no tocante à gestão de recursos naturais no estado. No terceiro subitem, foram investigados a complexa rede que se formou em torno da pesca ornamental e o convênio firmado entre o MPEG e a Paramount Aquarium.

3.1 Debates e políticas públicas sobre o mundo natural no Brasil pós-1930

No contexto político-cultural do pós-1930, as questões associadas do controle de recursos naturais e da proteção à natureza tornaram-se relevantes nas políticas públicas do Estado brasileiro. Foi elaborada neste período uma ampla legislação voltada para a gestão e defesa dos recursos naturais, cuja aplicação estaria sob o encargo de órgãos e conselhos técnicos federais. Por exemplo, foi deliberada pelo Estado a criação do Código de Caça e Pesca (decreto n. 23.672, a 2 de janeiro de 1934),¹⁴⁴ do Código Florestal (decreto n. 23.793, a 23 de janeiro do mesmo ano),¹⁴⁵ do Código de Águas (decreto n. 24.643, de 10 de julho do mesmo ano)¹⁴⁶ e do Código de Minas (decreto n. 24.642, a 10 de julho de 1934).¹⁴⁷ Segundo Casazza (2017), uma característica marcante na política de gestão e defesa dos recursos naturais do Brasil foi a estreita relação que se estabeleceu entre cientistas e o novo governo republicano. É importante destacar que essa relação foi permeada, em algumas situações, por tensões e, em outras, por

¹⁴⁴

Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23672.htm#:~:text=19.398%2C%20de%2011%20de%20novembro,Animal%2C%20do%20Ministerio%20da%20Agricultura.

¹⁴⁵ Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html>.

¹⁴⁶ Fonte: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreta%20o%20Codigo%20de%20Aguas.&text=Publica%C3%A7%C3%A3o%3A,%2C%20P%C3%A1gina%2014738%20\(Publica%C3%A7%C3%A3o%20Original\).](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreta%20o%20Codigo%20de%20Aguas.&text=Publica%C3%A7%C3%A3o%3A,%2C%20P%C3%A1gina%2014738%20(Publica%C3%A7%C3%A3o%20Original).)

¹⁴⁷ Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24642.htm

negociações, na medida em que as partes envolvidas buscavam seus próprios interesses.

Fizeram parte do movimento de proteção à natureza, entre os anos 1930 e 1940, os cientistas Alberto José Sampaio (1881-1946), Armando Magalhães Corrêa (1889-1944), Cândido de Mello Leitão (1886-1948) e Frederico Carlos Hoehne (1882-1959). A recente historiografia ambiental revela que essa geração de pesquisadores não se preocupou apenas com a preservação do que passou a ser entendido como patrimônio natural da nação, mas também com o crescimento da economia e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira (Franco e Drummond, 2009). Portanto, na concepção deles, a inclusão da natureza no projeto de construção de um país moderno, ambicionado pelo governo varguista, traria inúmeros benefícios em diversos aspectos, seja para a indústria quanto para a sociedade, desde que os recursos da natureza fossem explorados racionalmente a fim de se evitar tanto o desperdício quanto o esgotamento das suas reservas.

Como reflexo da crescente preocupação que a questão ambiental passou a despertar naquele contexto político-intelectual, diversos representantes da sociedade civil e instituições públicas organizaram na capital republicana, entre os dias 8 e 15 de abril de 1934, a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. O evento foi promovido pela Sociedade Amigos da Árvore nas dependências do Museu Nacional, sob a chancela de Getúlio Vargas, tendo como relator o botânico e professor Alberto José Sampaio. Tomaram parte desse evento representantes da Associação Brasileira de Educação, Sociedade Brasileira pelo Progresso Feminino, Liga Brasileira de Higiene Mental, Associação Brasileira de Farmacêuticos, Academia Brasileira de Ciências, Instituto Histórico de Ouro Preto, Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Sociedade de Amigos de Alberto Torres, Tijuca Tennis Club, Instituto Nacional de Música, Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro e Sociedade Fluminense de Medicina Cirúrgica (Sampaio *apud* Franco, 2002).

Na ocasião, foram evocadas como referências constantes na fala dos organizadores do evento diversas tradições de pensamento que haviam surgido em contextos históricos e sociais bem específicos, mas que tinham em comum a crítica à devastação da natureza. Essas tradições de pensamento foram partilhadas por figuras ilustres da história política e intelectual brasileira, como José Bonifácio, Joaquim Nabuco, André Rebouças, Freire Alemão, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Manoel Bonfim (Franco, 2002). Esses argumentos foram usados política e ideologicamente por cientistas e intelectuais que estavam engajados na luta pela proteção da natureza e que, com o apoio político do Estado, buscavam estabelecer novas diretrizes de exploração da natureza. Para tanto, não bastava criar leis, se elas não fossem rigorosamente cumpridas no país.

O texto do relatório da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza está estruturado em três partes. Na primeira, intitulada Notas e Comunicações, foi organizado um compêndio de trabalhos apresentados, subdividido em sete seções: I. Educação, II. Proteção à Natureza em geral, III. Solo e Subsolo, IV. Flora, V. Fauna, VI. Antropologia e Biogeografia, VII. Legislação e Método. A segunda parte, Respostas ao Questionário, diz respeito às informações que a Sociedade Amigos da Árvore esperava obter das prefeituras municipais, a partir do preenchimento de formulários, sobretudo o conhecimento da situação ambiental de cada região do Brasil. Na terceira e última parte, Votos, Apelos e Protestos aprovados, foram discutidas diversas questões, dentre as quais a necessidade de se estabelecer uma cooperação internacional envolvendo a questão da proteção à natureza; incentivar pesquisas que pudessem colaborar para um conhecimento mais amplo do mundo natural e das suas potencialidades econômicas; promover iniciativas educacionais voltadas para a instrução pública, tendo como eixo temático a conservação do patrimônio natural brasileiro e a sua importância econômica, estética e científica, entre outros (Franco, 2002).

A inclusão da natureza no debate público da época – seus usos em benefício da nação e os limites a serem observados na sua exploração – fez com que a concepção de ‘patrimônio’ adquirisse certa plasticidade, da qual passou a derivar alguns conceitos, como: patrimônio nacional, patrimônio natural e patrimônio científico. Isso fica evidente a partir de outubro de 1931, quando o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação e Saúde Pública se encarregaram de organizar uma comissão, formada por Paulo de Campos Porto, naturalista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Paulo Ferreira de Souza, inspetor-geral do Serviço Florestal, e Alberto José de Sampaio, botânico do Museu Nacional, com o objetivo de elaborar um projeto de lei estabelecendo normas que precisavam ser observadas por expedições estrangeiras e nacionais de caráter particular interessadas em percorrer o território brasileiro.

Casazza (2022) analisou esse processo de patrimonialização da natureza na Era Vargas a partir da criação de dois órgãos estatais: o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (1933) e o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (1937). O primeiro surgiu no Governo Provisório e o segundo no Estado Novo. Em ambos, a natureza assumiu particular importância nas políticas de defesa dos recursos naturais e de controle do território nacional. Embora as práticas institucionais de ambos estivessem atreladas a um projeto mais amplo, de caráter nacionalista, cada qual apresentou características muito próprias, o que nos permite estabelecer algumas comparações. Enquanto o CFEACB pautava suas ações na salvaguarda de uma variedade bem ampla de monumentos naturais, o qual iremos acompanhar mais adiante, o SPHAN limitou sua atuação a locais tombados, isto é, aos que

foram considerados bens públicos. Para os membros do CFEACB, a ideia de patrimônio natural apresentava uma significação mais abrangente, enquanto para o SPHAN o sentido era mais específico. Ainda assim, essa questão não deixou de suscitar conflitos interburocráticos envolvendo as atribuições de ambos no que se refere à gestão dos bens públicos.

Na concepção dos membros do CFEACB, eram considerados monumentos naturais sambaquis e jazidas em geral, megalíticos, cavernas e sumidouros em geral, florestas protetoras e mananciais em geral, elementos nobres e de interesse científico, a flora e a fauna, sítios e paisagens, viveiros naturais de plantas raras, refúgios de espécies raras da fauna, aldeamentos indígenas, pequenas indústrias rurais, indígenas e sertanejas, entre outros. Diante da exploração predatória dos recursos naturais, ficou decidida a proibição da destruição de viveiros naturais de plantas, colher cepas inteiras de plantas cespitosas, sem deixar uma parte da cepa no próprio local e qualquer dano a monumentos naturais, artísticos, históricos ou legendários.

Consoante os estudos de Grupioni (1998), as funções do CFEACB eram conceder ou indeferir licenças e acompanhar as atividades das expedições artísticas ou científicas no território brasileiro. Esse processo era realizado em parceria com diversos institutos de pesquisa através do sistema de delegacias estaduais. Cada delegacia era responsável por prestar informações ao Conselho de Fiscalização sobre as atividades das expedições licenciadas e fazer a apreensão de material coletado indevidamente, sem a autorização prévia do órgão fiscalizador e de outras instâncias burocráticas.

Cinco anos depois, o Estado brasileiro determina a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse órgão estatal atuou na elaboração de um imaginário político-cultural constituído por um conjunto de representações acerca de determinados acontecimentos que remetiam às raízes históricas da identidade nacional. Segundo o decreto que deu origem ao SPHAN, o acervo patrimonial da nação era constituído por um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu inestimável valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. Equiparavam-se aos bens a que se refere

o artigo os monumentos naturais, os quais estavam sujeitos a tombamento desde que atendessem os critérios preestabelecidos pelo órgão técnico estatal, a exemplo dos sítios e das paisagens que importavam conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. Os bens tombados eram registrados no Livro de Tombo, que era do uso exclusivo do SPHAN. Os livros eram os seguintes: 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, na qual deveriam ser

registrados os itens classificados na categoria arte, arqueologia, etnografia ameríndia e popular; 2) Livro do Tombo Histórico, para o qual eram destinadas as obras de arte; 3) Livro de Tombo de Belas Artes, para os itens incluídos como obras eruditas, nacionais ou estrangeiras; e 4) Livro de Tombo das Artes Aplicadas, para as obras que tivessem relação com as obras aplicadas, nacionais e estrangeiras (Brasil, 1937; Schwartzman *et al.*, 2000).

Cabe ressaltar que as políticas do patrimônio nacional – em particular o patrimônio natural – fomentadas pelo SPHAN apresentavam falta de clareza no decreto que havia dado origem à sua existência, especialmente sobre os tipos de bens a serem tombados. O texto fala de sítios e paisagens, mas não especifica quais, diferentemente do regulamento do CFEACB, que apresenta uma relação ampla do que era entendido por monumentos naturais. Além disso, um outro ponto que chama a atenção nas diretrizes do SPHAN é a não-inclusão da fauna em suas atividades de salvaguarda do patrimônio nacional. O projeto de lei e o regulamento de ambas, embora tivessem a natureza como bem patrimonial, estabelecem uma linha demarcatória nas práticas institucionais e procedimentos técnicos distintos, além de zonas de conflitos.

Na estrutura administrativa e jurídica do governo varguista, o controle e a proteção da fauna viva ficaram sob a alçada do Serviço de Caça e Pesca, vinculado ao Departamento de Produção Animal do Ministério da Agricultura. O decreto n. 23.672, de 2 de janeiro de 1934, lavrado pelo presidente Vargas, institui o Código de Caça e Pesca. De acordo com o decreto, o capítulo I, intitulado “Das disposições gerais referentes à pesca”, atribui ao Ministério da Agricultura a competência de todos os serviços correlatos à atividade pesqueira no território nacional, incluindo a administração, direção e fiscalização do pessoal e material respectivo, assim como a fiscalização dos dispositivos legais aplicáveis.

A elaboração do anteprojeto para a regulamentação da caça e da pesca no país recebeu a contribuição intelectual do zoólogo Cândido de Mello Leitão, do botânico Alberto José Sampaio e do antropólogo Edgard Roquette-Pinto, cientistas vinculados ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que os três cientistas tiveram destacada participação em projetos e ações voltados para a defesa da fauna e da flora nacionais, especialmente os dois primeiros, enquanto o último se envolveu mais em discussões centradas na construção de um imaginário político de cunho nacionalista e também em questões acerca do patrimônio nacional.

Mas retomando a análise do texto do Código de Caça e Pesca e das diretrizes instituídas, as atividades de pesca foram classificadas em pesca marítima (pesca em mar alto, pesca costeira e pesca litorânea) e em pesca interior (praticada em rios, ribeirões, igarapés,

lagos, lagoas, lagoas de água doce, canais sem ligação com o mar, açudes ou quaisquer depósitos de água doce, naturais ou artificiais).¹⁴⁸

O domínio público das águas abrangia todas as espécies de animais e de plantas aquáticas. A atividade pesqueira praticada em cada localidade, região ou zona seria orientada pelo código, cujos esforços concorriam para a defesa e conservação da fauna e da flora nacionais. Por exemplo, o 7º artigo do código é mais coerente com a política nacionalista quando confere o exercício e a exploração da pesca, bem como da indústria correlata, apenas a quem fosse brasileiro nato. A legislação vigente também considerava como tal as pessoas jurídicas constituídas e asseguradas pela Constituição republicana, com sede no Brasil, tendo a administração composta em sua maioria por brasileiros. Nas embarcações utilizadas nas atividades pesqueiras no país, o código exigia que a tripulação deveria ser composta por dois terços brasileiros. Além disso, foi estabelecido como pré-requisito que o comando das embarcações cuja capacidade fosse superior a 200 toneladas brutas fosse exercido exclusivamente por brasileiro nato, sendo-lhe exigida, minimamente, a carta de 2º piloto ou de mestre de pesca, emitida por escolas profissionais credenciadas (Brasil, 1934).

É importante ressaltar que as exigências impostas pelo código não inviabilizavam a concessão de licenças a cientistas ou amadores estrangeiros por tempo determinado. A esse respeito, de acordo com o capítulo IX, a pesca podia ser praticada no país, na condição de distração, por amadores, mediante o pagamento de uma taxa anual correspondente a 20\$000 (vinte mil réis). Era concedida ao amador da pesca a autorização para a prática da pesca interior ou litorânea, podendo se servir de barcos arrolados pelas repartições competentes.

Outra faceta do Serviço de Caça e Pesca foi a elaboração do sistema cadastral de pescadores. A coleta de dados era realizada com a intermediação de várias instâncias deliberativas. Por exemplo, todo pescador que quisesse exercer seu ofício precisaria se associar à Colônia Cooperativa de Pescadores mais próxima da sua residência. Se o pescador fosse fixar residência em outro estado e quisesse continuar a exercer a pesca, teria que fazer um novo cadastro. Buscando regulamentar a atividade pesqueira no território brasileiro, o Serviço de Caça e Pesca, em parceria com as Colônias Cooperativas de Pescadores de cada município, a Federação das Colônias Cooperativas de Pescadores dos estados e a Confederação da Cooperativa de Pescadores do Brasil, organizou um sistema cadastral de pescadores. O registro estabelecia uma linha divisória entre o pescador profissional e o pescador amador. De acordo com o artigo 10, todo pescador era obrigado a fazer o cadastro. A concessão das licenças era

¹⁴⁸ Ver os artigos 3 e 4 do Código de Caça e Pesca.

feita pela Capitania dos Portos, através de delegacias ou agências, e outras repartições vinculadas ao Ministério da Marinha. Menores de idade não podiam se cadastrar, apenas quem tivesse 16 anos, conforme definido pela Constituição brasileira. O pescador que quisesse fixar residência em outro estado teria que comunicar previamente a Colônia de Pescadores à qual estava associado, e esta, por sua vez, levaria ao conhecimento da repartição que concedeu a matrícula (Brasil, 1934).

Segundo o artigo 13 do código, uma Colônia de Pescadores era um agrupamento constituído, no mínimo, por cem pessoas que legalmente exerciam a profissão de pescador. Cada uma das Colônias Cooperativas de Pescadores tinha um delegado que a representava junto à Federação das Colônias Cooperativas de Pescadores. Todas as Colônias Cooperativas de Pescadores eram regidas por um estatuto elaborado pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. Cada estado tinha uma Federação das Colônias Cooperativas de Pescadores, cuja sede podia estar situada na capital ou no seu principal porto, a depender da decisão da diretoria do Serviço de Caça e Pesca (Brasil, 1934).

Cabia aos pescadores observar os dispositivos estabelecidos pelo código e as demais determinações legais sobre a pesca, assim como as instruções lavradas pelas autoridades competentes. Dentre outros deveres, os pescadores se viam na função de informantes e colaboradores da diretoria da Colônia de Pescadores e da Capitania dos Portos (DCPCP). O pescador associado à Colônia de Pescadores possuía o dever de mantê-la informada sobre quaisquer irregularidades ou infrações cometidas contra o código e às instruções emanadas pelo Serviço de Caça e Pesca. À Capitania dos Portos, o pescador se via obrigado a recolher e entregar destroços ou salvados de embarcações sinistras que, porventura, viesse a encontrar (Brasil, 1934). Além disso, o pescador teria que se comprometer a zelar e proteger pela conservação da fauna e da flora aquática.

O artigo 24 estabeleceu uma série de normas restritivas no que se refere ao uso de instrumentos de pesca. Por exemplo, era vedado ao pescador fazer uso de redes e de aparelhos em locais onde o tráfego de navios e outras embarcações ocorresse com regularidade. Essa mesma norma se aplicava também nas áreas de maior circulação da fauna aquática, como barras, portos, enseadas, lagoas, rios, riachos, canais, bem como nas embocaduras de rios, nas barras das bacias internas e nas entradas de lagoas. A utilização de dinamites ou de qualquer explosivo, assim como de substâncias venenosas, na atividade pesqueira foi proibida. O artigo 29 é mais condizente com a defesa da fauna aquática. Ele previa que o Serviço de Caça e Pesca também poderia interditar a pesca em determinada zona, região ou local se a ictiofauna estivesse ameaçada, situação que ocorria mais em período de desova e de reprodução (Brasil, 1934).

Em relação à exploração de moluscos e crustáceos, o código estabeleceu normas regulamentares mais flexíveis. O código autorizava a exploração dos campos naturais de moluscos em qualquer época do ano, desde que algumas prescrições fossem atendidas. Dentre as exigências impostas, não se podia utilizar instrumentos para a coleta em larga escala de moluscos, de modo a não comprometer os campos naturais onde viviam e a sua reprodução. Era vedada a coleta de moluscos e de crustáceos que não tivessem o tamanho mínimo pré-definido pelo Serviço de Caça e Pesca.

Quanto à fauna terrestre, no capítulo I, “Das disposições gerais referentes a caça”, o Código de Caça e Pesca instituiu um conjunto de normas restritivas objetivando proteger a fauna nacional. Neste sentido, ficou proibida – conforme exposto no artigo 128 – a caça de animais silvestres por caçadores profissionais, de animais úteis à agricultura, de pássaros canoros, de ornamentação e outros de pequeno porte, em propriedades de domínio público, em imóveis de domínio privado sem a autorização do proprietário ou seu representante legal, sem licença concedida pelo código, nas zonas urbanas e suburbanas. Também foi declarado ilegal o uso de visgos, esparrelas, alçapões, arapucas, gaiolas com chamarizes, redes de qualquer espécie e denominação, laços, mundéus, armadilhas de qualquer espécie, armas com alto potencial de letalidade que surpreendam a caça, bem como nas zonas interditas pelo Serviço de Caça e Pesca.

A captura e comercialização de aves canoras, de ornamentação ou de qualquer outro animal silvestre, estando vivo ou morto, sobretudo nos períodos de nidificação e reprodução, passaram a ser consideradas pelo código um ato subversivo e criminoso, pois essa prática não se coadunava com as políticas de proteção à natureza que estava em curso naquele momento. Também foram declaradas práticas ilegais, a venda, o transporte e a exportação de peles, penas e chifres de espécies pertencentes à fauna nacional. No entanto, quando os animais procediam de parques de criação, refúgio ou reservas naturais, a caça e a venda eram consentidas pelo Serviço de Caça e Pesca, desde que estivessem devidamente registradas e autorizadas para tal. Essas áreas de conservação eram planejadas com a supervisão dos técnicos que atuavam à frente desse órgão estatal, cabendo-lhes também a função de fiscais.

Com o objetivo de proteger diversas espécies de animais procedentes da fauna brasileira e de promover o repovoamento de áreas florestais e de outros nichos ecológicos, determinados imóveis de domínio público foram convertidos em parques e reservas naturais. Em tais áreas, o Estado brasileiro investiu recursos na instalação de estações biológicas com a finalidade de desenvolver estudos ecológicos e etiológicos de animais silvestres. Segundo

Diegues (2008), essas políticas públicas de construção de parques e reservas ambientais no Brasil nos primeiros anos da década de 1930 receberam forte influência do modelo norte-americano de parques nacionais, cuja referência maior foi o de Yellowstone.

O Código de Caça e Pesca e a sua aplicabilidade frustraram as expectativas dos cientistas que haviam participado de todas as etapas que levaram à sua elaboração, ao constatarem a incoerência entre o que a lei previa e o seu pleno cumprimento. Tal situação fez com que essa geração de cientistas passasse a ver com certa desconfiança a postura do Estado que, naquelas circunstâncias, parecia ignorar os imperativos da ciência e o compromisso assumido com a conservação do mundo natural e o manejo racional dos seus recursos. Segundo Duarte (2010), a matança e a comercialização de animais silvestres no Brasil ganharam novo fôlego na Era Vargas, mesmo com as restrições impostas pelo Código de Caça e Pesca e outras medidas que tinham o mesmo objetivo, e que estavam em curso naquele momento, promovidas por outros órgãos de fiscalização. Para essa autora, esse processo estava inextricavelmente associado à expansão da venda de armas de fogo e ao comércio da moda. Ambos tinham sua base de sustentação na caça de animais selvagens, pois ofereciam aos investidores capitalistas que atuavam neste ramo comercial um campo de possibilidades para ampliar cada vez mais seus rendimentos, os quais eram garantidos com o apoio de uma complexa rede de agentes sociais.

As atividades de caça e pesca para fins comerciais que ocorreram no centro-oeste amazônico, ao longo do século XX, provocaram um colapso populacional sem precedentes de algumas espécies da fauna nativa. Segundo Antunes et al. (2016), a expansão do comércio de peles e couros na Amazônia e a crescente relação de dependência que se estabeleceu entre essa atividade econômica e determinados setores industriais que careciam deste componente primário largamente utilizado na base de produção de outros itens acabaram levando ao surgimento de um cenário preocupante de florestas e rios vazios, fenômeno resultante do processo de defaunação. A Amazônia brasileira, nesse contexto, afirma-se como o principal mercado fornecedor de peles e couros em âmbito internacional, tendo como principais aliados comerciais os EUA e alguns países da Europa. No ranking das exportações, os tipos de couro de maior preferência do mercado consumidor eram o das ariranhas, das lontras neotropicais, dos manatis (peixe-boi-da-Amazônia) e de caimãs pretos (jacarés-açus). Em relação aos mamíferos provenientes de habitats terrestres, a indústria da moda investiu na aquisição em larga escala de peles de onças-pintadas, capivaras, veados-mateiros, cervos, queixadas de colarinho e queixadas de língua branca. Veja abaixo o gráfico elaborado pelos autores, apresentando dados estatísticos relevantes que nos permitem entender a magnitude dos

impactos causados às populações faunísticas pela caça comercial na Amazônia.

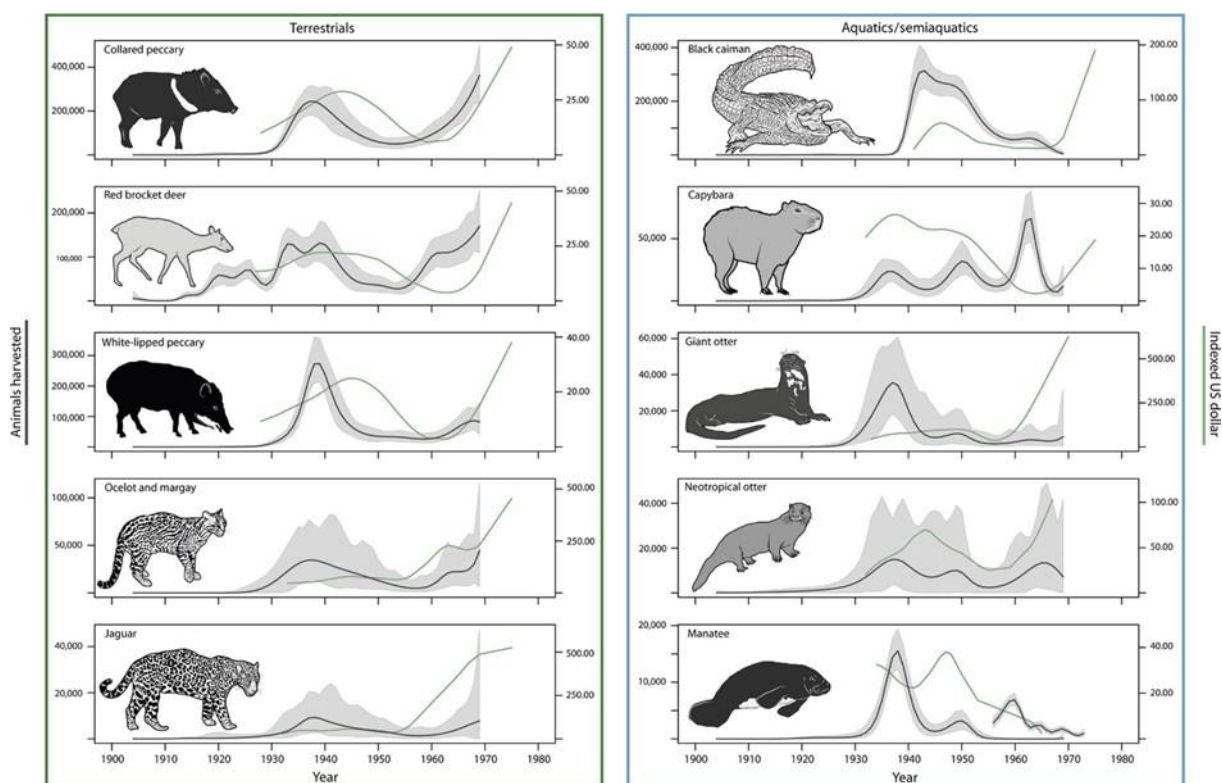


Figura 35. Exploração anual e preços médios das dez principais espécies de animais terrestres, aquáticos e semiaquáticos provenientes da Amazônia Centro-Oeste brasileira, caçados entre 1904 e 1969, para atender a demanda do comércio internacional de peles e couros. Sendo as exportadas internacionalmente (linha preta), o intervalo de confiança (regiões cinza) e o preço do couro convertido em dólares americanos indexados aos preços de 2015 (linha verde). Fonte: Antunes et. al. (2016).

Outro fator apontado pelos autores que teria desencadeado o aumento exponencial da caça de animais silvestres na fronteira amazônica foi o colapso da economia da borracha. A perda da hegemonia comercial do látex proveniente dos seringais amazônicos causou um impacto significativo no modo de vida das populações locais, que haviam se tornados extremamente dependentes da economia extrativista e dela fizeram sua principal fonte de renda durante décadas. Para esses autores, os efeitos decorrentes da crise levaram ex-seringueiros a se ocuparem da caça comercial, garantindo-lhes sustento e meios de auferir lucros com a venda de peles e couros das espécies mais cobiçadas no mercado internacional.

O assunto em questão foi bastante analisado por McNeill e Engelke (2016). Na discussão proposta por ambos os autores, o uso abusivo e imprevidente dos recursos da natureza pelas sociedades humanas ao longo do século XX foi o resultado dos efeitos gerados pela Grande Aceleração no planeta. Foi argumentado ainda que as profundas alterações causadas pela intervenção humana na natureza assinalaram o início de uma nova era

geológica, o qual foi denominada de Antropoceno. A questão foi analisada sob quatro enfoques: energia e população; clima e diversidade biológica; cidades e economia; Guerra Fria e cultura ambiental. Foram levados em consideração nessa análise os impactos ambientais em larga escala, segundo o qual passaram a ocorrer a partir de meados da década de 1950. O recorte de tempo definido para a presente pesquisa é anterior ao início da Grande Aceleração, mas

É importante esclarecer ao leitor que a magnitude dos impactos decorrentes da caça de subsistência era inquestionavelmente bem inferior comparada aos que eram causados à fauna nativa através da caça comercial. O exemplo mais conhecido de impacto da caça comercial sobre a fauna amazônica é o do peixe-boi. Já em 1943, a espécie foi considerada extinta no estado do Pará em decorrência da caça comercial não-regulamentada, como se pode observar no ofício transcrito abaixo, enviado pelo diretor do MPEG, Carlos Estêvão de Oliveira, a Laurentino Gomes da Silva, agente do Serviço de Economia Rural do Pará:

Respondendo a vosso of. n.º. 226, de 21 de julho ultimo, relativo a exploração do Peixe-boi, tenho a dizer-vos que neste Estado já não ha exploração daquele mamífero. A especie, economicamente falando, pode ser considerada extinta. Só muito raramente é capturado um exemplar. Assim, se fosse possível, bom seria a proibição completa da “pesca” do Peixe-boi neste Estado.

Em relação ao peixe-boi nativo da região amazônica, quais fatores teriam levado à superexploração, a ponto de provocar o seu declínio populacional? Por que os órgãos de fiscalização criados nos anos iniciais do governo Vargas não tomaram as providências cabíveis para impedir a exploração comercial do peixe-boi, sabendo que a espécie já era altamente vulnerável à extinção? Qual era a função de um museu de história natural nas políticas de gestão da natureza? Essas são algumas das perguntas que eu procurarei responder preliminarmente.

De acordo com Vera Maria Ferreira da Silva (2022), bióloga e pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o couro deste mamífero aquático teve uma importância estratégica para alguns setores industriais norte-americanos após a interrupção do fornecimento de látex proveniente dos seringais malaios. Devido à alta resistência e durabilidade, o couro do peixe-boi passou a ser amplamente utilizado na fabricação de correias para diversos tipos de maquinários, teares e outros implementos industriais. O estudo de Antunes *et al.* (2016) estima que, entre 1938 e 1942, cerca de 16.000 peixes-boi tenham sido abatidos. Os efeitos ecológicos resultantes dessa modalidade de caça se prolongaram por décadas. Paralelamente a isso, o comércio de carne e de gordura passou a ser uma prática bastante generalizada nas regiões interioranas do Pará e do Amazonas, o que também contribuiu para a rarefação deste animal

em seu habitat natural.

Essas informações revelam, por outro lado, que as políticas públicas de defesa e salvaguarda da fauna silvestre acabaram sendo suplantadas pelas políticas desenvolvimentistas. Longe de reprimir a exploração clandestina e abusiva de animais provenientes de habitats terrestres, aquáticos e subaquáticos amazônicos, o governo varguista acabou contribuindo para que essa prática se ampliasse. Em fins da década de 1930, por exemplo, aproximadamente 650.000 animais passaram a ser abatidos anualmente na Amazônia Centro-Oeste brasileira com a finalidade de atender à crescente demanda do mercado consumidor, sobretudo depois que a Segunda Guerra Mundial eclodiu na Europa. A exportação de fardos de peles e couros curtidos para os EUA e alguns países europeus garantiu recursos ao Estado com as taxas alfandegárias.

No filme “No Paiz das Amazonas” (1922), de autoria do cineasta português Silvino Santos, a matança de peixes-boi e de pirarucus para fins comerciais aparece como uma prática bastante comum na bacia amazônica. Os registros visuais são exibidos em forma de documentário mudo, divididos por blocos temáticos, e retratam, entre outros assuntos, o perfil estético da cidade de Manaus e as suas principais atividades econômicas, sustentadas basicamente pelo extrativismo animal e vegetal. A obra cinematográfica produzida por Santos teve repercussão positiva no Rio de Janeiro, então capital federal do país, durante a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, que ocorreu entre 1922 e 1923.

Em relação ao extrativismo animal, o cineasta português, no bloco temático “As pescas”, apresenta as técnicas e os instrumentos de caça utilizados por ribeirinhos e pescadores para a captura do peixe-boi e do pirarucu. Os registros visuais apresentados no documentário mostram que a caça de ambos era realizada de forma semelhante. Por se tratar de animais aquáticos de grande porte, o caçador fazia uso de longos arpões e de outros recursos apropriados. No caso do peixe-boi, depois que um espécimen era abatido, a grossa pele que o revestia era cuidadosamente removida e logo em seguida passava por um processo rudimentar de curtimento artesanal, transformando-a em couro. A carne era preparada na fritura e era posteriormente conservada na própria banha do animal. Com relação ao pirarucu, o esfolamento era realizado na forma de mantas. Logo em seguida, a peça era lavada na beira dos rios e, por fim, estendida para a secagem. Para a conservação da carne deste peixe amazônico, assim como a de outras espécies, o sal era considerado um item indispensável, conforme se pode constatar na película.

Com o triunfo da Revolução de 1930 e a ascensão do chefe político Getúlio Vargas ao

poder, a caça comercial de animais silvestres ganha novo fôlego. Mesmo após a criação de vários órgãos de fiscalização de caça e pesca, o conjunto de medidas instituído por cada uma delas com vista à defesa da natureza se mostrou ineficaz. Ao invés de estabelecer um controle mais rígido da exploração clandestina e abusiva da natureza, as leis ambientais que haviam sido promulgadas neste período foram consideradas “letra-morta”. Se havia alguma pretensão de que elas ajudariam a reprimir a caça ilegal no território brasileiro no intuito de salvaguardar a fauna e a flora, os resultados foram frustrantes, sobretudo para os cientistas cariocas que haviam contribuído intelectualmente para a sua elaboração.

3.1 O MPEG e as políticas de controle e regulamentação da exploração de peixes ornamentais na Amazônia paraense.

No Pará, entre os anos 1930 e 1935, algumas providências foram tomadas pela alta burocracia estatal para regulamentar a exploração comercial de animais vivos. Essas ações estavam em consonância com a política nacionalista do novo governo republicano, e parte delas foram assimiladas pelo interventor Magalhães Barata.

A proposta do Governo Provisório, personificado na figura do chefe político Getúlio Vargas, almejava garantir a integridade do patrimônio faunístico e florístico brasileiro. Como se tratava de projeto de âmbito federal, tais propostas também foram seguidas e implementadas pelos interventores estaduais em suas respectivas jurisdições. Em virtude de alguns fatores regionais, esse processo não se verificou de forma homogênea em todo o território nacional. Portanto, para uma melhor compreensão do processo de patrimonialização de bens públicos naturais faz-se necessário levar em consideração nessa reflexão algumas particularidades, a saber: as espécies de animais que eram de maior preferência do mercado consumidor, a dimensão territorial do estado e a sua realidade socioeconômica.

No caso do estado do Pará, a exploração econômica de animais vivos provenientes da fauna amazônica passou a ser regulamentada pelo Estado. Só no ano de 1933, a interventoria estadual, valendo-se das suas atribuições, baixou os decretos n. 957 e 009. Ambos outorgavam ao MPEG exclusividade na exploração de peixes para aquários. Essas ações foram implementadas mediante a colaboração da própria instituição, as municipalidades e as delegacias territoriais do estado.

Dois fatores justificam esse conjunto de iniciativas. O primeiro fator diz respeito a crescente demanda do mercado de aquarismo por peixes ornamentais provenientes da região amazônica. A demanda desse setor econômico era suprida através de uma rede de coletores que

operava em diferentes pontos da região amazônica. O segundo fator é resultante do primeiro e se refere aos lucros que estavam sendo gerados pela atividade comercial em si.

Retornando ao assunto, é preciso esclarecer ao leitor que os decretos interventoriais aqui mencionados não produziram, em seus primeiros anos de existência, resultados imediatos. Isso se deve, em grande medida, à resistência e às diversas estratégias criadas por grupos sociais que também se beneficiavam dessa atividade econômica para burlar o serviço de fiscalização, que não era realizado de forma abrangente e regular no território paraense.

Esse conjunto de medidas, segundo CEO, apresentou inicialmente “resultados científicos, econômicos e financeiros, bastante apreciáveis”.¹⁴⁹ No aspecto científico, por exemplo, a ictiofauna amazônica se tornou objeto de análise do MPEG e do Museu Nacional, estabelecendo-se entre ambas as instituições inédito intercâmbio científico. Como resultado desse projeto interinstitucional, foram descritas por Alípio Miranda de Ribeiro, zoólogo e ictiólogo do MN, cinco novas espécies de peixes de ornamentação. Devido a insuficiência de mais informações, não foi possível identificar quais eram essas cinco novas espécies.

No que diz respeito ao aspecto econômico, a exploração comercial de peixes pelo MPEG também ampliou a capacidade arrecadatória do fisco estadual do Pará. Entre 1933 e 1935, a instituição conseguiu produzir para o estado uma renda no valor de 129:295\$900 (cento e vinte e nove contos, duzentos e noventa e cinco mil, e novecentos réis). Parte desses recursos foi usada por Carlos Estêvão, com a autorização do interventor José Malcher, para cobrir inúmeras despesas do MPEG. É importante lembrar, ainda, que, além desta renda, a fazenda estadual arrecadou impostos com a taxa de exportação cobrada pelos peixes embarcados.¹⁵⁰

Com o crescente interesse do mercado de aquarismo por peixes nativos da bacia amazônica, a situação financeira do MPEG, entre 1933 e 1936, apresentou novo saldo positivo. Foi nesse período que a instituição estabeleceu inédito intercâmbio comercial com a Aquário Rio, Paramount Aquarium, Amazônia Inc., New York Aquarium. Entretanto, nem todas mantiveram relações comerciais estáveis com o MPEG, com exceção apenas das duas primeiras. É importante enfatizar que esse processo está intimamente associado a agência de uma rede de negociantes e coletores estrangeiros que prestaram serviço ao MPEG. Chamo a atenção do leitor para esse assunto porque esses agentes sociais desempenharam uma função estratégica para o desenvolvimento e manutenção do mercado internacional de aquarismo. Em

¹⁴⁹ Ofício enviado por CEO ao governador José Malcher. Belém, 28 de agosto de 1935, ofício n. 225. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹⁵⁰ Idem.

minha análise, esses sujeitos foram o principal elo de ligação entre o MPEG e as empresas de aquarismo.

Para um melhor entendimento dessa dinâmica comercial envolvendo humanos e não-humanos, falarei da atuação de Dieter Hory e de Carlos Grien. O primeiro representava os interesses da Paramount Aquarium e o segundo da Aquário Rio. Contudo, isso não constituiu impedimento para que ambos pudessem realizar trabalhos sazonais em parceria com instituições públicas e outras empresas que atuavam nesse ramo comercial. Observe nas Tabelas 13 e 14, as remessas de peixes ornamentais que a Paramount Aquarium e a Aquário Rio adquiriram do MPEG por intermédio de Grien e Hory tomando por base os anos 1935 e 1936.

Tabela 17. Exportação de peixes vivos realizada por Carlos Grien em 1935.

Agenciador	Ano	Quantidade de exemplares	Vapor	Destino	Empresa	Fonte
Carlos Grien	1933	15.333	Bonheur, Benedict	New York	Não identificado	Ofícios n. 221 e 315
Carlos Grien	1934	67.900	Brasil, Benedict, Policarp.	New York	Não identificado	Ofícios n. 28, 164, 311, 312, 366 e 450.
Carlos Grien	1935	71.081	Aidan, Benedict, Dustan e Boniface	New York	Paramount Aquarium	Ofícios n. 95, 207, 213, 355 e 583.
Carlos Grien	1935	12.000	Benedict	New York	Não identificado	Ofício n. 41.

Tabela 18. Exportação de peixes vivos realizada por Dieter Hory entre 1935 e 1936.

Agenciador	Ano	Quantidade de exemplares	Vapor	Destino	Empresa	Fonte
Dieter Hory	1935	28.159	Clement	New York	Paramount Aquarium	Ofícios n. 307, 311, 268, 308 e 253.
Dieter Hory	1936	131.581	Clement, Dustan e Benedict	New York	Paramount Aquarium	Ofícios n. 22, 33, 38, 44, 94, 154, 248, 249, 311, 312, 393, 404, 441, 510, 512 e 528.
Dieter Hory	1935	1.984	Santos	Rio de Janeiro	Aquário Rio	Ofícios n. 220, 222, 223, 315, 316, 317 e 319.

Dieter Hory	1936	6.077	Itapagé	Rio de Janeiro	Aquário Rio	Offícios n. 349 e 365.
-------------	------	-------	---------	----------------	-------------	------------------------

Comparando os dados apresentados nas duas tabelas acima, é possível constatar que o índice de exportação de peixes vivos para os New York era muito superior ao que havia sido destinado ao Rio de Janeiro nesse período. Embora não houvesse nenhum contrato de exclusividade no fornecimento de peixes amazônicos, o MPEG deu prioridade para a demanda da Paramount Aquarium. Como Dieter Hory fazia aquisição de quase todo o estoque de peixes do MPEG para essa empresa, os representantes da Aquário Rio, através de um telegrama, apresentaram o seguinte protesto:

Hory exige dirigir nossos pedidos de peixes paraense a firma estrangeira Paramount stop protestamos energicamente contra esse absurdo pedimos telegraphar urgente nomes peixes stock stop mandamos transportador ahi Aquario Rio.¹⁵¹

Observem que o protesto manifestado pelos representantes da empresa brasileira no telegrama não foi direcionado ao MPEG, mas sim a Dieter Hory. No entanto, como a reclamação também afetava a credibilidade da instituição no mercado de aquarismo, CEO escreveu uma carta, a 28 de setembro de 1938, em resposta a essas insatisfações:

Illres. Snrs. Representantes da Aquário Rio
Acuso recebido o telegrama por V.V.S.Sas. endereçado anteontem ao Instituto que dirijo. Antes de tudo, devo dizer que não reconheço nesta firma [Aquário Rio] autoridade para protestar contra atos praticados por auxiliares deste Museu, pois, só a mim cabe esse direito. [...] Todavia, como esclarecimento tenho a informar que em virtude da proposta feita pela firma Paramount, fechei com esta o “stock” de peixes de ornamentação que o Museu possui neste momento. Daí, a informação do Sr. Hory. Quanto ao facto de ser aquela firma estrangeira ou não, é cousa que não entra em minhas cogitações. [...] Assim, o que me preocupa é saber se o negócio que realizo é do interesse do Museu.¹⁵²

Poucos dias depois, CEO foi notificado novamente pela Aquário Rio. Nesta nova epístola, os agentes comerciais esclareceram que o protesto manifestado por eles no telegrama, de 27 de setembro de 1938, havia sido direcionado ao “funcionario da Paramount e não do

¹⁵¹ Telegrama enviado pelos representantes da Aquário Rio ao MPEG. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1938. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

¹⁵² Carta enviada por Carlos Estêvão aos representantes da Aquário Rio. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

Museu”.¹⁵³ Além disso, sabiam “que o actual stock foi vendido e que no momento não há peixes disponíveis”, no entanto, foram informados por Hory que o MPEG atenderia, doravante, apenas a demanda da Paramount. Segundo o documento, esse foi o principal fator que levou a Aquário Rio a protestar contra as ambições da sua concorrente, que buscava conferir a si o direito exclusivo de adquirir peixes ornamentais provenientes da região amazônica. Receando a perda do fornecimento de “peixes amazonenses”, a empresa carioca também propôs ao MPEG um acordo de exclusividade na venda, pois estava em suas ambições expandir o negócio para o restante do Brasil, e também para países vizinhos, que com este fazia fronteira, como Uruguai e Argentina.¹⁵⁴ Veremos no item 3.3 que os interesses da Paramount Aquarium se sobrepuseram aos da Aquário Rio.

Conforme mencionado anteriormente, o MPEG também estabeleceu relações comerciais com outras empresas e particulares norte-americanos envolvidos com o comércio de peixes ornamentais (ver Tabela 15). É importante esclarecer ao leitor que as vendas realizadas pelo MPEG para essa clientela – alguns dos quais não foi possível identificar o nome jurídico – se verificaram no mesmo período que a instituição estava fornecendo grandes remessas de exemplares amazônicos as empresas Paramount Aquarium e a Aquário Rio. Veja na tabela abaixo o quantitativo de exemplares vendidos pelo MPEG ao mercado norte-americano entre 1935 e 1936.

Tabela 19. Dados sobre a exportação de peixes amazônicos para New York e Califórnia.

Comprador	Ano	Quantidade de Exemplares	Vapor	Destino	Fonte
Empresa ou particular não identificado	1932	4.000	Anatolia	Alemanha (Hamburgo)	Ofício n. 400.
Werner Hopp	1933	4.805	Anatolia, Aegina	Alemanha (Hamburgo)	Ofício n. 29, 109, 110, 184, 234, 285, 361
Empresa ou particular não identificado	1935	20	Askania	EUA (New York)	Ofícios n. 267.
Sr. Ehlers	1936	383	West Nilus	EUA (Califórnia)	Não identificado

¹⁵³ Carta enviada pelos representantes da Aquário Rio ao diretor do MPEG. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1938. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

¹⁵⁴ Idem.

Empresa ou particular não identificado	1936	8.000	Clement	EUA (New York)	Ofício n. 95
Empresa ou particular não identificado	1936	4.500	Cape Sable	EUA (New York)	Não identificado
Amazonia Inc.	1936	33.200	Clement, Boniface, Telamon	EUA (New York)	Ofício n. 157, 247, 313 e 509.

Entre as empresas de aquarismo listadas acima, a que mais fez a aquisição de peixes amazônicos foi a Amazônia Inc. Em apenas um ano, a referida empresa comprou 33.200 espécimes de exemplares, quantitativo esse muito superior ao que foi adquirido pelas empresas concorrentes juntas. Com base nas Tabelas 13, 14 e 15, os dados também sugerem que New York havia se tornado o epicentro de compra e venda de peixes ornamentais advindos da bacia amazônica. Nas Figuras 36 e 37, apresento algumas das espécies mais comercializadas pelo MPEG em meados da década de 1930.



Figura 36. Da direita para a esquerda, a começar das fotos acima, temos um exemplar de *Apistogramma cacatuoides*, *Metynnis argentus*, *Metynnis schreitmulleri*, *Crenuchus Spilurus* (tetra vela), *Pyrrhulina natterri*, *Leporinus fasciatus*, *Hemigrammus rhodostomus*, *Hyphessobrycon roseatus*, *Chalcis macrolepidus*, *Exodon paradoxum*, *Micropoecilia branneri*.

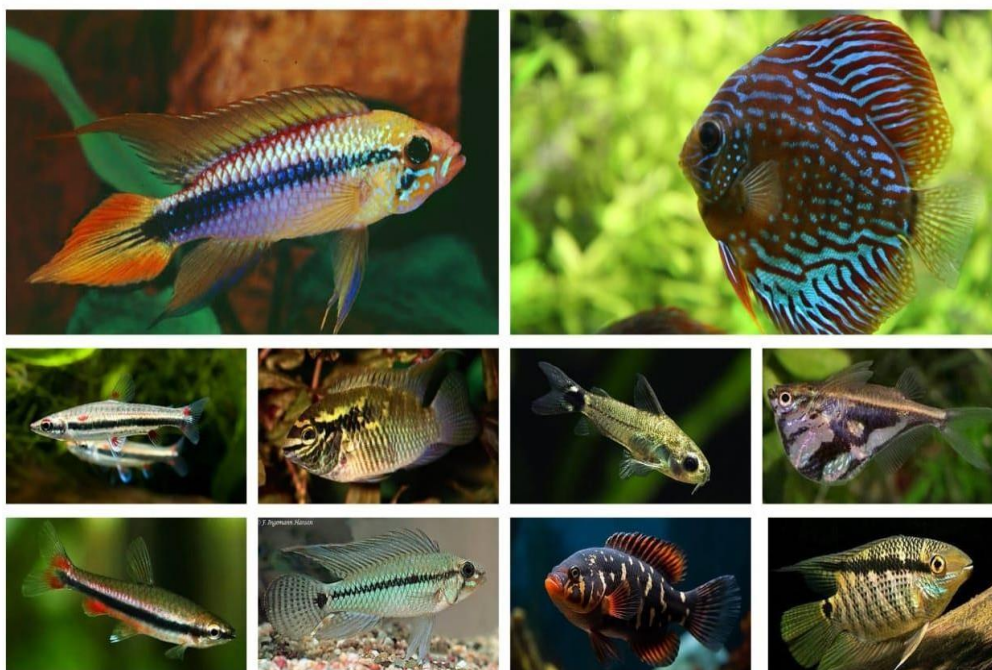


Figura 37. Da direita para a esquerda, a começar das fotos que estão na parte superior, vemos *Apistogramma agassizi*, *Acará coryphenoides*, *Nonnostomus marginatus*, *Acará tahyeri*, *Corydoras hastatus*, *Carnegiella strigata*, *Nannostomus beckfordi*, *Apistogramma pertensis*, *Astronotus ocellatus*, *Mesonauta festivus*

Não podemos deixar de ressaltar ainda o papel dos coletores incumbidos de fazer o serviço de coleta para o MPEG na condição de auxiliares. Embora invisibilizados na historiografia, esses agentes sociais contribuíram decisivamente para o desenvolvimento e manutenção do mercado de aquarismo. Esse grupo relativamente coeso era formado por Pedro Bezerra, Miguel Paulino, Arthur Gomes dos Santos, Manoel Prata, Antônio Ramos dos Santos, Augusto Ribeiro Mendes, Deoclides Almeida, Manoel Prata, Augusto Wegner, Augusto Zagratzabri, Siegfried Loefflat, Werner Hopp, Carlos e Hans Grien, Dieter Hory, Arthur Reinbrecht, Hubert E. Broohes, Miguel Roginski, August Rabout além dos padres Clement e Marcos Lchalmeier.¹⁵⁵ Os trabalhos na qual estavam encarregados de executar teve como foco os seguintes municípios e delegacias territoriais: Igarapé-Assu, Peixe-Boi, Cachoeira do Arari, Soure, Alenquer, Mosqueiro, Castanhal, Apeú, Capanema, Santarém, Breves, Óbidos, Tracuateua, Altamira, Porto de Moz e Oriximiná.¹⁵⁶

¹⁵⁵ Belém, 5 de dez. de 1933, ofício n. 474. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹⁵⁶ Essas informações foram extraídas dos seguintes ofícios: n. 372, de 24 de nov. de 1932; n. 394, de 9 de dez. de 1932; n. 409, de 22 de dez. de 1932; n. 422, de 30 de dez. de 1932; n. 9, em 5 jan. de 1933; n. 20, em 18 de jan. de 1933; n. 36, em 2 fev. de 1933; n. 53, em 15 de fev. de 1933; n. 81, em 27 de fev. de 1933; n. 95, em 7 de mar. de 1933; n. 123, de 27 de mar. de 1933; n. 129, de 3 abr. de 1933; n. 151, de 17 de abr. de 1933; n. 160, de 24 de abr.

Cabe ressaltar que nesse período o interventor Magalhães Barata havia estabelecido uma nova organização municipal. Assim, os municípios de Ponta de Pedras e Cachoeira se tornaram distritos do município de Arari, o de Mocajuba ao de Baião, o de Acará ao de Belém, o de Bagre ao de Currealinho, o de Marapanim ao de Curuçá, o de Porto de Moz ao de Gurupá, o de Mojú ao de Igarapé-Miri, o de Mazagão ao de Macapá, o de Salinas ao de Maracanã, o de Prainha ao de Monte Alegre, o de Melgaço ao de Portel, o de Irituia ao de São Miguel do Guamá, o de São Caetano de Odivelas ao de Vigia. Essa é a relação dos municípios que deixaram de ter vida autônoma dada a insuficiência orçamentária que possuíam, conforme determinação do executivo estadual.

Em relação aos municípios com renda superior, estas continuaram a ter autonomia administrativa e alcançaram o status de sede municipal. Segue a lista das municipalidades mantidas: Abaeté, Afuá, Almeirim, Alenquer, Altamira, Aveiro, Arari, Baião, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Chaves, Currealinho, Curuçá, Gurupá, Igarapé-Mirim, Igarapé-Assú, Macapá, Maracanã, Marabá, Muaná, Monte Alegre, Óbidos, Ourém, Portel, Quatipuru, São Domingos da Boa Vista, São Miguel do Guamá, Santarém, Soure e Vigia.

Embora esses dados façam referência a nova organização administrativa das municipalidades em todo o território paraense, elas nos ajudam a compreender o cenário que o MPEG estava inserido, os locais por onde circularam as expedições de coleta e os animais capturados e também o papel dos prefeitos e delegados territoriais.

Para facilitar o deslocamento das expedições encarregadas de fazer o trabalho de coleta nas regiões interioranas do estado, o interventor Magalhães Barata, a pedido de CEO, concedeu licenças permanentes. Ela dava autorização para fazer viagens e despachar peixes vivos além de outros animais para o MPEG sem qualquer custo. A frequência das expedições variava bastante a cada ano. Por exemplo, em 1932, 1933 e 1934 foi registrado 4, 33 e 15 incursões,

de 1933; n. 168, de 29 de abr. de 1933; n. 181, de 8 de mai. de 1933; n. 192, de 20 de mai. de 1933; n. 200, de 30 de mai. de 1933; n. 204, de 31 de maio de 1933; n. 228, de 19 jun. de 1933; n. 235, de 27 de jun. de 1933; n. 237, de 28 de jun. de 1933; n. 248, de 6 jul. de 1933; n. 250, em 6 de jul. 1933; n. 274, em 26 de jul. de 1933; n. 281, em 1 de ago. de 1933; n. 282, em 1 de ago. de 1933; n. 316, em 16 de ago. de 1933; n. 327, em 31 de ago. de 1933; n. 337, em 4 de set. de 1933; n. 338, em 4 de set. de 1933; n. 405, em 27 de out. de 1933; n. 406, em 27 de out. de 1933; n. 411, em 30 de out. de 1933; n. 443, em 17 de nov. de 1933; n. 462, em 1 de dez. de 1933; n. 474, de 5 de dez. de 1933; n. 17, em 11 de jan. de 1934; n. 18, em 13 de jan. de 1934; n. 28, em 16 de jan. de 1934; n. 118, em 20 de mar. de 1934; n. 154, em 19 de abr. de 1934; n. 233, em 20 de jun. de 1934; n. 279, em 20 de jul. de 1934; n. 280, em 20 de jul. de 1934; n. 283, em 24 de jul. de 1934; n. 342, em 3 de set. de 1934; n. 364, em 21 de set. de 1934; n. 372, em 28 de set. de 1934; n. 380, em 5 de out. de 1934; 395, em 19 de out. de 1934; n. 416, em 3 de nov. de 1934; n. 19, 15 de jan. de 1935. . Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

respectivamente. Segundo as fontes documentais, Igarapé-Açu, Peixe-Boi e Altamira estão entre os municípios mais explorados pelos coletores de peixes.¹⁵⁷

A licença de embarque também foi apropriada para atender outros objetivos.¹⁵⁸ Isso culminou com o rompimento do MPEG e com alguns coletores. Em 1937, por exemplo, CEO levou ao conhecimento do Serviço de Caça e Pesca que “diversos estrangeiros, estavam exportando “peixes do nosso paiz para a Europa e a América do Norte, de modo clandestino”. Entre os infratores estavam Hans Pietsch, August Rabout, Miguel Roginski e os irmãos Carlos e Hans Grien. Segundo CEO, Pietsch era considerado o mais audaz entre eles, pois havia chegado ao ponto de quase “agredir o encarregado da Secção de Peixes do Museu”¹⁵⁹ por tê-lo impedido de exportar alguns exemplares.

Em fevereiro de 1938, o Serviço de Caça e Pesca foi alertada novamente pela diretoria do MPEG sobre as atividades de Rabout, Roginski e de Carlos e Hans Grien no vale amazônico. Segundo informes, Rabout, assim como os irmãos Grien, desenvolviam, há alguns anos, atividades pesqueiras em águas amazonenses, “agindo sempre de modo a prejudicar, não só a nossa sciencia, propriamente, pois conduz os peixes para a América e a Europa” sem qualquer controle na sua exploração, mas, também, para “a nossa economia e bom nome de nossas Instituições”.¹⁶⁰ Roginski, conforme informações do próprio Serviço de Caça e Pesca, já era conhecido por fraudar a legislação e burlar o serviço de fiscalização brasileiro.

Para burlar o sistema de fiscalização e o pagamento de algumas taxas alfandegárias, tais grupos, primeiramente faziam a coleta de grande quantidade de peixes ornamentais e em seguida os despacham “para qualquer porto peruano”. Lá eram embarcados e depois seguíam “em transito para o estrangeiro”, sem levantar suspeitas. Na avaliação do denunciante, “todas as exigências legais, inclusive despachos e pagamentos de impostos”, eram rigorosamente cumpridos pelo MPEG, ao contrário dos agenciadores.

Com base nas informações acima, observa-se que os agenciadores criaram um negócio paralelo. Desse modo, esses agentes sociais conseguiam agir entre a fronteira da legalidade e da ilegalidade. Esse fato é digno de nota porque revelam os caminhos e os descaminhos

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Esses dados aparecem nos seguintes ofícios: n. 109, 16 de mar. de 1933; n. 17, em 11 de jan. de 1934. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Carta enviada por Carlos Estêvão, ao diretor do Serviço de Caça e Pesca, Ascânio Farias, alertando-o sobre as atividades clandestinas que estavam sendo fomentadas por negociantes estrangeiros sem a autorização do governo brasileiro. Belém, 25 de nov. de 1938, p. 1-2. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

engendrados pelos diversos agentes sociais envolvidos.

Por mais contraditório que possa parecer, Carlos Estêvão não visava coibir a coleta indiscriminada nem o comércio internacional de peixes ornamentais, e sim garantir ao MPEG a exclusividade nesse comércio, sob o argumento de que somente essa instituição poderia explorar “racionalmente” esse recurso, sem sobrepesca ou superexploração. Os decretos interventoriais lavrados por Barata em 1933 conferiam-lhe esse monopólio. Carlos Estêvão, em seus ofícios e relatórios administrativos, fazia constante referência a esse dispositivo para se respaldar da interferência dos órgãos federais que faziam o serviço de fiscalização em todo o território nacional.

Com a cisão do Partido Liberal e a derrota de Magalhães Barata em 1934, Carlos Estêvão, talvez receando a perda de alguns privilégios que haviam sido garantidos ao MPEG, argumentou, em uma de suas epístolas remetidas ao diretor do Serviço de Caça e Pesca, João Leopoldo Moreira da Rocha, como o monopólio do MPEG ajudava no controle da exploração de peixes ornamentais no estado do Pará. Ele argumentou que, “antes do controle, o comércio de peixes ornamentais era feito por pessoas inexperientes” no que se refere ao conhecimento dos peixes e, mais ainda, por não saberem como regular o preço de mercado. Em sua avaliação, era necessário que a oferta de exemplares vivos nunca fosse superior à procura, caso contrário, “a vulgarização do peixe pretendido torna-o desinteressante, ou seja indesejável”, podendo causar danos aos cofres públicos. Isso poderia ser comprovado “com a citação de diversas espécies que, sendo outrora, muito estimada, hoje estão inteiramente fora do mercado”. Segundo o missivista, “esse motivo, por si só, justifica plenamente todo o controle que, porventura, exista na exploração de peixes para aquários”.¹⁶¹

Com o avanço das políticas de fiscalização e controle na exploração da fauna amazônica, Carlos Estêvão encaminha mais uma epístola ao diretor do Serviço de Caça e Pesca, falando dos prejuízos que os jardins zoológicos, de uma forma geral, poderiam sofrer se as “pessoas que tem como profissão habitual o commercio de animais silvestres” ficarem impossibilitadas de atender as suas demandas. Para evitar um declínio populacional nos zoológicos, o missivista sugere ao destinatário que “aos parques, refúgios e reservas devidamente registrados” seja facultado o direito de ter à sua disposição uma rede de fornecedores de animais.¹⁶²

¹⁶¹ Nesta epístola, CEO fala do fornecimento de alguns exemplares de peixes ornamentais ao Serviço de Caça e Pesca a pedido de João Leopoldo Moreira Rocha, então diretor. Além deste assunto, também foi comentado pelo missivista os efeitos dos decretos baixados pelo interventor Magalhães Barata. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹⁶² Carta enviada por Carlos Estêvão ao diretor do Serviço de Caça e Pesca. s/d, p. 2. Museu Paraense Emílio

Como muitas das propostas de proteção da fauna e da flora brasileira foram assumidas pelo chefe do executivo federal, o Serviço de Caça e Pesca também exigiu que o MPEG fosse registrado como “parque de criação e piscicultura”. Na teoria, o novo status jurídico faria parecer que a instituição estava em perfeita sintonia com as políticas públicas voltadas à conservação da natureza, mas, na prática, as ações de Carlos Estêvão foram, em grande medida, diametralmente opostas a estas, com exceção apenas da piscicultura de corte. Sobre a piscicultura ornamental, é preciso esclarecer que o processo de reprodução em cativeiro se dava naturalmente, isto é, não envolveu o método da hipofisação. Esse tipo de procedimento ficou restrito apenas à reprodução assistida de peixes destinados ao consumo alimentar, de grande porte. Portanto, para satisfazer a crescente demanda do mercado de aquarismo, a instituição precisava fazer constantes capturas de exemplares em alguns municípios do Pará com o auxílio dos próprios funcionários e de uma rede de fornecimento formada por pescadores experientes.

Na Figura 32, observa-se nove tanques de concreto conjugados para abrigar peixes ornamentais. Para evitar a ação de predadores, foram instaladas telas de proteção sobre cada reservatório. Na parte superior, foi improvisada uma cobertura rústica com folhas de palmeiras amazônicas, com a finalidade de controlar a passagem de luz solar e consequentemente a temperatura do ambiente aquático.

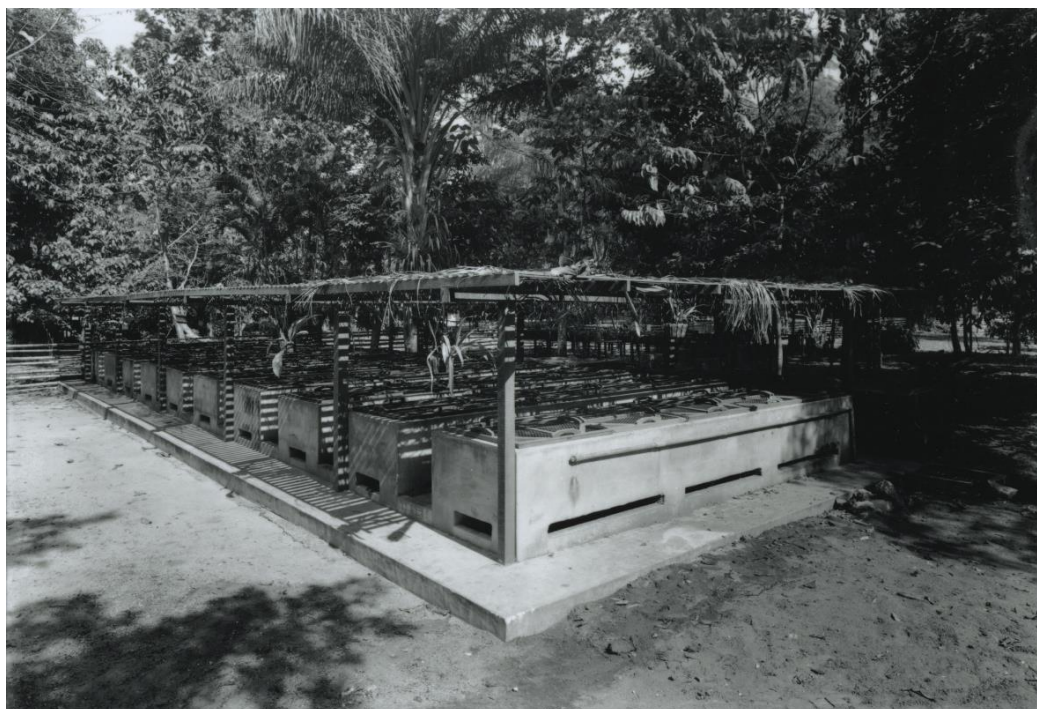


Figura 38. Tanques planejados para receber peixes ornamentais trazidos das regiões interioranas do estado. Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/Museu Paraense Emílio Goeldi. Negativo n. 176. Reprodução autorizada.

A construção de tanques de concreto no espaço museal também foi motivada porque, durante o inverno amazônico,¹⁶³ era mais difícil de fazer o trabalho de coleta de peixes vivos neste período do ano do que no verão. Essa iniciativa ajudou o MPEG a criar um estoque de peixes ornamentais em escala comercial mediante o auxílio de funcionários especializados e de pescadores artesanais que atuavam ocasionalmente. A pesca ornamental era realizada entre julho e novembro, época do ano convencionalmente chamada de verão amazônico.¹⁶⁴ Era neste período que os estoques do MPEG precisavam ser abastecidos a fim de que não houvesse a falta de peixes ao longo do inverno amazônico. Fica bem evidente aqui que o clima também exerceu grande influência na dinâmica do mercado de aquarismo.

O fato de o MPEG assumir o controle desta importante atividade comercial se tornou objeto de críticas da diretoria do Serviço de Caça e Pesca. Essa situação acabou desencadeando um tenso conflito de atribuições que acabou se prolongando ao longo do primeiro governo Vargas. Esse episódio da história institucional do MPEG, que ainda não foi discutido pela recente historiografia das ciências, será abordado de forma mais detalhada no próximo tópico.

3.2 Tensões entre o MPEG e o Serviço de Caça e Pesca

Em 3 de maio de 1939, o diretor do Serviço de Caça e Pesca, através de um ofício, informava Carlos Estêvão de Oliveira sobre a instalação do Posto de Fiscalização do Serviço de Caça da Amazônia e Nordeste na cidade de Belém.¹⁶⁵ Fazia parte da sua atribuição “pôr em execução as leis de caça e pesca e demais disposições pertinentes a essa matéria no território dos Estados”¹⁶⁶ incluídos em suas operações. Esse acontecimento trouxe um impacto bastante significativo na dinâmica comercial de animais vivos, com enfoque para a

¹⁶³ O inverno amazônico é um período do ano marcado por chuvas intensas, elevação do nível dos rios e redução da temperatura.

¹⁶⁴ O verão amazônico é caracterizado por períodos de seca, baixa no volume dos rios e calor extremo.

¹⁶⁵ Ascânio Farias, diretor do Serviço de Caça e Pesca, mediante ofício n. 453, informa CEO da instalação do Posto de Fiscalização de Caça e Pesca em Belém. Rio de Janeiro, 03 de maio de 1939. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

¹⁶⁶ Ascânio Farias, diretor do Serviço de Caça e Pesca, mediante ofício n. 453, informa CEO da instalação do Posto de Fiscalização de Caça e Pesca em Belém. Rio de Janeiro, 03 de maio de 1939. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

Amazônia paraense. Essas mudanças se tornaram objeto de críticas à época, pois elas contrariavam interesses locais, em particular os do MPEG que era uma das instituições públicas que mais se beneficiavam economicamente desta atividade e dela fez sua principal fonte de renda. Isso foi possível graças ao apoio político de Barata e de Malcher.

Cabe lembrar ao leitor que a sede do Serviço de Caça e Pesca estava localizada no Rio de Janeiro. O órgão federal era constituído à época por onze membros indicados pelo Ministro da Agricultura, na seguinte ordem: 1) Elzamann Magalhães como representante do Serviço de Caça e Pesca; 2) Oscar Ramos como representante dos pescadores; 3) Bernardo de Castro como representante dos caçadores; 4) representante dos armadores de embarcações de pesca (vacante); 5) Luiz Alves da Silva como representante dos industriais de conservas do pescado; 6) Frederico Villar como representante da Marinha de Guerra; 7) Alípio de Miranda Ribeiro como representante do Museu Nacional e 8) quatro membros de notória competência especializada, sendo ele: Sosthenes Barbosa, presidente da Confederação das Cooperativas de Pescadores do Brasil; Cezar Franco, desembargador e membro do Club de Caçadores de Juiz de Fora e Carlos Netto que representa a Cooperativa de Industrias de Pesca do Rio Grande do Sul.¹⁶⁷

Segundo o regulamento, para exercer o cargo de diretor do órgão, o candidato teria que ser um membro honorário do Conselho e ter sido escolhido por seus pares. Entre as décadas de 1930 e 1940, estiveram à frente da diretoria do Serviço de Caça e Pesca os seguintes membros honorários: João Leopoldo Moreira da Rocha, Henrique Lage, Ascânio Farias e Antônio Rodrigues de Almeida.

As políticas de controle e de regulamentação das atividades de caça e pesca no território nacional fomentadas pelo Serviço se restringiram inicialmente aos estados de “Minas Gerais, Mato Grosso e litoraneos do Espírito Santo até o Rio Grande do Sul”, conforme nos revela uma portaria, de n. 35, baixada pelo Serviço de Caça e Pesca em 1935.¹⁶⁸ Buscando evitar o colapso populacional da fauna brasileira, o Serviço interditou a caça de algumas espécies que estavam ameaçadas. Por exemplo, foi determinado neste ano a proibição da caça de alguns mamíferos, como: “cervo, anta, guará, lontra, macaco, preguiça, tamanduá e o caxinguelê”.¹⁶⁹ Também foi interdita a caça de algumas espécies de aves, como “garças, emas, jaburus,

¹⁶⁷ Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=183660&pesq=%22Servi%C3%A7o%20de%20Ca%C3%A7a%20e%20Pesca%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5094>.

¹⁶⁸ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Serviço de Caça e Pesca, do Departamento Nacional de Produção Animal. Portaria n. 35. Sobre a proibição e a permissão de caça de animais no período do defeso. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

¹⁶⁹ Idem.

quero-quero, pavão do matto, tucanos, araçaris, pica-paus, curiangos, andorinhões e todas outras aves do porte do bem-te-vi”.¹⁷⁰ Também foi proibida a caça do macuco e do jaó no do Distrito Federal e no Rio de Janeiro.

Neste ano, também foi estabelecido pelo Serviço de Caça e Pesca um período para a caça de algumas espécies de mamíferos e aves. O período definido pelas autoridades competentes iniciava em 14 de abril de 1935 e encerrava em 15 de setembro do mesmo ano. Durante esse período, os caçadores estariam autorizados a caçar os seguintes mamíferos: “veados, exceto o cervo (veado galheiro), porco do mato, capivara, paca, tatú, preá, coelho e mocó”.¹⁷¹ Referente as aves, também foi autorizada a caça das seguintes espécies de aves: “mutuns, jacutinga, jacús, macucos, inhambus, capoeiras, perdizes, codornas, pombas, patos, marrecos, narcejas, maçaricos, frangos d’água e saracuras”.¹⁷² Após esse período, a caça das espécies mencionadas seria suspensa por um prazo de tempo, a fim de garantir a sua reprodução e prevenir o seu desaparecimento na natureza.

Com a criação do Serviço de Caça e Pesca em 1934, a proposta de controle efetivo da caça passou a ter um caráter mais abrangente. No entanto, afirma Horta (2010), que as medidas levadas à efeito à época ficaram aquém do esperado. Isso foi sustentado pela autora porque as leis se mostraram ineficientes para desarticular toda a cadeia produtiva que havia se formado em torno do comércio de peles e couros no Brasil.

Dois fatores justificam a ineficiência do Código do Serviço de Caça e Pesca: a primeira diz respeito a pouca disponibilidade de recursos financeiros e a segunda ao baixo efetivo (Horta, 2010). A combinação de ambos constituiu um grande entrave para o exercício pleno do Serviço em um país de dimensões continentais como o Brasil onde a exploração comercial de animais silvestres também se conformou como prática sociocultural.

Nesse período, não foi só o comércio de peles e couros que havia crescido no país, o mercado de aquarismo também apresentou grande potencial econômico. O Pará, entre as décadas de 1930 e 1940, foi um dos estados brasileiros que mais se destacaram na exploração comercial de peixes ornamentais. Para regulamentar a pesca comercial da ictiofauna amazônica, o Estado promulgou a 24 de abril e a 3 de julho de 1933, os decretos n. 957 e 009. Ambos outorgavam ao MPEG o papel de órgão fiscalizador e gestor de alguns processos administrativos envolvendo aquilo que passou a ser entendido pelo imaginário social e político do governo interventor como patrimônio faunístico do Brasil.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Idem.

O interventor Magalhães Barata ambicionava com essas medidas “zelar pelas riquezas públicas” pelo fato de se tratar de uma “indústria de luxo”, cuja exploração estava “sendo feita indevidamente, e que por certo, virá prejudicar o Estado”.¹⁷³ Desse modo, Barata almejava salvaguardar os interesses do Estado, fazendo o controle “não só economico, como também científico” do patrimônio biológico brasileiro.¹⁷⁴

No segundo decreto há uma preocupação do interventor Magalhães Barata em intensificar as políticas de controle e gestão da ictiofauna amazônica em todo o território do estado do Pará, em particular das espécies que eram de interesse do mercado de aquarismo. Para implementá-la, Barata encarregou as municipalidades e as delegacias territoriais de “tornar mais eficiente o referido controle”, a fim de que “a faculdade de coletar peixes vivos para aquários ou reprodução em cativeiro” fosse assegurada exclusivamente ao MPEG.¹⁷⁵

A violação do decreto n. 009 implicava algumas punições. Por exemplo, consoante o artigo 2º, o pescador autuado no ato da infração, “além de perder os apetrechos destinados a pesca, que lhe serão apreendidos, sofrerá multa de 1:000\$000”.¹⁷⁶ Foi ratificado ainda que todo valor arrecadado com as multas seria reinvestido em favor do desenvolvimento do MPEG.

Acompanhando os desdobramentos da política de nacionalização e aproveitamento econômico da natureza levadas a efeito na interventoria de Magalhães Barata, constatei em minha análise que algumas delas não foram plenamente cumpridas, e aqui me refiro mais particularmente aos decretos mencionados anteriormente. Se de um lado elas conseguiram elevar o orçamento do MPEG, por outro, revelaram-se impotentes para assegurar-lhe o controle pleno do comércio de peixes para aquários. Essa asserção pode ser comprovada em uma epístola enviada por Carlos Estêvão ao diretor do Serviço de Caça e Pesca, Antônio Rodrigues de Almeida, no ano de 1937. Veja abaixo um trecho do conteúdo da carta:

“Escrevendo-lhe esta, não me dirijo apenas ao Diretor do Serviço de Caça e Pesca, mas, também, ao paraense, que, estou certo, não se recusará a emprestar-me todo o seu precioso valimento no sentido de evitar que indivíduos verdadeiramente indesejáveis pelo modo desonesto com que agem, possam prejudicar este Estabelecimento [o MPEG], aniquilando o negocio de peixes ornamentais, por este instituto em favor da economia e da sciencia”.¹⁷⁷

¹⁷³ Decreto n. 957, 27 de abril de 1933. Sobre a regulamentação do comércio de peixes ornamentais no estado do Pará. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Decreto n. 009, de 3 de julho de 1933. Dispõe sobre a coleta de peixes vivos para aquários ou reprodução em cativeiro. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Carta enviada por Carlos Estêvão ao diretor do Serviço de Caça e Pesca. Belém, 3 de setembro de 1937. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão

Podemos identificar no fragmento textual transcrito acima que a carta havia sido endereçada a um alto funcionário público federal, nascido no estado do Pará. Ao enfatizar essa particularidade em seu escrito, Carlos Estêvão ansiava que os direitos outorgados ao MPEG por Magalhães Barata não fossem mais desrespeitados e o apoio do Serviço de Caça e Pesca era de fundamental importância para ele naquele momento. Em seus planos, um regime de cooperação interinstitucional envolvendo a esfera federal, estadual e municipal, ajudariam a tornar mais eficiente as políticas de combate à pesca clandestina de peixes ornamentais em toda a Amazônia paraense.

Somente após a instalação do Posto de Fiscalização do Serviço de Caça e Pesca na cidade de Belém, a situação foi sendo gradativamente modificada. Em minha análise, posso afirmar que um dos principais fatores que mais contribuíram para isso foram as denúncias feitas por CEO. A partir das suas denúncias, o Serviço tomou conhecimento da rede de agentes sociais que estavam envolvidos; quais espécies de animais eram mais exploradas economicamente; para onde estavam sendo exportados e quais implicações isso trouxe para as políticas de defesa do patrimônio biológico brasileiro. Todavia, o que Carlos Estêvão não suspeitava é que as informações prestadas por ele em suas denúncias seriam usadas meses depois pelo Serviço contra o MPEG. Por exemplo, no mesmo ano que foi instalado o Posto de Fiscalização, alguns auxiliares do MPEG que faziam a coleta de peixes ornamentais no município de Peixe-Boi tiveram seus cartões de autorização e os equipamentos de pesca apreendidos por Flávio Coelho, delegado do Serviço de Caça e Pesca.¹⁷⁸

Todas as autorizações eram emitidas e concedidas à época pelo MPEG, instância deliberativa responsável pela gestão da fauna regional. É importante esclarecer que as autorizações não eram concedidas a qualquer pessoa, apenas aos pescadores e caçadores encarregados de fazer o fornecimento de animais ao jardim zoológico da instituição.

Baseado no parecer do jurista consulto e jornalista Alberto Rêgo Lins, Flávio Coelho declarou que essas ações se faziam necessárias, pois, segundo ele, “a nossa fauna [estava] exposta há quatro séculos de destruição impiedosa”.¹⁷⁹

Buscando apurar o fato, o diretor do MPEG enviou uma carta a Arthur Santos, um dos

Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

¹⁷⁸ Belém, 11 de novembro de 1939. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹⁷⁹ Belém, 30 de outubro de 1939, p. 2. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

auxiliares e pessoa de sua confiança que havia testemunhado o momento da apreensão. Na epístola, o remetente procurava saber “com a máxima verdade e clareza”, se o material usado na captura de peixes ornamentais tinha sido apreendido no momento da pescaria ou na casa onde ele e os outros auxiliares estavam hospedados.¹⁸⁰ Em resposta, Santos informa que o confisco do equipamento ocorreu no imóvel que estava lhe servindo de moradia provisória, no entanto, a mesma só foi entregue mediante recibo, o qual foi emitido pelo delegado do Serviço de Caça e Pesca.¹⁸¹

A interferência deste órgão federal nas atividades de coleta realizadas pelo MPEG era um claro aviso de que os decretos impostos por Magalhães Barata em sua primeira interventoria não tinham mais validade, pelo fato de o Código de Caça e Pesca estar acima deles. Em 15 de setembro de 1939, Carlos Estêvão, em resposta a uma carta enviada por Sizenando Costa em agosto deste ano, na qual demonstrava o interesse em adquirir peixes ornamentais, alevinos de pirarucus e plantas aquáticas da Amazônia, informa, em tom melancólico, não poder atender ao pedido, pois, “[...] em virtude de dificuldades criadas pelo Serviço de Caça e Pesca o negócio está paralisado”.¹⁸²

O conflito burocrático envolvendo ambas as instituições acabaram adquirindo contornos mais amplos após o diretor do MPEG enviar uma epístola ao presidente Getúlio Vargas por intermédio do interventor José Malcher, pedindo-lhe providências no sentido de fazer com que os trabalhos do Serviço de Caça e Pesca não interferissem mais nas atividades de coleta e exportação de animais vivos que eram realizadas pelo MPEG. Na referida carta, Carlos Estêvão transcreve alguns trechos da fala de Flávio Coelho, afirmando que eram improcedentes as suas acusações, pois ao contrário do que foi exposto pelo delegado, a instituição também se preocupava com a proteção da fauna brasileira, muito antes do referido Serviço ter sido criado pelo Ministério da Agricultura em 1934. Por exemplo, Carlos Estêvão afirma ter incentivado, logo nos primeiros anos da sua administração, a reprodução de diferentes espécies de animais amazônicos no jardim zoológico, a saber: “anta, veado-vermelho, caititu, pacarana, paca, cutia-cinzenta, cutia-vermelha, macaco-prego, mutuns,

¹⁸⁰ Carta enviada por CEO a Arthur Gomes dos Santos. Belém, 06 de novembro de 1939. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

¹⁸¹ Carta enviada por Arthur Gomes dos Santos a Carlos Estêvão de Oliveira. Peixe-Boi, 09 de novembro de 1939. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

¹⁸² Carta enviada por CEO a Sizenando Costa. Belém, 15 de setembro de 1939. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

jaburu, maguari, garça-real, garça pequena, taquiri, arapapá, socó-boi, carará, guará, frango d'água, saracura, tartaruga além de elevada quantidade de diversas espécies de peixes ornamentais”.¹⁸³

É preciso elucidar, todavia, que, semanas antes do ocorrido, o diretor do MPEG já havia pedido apoio político ao presidente Getúlio Vargas para evitar que as ações do Serviço de Caça e Pesca interferissem no fornecimento de animais vivos para o jardim zoológico do MPEG. A petição recebeu parecer favorável do Presidente da República e, poucos dias depois, uma representação foi encaminhada ao Ministério da Agricultura, recomendando que fosse aberta uma exceção para o caso do Museu Goeldi. Segundo os ofícios e cartas produzidos na gestão Carlos Estêvão, Joaquim Francisco de Assis Brasil, que à época era responsável pela pasta ministerial, levou ao conhecimento do diretor do Serviço de Caça e Pesca a representação de Vargas, a qual foi julgada improcedente naquela ocasião. Para Carlos Estêvão, o referido órgão fiscalizador não tinha competência para julgar a representação de uma instância deliberativa hierarquicamente superior a ela, portanto, a decisão podia ser modificada pelos interessados mediante recurso. Os registros documentais não são muito precisos quanto a datas, mas informam que “um alto funcionário do Ministério” veio a Belém “a fim de solucionar o assunto” em questão. No entanto, todas as tentativas para harmonizar os interesses do MPEG e do Serviço de Caça e Pesca foram inúteis.

Buscando salvaguardar os próprios interesses e os do MPEG, Carlos Estêvão leva a questão para a esfera política. Em seu parecer, “nem o Governo do Estado, nem a Diretoria do Museu nunca aspirou ser comerciante de animais”. Deste modo, “o que o Governo fez”, ao baixar os decretos n. 957 e 009, “foi legitimar um direito que a Constituição lhe confere”. Segundo o reclamante, ambas as medidas não favoreciam apenas a instituição que estava sob a sua administração, mas também “o controle científico em benefício da fauna do Estado”. Na avaliação de Carlos Estêvão, o episódio que levou à apreensão do material de pesca do MPEG pela Serviço de Caça e Pesca no Pará não trouxe apenas “prejuízos econômicos”, os quais poderiam “ser efetivamente ressarcidos com uma subvenção do Governo Federal”, mas constituíam, acima de tudo, a “conspuração de um direito que o Estado possui”.

Nesse sentido, Carlos Estêvão argumenta que o monopólio de coleta e venda de animais silvestres pelo MPEG era uma medida necessária para inibir o tráfico de animais na Amazônia e explorar essa atividade comercial de maneira responsável. Segundo ele, o MPEG não fazia

¹⁸³ Belém, 30 de outubro de 1939, p. 3. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

comércio de animais, mas atuava como agente público para manter essa atividade sob controle. E isso era entendido como parte da política ambiental do estado do Pará, isto é, como um direito garantido pela Constituição Federal e como uma obrigação moral em prol da preservação da fauna. Esse entendimento, era, no mínimo, polêmico – e entrava em forte contradição com a legislação federal.

De acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Código de Caça e Pesca, era proibido “caçar, comprar, vender, transportar ou empregar”, seja qual for a finalidade, “espécies de nossa fauna sem a necessária autorização”. A principal atribuição do Serviço de Caça e Pesca era “a defesa de nossa fauna e a garantia da propagação das espécies de nosso patrimônio faunístico”.¹⁸⁴ Na avaliação do superintendente do Posto de Fiscalização no Pará, Eloy Sully de Azevedo Teixeira, para que as leis fossem rigorosamente cumpridas nesta região fazia-se necessário “a adoção de medidas enérgicas de repressão ao tráfico desordenado e a exploração criminosa” de animais silvestres.

Sabendo que a Companhia de Navegação do Rio Amazonas atuava em parceria com negociantes de animais vivos, as autoridades competentes exigiram, a partir daquele momento, a imediata interrupção do serviço de transporte que estava sendo prestado para esse fim. Se alguns dos seus funcionários fossem flagrados fazendo o transporte de animais amazônicos sem a devida autorização do Posto, a empresa para qual trabalhavam seria obrigada a pagar uma multa cujo valor podia variar, dependendo da gravidade, entre 200\$000 (duzentos mil réis) e 2:000\$000 (dois contos de réis).

Em relação aos passageiros, caso houvesse interesse da parte de algum deles em fazer o embarque de animais para fins comerciais, precisariam formalizar, com alguns dias de antecedência, um pedido de autorização junto ao Posto de Fiscalização. Essa requisição era avaliada pelo superintendente e, caso recebesse parecer favorável, o solicitante receberia uma guia que lhe dava autorização para fazer o embarque da carga viva. Se um passageiro tivesse interesse de embarcar animais silvestres em Manaus, onde ainda não havia sido instalado um Posto de Fiscalização, deveria solicitar a autorização junto à Inspetoria de Defesa Sanitária Animal e ao Ave-Aquário, ambos instalados nesta cidade. Foi determinado ainda que “em nenhum outro porto da região amazônica” os navios desta Companhia estavam autorizados “a transportar aves, pássaros e animais silvestres”.¹⁸⁵

¹⁸⁴ Comunicado do superintendente do Posto de Fiscalização do Serviço de Caça e Pesca ao MPEG. Belém, 17 de julho de 1939. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

¹⁸⁵ Idem.

Em consequência dessas mudanças, que, aliás, não estavam ocorrendo apenas no estado do Pará, mas em todo o território nacional, diversos grupos que se beneficiavam desta atividade comercial, muitos dos quais de forma ilegal, ficaram impossibilitados de fazer o escoamento da carga viva pelo complexo fluvial amazônico, uma vez que as companhias de navegação e o serviço de transporte prestado por elas passaram a ser rigidamente monitorados pelo Posto de Fiscalização. Essas ações acabaram levando à redução do estoque de peixes ornamentais do MPEG, pois a diretoria deste estabelecimento também comprava exemplares de negociantes que faziam o fornecimento de peixes vivos, para depois serem revendidos ao mercado de aquarismo norte-americano e europeu.

3.3 O convênio entre o MPEG e a Paramount Aquarium

O rumo dos acontecimentos teve uma reviravolta em 21 dezembro de 1939, após ser lavrada pelo Ministério da Agricultura a portaria n. 1.037. Ela concedia ao MPEG a autorização para negociar animais aquáticos e terrestres. Os artigos n. 6 e 62 do Código de Caça e o artigo n. 66 do Código de Pesca reconheciam e asseguravam o direito de comercializar animais silvestres, desde que a instituição estivesse registrada como “parque de criação e piscicultura”.¹⁸⁶ Carlos Estêvão foi hábil em solucionar os conflitos com o Serviço de Caça e Pesca através do próprio Código de Caça e Pesca, primeiramente registrando o MPEG na categoria de “parque de criação” e depois obtendo a Portaria que lhe permitiria vender animais. Depois disso, as atividades de coleta e venda de peixes ornamentais foram intensificadas, sobretudo após o MPEG firmar um convênio com a empresa Paramount Aquarium. Segundo a documentação consultada, a sede da empresa ficava localizada em Nova York e os seus negócios estavam voltados para o mercado global de aquarismo.

Para entender melhor essa dinâmica comercial, é preciso lançar o olhar para outros atores sociais que também fizeram parte deste enredo, desempenhando funções estratégicas na manutenção do comércio internacional de peixes ornamentais, como no caso da empresa Aquário Amazônia, subordinada à Paramount Aquarium. O trabalho que havia lhe sido

¹⁸⁶ A portaria n. 1.037 baixada por Joaquim Francisco de Assis Brasil, Ministro da Agricultura no primeiro governo de Getúlio Vargas como Presidente da República, foi mencionada por Walter Alberto Egler, diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi na década de 1950, em seu ofício n. 121, na qual contém informações sobre o comércio de animais vivos e o convênio firmado entre essa instituição e a empresa norte-americana Paramount Aquário. Belém, 23 de julho de 1956. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Walter Alberto Egler, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

conferido consistia em intermediar a aquisição de exemplares vivos junto a estabelecimentos comerciais especializados na pesca ornamental e facilitar o seu escoamento para os EUA. No caso do MPEG, a situação apresentou algumas particularidades porque o convênio estabelecia que uma porção do patrimônio fundiário do parque fosse cedida em caráter provisório à Aquário Amazônia, mediante o pagamento mensal de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros). Buscava-se, através desta iniciativa, utilizar em benefício de interesses privados a infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológico construída no MPEG pelo governo federal e destinada a projetos científicos e sociais, transformando a própria instituição em um entreposto comercial. Isso possibilitou aos agentes que estavam a serviço da Paramount armazenar grandes quantidades de peixes nos tanques de concreto construídos no Parque Zoobotânico (ver Figura 39). Esses peixes, após alguns dias de ambientação, eram embarcados para os EUA. Na Tabela 20 constam as principais espécies de peixes exportadas pelo MPEG para a sede da Paramount.

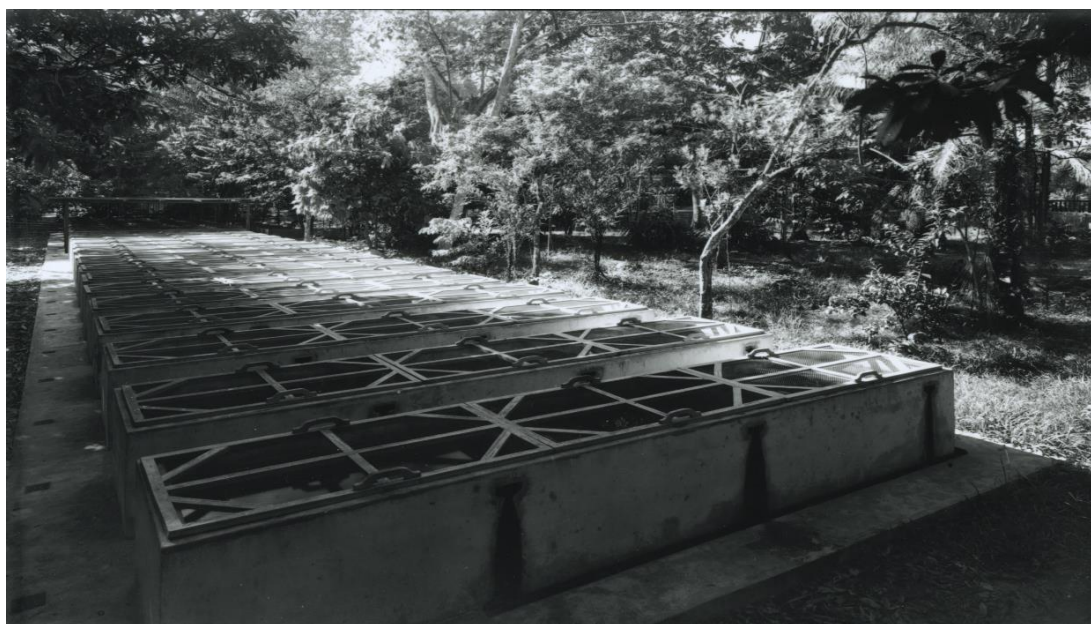


Figura 39. Estoque de peixes ornamentais criado no Parque Zoobotânico do MPEG em 1939 após ter firmado convênio com a Paramount Aquarium. Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/Museu Paraense Emílio Goeldi. Negativo n. 177. Reprodução autorizada.

Tabela 20. Espécies de peixes ornamentais comercializadas pelo MPEG na gestão de Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1945).

Gênero	Epíteto
<i>Hemigrammus</i>	<i>Unilinetus</i>
<i>Hemigrammus</i>	<i>Ocellifer</i>
<i>Hemigrammus</i>	<i>Rhodostomus</i>

<i>Hemigrammus</i>	<i>Heteroptus</i>
<i>Hiphessobricon</i>	<i>Roseaceus</i>
<i>Hiphessobricon</i>	<i>sp. Albino</i>
<i>Nonnostomus</i>	<i>Annomalis</i>
<i>Nonnostomus</i>	<i>aripirangensis</i>
<i>Nonnostomus</i>	<i>Trilineatus</i>
<i>Nonnostomus</i>	<i>Beckfordi</i>
<i>Nonnostomus</i>	<i>sp. Albino</i>
<i>Nonnostomus</i>	<i>Unifasciatus</i>
<i>Poecilobricon</i>	<i>Unifasciatus</i>
<i>Poecilobricon</i>	<i>eques (trifasciatus)</i>
<i>Gasteropelecus</i>	<i>estellatus (sternicla)</i>
<i>Thoracocharax</i>	<i>stellatus (carnegiella)</i>
<i>Carnegiella</i>	<i>Strigata</i>
<i>Metinnis</i>	<i>Roosevelti</i>
<i>Metinnis</i>	<i>Maculatus</i>
<i>Metinnis</i>	<i>schreitmuelleri</i>
<i>Pyrrhulina</i>	<i>Naterri</i>
<i>Copeina</i>	<i>Arnoldi</i>
<i>Crenuchus</i>	<i>Spilurus</i>
<i>Leporinus</i>	<i>Fasciatus</i>
<i>Leporinus</i>	<i>Affinis</i>
<i>Chilodus</i>	<i>Punctatus</i>
<i>Pristella</i>	<i>Riddlei</i>
<i>Symphisodon</i>	<i>Discus</i>
<i>Cichlasoma</i>	<i>Festivum</i>
<i>Acará</i>	<i>coryphenoides</i>
<i>Astronotus</i>	<i>Oscellatus</i>
<i>Pterophyllum</i>	<i>Scalare</i>
<i>Apistogramma</i>	<i>Agassizi</i>
<i>Apistogramma</i>	<i>Pertense</i>
<i>Acará</i>	<i>Thayeri</i>
<i>Corydoras</i>	<i>Spinossimas</i>
<i>Corydoras</i>	<i>Punctatus</i>
<i>Corydoras</i>	<i>Leopardus</i>
<i>Corydoras</i>	<i>Hastatus</i>
<i>Farowela</i>	<i>microlepdogaster</i>
<i>Loricaria</i>	<i>microlepdogaster</i>
<i>Plecostomus</i>	<i>Rachovi</i>
<i>Xenocara</i>	<i>sp.</i>

<i>Brunocephalus</i>	<i>sp.</i>
<i>Mohocyrhrus</i>	<i>polyacanthus</i>
<i>Osteoglossum</i>	<i>Bicihosa</i>
<i>Eigenmannia</i>	<i>Gymnotus</i>
<i>Sternarchus</i>	<i>Albifrons</i>
<i>Exodon</i>	<i>Paradoxis</i>
<i>Chalcus</i>	<i>macrolepidus</i>
<i>Otocinolos</i>	<i>Vittatus</i>
<i>Micropoecilia</i>	<i>Branneri</i>
<i>Serrasalmo</i>	<i>Rhombeus</i>

Um dos grandes problemas enfrentados pela Aquário Amazônia era garantir que o maior número possível de exemplares exportados chegasse vivo ao local de destino. Para compensar o alto índice de mortalidade que ocorria frequentemente nas longas viagens à vapor entre Brasil e EUA, a representante comercial da Paramount remetia um quantitativo de exemplares superior ao que era solicitado pela sede. Esse obstáculo foi superado poucos anos depois, com a substituição de embarcações movidas a vapor pelo avião no transporte da carga viva. Com a redução do tempo de viagem, o escoamento da produção passou a se verificar de maneira mais dinâmica, o que contribuiu para a elevação da taxa de sobrevivência dos peixinhos e, conseqüentemente, dos lucros gerados por essa atividade comercial. Desse modo, o uso de aviões no transporte da carga viva foi primordial para a manutenção da dinâmica comercial que havia se formado em torno dos peixes ornamentais.

Veja nas Tabelas 14 a relação de despesas com a aquisição de peixes de ornamentação e os valores arrecadados com a venda dos peixes pelo MPEG entre os anos 1935 e 1939.

Tabela 21. Quadro demonstrativo da renda e das despesas geradas com o comércio de peixes ornamentais pelo MPEG (1935-1939)¹⁸⁷

Ano	Gasto com a aquisição	Renda obtida com a venda	Balço administrativo
1935	40:676\$800	56:332\$000	15:655\$200
1936	26:209\$600	52:190\$000	25:980\$400
1937	21:773\$200	36:070\$000	14:296\$800
1938	30:274\$000	58:504\$000	28:230\$000
1939	24:322\$200	44:280\$000	19:957\$800

¹⁸⁷ Essa tabela foi organizada com base nos dados orçamentários fornecidos pelo ofício n. 157, de 19 de agosto de 1940. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Ativa.

Valor total	143:255\$800	247:376\$000	104:120\$200
--------------------	--------------	--------------	--------------

Em apenas cinco anos, o MPEG conseguiu arrecadar com a comercialização de peixes ornamentais 104:120\$200. Segundo os dados orçamentários e os ofícios produzidos na gestão CEO, 1936 e 1938 foram os anos que mais geraram receita para a instituição, sendo que no primeiro foi angariado 25:980\$400, e no segundo 28:230\$000. Conforme informado anteriormente, esse montante era usado para cobrir inúmeras despesas, entre as quais estavam obras de reparos nas instalações, custeio com viagens, aquisição de espécimes zoológicas e botânicas, além de outros. Levando em consideração alguns aspectos que caracterizaram a gestão Carlos Estêvão, posso afirmar que o MPEG, além de campo de criação e piscicultura, também se configurou como instituição arrecadadora. Deste modo, o diretor deste estabelecimento também passou a exercer a função de administrador.

Considerações finais

A análise do processo de controle e integração da Amazônia pelo governo brasileiro ao longo do século XX revela uma complexa teia de interesses econômicos, políticos e culturais. A integração desta região ao território nacional brasileiro, intensificada pelas políticas desenvolvimentistas do governo de Getúlio Vargas, foi caracterizado por um conjunto de reformas político-institucionais e investimentos em infraestrutura. A criação de conselhos técnicos federais e a qualificação das já existentes demonstrou a tentativa de estruturar uma base econômica e social que sustentasse a exploração dos recursos naturais e a inclusão da região no projeto de modernização do país.

É importante ressaltar que a intervenção governamental na Amazônia brasileira não se circunscreveu a aspectos econômicos e técnicos. O novo governo republicano também mobilizou um vasto aparato político e ideológico para justificar suas ações, buscando legitimação através de narrativas que destacavam tanto o potencial econômico da região quanto os desafios ambientais e sociais que precisavam ser superados. As representações desta região, carregado muitas vezes de um imaginário de natureza exótica e atrasada, foram instrumentalizadas para reforçar a necessidade de intervenção estatal e o discurso de progresso e desenvolvimento.

A inserção do MPEG nesse projeto desenvolvimentista exemplifica a interação entre ciência e política nos anos 1930 e 1940. A gestão CEO foi marcada por esforços significativos para modernizar a instituição, alinhar suas atividades com as políticas

governamentais e promover a exploração econômica da fauna amazônica.

A presente dissertação teve como uma de suas principais aspirações ampliar a noção do papel do MPEG como centro de pesquisa e agenciadora de animais na Era Vargas, mas também destacou a relevância das instituições científicas brasileiras na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a ocupação e exploração econômica dos recursos naturais provenientes da região amazônica.

Em síntese, a intervenção estatal na Amazônia ao longo do século XX foi um processo complexo e multifacetado, que envolveu a conjugação de interesses econômicos nacionais e internacionais. Este estudo revela a importância do MPEG nesse processo, destacando tanto os desafios enfrentados quanto as estratégias adotadas para integrar esta região ao projeto de desenvolvimento nacional. Desse modo, a Amazônia não foi apenas um cenário passivo de exploração, mas um espaço ativo de disputas e de negociações que moldaram o curso da história brasileira.

O governo Vargas buscou não apenas diversificar a produção agrícola, mas também aumentar a produção de proteína animal e fomentar a industrialização através de medidas protecionistas e intervencionistas. Esse projeto desenvolvimentista visava reduzir a dependência do modelo agroexportador, concentrando investimentos na infraestrutura industrial, especialmente na região do eixo Rio-São Paulo, enquanto os recursos naturais da Amazônia garantiriam matéria-prima, evidenciando a relação de dependência entre centro e periferia.

Além disso, o governo focou na defesa do patrimônio biológico, etnológico, arqueológico, faunístico e florístico do Brasil, criando diversos institutos técnico-científicos federais que atuaram na produção e difusão de conhecimentos científicos, controle territorial, preservação e valorização da cultura nacional. Entre esses, destaca-se o Museu Paraense Emílio Goeldi, que, sob a gestão de Carlos Estêvão de Oliveira, estabeleceu parcerias científicas com institutos federais e contribuiu para a integração da Amazônia ao projeto desenvolvimentista de Vargas.

O presente trabalho teve como escopo analisar a trajetória de Carlos Estêvão de Oliveira como via de acesso para se compreender a participação de cientistas na formação do Estado, promovendo a defesa do patrimônio nacional e colaborando de forma ativa na execução de políticas públicas centradas no aproveitamento econômico dos recursos naturais. Em parceria com a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste, a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas e o Ministério da Viação e Obras Públicas, o MPEG, sob a gestão de Carlos Estêvão, contribuiu para o melhoramento e a racionalização do processo de produção

do pescado nacional em escala industrial, permitindo a criação de um mercado consumidor interno e o fortalecimento da economia nacional.

O alinhamento da agenda científica do MPEG às demandas estatais conferiu-lhe maior notoriedade no cenário científico brasileiro e internacional. Esse inédito intercâmbio científico abriu caminho para a profissionalização de funcionários públicos e impulsionou o aprimoramento das práticas de manejo de recursos aquáticos em ambientes controlados e semi controlados. Foi o caso de Alba de Albuquerque Maranhão, Stella Sylvia Lima e Inah da Motta Silveira. Essas mulheres foram selecionadas por Carlos Estêvão e comissionadas pelo interventor José da Gama Malcher a participar de cursos de curta duração realizados na sede da CTPN e no Museu Nacional, onde tiveram aulas práticas e experimentais sobre ictiologia, limnologia e piscicultura.

A contribuição intelectual dessas mulheres para a ciência foi crucial para o sucesso das políticas públicas de aproveitamento econômico e social de lagos e açudes no Brasil. No Pará, essas cientistas atuaram na linha de frente deste projeto nacionalista, cabendo-lhes fazer estudos ictiológicos e ensaios experimentais com peixes amazônicos em laboratório, e a prestar assessoria técnica e científica à particulares interessados em piscicultura e aquicultura. Por ser um assunto ainda obscuro na historiografia das ciências, recomendo que mais pesquisas sejam desenvolvidas para se compreender, por exemplo, a trajetória profissional dessas mulheres em um universo tradicionalmente ocupado e dominado pela figura masculina. Além disso, averiguar o intercâmbio científico que se estabeleceu entre elas e seus pares e outras instituições.

Referências

1. Legislação

BRASIL. Decreto n. 24.337 de 5 de junho de 1934. Sobre a criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. **Diário Oficial da União** – Seção 1 –. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24337-5-junho-1934-503537-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 29/05/2024.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Sobre a criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24337-5-junho-1934-503537-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 29/05/2024.

BRASIL. Decreto n. 24.609 de 6 de julho de 1936. Sobre a criação do Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24609-6-julho-1934-515214-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 29/05/2024.

Brasil. Decreto n. 23.672 de 2 de janeiro de 1934. Sobre a criação do Código de Caça e Pesca. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23672.htm#:~:text=19.398%2C%20de%2011%20de%20novembro,Animal%2C%20do%20Ministerio%20da%20Agricultura.

BRASIL. Decreto n. 23.793 de 23 de janeiro de 1934. Sobre a criação do Código Florestal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm. Acessado em: 29/05/2024.

BRASIL. Decreto n. 24.643 de 10 de julho de 1934. Sobre a criação do Código de Águas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreta%20o%20Codigo%20de%20Aguas.&text=Publica%20C3%A7%C3%A>

[3o%3A,%2C%20P%C3%A1gina%2014738%20\(Publica%C3%A7%C3%A3o%20Original\).](#)

Acessado em: 29/05/2024.

BRASIL. Decreto n. 24.642 de 10 de julho de 1934. Sobre a criação do Código de Minas.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24642.htm.

Acessado em: 29/05/2024.

ESTADO DO PARÁ. Decreto n. 1 de novembro de 1930. Coleção de Decretos e Portarias (1930). Fundação Cultural do Estado do Pará. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

_____. Decreto n. 77 de 31 de dezembro de 1930. Coleção de Decretos e Portarias. Arquivo Público do Estado do Pará. Setor de Obras Raras.

_____. Decreto n. 85 de 2 janeiro de 1931. Coleção de Decretos e Portarias. Arquivo Público do Estado do Pará. Setor de Obras Raras.

_____. Decreto n. 88 de 3 de janeiro de 1931. Coleção de Decretos e Portarias. Arquivo Público do Estado do Pará. Setor de Obras Raras.

_____. Decreto n. 92 de 7 de janeiro de 1931. Coleção de Decretos e Portarias. Arquivo Público do Estado do Pará. Setor de Obras Raras.

_____. Decreto n. 347 de 4 de maio de 1931. Leis e Decretos (1931). Fundação Cultural do Estado do Pará. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Setor de Obras Raras.

_____. Decreto n. 957, 27 de abril de 1933. Museu Paraense Emílio Goeldi. Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

_____. Decreto n. 009, de 3 de julho de 1933. Museu Paraense Emílio Goeldi. Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Serviço de Caça e Pesca, do Departamento Nacional de Produção Animal. Portaria n. 35. Sobre a proibição e a permissão de caça de animais no período do defeso. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Gestão Carlos Estêvão de Oliveira, Série Correspondência, Subsérie Correspondência Passiva.

2. Jornais

ESTADO DO PARÁ. Belém, Pará, 2 de setembro de 1933.

_____. Belém, Pará, 10 de outubro de 1933.

_____. Belém, Pará, 14 de outubro de

1933. FOLHA DO NORTE. Belém, Pará, 3 de outubro de 1933.

_____. Belém, Pará, 16 de abril de 1941.

_____. Belém, Pará, 26 de abril de 1941.

3. Documentos administrativos (cartas, telegramas, relatórios, circulares e ofícios)

- Circular enviada por Carlos Estêvão aos comandantes e práticos das empresas de navegação Amazon River e Booth Line & Co. Belém, 14 de fevereiro de 1931.
- Ofício enviado por Carlos Estêvão ao interventor Magalhães Barata. Belém, 2 de dezembro de 1932, ofício n. 382.
- Ofício de João Batista de Araújo, então diretor do Matadouro do Maguari, a Carlos Estêvão. Belém, 12 de agosto de 1940, ofício n. 146.
- Ofício de Steliano da Costa Homem, diretor do Laboratório de Patologia Veterinária do Museu Goeldi, a Carlos Estêvão. Belém, 13 de março de 1933, ofício n. 9.

- Carta enviada por Carlos Estêvão em resposta a Ramon Ibanez. Belém, 18 de novembro de 1936.
- Ofício de Carlos Estêvão ao governador José da Gama Malcher. Belém, 28 de agosto de 1935, ofício n. 225.
- Carta de Carlos Estêvão ao governador José da Gama Malcher. Belém, 1 de agosto de 1938.
- Carta de Carlos Estêvão ao governador José da Gama Malcher. Belém, 1 de setembro de 1938.
- Carta de Carlos Estêvão ao governador José da Gama Malcher. Belém, 1 de outubro de 1938.
- Carta de Carlos Estêvão ao governador José da Gama Malcher. Belém, 1 de setembro de 1938.
- Carta enviada por Carlos Estêvão ao médico Jayme Aben-Athar. Belém, 6 de abril de 1937.
- Carta de Carlos Estêvão a Heloísa Alberto Torres. Belém, 28 de março de 1938.
- Carta de Carlos Estêvão a Heloísa Alberto Torres. Belém, 9 de setembro de 1938.
- Ofício de Carlos Estêvão ao governador José da Gama Malcher. Belém, 9 de setembro de 1941.
- Carta enviada por Carlos Estêvão ao delegado fiscal do Pará, Alexandre de Castro Filho. Belém, 11 de novembro de 1942.
- Carta enviada por Rodolpho von Ihering a Carlos Estêvão. Fortaleza, 6 de maio de 1936.

- Carta enviada por Rodolpho von Ihering a Carlos Estêvão. Belém, 22 de outubro de 1936.
- Petição enviada por Carlos Estêvão ao diretor do Serviço de Caça e Pesca. Belém, 12 de novembro de 1936.
- Carta enviada por Carlos Estêvão a Antônio Rodrigues de Almeida, diretor do Serviço de Caça e Pesca. Belém, 3 de setembro de 1937.
- Carta enviada por Carlos Estêvão ao presidente Getúlio Vargas. Belém, 13 de novembro de 1939.
- Relatório administrativo enviado por Carlos Estêvão ao interventor Magalhães Barata. Belém, 25 de fevereiro de 1943.
- Relatório enviado por Carlos Estêvão a Felisberto Camargo, primeiro diretor do Instituto Agrônômico do Norte. Belém, 3 de julho de 1943.
- Ofício de Carlos Estêvão ao interventor Magalhães Barata. Belém, 25 de maio de 1943, ofício n. 89.
- Ofício de Carlos Estêvão ao diretor do Serviço de Águas do Estado do Pará. Belém, 21 de março de 1944, ofício n. 70.
- Ofício de Carlos Estêvão ao interventor Magalhães Barata. Belém, 11 de dezembro de 1944. Ofício n. 259.
- Telegrama enviado pelos representantes da Aquário Rio a Carlos Estêvão. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1938.
- Carta enviada por Carlos Estêvão aos representantes da Aquário Rio. Belém, 28 de setembro de 1938.

- Carta enviada pelos representantes da Aquário Rio a Carlos Estêvão. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1938.
- Carta de Carlos Estêvão a Ascânio Farias, diretor do Serviço de Caça e Pesca. Belém, 25 de novembro de 1938.
- Ofício de Ascânio Farias a Carlos Estêvão. Rio de Janeiro, de 3 de maio de 1939
- Carta enviada por Carlos Estêvão a Arthur Gomes dos Santos. Belém, 6 de novembro de 1939.
- Carta enviada por Arthur Gomes dos Santos a Carlos Estêvão. Peixe-Boi, 9 de novembro de 1939.
- Carta enviada por Carlos Estêvão a Sizenando Costa. Belém, 15 de setembro de 1939.

4. Artigos, livros e monografias

ALMEIDA, R. S. A estruturação da tecnoburocracia do planejamento territorial no Brasil. **Terra Brasilis**, [online]4-5/2003, p. 1-14.

ANDRADE, R. P.; HOCHMAN, G. **O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942)**. História, Ciência e Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p. 257-277, dez. 2007.

_____. **A Amazônia vai ressurgir!** Saúde e Saneamento na Amazônia no Primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2007.

_____. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Boletim do**

Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 5, n. 2, p. 453-468, 2010.

ARNOLD, D. **La naturaleza como problema histórico:** el medio, la cultura e la expansión da Europa. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BEN-DAVID, J. **O papel do cientista na sociedade:** um estudo comparativo. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Pioneira, EDUSP, 1974.

BORGES, M. E. L. **História e Fotografia.** (Coleção História &... Reflexões) – 3ª edição – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CAVALCANTE, E. D.; STEINMULLER, M. I. Rodolpho von Ihering e a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste: a descoberta da técnica de hipofisação no açude Bodocongó em Campina Grande (1934-1935). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 152, p. 129-155, 2017.

CASAZZA, I. F. **Proteção do patrimônio nacional brasileiro:** ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961). Tese de doutorado (História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: 2017.

_____. Desenvolvimentismo e conservacionismo na Era Vargas, 1930-1945: a atuação científica de Paulo Campos Porto. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, v. 27, n. 2, 2020.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CUNHA, O. R. **Talento e atitude:** Estudos Biográficos do Museu Paraense Emílio Goeldi, I. - Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

COELHO, M. C. Fronteiras da História, Limites do Saber: a Amazônia e seus Intérpretes. In: QUEIROZ, J. M. & COELHO, M. C. (Orgs.). **Amazônia: Modernização e Conflitos (Séculos XVIII e XIX).** Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

COELHO, M. C. & SILVA, J. B. As batalhas com jacarés na ilha de Mexiana, por Gottfried Hagmann. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, 19 (3), e20230098, 2024.

COSTA, E. S. **Nascido na guerra e para a guerra: o SESP e a interiorização da saúde pública na Amazônia paraense (1942-1945)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2021.

COSTA, R. P. Carlos Estêvão de Oliveira e o Museu Paraense Emílio Goeldi (1930-1945). **Revista História das Ciências e do Ensino**, v. 10, p. 39-59, 2014.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2008.

DINIZ, E. Engenharia Institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DUARTE, R. H. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil (1926-1945)**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

FIGUEIREDO, A. M. Parque da Cidade, Museu da Nação: nacionalismo, modernismo e instituições científicas na Amazônia (1930-1945). In: FAULHABER, P. & TOLEDO, P. M. de T. (Orgs.). **Conhecimento e Fronteira: História das Ciências na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

FLOREZ, L. M. S. **O modo expositivo dos museus de natureza: análise comparativa entre a exposição da coleção viva de flora do Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi e a representação da Região Amazônica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO,

2015.

FONTES, E. J. Cultura e política nos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930-1935). **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semanal do Laboratório de Estudos Humanos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 7, pp. 131-151, dezembro 2013.

FRANCO, J. L. A. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional. **Varia História**, n. 26, p. 77-96, 2002.

FRANCO, J. L. A; DRUMMOND, J. A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil**, anos 1920-1940. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

GARFIELD, S. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 19-65, 2009.

GUILLEN, I. C. M. A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, nº 9, p. 95-102, 1997.

GRUPIONI, L. D. B. **Coleções e expedições vigiadas**: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998.

HALVERSON, M. **Manual de Boas Práticas de Reprodução do Pirarucu em Cativeiro**. Sebrae. Brasília, 2013.

HUGHES, J. D. **What Does Environmental History Teach?** Natural Resources, Sustainability and Humanity: a comprehensive view. 2012.

IHERING, H. Devastação e conservação das matas. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, Diário oficial.

IZEL, A. C. U. A qualidade do solo e da água. In: VAL, A. L., HONCZARYK, A. (orgs.).

Criando peixes na Amazônia. – Manaus: INPA, 1995, p. 17-27.

KOSSOY, B. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica.** – 3ª edição – São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LENHARO, A. **Sacralização da política.** Campinas: Papyrus, 1986.

MAIO, M. C.; SANJAD, N.; DRUMMOND, J. A. Entre o global e o local: A pesquisa científica na Amazônia do século XX. **Ciência & Ambiente**, v. 31, p. 147-166, 2005.

MCNEILL, J; ENGELKE, P. **The Great Acceleration:** An environmental history of the Anthropocene since 1945. Harvard University Press, Massachusetts, 2016.

MORETTIN, E. Cinema e Estado no Brasil: a Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922 e 1923. **Revista Novos Estudos.** CEBRAP (89), p. 137-148, 2011.

NIGEL, R. The antílope collectors. In: MCDONALD, Tracy; VANDERSOMMERS, Daniel (orgs.). *Zoo Studies: a new humanities.* Montreal: McGill-Queen's University Press, 2019.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 24 n. 68, p.81-101, 2010.

PAIVA, E. F. **História e Imagens.** (Coleção História &... Reflexões), Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

PANDOLFI, D. C. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: Jorge Ferreira & Lucilia de Almeida Neves Delgado (orgs.). **O Brasil Republicano:** o tempo do nacional-estatismo – Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. – 6ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PEIXOTO, E. R.; PALAZZO, P. P.; DERNTL, M. F. A Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil em 1922 no processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro. **Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo.** XIII Seminário de História

da Cidade e do Urbanismo. Brasília: Editora FAU-UnB, 2014. ISBN 978-85-60762-19-4 (Pôster).

SANJAD, Nelson. Bela Adormecida entre a vigília e o sono: uma leitura da historiografia do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1894-2000. **Conhecimento e fronteira**: história da ciência na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 113-145, 2001.

SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva**: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

SANTOS, S. No Paiz das Amazonas. Produção executiva: Joaquim Gonçalves Araújo. Produtora: J.G. Araújo Produções Cinematográficas. Duração: 129 minutos, Amazonas, 1922.

SAWAYA, P; MARANHÃO, A. A. A construção dos ninhos e a reprodução de alguns peixes neotropicais (*Cichlidae* – gen. *Cichla* e *Astronotus*). São Paulo: Boletim da Faculdade de Philosophia, Ciências e Letras, v.11, n. 11, 1946, p. 357-381. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2526-4877.bsffclzoologia.1946.125305>.

SECRETO, M. V. “Mais Borracha Para a Vitória”. Campanha de recrutamento de trabalhadores e fracasso social na exploração de borracha durante o governo Vargas. **Estudios Rurales. Publicación de Centro de Estudios de La Argentina Rural**. Bernal, vol. 1, nº 1, p. 79-107, 2011. ISSN: 2250.

SILVA, A. M.; DUNCAN, W. L. P. Aspectos biológicos, ecologia e fisiologia do pirarucu (*Arapaima gigas*): uma revisão de literatura. **Scientia Amazonia**, v5, n. 3, p. 31-46, 2016.

SILVA, F. H. T. **Nos currais da Belle Époque**: os contratos da obra do matadouro e do abastecimento de carne verde em Belém (1885-1912). Tese de doutorado (História). São Paulo: PUC-SP, 2017.

SONTAG, S. **Sobre a fotografia**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

STREIT JR., D. P.; MORAES, J.V.; RIBEIRO, R.P.; CARDOZO, R.M.; MOREIRA, H.L.M. As tendências da utilização do extrato hipofisário na reprodução de peixes. **Revisão. Arq. Ciên. Vet. Zool.** UNIPAR, Umuarama, v. 5, n. 2: p. 231-238, 2002.

STUDER, T. Professor Dr. Emil August Goeldi (1859-1917). Verhandlungen Schweizerisches Naturforschenden Gesellschaft, Zurich, v. 9-12, p. 36-59, 1917.

SCHWARTZMAN, S. **Tempos de Capanema**. In: Simon Schwartzman, Maria Helena Bousquet Bomeny & Vanda Maria Ribeiro Costa (Orgs.) - São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VELLOSO, M. P. Cultura e Poder Político. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L. VELLOSO, M. P. & GOMES, A. C. (Orgs.). **Estado Novo**. Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.71-108.

WEINSTEIN, B. Modernidade tropical: visões norte-americanas da Amazônia nas vésperas da Guerra Fria. **Revista do ieb**, n. 45, p. 153-176, 2007.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, 1991.

5. Arquivos consultados

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Arquivo Guilherme de La Penha/Museu Paraense Emílio Goeldi

Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna/Museu Paraense Emílio Goeldi

Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR)

Reserva Técnica do Museu do Estado de Pernambuco

Centro de Memória da Amazônia/Universidade Federal do Pará

Hemeroteca Digital/Fundação Biblioteca Nacional

Anexos

Anexo 1. Relação de animais doados ao jardim zoológico do MPEG na primeira interventoria de Magalhães Barata.

Nome vulgar	Quantidade de exemplares doados em 1931	Quantidade de exemplares doados em 1932	Quantidade de animais doados em 1933	Quantidade de animais doados em 1934
Anta	1			
Anacã	0	3	1	1
Anhuma	0	2	0	0
Aperema	1	2	0	0
Aracu	0	21	0	0
Aracuã	2	2	0	2
Aramboia	0	1	0	0
Arara canindé	2	3	0	1
Arara vermelha	3	1	2	3
Ararauna	0	1	0	0
Aracanga	0	1	0	0
Aririnha	0	2	0	0
Bicho preguiça		1	0	0
Bode	0	1	0	0
Borboleta	0	1	0	0
Caititu	2	6	1	2
Capivara	2	1	2	2
Carará	1	3	6	6
Coandú	0	1	0	1
Cobaías	0	6	0	0
Cobra coral	0	1	3	3
Cobra cutimboia	0	2	0	2
Cobra periquitamboia	0	4	0	0
Cobra sucurijú	0	6	0	0
Coelho branco	0	2	0	0
Coelho do mato	0	2	1	1
Coandú	0	1	0	1
Colhereira	0	2	0	0
Coruja da igreja	0	4	0	4
Curicaca (casal)	0	1	1	1
Cutia vermelha	0	1	6	4
Frango d'água	0	2	2	4
Galo da campina	0	2	0	0
Galo exótico	0	1	0	0
Garça pequena	8	2	2	2
Garça real	6	4	14	17
Gato-maracajá-assú	3	2	4	3
Gato-maracajá-miri	2	6	4	6
Gavião	1	4	1	1
Gavião azul	1	1	0	0
Graúna	0	4	0	0
Guariba	0	2	0	0
Irára	0	1	1	1
Jaboti matá-matá	0	3	3	2
Jacaré coroa	0	2	1	1
Jacaré-rana	0	1	0	1
Jacaré-tinga	1	4	2	3

Jacamim	1	1	0	0
Jacaná	0	5	0	0
Jacundá	0	1	0	0
Jaçanã	0	1	0	0
Jairanaboia	0	1	0	1
Jacuarú	0	1	0	0
Jiboia vermelha	1	6	4	6
Jiboia-branca	2	5	2	5
Jupará	2	4	6	0
Juruti	0	2	8	0
Lagarto cornudo	0	4	1	1
Macaco barrigudo	2	1	1	3
Macaco-de-cheiro	4	1	4	3
Macaco-prego	5	2	3	4
Marianinha	0	1	3	4
Maracajá-assú	1	1	4	3
Maracajá-miri	0	5	4	4
Marreca ananai	0	3	3	4
Marreca apai	0	2	0	0
Marreca cabocla	5	1	2	2
Marreca toicinho	0	2	0	0
Massarico	0	3	0	0
Mutum cavalo	0	2	0	0
Mutum pinima	0	2	2	2
Sussuarana	0	2	0	0
Paca	0	6	0	4
Pavão do reino	0	1	0	0
Peixe acarás	0	4	0	0
Peixe pequi	0	21	0	0
Peixe-boi: I	0	1	0	0
Peru-pirú	0	2	0	0
Pomba	0	3	0	16
Pomba-trocal (casal)	0	1	0	3
Preguiça pequena	0	2	0	0
Preguiça real	0	3	0	0
Poraquê	0	1	0	6
Quandús	0	4	0	7
Quati	0	8	0	10
Rato branco (casal)	0	2	0	2
Raposa	0	2	0	0
Saracura	0	3	0	2
Saiiá	0	5	0	
Sauim	0	9	0	4
Sauim anão		1	0	0
Sauim-de-mãos-ruiva	0	1	0	0
Socó		6	0	0
Socó-boi	6	4	0	6
Sucurijú	2	6	2	5
Tamanduá-bandeira	0	4	0	0
Tamanduá-colete	2	1	0	0
Tamoatá	0	21	0	0
Tartaruga (filhotes)	0	5	0	0
Téu-téu	0	3	0	2
Traíra	0	1	0	0
Tuiuiú	0	1	0	0
Tucano	0	3	0	0
Veado	0	7	0	4

Veado vermelho	8	6	5	0
----------------	---	---	---	---

Anexo 2. Lista de preços dos animais vendidos pelo Museu Goeldi na gestão de Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1945)

Nome vulgar	Nome científico usados a época	Nome científico usados atualmente	Valor unitário
Gato maracajá	<i>Felis maorura</i>	<i>Leopardus wiedii</i>	15\$000 a 40\$000
Onça pintada	<i>Felis onça</i>	<i>Panthera onca</i>	100\$000 a 400\$000
Onça vermelha ou suçuarana	<i>Felis concolor</i>	<i>Puma concolor</i>	100\$000 a 250\$000
Ariranha	<i>Pteronura brasiliensis</i>	<i>Pteronura brasiliensis</i>	40\$000 a 60\$000
Cachorro do mato	<i>Icticyon venaticus</i>	<i>Speothos venaticus</i>	40\$000 a 60\$000
Coati	<i>Nasus socialis</i>	<i>Nasua</i>	5\$000 a 8\$000
Doninha	<i>Putorius paraenses</i>	<i>Mustela africana</i>	5\$000 a 8\$000
Furão menor	<i>Grissonha vittata</i>	<i>Galictis cuja</i>	10\$000 a 15\$000
Gato mourisco	<i>Felis yguarundi</i>	<i>Puma yagouarundi</i>	25\$000 a 40\$000
Gato vermelho	<i>Felis evra</i>	<i>Herpailurus yagouarundi</i>	40\$000 a 50\$000
Irara	<i>Galictis barbara</i>	<i>Eira barbara</i>	15\$000 a 25\$000
Jupará	<i>Carcoleptes caldivovulus</i>	<i>Potos flavus</i>	5\$000 a 10\$000
Lontra	<i>Lutra paraenses</i>	<i>Lutrinae</i>	30\$000 a 40\$000
Acuti-purú ou cutia	<i>Sciurus aestuans</i>	<i>Scirius aestuans</i>	De 5\$000 a 8\$000
acuti-purú-açú	<i>Scirus variabilis</i>	?	De 20\$000 a 25\$000
Capivara	<i>Hydrochoerus capibara</i>	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	De 25\$000 a 40\$000
Coandú	<i>Cercolabes insidiosus</i>	?	De 5\$000 a 10\$000
Coandú	<i>Cercolabes insidiosus</i>	?	De 5\$000 a 10\$000
coelho do mato	<i>Lepus brasilienses</i>	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	De 5\$000 a 10\$000
cutia cinzenta	<i>Dasyprocta fuliginosa</i>	<i>Dasyprocta fuliginosa</i>	De 15\$000 a 20\$000
cutia vermelha	<i>Dasyprocta crocanata</i>	<i>Dasyprocta punctata</i>	De 5\$000 a 10\$000
Cutiaia	<i>Dasyprocta acouchy</i>	<i>Myoprocta</i>	De 10\$000 a 15\$000
Pacarana	<i>Dinomys branickii</i>	<i>Dinomys branickii</i>	De 100\$000 a 130\$000
Anta	<i>Tapirus americanos</i>	<i>Tapirus terrestris</i>	100\$000 a 300\$000
Queixada	<i>Dicotyles labiatus</i>	<i>Tayassu pecari</i>	20\$000 a 30\$000
Caititu	<i>Dicotyles torquatus</i>	<i>Pecari tajacu</i>	20\$000 a 30\$000
Veado branco	<i>Coassus nemorivagus</i>	?	20\$000 a 30\$000
Veado vermelho	<i>Coassus rufus</i>	<i>Mazama americana</i>	20\$000 a 40\$000

Veado galheiro	<i>Blastocerus paludosus</i>	<i>Odocoileus virginianus</i>	80\$000 a 200\$000
Peixe-boi da-Amazônia	<i>Manatus inunguis</i>	<i>Trichechus inunguis</i>	200\$000
Preguiça pequena	<i>Bradypus marmoratus</i>	<i>Bradypus pygmaeus</i>	7\$000
Preguiça real	<i>Choloepus didactylus</i>	<i>Folivora</i>	5\$000 a 10\$000
Tamanduá bandeira	<i>Myrmecophaga jubata</i>	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	40\$000 a 60\$000
Tamanduá colete	<i>Tamanduá tetradactyla</i>	<i>Tamanduá tetradactyla</i>	10\$000 a 15\$000
Tatu peba	<i>Dasypus setosus</i>	<i>Euphractus sexcinctus</i>	5\$000 a 10\$000
Tatu verdadeiro	<i>Tatusia novemcincta</i>	<i>Dasypus novemcinctus</i>	5\$000 a 10\$000
Tatu china	<i>Lysiurus uncinotus</i>	<i>Dasypus septemcinctus</i>	10\$000 a 15\$000
Tatu canastra	<i>Prionodontes gigas</i>	<i>Priodontes maximus</i>	100\$000 a 200\$000
Inhambú açu	<i>Tinamus tao</i>	<i>Crypturellus obsoletus</i>	10\$00 a 20\$000
Inhambú	<i>Tinamus guttatus</i>	<i>Tinamus guttatus</i>	5\$000 a 10\$000
Inhambú relógio	<i>Crypturus strigulosus</i>	<i>Crypturus strigulosus</i>	5\$000 a 8\$000
Sururina	<i>Crypturus soui</i>	<i>Crypturus soui</i>	3\$000 a 5\$000
Perdiz	<i>Rhynchotus refescens catingae</i>	<i>Rhynchotus refescens catingae</i>	5\$000 a 10\$000
Cujubim	<i>Pipile oumanensis</i>	<i>Aburria cumanensis</i>	10\$000 a 25\$000
Mutum cavalo	<i>Mitua mitu</i>	<i>Pauxi tuberosa</i>	20\$000 a 25\$000
Mutum vulgar ou mutum fava	<i>Crax globulosa</i>	<i>Crax globulosa</i>	20\$000 a 25\$000
Mutum pinima ou mutum Poranga	<i>Crax fasciolata</i>	<i>Crax alector</i>	25\$000
Urumutum	<i>Nothocrax urumutum</i>	<i>Nothocrax urumutum</i>	40\$000
Uru corcovado	<i>Odotophorus gujanensis</i>	<i>Odotophorus gujanensis</i>	3\$000 a 4\$000
Pomba trocal	<i>Columba speciosa</i>	<i>Patagioenas speciosa</i>	5\$000 a 10\$000
Jurutí piranga	<i>Geptrygon montana</i>	<i>Geotrygon violacea</i>	4\$000 a 8\$000
Saracura	<i>Aramides cajanca</i>	<i>Aramides cajanea</i>	2\$000 a 4\$000
Frango d'água azul	<i>Prophyriola Martinica</i>	<i>Porphyrio martinicus</i>	5\$000 a 15\$000
Galinha d'água americana	<i>Gallinula galeata</i>	<i>Gallinula galeata</i>	10\$000 a 15\$000
Gavião tauató pintado	<i>Astur pectoralis</i>	<i>Accipter poliogaster</i>	80\$000
Gavião tinga	<i>Heterospizias meridionalis</i>	<i>Heterospizias meridionalis</i>	60\$000
Gavião pedrez	<i>Asturina nítida</i>	<i>Buteo nitidus</i>	30\$000
Gavião pega pinto ou carijó	<i>Rupoenis magnirostris</i>	<i>Rupornis magnirostris</i>	30\$000

Gavião belo	<i>Busarellus nigricollis</i>	<i>Busarellus nigricollis</i>	60\$000
Gavião caipiría ou gavião preto	<i>Urubutinga urubutinga</i>	<i>Urubutinga urubutinga</i>	50\$000
Gavião azul	<i>Urubutinga schistacca</i>	<i>Buteogallus schistaceus</i>	35\$000
Gavião vaqueiro	<i>Leucopternis superciliaris</i>	<i>Leucopternis kuhli</i>	35\$000
Gavião de penacho	<i>Morphnus guianensis</i>	<i>Spziatus ornatus</i>	300\$000
Gavião real	<i>Tharusaetus harpyia</i>	<i>Harpia harpyia</i>	5:00\$000
Gavião pega macaco	<i>Spzaetus tyrannus</i>	<i>Spzaetus tyrannus</i>	130\$000
Gavião aguia	<i>Spzaetus ornatus</i>	?	350\$000
Gavião acauã	<i>Herpetotheres cachinnans</i>	<i>Herpetotheres cachinnans</i>	60\$000
Gavião tesoura	<i>Elanoides forficatus</i>	<i>Elanoides forficatus</i>	60\$000
Gavião urua	<i>Rosthramus leucopygus</i>	<i>Rosthramus sociabilis</i>	50\$000
Gavião pombo	<i>Ictinia plúmbea</i>	<i>Pseudastur polionotus</i>	30\$000
Gavião cauré	<i>Falco fuscocaerulescens</i>	<i>Falco rufigulares</i>	35\$000
Murucutu	<i>Perspicillata</i>	<i>Pulsatrix perspicillata</i>	40\$000
Caburé	<i>Pisorhina choliba crucigera</i>	<i>Glaucidium brasilianum</i>	20\$000
Arara una	<i>Andorhynchus hyacinthinus</i>	<i>Anodorhynchus hyacinthinus</i>	500\$000
Arara canindé	<i>Ara ararauna</i>	<i>Ara ararauna</i>	125\$000
Arara canga	<i>Ara macao</i>	<i>Ara macao</i>	125\$000
Arara vermelha	<i>Ara chloroptera</i>	<i>Ara chloropterus</i>	125\$000
Maracanã guaçu	<i>Ara severa</i>	<i>Ara severa</i>	60\$000
Ararajuba	<i>Conurus guarouba</i>	<i>Guaruba guarouba</i>	500\$000
Cacaué	<i>Conurus solstitialis</i>	<i>Aratinga solstitialis</i>	60\$000
Periquito rei	<i>Conurus aureus</i>	<i>Eupsittula aurea</i>	15\$000
Periquito do Espírito Santo	<i>Psittacula deliciosa</i>	<i>Forpus passerinus</i>	15\$000
Periquito da campina	<i>Brotogerya virescens</i>	<i>Brotogeris versicolorus</i>	8\$000
Periquito tuipara	<i>Brotogerya tuipara</i>	<i>Brotogeris chrysoptera</i>	12\$000
Periquito moleiro	<i>Amazona farinosa</i>	<i>Amazona farinosa</i>	50\$000
Papagaio do mangue	<i>Amazona amazónica</i>	<i>Amazona amazonica</i>	45\$000
Papagaio verdadeiro	<i>Amazona aestiva</i>	<i>Amazona aestiva</i>	40\$000
Papagaio papa cacau	<i>Amazona festiva</i>	<i>Amazona festiva</i>	40\$000
Curica verde	<i>Graydidascalus brachyurus</i>	<i>Graydidascalus brachyurus</i>	30\$000

Maitaca	<i>Pionua menstruus</i>	<i>Pionus</i>	30\$000
Papagainho roxo ou maitaca roxa	<i>Pionus fuscus</i>	<i>Pionus fuscus</i>	30\$000
Anaçã	<i>Deroptylus accipitrinus</i>	<i>Deroptylus accipitrinus</i>	70\$000
Urubú paraguá	<i>Pionopsitta barrabandi</i>	?	60\$000
Marianinha de cabeça amarela	<i>Pionites leucogaster</i>	<i>Pionites leucogaster</i>	20\$000
Marianinha de cabeça preta	<i>Pionites melanocephala</i>	<i>Pionites melanocephala</i>	15\$000
Udu de coroa azul	<i>Momotus momota</i>	<i>Momotus momota</i>	5\$000 a 10\$000
Udu	<i>Urospatha martii</i>	?	5\$000 a 15\$000
Anú coroca	<i>Crotophaga maior</i>	<i>Crotophaga major</i>	5\$00
Anú preto	<i>Crotophaga ani</i>	<i>Crotophaga ani</i>	4\$000
Anú branco	<i>Guira guira</i>	<i>Guira guira</i>	5\$000
Tucanuçu	<i>Rhamphastos toco</i>	<i>Rhamphastos toco</i>	20\$000 a 30\$000
Tucano de peito branco	<i>Rhamphastos monilis</i>	<i>Rhamphastos tucano</i>	15\$000 20\$000
Tucano de peito amarelo	<i>Rhamphastos ariel</i>	<i>Rhamphastos vitellinus</i>	15\$000 a 20\$000
Araçari-de-bico-branco	<i>Pteroglossus araçari</i>	<i>Pteroglossus araçari</i>	10\$000 a 15\$000
Araçari-de-bico-riscado	<i>Pteroglossus inscriptus</i>	<i>Pteroglossus inscriptus</i>	10\$000 a 15\$000
Araçari	<i>Selenidera goudi</i>	?	10\$000 a 15\$000
Gralha violácea	<i>Gyanocorax violaceus</i>	<i>Gyanocorax violaceus</i>	50\$000
Barrigudo cinzento	<i>Lagothrix lagotrica</i>	<i>Lagothrix lagotricha</i>	40\$000 a 60\$000
Barrigudo vermelho	<i>Lagothrix infumatus</i>	?	40\$000 a 60\$000
Caiarara-de-fronte-branca	<i>Cebus albifron</i>	<i>Cebus albifron</i>	15\$000 a 20\$000
Coatá de cara encarnada	<i>Ateles paniscus</i>	?	30\$000 a 40\$000
Coatá preto ou macaco-aranha	<i>Ateles ater</i>	<i>Ateles ater</i>	30\$000 a 40\$000
Coatá de frente branca	<i>Ateles marginatus</i>	<i>Ateles marginatus</i>	40\$000 a 50\$000
Coatá branco	<i>Ateles variegatus</i>	?	30\$000 a 40\$000
Cuxiú	<i>Pithecia satanás</i>	<i>Chiropotes satanas</i>	20\$000 a 30\$000
Guariba preta	<i>Alouata belzebul</i>	<i>Aloutta belzebul</i>	15\$000 a 30\$000
Guariba vermelha	<i>Alouata seniculus</i>	<i>Alouata seniculus</i>	15\$000 a 30\$000
Macaco prego das guianas	<i>Cebus fatuellus</i>	<i>Cebus fatuellus</i>	10\$000 a 15\$000
Macaco de cheiro	<i>Saimiri sciureus</i>	<i>Saimiri sciureus</i>	5\$000
Macaco da noite	<i>Nyctipithecus azarae</i>	?	10\$000

Parauacú	<i>Pithecia monachus</i>	<i>Pithecia monachus</i>	15\$000 a 20\$000
Sauim preto	<i>Leontocebus ursulus</i>	<i>Leontocebus ursulus</i>	5\$000 a 8\$000
Saium branco	<i>Callithrix argentata</i>	<i>Callithrix argentata</i>	15\$000
Sauim	<i>Callithrix santarenensis</i>	<i>Callithrix santarenensis</i>	15\$000
Saium preto de bigode	<i>Midas mystax</i>	<i>Midas mystax</i>	20\$000 a 25\$000
Uacari vermelho	<i>Brachyurus rubicunlus</i>	?	40\$000 a 60\$000
Uacari branco	<i>Brachyurus calvus</i>	?	50\$000 a 60\$000
Uapussá	<i>Callicebus remulus</i>	?	20\$000 a 25\$000

Anexo 3. Revista 'O Pará Ilustrado'

É a Magalhães Barata a quem se deve a concretização da piscicultura no Pará

A palavra autorizada de Carlos Estevão, que a reservou especialmente à divulgação no "Pará Ilustrado".



Coronel Magalhães Barata

Por ocasião da visita que o coronel Magalhães Barata fez, sábado último, à agradável vivenda do sr. Rafael Gomes Filho, em Beneditos, à margem do E. F. de Beaganga, onde foi inaugurado um lago para criação de peixes, o illustre dr. Carlos Estevão Oliveira, que dirige o Museu Paraense Emílio Goeldi com a sua reconhecida cultura e a sua demonstrada capacidade, pronunciou as seguintes palavras e que destina a esta revista, que as insere como colação de primeira mão.

A colocação dos peixes que aqui se encontram, no açude que ali está e é mais uma prova de que a piscicultura brasileira já saiu do mundo das hipóteses para percorrer, com firmeza, o das realidades. Digo, mais uma prova, porque, realmente, as comprovações de que o problema da criação, em coliveiro, de peixes brasileiros, para a alimentação pública, já está resolvido, são inúmeras.

Quem, por exemplo, percorre hoje o nosso nordeste, encontra um numero elevado de açudes cheios de «pirarucus», «lucunetés», «apoiaris» e «pescodas», que daqui seguiram para aquela região. É o resultado da criação desses peixes já chegou a ponto de possibilitar que a Comissão de Serviços Complementares das Obras Contra as Secas conseguisse apurar, de janeiro a novembro de 1942, em seis açudes do Ceará, com a venda de «lucunetés», «pescodas» e «apoiaris», a importância de Cr\$ 300.000,00 (trezentos e oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e quatro cruzeiros), correspondente a 104.840 quilos, sendo cada quilo vendido pelo baixo preço de dois cruzeiros.

Uma outra comprovação está no fato da exma. sr. dr. Gelúlio Vargas, na última vez em que passou pelos setores nordestinos, almoçar, à margem do açude São Gonçalo, município de Souza, Estado da Paraíba, juntamente com toda a comitiva que o acompanhava, «lucunetés» e «pescodas», nascidos e criados no Ceará. Foram esses fatos, enfim, que fizeram com que o nosso querido Presidente, referindo-se à criação do Museu Paraense Emílio Goeldi no setor da piscicultura, classificasse este serviço de «grande trabalho de brasilidade». Pois bem, este serviço, que o eminente dr. Gelúlio Vargas classificou de «grande

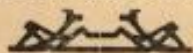
trabalho de brasilidade», é obra do Coronel Magalhães Barata, porque é a s. ext. que se deve a concretização da piscicultura neste Estado. Assim, no momento em que vão ser colocados «lucunetés» e «apoiaris», nascidos e

Atrizes do Cinema



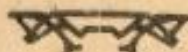
Olivia de Haviland e Coral Tava

criados no Instituto que tenho a honra de dirigir, nesta represa, exemplar trabalho do meu estimado amigo Rafael Ferreira Gomes Filho, e que deve ser imitado por todos que possuem terrenos com fontes d'água, cabendo salientar que esta promissora indústria, que é a piscicultura brasileira, com peixes amazônicos, é uma resultante do primeiro governo do coronel Magalhães Barata nesta terra.



O encanto das nossas crianças

Raimunda, a robusta menina que se vê ao lado, é filha do sr. Osmar Barroso e da senhora Rita Diniz Barroso. O sr. Antonio Barroso, estimável despachante aduaneiro, é avô paterno da linda criança, cujo aniversário natalício decorreu o 4.º do corrente.



PARÁ ILUSTRADO